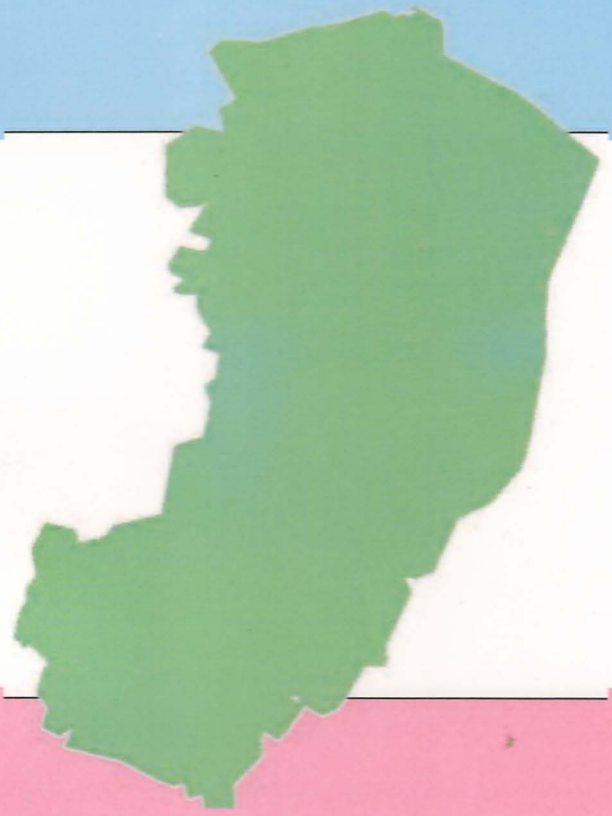
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

REVISTA

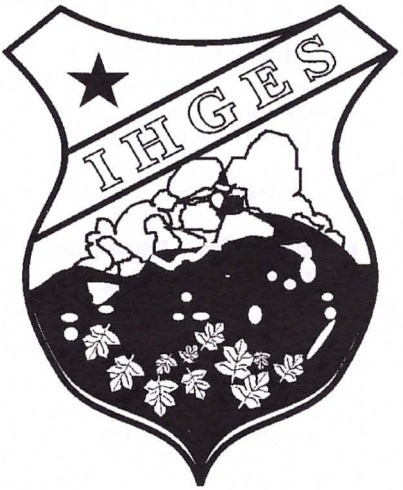


Nº 54

EDITORA INSTITUTO HISTÓRICO

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO

E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO



Vitória-ES

nº 54 Ano 2000

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa (Presidente); Sebastião Teixeira Sobreira, José Hygino de Oliveira, Érico de Freitas Machado, Antônio da Silva Monteiro (Vice-Presidentes); João Bonino Moreira (Tesoureiro), Paulo Stuck Moraes (Tesoureiro Adjunto); Victor Biasutti (Secretário Geral), Zoel Correia Fonseca (Secretário Adjunto); Aylton Rocha Bermudes, Neida Lúcia Moraes, Ferdinand Berredo de Menezes (Oradores); Maria José Salles de Sá (Curadora da Casa Elmo Elton); Windsor Eisenhower Tristão Fernandes (Coordenador de Relações Públicas); Sebastião Teixeira Sobreira (Coordenador Jurídico); Renato José Costa Pacheco, Adelpho Poli Monjardim, Ormando Moraes, Annibal de Athayde Lima (Presidentes de Honra).

Conselho Editorial

Anésio Otto Fiedler, José Hygino de Oliveira, Renato José Costa Pacheco, Ivan Borgo, Adriana Pereira Campos, Francisco Aurélio Ribeiro, João Bonino Moreira, Iryson da Silva, Windsor Eisenhower Tristão Fernandes.

Editor: Marien Calixte

Capa: João Bonino Moreira
Hormízio Santos Muniz

Revisão: Pelos autores

Projeto Gráfico e Editoração
Hormízio Santos Muniz

Catalogação
Ana Maria Mattos Mariani
(Biblioteconomista)
Impressão: GRAFITUSA

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – nº 54 (dez. 2000) – Vitória : IHGES, 2000 – 298 p.: II ; semestral

1. Espírito Santo (Estado) – História. 2. Espírito Santo (Estado) – Geografia. 3. Literatura Brasileira – Poesia. 4. Ensaios brasileiros.

CDU: 981.52(05)

Avenida República, 374, Parque Moscoso, Vitória-ES (CEP: 29060-620)
Tel.: 223-5934 - E-mail: ihges.vix@zaz.com.br

SUMÁRIO

Comemorar é preciso. *Paulo Hartung*,5

História e Pesquisa. *Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa*,7

Reverência e homenagem a sócios desaparecidos. *Aylton Rocha Bermudes*,15

Saudação aos novos sócios.*Matusalém Dias de Moura*,*21*

Uma cartografia do afeto. *Bernadete Lyra*,27

Guilherme Santos Neves - Alto está e alto mora. *Renato José Costa Pacheco*,35

Meio século das festas de Santos Reis de Muqui.*Afonso M. Furtado Silva*,67

Filosofia orquidófila e desenvolvimento. *Érico de Freitas Machado*,75

A experiência de construção habitacional do IBES. *Carlos Teixeira de Campos Júnior*,81

O agricultor madeireiro e a janela da oportunidade. *Armando Marques Vieira*,101

Para Reflexão. *Maria Filina Salles de Sá Miranda*,109

Cachoeiro de Itapemirim - Um clube republicano e um herói. *Deane Monteiro Vieira Costa*,111

O Profeta do esquecimento. *Berredo de Menezes*,137

Roberto Almada: (re)construindo a casa no onírico.*Esther Abreu Vieira de Oliveira*, 147

O movimento abolicionista na Província do Espírito Santo. *Robson L.M.Martins*, 167

Conferência na inauguração do IHG de Santa Teresa. *Luiz Carlos Biasutti*, 191

Os 125 anos da expedição Tabachi.*Luiz Carlos Biasutti*,207

Registro sobre Miguel Depes Tallon. *Ivan Borgo*, 209

Tentação e Virtude: Os costumes da terra nas palavras dos primeiros jesuítas. *Getúlio Marcos Pereira Neves*, 213

Coisas da Vida - a presença de Miguel. *Xerxes Gusmão Neto*, 233

O Macaco Louco. *Aylton Rocha Bermudes*,237

A plenitude vital da amazônia. *Yvon de Araújo Yung-Tai*,253

Algumas linhas da história da economia. *Ivan Borgo*, 259

Personalidade e história. *Windsor Tristão Calmon Fernandes*, 271

A diversidade cultural das populações indígenas brasileiras - Como passar do "índio genérico" ao "índio real e concreto", *Fernando Achiamé*. pg. 277

COMEMORAR É PRECISO

Paulo Hartung

O Brasil dos 500 anos é marcado pela injustiça social. O país alcançou significativo nível de desenvolvimento agrícola, industrial, comercial e no setor de serviços, sobretudo a partir da segunda metade deste século, mas ofereceu à esmagadora maioria do seu povo o legado da exclusão social.

A falta de igualdade de oportunidade marca os cinco séculos do Brasil. Incomoda, profundamente, o patrimonialismo, as fortunas construídas à sombra do serviço público. Só agora o sistema educacional é dotado de um programa que pretende democratizar o ensino fundamental, mas ainda assim repleto de deficiências em sua concepção.

Constituímos uma Nação que ainda paga o preço de ter sido a última a abolir legalmente o regime escravocrata e o massacre das nações indígenas calará profundamente em nossas consciências por muitos séculos.

Há, entretanto, o que se comemorar em nossa trajetória histórica. Antes da chegada dos portugueses, aqui já estavam os nossos antepassados indígenas construindo uma nação. Passamos por mudanças profundas no Brasil-colônia. Atravessamos os tempos difíceis do Brasil-império e, finalmente, chegamos ao Brasil republicano, em que pese os percalços institucionais.

A ocupação do território, a língua comum, a riqueza cultural, a miscigenação de várias raças, a

convivência pacífica das mais diversas práticas religiosas, a sociedade organizada, formando grupos de pressão, são aspectos positivos de um país que apenas engatinha no rumo da plena cidadania.

As comemorações, além de importante instrumento de representação para nosso imaginário e identidade cultural, abrem um espaço para que negros, índios, jovens, idosos, mulheres e outros segmentos sociais possam denunciar o muito que ainda há que ser feito.

Pessoalmente, comemoro os 500 anos pela alegria e orgulho de ser brasileiro. Mas, mantenho a convicção de que é preciso seguir militando na busca do ideal de corrigir os erros passados que nos afligem no presente e ameaçam nosso futuro.

Ex-prefeito de Vitória e líder do PPS no Senado

HISTÓRIA E PESQUISA

Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa

A questão da produção historiográfica tem avançado nas últimas décadas no sentido de se repensar a História com duplo intuito: questionar como a História se produz e, desta forma, questionar suas concepções. Imediatamente cabe então uma pergunta: que História? E para quem? E se a História analisa e interpreta a realidade, ainda perguntaríamos: que realidade? E, também, no se tratar de realidade, fica claro o compromisso social e político com o momento vivido no que se refere à pesquisa histórica e à opção teórico-metodológica subjacente a tal trabalho.

A interpretação do vivido – passado/presente – se dá através de uma teoria ou de uma idéia.

É aí que reside o maior desafio do historiador – as idéias, o pensamento e as concepções que estruturam uma teoria, são dinâmicas, acompanhando o tempo e o momento. Portanto, as propostas de produção do conhecimento histórico são elaboradas a partir de um tempo e de um lugar social.

Assim, o conhecimento traz as marcas do momento em que foi construído. A pesquisa histórica se dá como uma procura de respostas para problemas que um grupo apresenta em determinado momento histórico. A essa carga se acrescenta mais uma: a investigação será orientada teoricamente pelas correntes de interpretação histórica que estiverem em voga naquele momento.

O historiador mantém sempre uma relação entre o saber e o fazer História e a produção do conhecimento encaminha-se para determinadas posturas frente às questões da História, haja vista que a História é uma ciência da sociedade e, portanto, consciência, não tendo somente uma eficácia cognitiva, mas com uma destacada função social, que não é exclusivamente de caráter teórico e que permite que o conhecimento intervenha numa dada realidade social.

Foi a partir de fins do século XIX que a História recebeu o "status" de ciência, com a chamada Escola Positivista. O registro privilegiado pelo historiador era o documento escrito, sobretudo o oficial. Esse documento assumia o peso de prova histórica e a objetividade era garantida pela fidelidade do mesmo.

Prevalecia, assim, o conceito de História elaborada a partir da crítica rigorosa (interna e externa) dos textos escritos e das demais fontes. A História , diferenciando-se da Filosofia, da Teologia e demais disciplinas especulativas, aproximou-se das chamadas ciências positivas e toda a valorização do trabalho histórico era voltada para o documento, confundindo-o com o real e transformando-o em conhecimento histórico. A única habilidade do historiador consistia em tirar dos documentos tudo que eles continham e não lhes acrescentar nada do que eles não continham. O melhor historiador e o melhor método seriam aqueles que fossem capazes de se manter o mais próximo possível dos textos, despojando-se de idéias preconceituosas. Em resumo: o documento falaria por si só.

Dúvidas e indagações começavam a ser levantadas, já que a concepção do tempo histórico comportava uma série de descontinuidades descritas de forma contínua, isto é, sob a forma de narração. Era a História historizante ou "evennementielle", mais preocupada com as questões político-militares e raramente com as de natureza econômico-sociais.

Essa postura frente à História sofreu várias críticas que colocavam em questão tal metodologia e só com o surgimento da Escola dos "Annales", em 1929, houve a ampliação da noção de documento, bem como da sua relação com o historiador. O documento já não fala por si só, mas necessita de perguntas adequadas. A intencionalidade passa a ser alvo de preocupação por parte do historiador, num duplo sentido: a intenção do agente histórico, presente no documento, e a intenção do pesquisador no se acercar desse documento.

As noções de estrutura nos estudos históricos surgiu no século XIX, com historiadores voltados para o estudo das estruturas sociais, gradativamente encaradas com maior rigor metodológico.

Dentro dessa perspectiva a objetividade do conhecimento histórico é garantida pelo método.

Do acontecimento à estrutura; da curta duração à longa duração; do indivíduo-herói ao coletivo, são passos que definem a ampliação e o aprofundamento da visão atual da história. Superada a concepção do fato como centro de interesse, visou-se alcançar as flutuações conjunturais de duração variável e, afinal, as estruturas

que mudam lentamente.

Tanto os "Annales", como outras tendências valorizaram a história como ciência e procuraram desenvolvidas formas de abordagem do conhecimento histórico muito ligadas a esquemas explicativos.

Há que se ressaltar, nesse caso, a corrente marxista, baseada na abordagem estrutural, unida à visão integrada do desenvolvimento social. Para os marxistas a história é vista como processo autodeterminado e autodinâmico. O materialismo dialético oferece o suporte teórico de como funcionam e mudam as sociedades históricas, reconhecendo a contradição existente entre as sociedades humanas e a natureza, o que se resolveria no desenvolvimento das forças produtivas.

A construção histórica, a partir da metade deste século, é marcada por uma proposta muito adotada entre os historiadores: o critério de objetividade está ligado à técnica adotada. Nessa perspectiva passa a ser empregada a informática.

Recentemente, a pesquisa e a construção histórica, com base em todas as referências já citadas, encaminha-se para uma produção historiográfica menos rígida, fora de esquemas e ortodoxias, que adota uma visão da História que leva em conta toda a experiência humana.

A proposta nova é superar o empirismo tão presente entre os positivistas, como também o teoricismo de outras correntes.

Se na relação teoria-fontes, é enfatizado o segundo termo, cai-se no empirismo que identifica o real com o documento; nesse caso o critério de objetividade é o próprio documento. Se enfatizamos a teoria, operando com conceitos e categorias abstratos, preestabelecidos, a garantia da objetividade estará na "boa escolha" da teoria, no rigor científico e as fontes servem de simples ilustração de um conhecimento produzido fora da investigação.

O pesquisador-historiador procura uma explicação para os fatos humanos acima de qualquer compartimentação, o que não significa um estudo paralelo do social, do cultural, do econômico, do político, mas leva em conta todos estas dimensões.

Pensar a história dessa forma faz com que os historiadores se voltem também para o estudo do cotidiano e adotem novas linguagens. Isso implica estar repensando a relação da História com essas linguagens e estar buscando procedimentos que dêem conta dessa relação: a imprensa , a fotografia, o depoimento oral, a música, o filme etc.

O grande desafio do historiador é a criação de técnicas que dêem conta de seus pressupostos e da especialidade da linguagem com que vai trabalhar. As técnicas, sem dúvida, vão surgir de uma problematização que ao mesmo tempo fornece elementos para encaminhá-las dentro daquela idéia de que esta problematização é contínua no processo de pesquisa.

Assim, a imprensa como formadora de opinião não pode ser pensada fora de sua relação com o leitor; a

fotografia é o resultado de uma leitura particular do real, ou melhor, de uma interpretação pessoal carregada de preconceitos e pré-juízos acerca do mundo e da vida; a história oral, como uma técnica cujo objetivo específico é não apenas armazenar e conservar, mas criar fontes históricas, devemos então observar que em tal processo o papel do pesquisador é decisivo, uma vez que cabe a ele delimitar o universo, o alcance e a natureza do material obtido; cantores e canções disponibilizam motivos instâncias da História Social e Cultural, pois as canções traduzem muito do clima de uma época, o que facilita detectarmos as inflexões psicológicas da população, seus desejos, inquietações e sonhos; finalmente, dentre os exemplos apresentados, o filme abre um espaço de discussão que extrapola a visão da fita como simples ilustração, detendo-se na temática e todas as suas implicações, incluindo a percepção do autor e diretor, o que permite uma outra etapa chamada de desmontagem que subdivide a fita em vários aspectos a serem enfatizados, que, obviamente, fica marcada pela leitura do historiador.

A produção historiográfica hoje dá os primeiros passos para a superação da História historicista; portanto, fica clara a necessidade de se discutir novas alternativas que encaminhem o trabalho dos pesquisadores. Entretanto, o novo não se instaura no vazio. É preciso buscar o que já existia: de um lado, a constituição originária do próprio discurso científico, sua natureza particular, os interesses que expressa; e de outro, aquilo que ele nega, isto é, os interesses não representados, os atores não privilegiados.

A História é, pois, uma ciência em construção, mas a conquista de seu método científico ainda não se

definiu plenamente, uma vez que os historiadores continuam buscando os meios de análise mais adequados ao seu objetivo.

O historiador brasileiro há que estar profundamente comprometido com a realidade que estuda e com a sociedade na qual vive e age.

Respeitadas as obras de precursores que seguiam as linhas dominantes da historiografia, na sua época, a História do Brasil deve ser sempre revista e repensada. Trabalhos monográficos vêm sendo desenvolvidos nas últimas décadas a partir da influência do grupo de "Annales". Autores marxistas também têm produzido e influenciado a evolução da historiografia brasileira, ao lado de historiadores tradicionalistas e, ainda, positivistas. Por outro lado, a criação de cursos de mestrado em História, em pontos diversos do país, tem permitido a elaboração de dissertações que, em maioria, versam sobre temas da história regional e suscitam novas linhas de conhecimento.

Outras questões, de caráter epistemológico, poderiam ser levantadas no sentido de precisar a especificidade do trabalho do historiador.

Diante da riqueza e das limitações inerentes às fontes históricas, cabe ao historiador escolher seu próprio caminho, elucidando ambigüidades e revelando de maneira articulada, coerente e objetiva, aquilo que o material em estado bruto jamais esclarece por si mesmo.

A autora é Doutora em História, Professora Universitária e Presidente do I.H.G.E.

REVERÊNCIA E HOMENAGEM A CONSÓCIOS DESAPARECIDOS

Ayton Rocha Bermudes

Em menos de cinco meses da 2ª metade do ano de 1999, nossa Casa foi severamente golpeada com a perde de três ilustres membros: Miguel Depes Tallon, em 18 de agosto, Oswaldo Zanello em 04 de novembro e Marlene Loureiro Serrat, em 15 de dezembro. "Desmantelou-se a tenda de sua habitação terrestre", para usar a imagem de S.Paulo, que patenteia o sofrimento humano, sempre surpreso e inconformado com o golpe, como se ele fosse desferido pela primeira vez. É que a vida é o sumo bem, a condição, o suporte para que possam realizar-se todos os sonhos e anseios de ser feliz.

Oswaldo Zanello deixou-nos a figura do político que, por 47 anos, atuou em nosso Estado, em vários setores, sempre lutando para sobressair, quer pela ação, quer pela palavra. Seu temperamento o impulsionava a não ser um mero espectador ou um omisso. Esse paulista de nascimento fez do Espírito Santo o cenário de uma atuação quase febril, que não se conformava em viver na sombra. Para assegurar a sua influência, fundou em 1952, na cidade de Colatina o jornal "Folha do Norte", órgão que difundia mais a sua presença do que suas idéias, pois ele foi mais pragmático do que teórico ou doutrinador. Teve a sensibilidade de perceber que as idéias, melhor, os sentimentos que sustentavam o seu palanque eleitoral podiam garantir-lhe, como, de fato, lhe garantiram, presença e influência na política de Colatina com

irradiação para os municípios do norte do Estado, onde predominavam descendentes da colônia Italiana, receptivos ainda aos ecos seródios da voz da Ação Integralista Brasileira.

Ressalte-se que Oswaldo Zanello, um extrovertido por temperamento, figurante por cerca de 30 anos na política do Estado, foi Deputado Estadual, Deputado Federal e Secretário de Estado. Como disse o editorial da "Folha do Norte", de 06/11/99, enaltecendo seu fundador, Zanello foi "oposição e situação, idealizou, construiu, realizou."

Lembramo-nos também de nossa dileta consócia Marlene Loureiro Serrat, que se finou quando dezembro de 1999 ia a meio, e dirigimos-lhe a nossa homenagem saudosa, fruto do apreço por quem, como Marlene Serrat, participou da vida intelectual de nossa querida cidade como diretora proprietária da Escola "Monte Serrat", foi consulesa honorária da Espanha, membro do Comitê da Aliança Francesa, guia de turismo, Bacharel em Direito e Presidente da Associação de Consules Honorários do Espírito Santo.

Hoje, porém, esse lembrança, essa homenagem, essa saudade se tingem de cores mais vivas, mais autênticas e mais sentidas, porque estamos revendo, com emoção que não se apagará tão cedo, a figura de Miguel Depes Tallon, que assinalou, nesta Casa, "um tempo feliz", como disse Ivan Borgo, na bela página em que se recordou do Miguel de fisionomia sempre alegre e acolhedora, inteligência penetrante e lúcida, vontade determinada que tantas realizações operou em sua dinâmica e amorável presidência.

No livro que a nossa amizade e reconhecimento, sob a louvável e eficientíssima coordenação João Bonino Moreira, dedicaram à sua bendita memória, os trinta

depoimentos ali enfeixados registraram aspectos da personalidade de Miguel Depes Tallon, que, além de sua múltipla atividade, soube exercer magistralmente o "ofício de amigo", na frase de sua continuadora e nossa dileta presidente, Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa.

Nenhuma outra manifestação verbal seria mais eloqüente e apropriada do que respigar nesses escritos de saudade inconformada expressões comovidas sobre traços marcantes do amigo, do professor, do escritor, do poeta, do dinamizador deste Instituto. À obra deixada em livros, que perenizam seus méritos de autor festejado, a variedade e a profundeza de sua cultura se documentam ainda nos ensaios publicados em nossa Revista como "Estado e Cidadania no Brasil", 40 páginas, no número 42, "Do Discurso Histórico", 20 páginas no número 48, "Os oriundi nas crônicas de Roberto Mazzini (Ivan Borgo), 20 páginas, e, no número 52, "A redescoberta do Oriente: o haicai na poesia brasileira", 20 páginas. Singular em Miguel é que estava sempre tranqüilo, não saindo pela porta da afoiteza estéril, sabendo realizar cada ação a seu tempo, traduzindo, na prática, a sabedoria do adágio latino, que rompe com seu paradoxo aparente: "Festina lente." – apressa-te devagar.

No meu depoimento, resumi o meu estado de espírito ante a desafortunada notícia de sua morte, dura de aceitar: "Custa acreditar que Miguel nos deixou para sempre! Sua morte não causou somente pena e dor mas nos deixou envoltos numa sombra de perplexidade. Afinal, ele era ainda moço, estuante de vida que florescia em radiosa e fecunda atividade."

Renato Pacheco, mestre no manejo das palavras, não pôde deixar de sucumbir à dor da perda imensa, pede licença para abrir o seu coração e, socorrendo-se do cantor da Eneida, apela para as lágrimas

das coisas que venham também prantear o amigo.

Sófocles, não querendo antecipar o julgamento da ação de uma de suas personagens, resguardou-se nessa linda imagem poética: "É preciso esperar pela noite para saber como o dia foi belo." O dia de Miguel, seu caminhar fecundo e sem estardalhaço, fruto de seu caráter sereno e firme e de sua imensa bondade, que a morte veio magnificar, recebeu, em tempo e à luz do sol, os aplausos e a admiração de todos.

Permitam, ilustrados consócios, que me valha de palavras que escrevi no epílogo de meu modesto romance NOS SULCOS DO TEMPO, que mereceu de Miguel acolhida amiga e desvanecedora. Celso, o personagem em torno do qual se desenrolam os episódios do livro, indaga meio perplexo: "Que é ser feliz?" Adolescente ainda, inquietava-o, instigava-o esta pergunta: "Só há felicidade plena no céu", ensinavam os padres, seus professores. Aqui, a vida não passa de uma luta constante, prova-o o realismo de Jó: "É um combate a vida do homem na terra", frase que o professor de religião citava com freqüência.

A experiência mostra a vida se desdobrando em contrastes. Quem consegue estar sempre contente e feliz? Na vida e nos romances, repete-se a indagação de Eugêncio, no "Pai Goriot", de Balzac: - "Que cherchez vous toutes? – le bonheur!" – Que é que todos procuram? A felicidade", respondeu ele com voz que penetrava até a alma.

O permanente e aflitivo desejo de felicidade esbarra na exígua duração da existência. O homem, pela maravilhosa organização de seu cérebro e de sua capacidade de sentir e de amar, precisaria viver 200 anos. É curta a duração do tempo de que dispõe para realizar suas potencialidades e seus ideais. A sua estrutura

biotipológica é débil, não lhe permite alcançar a plenitude dos seus projetos.

Ao Faraó que lhe perguntou "Quantos são os teus anos?", Jácó respondeu que os anos de sua peregrinação terrestre eram apenas 130, "poucos e trabalhosos", lamentou, apesar de, na mocidade, ter conseguido a mulher do coração, Raquel, de ter recebido, de acréscimo, a mulher da imposição, Lia, e de ter acumulado o estratagema das varas de choupo, amendoeiro e plátano, um inumerável rebanho de ovelhas e cabras de cores variegadas, camelos e jumento, escravos e escravas.

Na procura da felicidade é indispensável a convicção de que ela não vem completa, em estado puro, que sua veste de luz se cobre, às vezes, de sombra e que não se pode gozá-la sem uma parcela de inquietação. O poeta se enganou: "A felicidade está apenas onde a pomos e nunca a pomos onde nós estamos." Existe, sim, e a alcançaremos, mas aos poucos, em fragmentos, em porções descontínuas, mesclada de frustração e pesar, reflexos de luz na treva, instantes de compreensão, de amor e paz.

Lamentamos a partida definitiva de Miguel, que nos deixou, entretanto, resplendendo no meio de seu opulento legado, uma centelha de consolo por saber e poder proclamar que sua vida foi admirável e útil. Como Rubião do romance "Quincas Borba" de Machado de Assis, ele, se não chegou à convicção de se haver realizado plenamente, pôde sentir que não estava longe da tão sonhada felicidade.

O autor foi Professor Universitário, é escritor e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

SAUDAÇÃO AOS NOVOS SÓCIOS

Matusalém Dias de Moura

Senhoras e Senhores,

Primeiro, quero agradecer, em nome dos demais colegas que, comigo, ultrapassaram hoje o portão de entrada deste sodalício à procura de abrigo, a honraria de ocupar esta tribuna.

Devo, entretanto, desde já, adverti-los, com toda franqueza, que me falta o óleo da sabedoria e o talento da oratória para o desempenho da alta missão que me é imposta. Por isso, dentro das minhas limitações, falarei apenas das minhas saudades, dos meus sonhos e dos dias mais lindos da infância que ficaram plantados nos campos do Caparaó

Chego a esta casa trazendo a simplicidade do homem da roça que, menino, ia para o antigo Grupo Escolar, levando a cartilha de leitura e o caderno de exercício dentro de um embornal de zuarte e, á beira da estrada, bebia na concha da mão, água fresquinha, recém saída da fonte; tomava banho nas cachoeiras, pescava de anzol e perseguia os passarinhos armando arapucas e atirando de estilingue e bodoque nas capoeiras de Cachoeirinha. Nada mais trago, além dessas coisas simples que me fizeram um menino feliz e um homem que ama e perdoa.

Num poema antigo, assim descrevi esse menino:

MENINO DA ROÇA

Menino da roça
era multo sapeca,
levado da breca,
apostava carreiras
com outros meninos
Chegava primeiro.
Trabalhava na roça,
varria terreiro
e cuidava da horta,
regando os canteiros.

Menino da roca,
ingênuo e feliz,
Ia todas manhãs
passear pelos campos,
caçar passarinhos,
levando no ombro
um embornal de pelotas.
Também um bodoque,
às vezes, estilingue,
os seus apetrechos.

Menino da roça
que armava arapuca,
lá nas capoeiras,
à tardezinha,
banhava no açude,
pescava de anzol,
brincava de pique,

jogava bolebas
e andava a cavalo,
num tempo de sonhos.

Menino da roça
acordava cedinho
e tomava café.
Com o pai,
ia lá pro curral
tomar leite na cuia,
tirado na hora,
ainda quentinho
da vaca mimada
por toda família.

Menino da roça,
menino moleque
de pernas de pau,
imitando o palhaço
que viu na cidade.
Brincava e pulava
no imenso terreiro
da casinha pobre,
de antigamente,
sonhando o futuro,
sorrindo contente.

Menino da roça
não tomava banho
nem era luxento.
Só lavava os pés
na bacia de cobre
no meio da cozinha
caindo de sono,

com o corpo cansado
de tanto brincar.
Brincar e trabalhar.

Menino da roça
sua casa era pobre:
não tinha filtro,
não tinha talha,
nem uma quartilha.
Por isso, bebia
água fresca de mina,
de bica e cacimba,
guardada num balde
de fundo de pau.

Menino da roça
que chegava á escola
de calça curta
e de suspensório,
com as pernas riscadas
pelo arame pelas artes,
trazia suor e poeira
do longo caminho
de encanto e magia,
pelo qual descia,
sem nunca saber
se problemas haviam
no mundo dos homens.

Menino da roça
cadê a carroça
de inhame chinês
que você vendia
num canto da feira

das quintas feiras
dos finais de cada mês?

Menino da roça
não és mais menino.
Você ficou grande,
você virou homem,
Seu mundo acabou.

Confesso que não sonhava com este instante, até que um dia, lá no sopé do Caparaó, em minha lúna, o saudoso e pranteado Miguel Depes Tallon chegou e me disse: *"Esse sonho é teu"*. E eu sonhei...

Meus olhos humanos já não o vêem mais, entretanto, os olhos de minha'alma estão a vê-lo em algum canto desta sala a me dizer: "*Prossiga e não esmoreça no caminho, o IHGES precisa do seu trabalho.*"

Durante o tempo em que fiquei de longe, espiando, observando, querendo chegar, pude sentir que esta casa é a negação da amargura do nada e inutilidade do tudo; é a perenidade de uma vida dedicada ao estudo e à criação; é o passado, através das lições sublimes que nos deixaram aqueles que a edificaram; é o presente, que nos é oferecido pelo exemplo dignificante dos senhores que a conduzem atualmente; é o amanhã, conquistado pela opinião crítica dos jovens que nos é tão cara e é, enfim, a esperança de reter o tempo, tentando ligar o fim ao início.

Não posso, não devo e nem quero esconder minha alegria por aqui chegar. Também não posso deixar esta tribuna sem oferecer este instante de realização pessoal à minha doce e terna Lúcia, companheira das cumeadas

e das planícies, cuja presença em minha vida suaviza os meus dias, como o orvalho refrigera os campos nas madrugadas de primavera, comprovando, assim, que a mulher é a eterna salvação do homem.

E agora, despeço-me... Vou para Cachoeirinha. Quero ouvir as rezas do seu Nequinha, as cantigas de roda e as folias de reis.

O autor é advogado, Assessor Jurídico da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo e sócio efetivo do IHGES.

UMA CARTOGRAFIA DO AFETO

Para Doutor Guilherme

Bernadette Lyra

No espaço de tempo decorrido entre o convite feito por Eliomar Mazzoco em setembro, e este momento, pensei muito o que eu poderia dizer sobre Guilherme Santos Neves, doutor Guilherme como se dizia - como prova de apreço e respeito - na Barra.

Pensei muito. O que minhas pobres, insuficientes, ansiosas palavras poderiam dizer sobre ele? Um homem que exerceu um despropósito de atividades (como diria Mário de Andrade). Um intelectual que foi professor, escritor, pesquisador, folclorista, conhecido no mundo. Uma criatura que foi tão múltipla e ao mesmo tempo, uma criatura que foi tão una, tão única para mim, no que diz respeito a minha própria história e atividade de vida.

Dessa forma, confesso, fiquei entre a cruz e a caldeirinha, mais perdida que cego em tiroteio. Diante da responsabilidade de representar a Comissão Estadual de Folclore, da qual faço parte, e das oscilações de minha mente, optei, afinal, por uma fala que pudesse misturar a memória pessoal que tenho dele e a memória que eu creio que toda a comunidade cultural dele deveria ter. Antes de tudo uma espécie de cartografia do afeto.

Vou partir de uma experiência. Não foi agradável, esclareço. Mas, foi uma experiência. No fundo, as

experiências de uma pessoa são o fundamento que ela usa para dar suas explicações.

Enquanto eu estava naquele dilema, pensando de que maneira poderia abordar a figura de doutor Guilherme, por acaso, em uma livraria da avenida Paulista, dei de cara com um livro sobre Carlinhos de Oliveira. E lá, o autor afirmava que Carlinhos, em sua juventude de rebelde sem causa, tinha sido impedido de publicar um artigo em uma revista de Vitória, pelo fato de o seu escrito ter sido considerado impróprio. Até aí, tudo bem. Imagino (e nós sabemos) que a sociedade capixaba nunca foi diferente de qualquer sociedade, naquilo que possa ter de apegada a aparências ou chegada a uma hipocrisia. Mas o choque veio mesmo quando vi que doutor Guilherme era citado como sendo causa do impedimento do tal artigo. Fiquei tão indignada, tão indignada que, me arriscando a passar por uma vândala ignara joguei o livro de lado com evidente desprezo, para espanto de alguns atendentes e freqüentadores.

Olha, eu duvido. Eu duvi-de-o-dó. Seria preciso não ter convivido com doutor Guilherme para acreditar. Ele era a própria liberalidade, a própria generosidade, em carne, alma, sangue e osso. Principalmente quando se tratava de acolher jovens escritores e incentivá-los a continuar a escrever

Isso prova que o cenário da memória cultural pode ser construído. E pior, pode ser construído de maneira frágil, astuta e leviana, torcendo-se o rabo da porca para o lado que mais interessa ao freguês.

Na verdade, Guilherme Santos Neves foi um intelectual do seu tempo. Pertenceu a urna geração que, vinda do impacto da Semana de Arte Moderna, de 22, incorporava o pensamento da época e buscava construir

uma identidade cultural para o país e fazia da profunda consciência da terra em que habitava uma bandeira de não-conformismo. Ele conhecia bem a realidade distinta e as deficiências sócio-culturais deste nosso querido Espírito Santo, sem fazer caso da sensação de frustração de morar em uma cidade acanhada e provinciana. Juntava uma sabença pessoal, adquirida nos livros, à liberdade de ver com olhos livres.

Sua devotação aos estudos folclóricos pode ser apreciada como parte de seu plano de traçar um retrato do Estado, encaixando a pesquisa do elemento capixaba no projeto modernizador que caracteriza o segundo tempo modernista, quando o apelo ao elemento folclórico era feito na medida em que nele se depositavam as fontes da nacionalidade e da identidade

A busca de traços folclóricos conduzia doutor Guilherme às festas populares, aos rituais de sabor popular religioso, à cata de cantigas de roda, provérbios, ditos e brincadeiras por todos os recantos, vila e cidadezinhas do Espírito Santo, numa tentativa de mapear o modo de ser da cultura capixaba para depois determinar como ela, sem perder o seu jeito peculiar, se inseria na cultura nacional. Prova disso é a intensa correspondência que manteve com outros folcloristas e estudiosos em todo o país e no exterior.

Pois foi nessas andanças que ele foi dar em Conceição da Barra e que o vi, pela primeira vez.

Conceição da Barra, isolada pelo Cricaré, poderoso, que só se atravessava de balsa (sem falar no rio Doce um pouco mais adiante), era uma terrinha apertada entre o mar e o rio, onde as tradições se mantinham por força mesmo do isolamento. Quase sem contato com Vitória, a população se comprazia em si própria e em seus

folguedos e festejos que remontavam àqueles distantes primórdios da fundação da vila de Barra do São Mateus. O comércio era feito por navios, casquinhas de noz, que pulavam nas ondas e vinham da Bahia. Esse cenário tinha tudo para guardar uma extrema riqueza de manifestações populares. Quando eu era menina, eu mesma fui uma pastorinha de Reis. E foi assim que a câmera de Guilherme Santos Neves me flagrou. Talvez, em toda minha vida, eu nunca possa retomar a intensidade da emoção que senti ao me ver dançando um ingênuo bailado, de vestido branco e avental de renda de bilros, com uma cesta de ofertas para o Menino Deus em uma das mãos e, na outra, um arco tecido de flores de papel crepom, no filme que ele projetou na parede externa da igreja da Barra.

Muitas vezes, o doutor Guilherme aparecia no dia dos Congos, que depois dele e de suas pesquisas, virou Ticumbi. O Ticumbi que ele descreveu em um de seus muitos cadernos de etnologia e folclore. Cadernos que eu penso que deviam ser bibliografia obrigatória em nossas escolas primárias, ao invés de outras baboseiras cheias de vaidadezinhas rompantes e afirmativas sem realidade que rolam por aí.

Aos meus olhos encantados, ele era uma figura mágica, com artefatos mágicos que gravavam, registravam e davam perpétua vida ao mundo de sons e imagens que povoavam minha infância. A impressão que me causava era a mesma que hoje me causa a figura do *bateleur* nas cartas de tarô.

Entendo hoje que a sua magia era que ele sempre se deixava percorrer por uma disponibilidade meio lúdica e irreverente diante da vida.

Posso afirmar isso, porque fui sua aluna no velho colégio do Carmo. E, depois na Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras, da UFES.

Eu me sentia tão fascinada pelo assombroso e envolvente calor pedagógico do então meu professor Guilherme que, um dia, quando estava na quarta série, fugi da enfermaria do colégio e assisti à aula queimando de febre, apesar de saber que isso me valeria (como valeu) uma reprimenda por parte da irmã enfermeira. Eu sabia que ele podia me oferecer algo que duraria por toda a minha existência.

Foi ele quem me disse, após ler uma redação colegial que eu, achando piegas, lhe entreguei com vergonha:

"Menina, você vai ser escritora."

(Ainda me lembro o título: era *Tadinho* – uma palavra de que ele, especialmente gostava. Como gostava de outras palavras que tinham uma doçura anacrônica naquela nossa classe de jovens adolescentes que, pretensiosas em sua juventude, se achavam modernas. Por exemplo: para ele, nós éramos *manducas).*

Na UFES, nas aulas de Literatura Portuguesa, alguns de nós, mais ousados, o chamávamos, carinhosamente, de Guigui (sem que ele soubesse, esperávamos). A poesia trovadoresca dos séculos XII, XIII e XIV, as histórias e as cançonetas (como *A bela malmaridada*, de que nunca esqueci) ganhavam com o professor Guilherme uma inesperada vivacidade que as tirava da mesmice bolorenta do tempo.

Ainda hoje, parece que o vejo andando pela sala, com os famosos cabelos prateados e o passo rápido, declamando:

Comigo me dasauym
Vejo-m'em grande peryguo;
Nam posso vyuer comyguo

Nem posso fugir de mym.

A sedução que exercia sobre todos, e em especial sobre os jovens, vinha de uma fonte de altivez descompromissada e sensualíssima. Havia uma paixão temporânea, uma dor e uma alegria de vida em tudo que ele dizia e fazia. Do divino ao escatológico, da mente ao corpo, nada do que era humano lhe parecia desprezível ou estranho. Eu nunca tive lição de liberdade maior.

Há tempo, sobre este planeta, a cada vez mais, as pessoas vêm perdendo a gentileza e o refinamento. Não sei como o professor Guilherme reagiu intimamente às mudanças, tão rápidas, que atingiram as sucessivas levas de alunos que vieram mais tarde. Não sei como a fina película de fascínio em que ele se equilibrava no convívio com os outros reagiu à passagem dos anos que foram se tornando cada vez mais brutais, menos dados a sutilezas.

Minha irmã caçula, Nazareth, que foi também sua aluna muitos anos mais tarde, no Carmo, fala de uma ocasião em que a turma fazia tamanho barulho que só deu conta da sua presença, quando ele, farto de esperar que acabasse a algazarra para dar início à aula, subiu literalmente na mesa. Uma a uma, as garotas foram se calando, atônitas e sem jeito, até que um pesado silêncio se fez. Ele desceu, então. Desenhou, no quadro de giz, uma caricatura de si próprio com o nariz encostado no chão. Em seguida, saiu sem dar uma palavra, deixando a classe embasbacada. Talvez ele tenha se cansado.

Outro dia, minha tia Glorinha, que também foi sua aluna, em uma das primeiras turmas em que lecionou, falou-se dos laços de amor ao folclore que a ligavam a ele e, em seguida, mostrou-me um álbum de retratos. Pude ver doutor Guilherme como jamais o vi; no começo de sua carreira. A fotografia cristalizou para sempre a

imagem de um professor muito jovem, orgulhosamente bem composto em sua toga. Mas que tinha uma ligeira e encantadora luz, oscilando entre sabedoria e malícia, acendida nos olhos.

Na última vez em que o encontrei na Livraria Logos, do Sílvio, ainda na Nestor Gomes, acompanhando por Renato Pacheco, ele já estava doente. Eu sabia. Todos nós que o amávamos, sabíamos. Por isso, foi inesperado receber dele um trocadilho quando lhe mostrei um livro.

Talvez eu estivesse delirando. Mas foi milagroso flagrar nos olhos dele uma centelha daquela mesma pequena antiga luz. Era como se doutor Guilherme estivesse brincando. Era como se o doutor Guilherme estivesse brincando gentilmente com a morte. Gentilmente. Como sempre brincou.

A autora é Professora Universitária, escritora e sócia efetiva do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

GUILHERME SANTOS NEVES: ALTO ESTÁ E ALTO MORA[1]

Renato Pacheco

Já que estamos rendendo homenagem ao maior folclorista capixaba, e um dos maiores do Brasil, inicio relembrando a crença popular que ensina que todo grande homem tem a ampará-lo uma grande mulher. No caso de Guilherme Santos Neves seu anjo tutelar foi sua esposa, D. Marília de Almeida Santos Neves.

Guilherme Santos Neves nasceu em 14 de setembro de 1906, no lugarejo ainda habitado por índios, chamado Porto Final, município de Baixo Guandu, Espírito Santo, onde seu pai, médico, prestava serviços aos operários que construíam a Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Os Santos Neves são uma tradicional família baiana, radicada, primeiramente, em São Mateus, norte do Espírito Santo, e da excelência de muitos de seus membros já dei notícia em ensaio publicado na Revista da Academia Espírito-santense de Letras, 70 anos.

O pai de Guilherme foi o Dr. João dos Santos Neves (conhecido como Dr. Jones), já referido, e sua mãe, D. Albina Gonçalves Morgado da Silva, portuguesa de Leça da Palmeira. "Mãezinha querida", ela mereceu do filho a edição do livro *Alto está e alto mora*, nótulas de folclore,título que também serve de subtítulo a esta palestra.

Fez seus estudos primários no Liceu Filomático,

da educadora Ernestina Pessoa, e secundários no Ginásio do Espírito Santo. Formou-se em Direito, em 1930, na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro.

Em sua longa vida de homem simples, foi professor - no Ginásio do Espírito Santo e no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora do Carmo, bem como nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória e de Colatina - , comerciante, juiz classista, mas sobretudo folclorista, a grande paixão de sua vida.

Faleceu, depois de alguns anos vítima de pertinaz moléstia, nesta capital, em 21 de novembro de 1989.

O PROFESSOR

Acompanhado de seu pai, foi Guilherme conversar com o secretário do Interior e Justiça, desembargador João Manoel de Carvalho (não havia, então, Secretaria de Educação). Formado em Direito, desejando iniciar vida profissional no magistério, expôs-lhe seu desejo de iniciar-se como professor de desenho, disciplina para que sempre, em toda sua vida, teve forte pendor. O secretário ouviu-o e mostrou surpresa:

— Desenho? Você, um bacharel em Direito? Vai dar aula de português no Ginásio do Espírito Santo, a cadeira está vaga...

E foi assim que, sem antever o futuro, João Manoel prestou grande benefício à cultura capixaba.

Guilherme formou milhares de jovens, seus amigos e/ou admiradores pela vida em fora. Dois nomes que me lembro avultam da primeira década: Augusto Ruschi e Tulo Hostílio Montenegro.

Chamava os alunos de manducas ou batutas, e os

cinco melhores do mês eram promovidos a baluartes e se sentavam na primeira fila de carteiras.

Pouca gramática (inspirada em José de Sá Nunes), muita leitura e redação. Confesso que, nos primeiros meses em que assisti a suas aulas — estava com onze anos, corria o ano de 1940 — tinha-lhe medo, em virtude de suas notas baixas (se comparado com o outro professor, Clóvis Rabello), assim como por sua ironia, com a qual nos iríamos deliciar ao passar dos anos.

Em 1934, redemocratizado o país, mais uma vez, foi convocado a submeter-se a concurso para catedrático, o que lhe daria vitaliciedade no cargo. Apresentou tese, com fundamento em Saussure e nos principais lingüistas da época, intitulada "Da interjeição imperativa, forma elementar de linguagem", que ele mesmo achava imatura e pedante.

Felizmente para ele (e não para o Brasil), veio a carta de 37 e os concursos foram suspensos, os ditadores têm medo dos catedráticos. Reabertos em 1948, quando o país estava, de novo, em lua-de-mel com o estado de direito, o professor Guilherme apresentou primorosa tese, "À margem do mais-que-perfeito", que recebeu de todos os examinadores, principalmente do Prof. Rocha Lima, os mais calorosos aplausos. Toda a literatura portuguesa, bem como a brasileira, examinou-as o autor, estatisticamente, para verificar ao longo de meio milênio a evolução do uso do tempo mais-que-perfeito em seus clássicos — uma pequenina obra-prima.

Os lauréis não modificaram em nada o grande mestre.

E o que ensinava ele?

No primeiro, segundo e terceiro anos do ginásio, leitura, redação, e noções práticas de gramática.

Aprendemos, à medida que as leituras se sucediam, que não se pode tirar o *i* em súbito e adivinhar; o uso da crase; a conjugação dos verbos; mal antes de ferido e doente; pedir para; som do *x*; atração das variações pronominais; regência verbal; prefixação; divisão do livro, com sua capa, em brochura ou cartonada, o dorso ou lombada, guardas, ante-rosto e rosto, cantos ou cantoneiras, prefácio e posfácio; salso elemento quer dizer mar; e que se diz refrega e azáfama; os complementos verbais; diferença entre ablação, ablução e oblação; e que Oscar conserta sapatos e que Grijó concertou com os vadios um meio de faltarem à aula; e que "save our souls" deu origem ao S.O.S., os sinais mais simples em morse, salvai nossas almas: tudo anotado no bloco de rascunho e depois passado a limpo no Caderno Português, Aluno 205, Colégio Estadual do Espírito Santo.

Os temas de redação eram os mais criativos possíveis: para as meninas, "A fagueira idade das bonecas"; para todos, "Cada dia que passa...", "O que estou lendo...", "Vale a pena uma greve?"

Na quarta série tínhamos noções de gramática histórica (exigência do programa) e estudávamos mais a fundo autores brasileiros e portugueses, como Olavo Bilac, Graça Aranha, Machado de Assis, Monte Alverne, Vicente de Carvalho, Alexandre Herculano e Almeida Garrett.

O terceiro colegial — completado em 1946 — foi um curso completo de literatura brasileira, que faria inveja hoje a muitas escolas superiores!

O AMIGO DOS JOVENS

Do apoio que o professor Guilherme sempre deu

aos jovens vocacionados para as letras, destaco a edição, por ele coordenada, dos jornais estudantis *Excelsior*, no Colégio do Carmo, e *Comandos* (nome inspirado em forças britânicas de ataque de surpresa) no Colégio Estadual. Este começou datilografado e mimeografado pelo secretário do estabelecimento, Paulo Alfredo da Silva, e foi depois impresso na Tipografia do Aparelhamento Escolar, e morreu como revista feita nas oficinas da *Vida Capichaba*. (Minha coleção completa cedi-a a uma exposição nacional de jornais escolares, em Belo Horizonte, MG, e nunca me devolveram. Quem empresta o que tem...)

Quando fundamos a Academia Capixaba dos Novos, Guilherme Santos Neves foi logo eleito honorário e contribuiu conosco com sugestões de cursos e fez palestras.

Romulo Salles de Sá, Renato Bastos Vieira, Setembrino Pelissari, Luiz Caetano da Silva e eu editamos, em 1948, um livrinho para ajudar o Orfanato Cristo-Rei, *Pobres crianças do Brasil*. Mestre Guilherme redigiu, em homenagem ao grupo, um de seus raros (talvez o único) poemas líricos e sentimentais, intitulado "Quem dera que a morte...":

Menino aleijado
que anda na rua
puxando o pezinho
virado pra trás

Quem dera que a morte
depressa lhe desse
a paz...

Menino doente
que tosse que tosse
com ânsia tão forte
que nem se descreve

Eu fico querendo
que a morte bondosa
o leve...

Menino magrelo
tão triste e tão só
sem beijos de mãe
menino sem sorte

Que bom se inda hoje
da terra o tirasse
a morte...

Menino perdido
comido de vícios
futuro tão negro
tão negro — tadinho!

— "Que morra depressa"
eu digo comigo
baixinho...

Menino aleijado
menino doente
sem beijos de mãe
dos vícios ao léu

Que grande alegria
se a morte piedosa
levasse vocês
pro céu.

Dez anos depois, não fora seu decidido contributo, não teria eu conseguido trazer a Vitória os Jograis de São Paulo, que se exibiram, com a casa à cunha, no Teatro Carlos Gomes no dia 29 de abril de 1957.

Eu conhecia, de São Paulo, o grupo então iniciante: Ruy Afonso, Armando Bogus, Felipe Wagner e Rubens de Falco. Comprei-lhe o disco e o emprestei a Mestre Guilherme que se entusiasmou, de pronto, com o estilo novo de dizer poesia. Conseguiu cessão gratuita do teatro, e os quatro rapazes encantaram Vitória com um recital luso-brasileiro, que nos relembrou Camões, Garrett, Antônio Boto, José Régio, Miguel Torga, Fernando Pessoa, Castro Alves, Casimiro de Abreu, Artur Azevedo, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Alphonsus de Guimarães e os modernos nossos, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Cecília Meirelles, Guilherme de Almeida, muitos inéditos em terras capixabas. Foi um encantamento só.

O ADVOGADO

Bacharel em Direito, como toda a gente, advogado inscrito na Ordem, exerceu com parcimônia a profissão, salvo numa advocacia de partido para a Sul América Seguros, e um ou outro caso de interesse da família e de amigos.

Estou que uma ocorrência frustrante, no começo da carreira, o marcou muito.

Naquele tempo (década de 30) não havia defensoria pública. Mensalmente a OAB sorteava o advogado que iria atender aos casos da assistência judiciária.

Quando o jornalista Gerson Loureiro brutal e imotivadamente assassinou a professora Matilde Crema,

em frente ao Banco do Brasil, ainda na agência única da avenida Jerônimo Monteiro, Guilherme disse ao amigo Paulo Vellozo:

— Tenho tão pouca sorte que vou ser sorteado para esta defesa...

E foi. O criminoso foi condenado.

Paulo bolou, em conluio com o irmão Jones Santos Neves, então dono da Drogaria Popular, que tinha correspondentes no interior, uma brincadeira. Mandaram de Baunilha, onde morava a família da vítima, um caixote com um pato de presente para o jovem advogado. Junto uma pretensa carta do patriarca dos Crema, agradecendo, ironicamente, ao jovem causídico, por ter defendido tão mal o acusado, o que o levou à pesada condenação.

Guilherme disse a Paulo e aos demais amigos:

— Estou arrasado. Nunca mais, na vida, advogo.

Foi então que, penalizados, todos desfizeram a comédia — que quase vira tragédia — recebendo, de volta, sonoro xingamento.

A PADARIA ELÉTRICA

Patrimônio da família, a Padaria Elétrica, na então rua Misael Pena, foi, durante cerca de três décadas, gerida por Guilherme que, se diga de passagem, nenhuma vocação tinha para as lides comerciais.

Na década de 30 um furgão levava o pão da Elétrica até a distante Praia Comprida. No veículo gravado um padeiro, vestido a caráter, servindo o pão quentinho, concepção gráfica do próprio gerente. Nas décadas seguintes manteve, gerenciado pelo soturno Sr. Vitório Antolini, depósito na avenida Capixaba. Dele fala o filho Luiz Guilherme Santos Neves, na pele do saudoso cronista Luís de Almeida:

"Ali também (naquele sobradinho) no térreo antes ocupado pela Western, meu pai, que um dia foi padeiro, ou melhor, dono de padaria, abriu, na década de quarenta, o depósito da Padaria Elétrica para conquistar o mercado consumidor do centro da cidade. [...] O pão era transportado até o depósito num triciclo a motor, com bagageiro dianteiro, azul-brilhante."

"A padaria [prossegue o Escrivão da Frota] ficava na rua Misael Pena ou da Santa Casa, em baixo da casa do meu avô paterno, que, além de um dos seus sócios, era principalmente médico, como meu pai era principalmente professor. Entregue a dois profissionais liberais, a padaria não se fez longeva, apesar de ter servido bravamente para alimentar de pão grátis duas gerações da família. Bastava fazer a encomenda pelo telefone de parede com gancho lateral, auscultador em forma de sino e fone de focinho. O número, que tinha de ser pedido à telefonista, era 382. Só isto e estava assegurado o pão nosso de todos os dias. Alô 382, por favor. A família crescia panificada e feliz." (Santos Neves, Luiz Guilherme. *Escrivão da frota*, Vitória, IHGES/Cultural-ES, 1997, p. 195-6)

A mudança do movimento comercial para a zona norte da ilha fez com que muitas padarias centrais como a do Sr. Minininho Pessoa, a Sarlo, a Elétrica, fechassem suas portas.

NA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Foi, porém, a condição patronal que lhe permitiu, a partir de 1940, participar como vogal classista da única junta de conciliação e julgamento trabalhista do Estado. Durante muitos anos, com correção, zelo e imparcialidade,

seguindo as lições doutrinárias de Délio Maranhão, assistiu primeiramente junto ao Dr. Carlos Lindenberg e depois perante o juiz Beresford Martins Moreira na modesta sala de audiências situada no primeiro andar dos fundos do Edifício Glória, com vista para o canal. Eram vogais dos empregados Saturnino Rangel Mauro e depois Aldércio Aquino, os quais, muita vez, abandonavam a orientação do juiz togado para seguir a do vogal dos empregadores, fruto de suas ponderosas considerações sobre o assunto em pauta. Dr. Beresford, sempre cioso de sua elevada posição na curul presidencial, rendia-se mas não se convencia. Resta lembrar que naquele tempo de vacas magras, juiz classista não tinha férias nem se aposentava, e Mestre Guilherme deixou a função, cumpridos os prazos possíveis de reeleição, modestamente, como sempre, após haver servido ao judiciário trabalhista com sua grandeza de sempre.

O DESPORTISTA

Homem que amava a vida, praticou dois esportes, que o entusiasmavam.

No futebol, foi goleiro do América, de nossa capital. Na inauguração do Estádio Governador Bley, o sonho que levou o Rio Branco à falência, atuou, na preliminar, defendendo as traves dos Advogados, contra os Médicos. Como guarda-vala, conquanto de estatura meã, se desdobrava com autêntico gato em cima de telhado quente. Era torcedor do Fluminense do Rio de Janeiro.

Já casado, dedicou-se ao tênis, jogando pelo Parque Tênis Clube, que funcionava na esquina oeste do Parque Moscoso, onde depois foi o Jardim de Infância Ernestina Pessoa e é hoje o novo Centro Científico da Prefeitura

Municipal de Vitória.

Muitos e muitos anos mais tarde, na década de 50, aos domingos, pegava os filhos e a mim, no DeSoto azul placa 1-02-10 e íamos jogar animadas peladas, nas areias da praia de Camburi, então uma terra longínqua, desabitada, não poluída e quase paradisíaca.

BREVE EXPERIÊNCIA POLÍTICA

Em virtude de sua simpatia por Getúlio Vargas e para apoiar, indiretamente, o irmão Jones, prócer do Partido Social Democrático (PSD), filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo qual foi candidato a deputado estadual.

Sua maneira franca de interpelar amigos e inimigos não o fazia um bom político, destes invertebrados que se amoldam a qualquer situação.

Faltava-lhe jogo de cintura para enfrentar os meandros da vida política, pois, como lembra o amigo João Ribas da Costa, "reagia abertamente ao sentir desagrado diante de algum episódio recriminável: mas era uma reação forrada de espanto, não de ira". (*Estudos em homenagem a Guilherme Santos Neves*, Vitória, 1976, p. 16)

Paulo Vellozo, o amigo da juventude, lhe disse certa feita:

— Guilherme, você deve passar para a oposição, pois está atrapalhando o Jones...

Na eleição de 1950, ambos os candidatos apostaram quem teria mais votos. Acompanhavam, os dois, a apuração, com entusiasmo.

Quando a votação de Paulo ultrapassou a de

Guilherme, este lhe fez outro repto:

— Paulo, em Caçaroca terei mais votos que você. Vamos apostar?

Paulo, brincalhão como sempre, não esperando voto algum naqueles altos do rio Marinho, disse:

— Feito.

Aberta a urna daquela então longínqua povoação da Zona Eleitoral da Capital, Paulo venceu Guilherme por cinco ou seis votos.

Mais tarde o amigo que prometera muitos votos a Guilherme, em Caçaroca, justificou-se:

— É que meu sogro devia favores ao Dr. Paulo Vellozo e teve que dividir os votos com o senhor.

Esse episódio (com mil variantes) Paulo contava sempre que vinha à baila o assunto campanhas eleitorais.

Nas eleições que se seguiram o professor nunca mais se candidatou a cargo eletivo. Ele sabia que gato escaldado...

O FOLCLORISTA MAIOR

É consenso entre os que o conheceram e estimaram que o folclore foi a grande paixão intelectual de sua vida, especialmente depois que reuniu um grupo de amigos em torno da Comissão Espírito-santense de Folclore, de que o Mestre era a alma e o motor.

Guilherme iniciou-se no folclore através do estímulo da professora Maria Stella de Novaes. Apesar da divergência que empanou o fim da vida de ambos, e de que falarei no momento oportuno, ele sempre reconheceu o débito contraído com a veneranda naturalista e historiadora.

Em 11 de março de 1943, o já consagrado professor,

embora sempre tímido, iniciou no jornal *A Tribuna* desta Capital uma série que chamou "Dois dedos de folclore e de linguagem" e que, modestamente, firmou com o pseudônimo Gil Brás. O primeiro artigo, cuja conclusão saiu a 14 de março seguinte, é "O pé e a mão no rifoneiro e na poesia popular". Depois, a 18 de março, "A mulher, o gato e outros bichos"; no dia 25, "O mal de amor", seguindo-se muitos outros durante anos. Já em seu nome, transferiu a colaboração para *A Gazeta*, para a qual colaborou por mais de vinte anos.

A fim de congregar os poucos interessados na cultural popular, fundou, em 23 de maio de 1946, o Centro Capixaba de Folclore, de vida efêmera pois foi substituído, em 1948, pela Subcomissão Espírito-santense de Folclore, órgão local da Unesco, de que foi o secretário.

O esforço, a abnegação, o desprendimento, a competência de Guilherme Santos Neves elevaram esse órgão no panorama nacional, e deram-lhe real projeção também em Portugal e países hispânicos.

A Comissão se dedicou inicialmente à pesquisa das festas populares, objeto mais notório e, para muitos, únicas representações válidas do folclore.

Foram documentadas, em Conceição da Barra, as festas do Alardo, Ticumbi e Reis de Boi, de 1949 a 1958; puxada de mastro, na Serra, de 1949 a 1957, assim como registrou-se a existência da mesma festa em Goiabeiras, Manguinhos, Pitanga, Jacaraípe e Nova Almeida; em Marataízes foi estudada a festa das canoas (registrada pela primeira vez por Rubem Braga, na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*) em 1952 e 1953. A convite do professor Dirceu Cardoso, foram registrados, em 1955, 1956 e 1957, em Muqui, as Folias de Reis do sul do Estado e norte do Estado do Rio.

Não descurou, todavia, Mestre Guilherme do ensino do folclore, base para formação de novos pesquisadores, o que foi feito através de cursos e conferências, a partir das aulas do próprio Guilherme às professoras leigas em janeiro de 1952, seguindo-se cursos às normalistas dos Colégios do Carmo e Americano, isto sem esquecer a realização de semanas e mutirões do folclore.

Para atualizar-se Mestre Guilherme compareceu a congressos nacionais, em 1951, 1953 e 1957, e a congresso internacional em São Paulo, em 1954.

O ministro Renato Almeida, eminente folc-musicista e presidente da Comissão Nacional de Folclore, convocou, para agosto de 1954, no Rio, o Primeiro Congresso Brasileiro de Folclore. Fomos, de Vitória, Mestre Guilherme, o desembargador Eurípedes Queiroz do Valle e eu. Conhecemos no auditório do MEC os luminares brasileiros do folclore, Câmara Cascudo à frente.

Mestre Guilherme foi eleito um dos redatores da Carta do Folclore Brasileiro, finalmente aprovada. Na visita que fizemos, ciceroneados por Renato Almeida, ao presidente Getúlio Vargas, no Catete, Getúlio, ao ser apresentado ao professor Guilherme, perguntou-lhe:

— Como vai seu irmão Jones?

Numa das noites livres, os três mosqueteiros capixabas fomos a um teatro, na Cinelândia, onde assistimos à peça *A morte do caixeiro viajante*, de Arthur Miller, com o ator Jaime Costa.

Com tristeza relembro que, daqueles folcloristas então presentes, só estão vivos Hildegardes Viana, da Bahia, e eu.

Baseado em duas exposições anteriores, foi fundado em 1953 o Museu de Folclore, no qual o professor atuou praticamente sozinho. Em 1958 o Sr. André Carloni,

delegado do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cedeu à Comissão a capelinha de Nossa Senhora das Neves, no morro de São Francisco, para sede definitiva do museu, o que contou com o apoio do prefeito da capital, Mário Gurgel. Paulo Fundão, que morava ao lado, era o curador. Tendo Carloni deixado a Delegacia do IPHAN, o imóvel foi retomado e o Museu de Folclore passou a funcionar no sótão do Solar Monjardim, em Jucutuquara. Quando de uma das muitas reformas que o colonial imóvel sofreu, todas as peças de folclore foram encaixotadas, e estavam se deteriorando a olhos vistos. Somente em 1980 Mestre Guilherme, dono do acervo, autorizou-me a enviá-lo ao Rio, para ser restaurado e incorporado ao Museu Edson Carneiro do Instituto Brasileiro de Folclore.

Assim se fez e a decisão foi por alguns criticada, sob o fundamento técnico válido de que o fundo museológico fora aqui criado e aqui devera permanecer.

Todavia, a meu pensar, a solução foi correta: qual melhor, um acervo encaixotado comido pelos cupins, ou um acervo vivo, catalogado cientificamente, restaurado e a serviço de pesquisadores de todo o mundo?

Para incentivar algumas manifestações folclóricas e despertar o interesse popular, Mestre Guilherme promoveu concursos de raias e papagaios, de cantigas de roda, de congos, de presépios, de fotografias da Marujada do Morro dos Alagoanos, além de patrocinar exibições da Marujada e do Baile de Congo de Piranema. No mesmo sentido, durante cerca de um ano (1950-1) lançou ao ar, na Rádio Espírito Santo, o programa Penedo Vai, Penedo Vem, com editoriais, entrevistas e músicas do folclore capixaba.

Material audiovisual, em grande parte perdido, ou

de difícil recuperação, com filmagens do Alardo e Ticumbi de Conceição da Barra, da puxada do mastro, da Serra, do casamento pomerano em Recreio (Santa Maria do Jetibá) e inúmeras gravações de músicas de congo, embaixadas, festa das canoas e Reis, através de centenas e centenas de quilômetros por um Espírito Santo quase desconhecido então.

Inicialmente as gravações eram feitas com um gravador Webster de fio imantado, depois com um antiquado gravador de fita em rolo.

Fazia pena ver o Mestre conduzindo a pesada maleta vermelha, pois ele tinha que fazer, pessoalmente, as gravações. O gravador com o tempo era vidro e se acabou... Ficaram guardados rolos preciosos de fios.

Em maio de 1980, visitando o American Folklife Center da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em Washington, D.C., vi um gravador Webster igualzinho, funcionando perfeitamente. Através de Bráulio do Nascimento, foram enviados para o referido Centro, em 14 de outubro de 1980, ao titular do Arquivo, Sr. Joseph C. Hickerson, dez fios Webster gravados. Em 10 de fevereiro seguinte o mesmo funcionário se comprometia, por carta, a fazer cópias de preservação tão logo possível, dando ciência oportunamente quanto ao custo das cópias.

Aguardamos, até hoje, nova carta do Archive of Folk Song.

Muita coisa foi feita. De tudo o que restou como fonte, de mais importante é o boletim *Folclore*, editado a expensas, quase que totalmente, do secretário geral da Comissão. O primeiro número é de julho-agosto de 1949 e o último de dezembro de 1982, ou seja, 33 anos de larga penetração entre especialistas do mundo todo.

O Mestre recolhia as contribuições, paginava-as,

levava-as para a gráfica, fazia revisão, e pronto o boletim o remetia, pessoalmente, do Correio central de Vitória para Deus e o mundo. Um sucesso internacional. Colaborações especiais vieram logo, a partir do n. 4, de Renato Almeida, Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo, Bráulio do Nascimento, Hildegardes Viana, Mariza Lira, Cecília Meirelles, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Menezes de Oliva, Rossini Tavares de Lima, Fausto Teixeira, Dante de Laytano, Edson Carneiro, Théo Brandão, Alceu Maynard Araújo, Paulo de Carvalho Neto, Manuel Diégues Júnior, Florival Seraine, Loureiro Fernandes, Florestan Fernandes, René Ribeiro, Nieves de Hoyos Sancho, Felix Coluccio, William Wieland, Armando Leça, António Castillo de Lucas, Albert Marinus, Fernando Castro Pires de Lima, todos de elevado nível e fama na área das ciências humanas.

Nosso professor participou, ainda, do grupo executivo que editou o *Atlas Folclórico do Brasil: Espírito Santo* (Rio, Funarte, INF, 1982), para o qual ofereceu também o artigo "Componentes culturais do folclore capixaba" e foi, desde 1961, membro do Conselho Nacional de Folclore, na companhia de luminares como Loureiro Fernandes, Câmara Cascudo, Rossini Tavares de Lima e Joaquim Ribeiro.

COMES E BEBES

Na década de 50, a cada atividade vitoriosa da Comissão, D. Marília e Mestre Guilherme ofereciam aos companheiros do evento uma gostosa feijoada, regada a batidinhas de limão. (Em carta de 18 de novembro de 1959 o Mestre registra: "enquanto escrevo a você beberico

a minha batidinha de limão...") e precedidas de muitas anedotas, contadas principalmente por Paulo Vellozo e Nelson Abel de Almeida. A casa era na rua Afonso Brás, 73, e ainda está lá, lembra o filho Reinaldo Santos Neves: "Tem um quê até que altaneirozinho, levantada que foi em cima de uma pedra, e ainda com o toque feudal de um torreão todo empertigado à esquerda de quem olha. [...] Duas grandes varandas, a de cima e a de baixo, correm ao longo da fachada da casa [...] Na frente da casa, ao rés da rua, o jardim. Legiões de margaridas faziam ponto nos canteiros, à sombra de um chorão, uma tília e duas acácias amarelas. Das acácias partiam, todo fim de ano, os galhos floridos para enfeitar a casa dos vizinhos e assegurar a sorte o ano inteiro. Nos fundos tinha um quintal em patamares [...] O quintal tinha uma coleção de árvores frutíferas. Pés de goiaba, amora, pitanga, limão galego e dois pés de manga. [...] No fundo do quintal, alto e garboso, ficava o pé de abacate." (In *Escritos de Vitória*, Vitória, PMV, 1993, p. 87)

Com o tempo os *habitués* se sentiram na obrigação de retribuir, e D. Eurídice e Dr. Eurípedes ofereceram vatapás, D. Mabel e Nelson, moqueca, Antonieta e Eugênio, sarapatel, Nezita e Paulo Vellozo a lasanha da Clara Anechini (José Leão disse que já comera lasanha na Luigi, e não gostara da então novidade italiana. Paulo prometeu-lhe um franguinho, mas Zequinha foi e se fartou de comer lasanha, dizendo: Isto é outro prato...) Tilda e eu, com o apoio de D. Valu, oferecemos, na rua 7, uma feijoada, que contou, até, com a honrosa presença de Câmara Cascudo, de passagem por nossa capital. José Leão se escusou alegando que Karime, a esposa, exigira um fogão novo para oferecer um almoço de comida árabe. Demorou mas ele também acabou cumprindo sua

obrigação, em animado almoço (dizem) a que não compareci pois já morava no interior.

O QUE VAI SER DA COMISSÃO?

Já disse e redisse que uma das paixões de Mestre Guilherme era a Comissão de Folclore, era o folclore, a pesquisa da cultura de nosso povo.

Lamentava que Hermógenes Fonseca e eu, seus seguidores mais diretos, assim como os filhos, não amássemos o folclore com igual paixão.

No livro *Era uma vez Hermógenes Lima Fonseca*, p. 54, o atual presidente da Comissão Espírito-santense de Folclore, professor Eliomar Mazzoco, dá interessante depoimento.

Ao encontrar Hermógenes, no dia 8 de maio de 1996, em casa de sua filha Angélica, ele Hermógenes — que viria a falecer dias depois — "danou a chorar lembrando de Mestre Guilherme, para em seguida perguntar de onde surgíramos e completou: Eu dizia a Mestre Guilherme, quando ele se preocupava em quem ia continuar a Comissão e eu afirmava que isso não era preciso de catar. Tinha que esperar que vai aparecer, vai amadurecer em alguém aquele calor folclórico necessário."

MAGNÍFICA OBRA

De 1943 a 1971, quando Bráulio do Nascimento publicou a monumental *Bibliografia do Folclore Brasileiro*, Guilherme Santos Neves já havia publicado 60 importantes trabalhos sobre o folclore capixaba.

Destes, reputo os mais importantes:

— *Cantigas de Roda*, volumes 1 e 2, em co-autoria com João Ribas da Costa, a cujo cargo ficou a parte musical (1948 e 1950);

— *Cancioneiro capixaba de trovas populares*, 1949, mil trovas recolhidas através de inquéritos em todo o Estado;

— *Nau Catarineta*, Vitória, ETV, 1949, versões várias deste romance, inclusive as que foram registradas entre nós e depois coletadas no completo *Romanceiro capixaba*;

— *Alto está e alto mora* (nótulas de folclore), Vitória, 1954, reunião de textos dedicados a sua querida D. Albina, então recentemente falecida;

— *História popular do Convento da Penha*, Vitória, Cooperativa Editora Livros do Espírito Santo, 1958, trabalho de um devoto de nossa padroeira, que causou polêmica, sobre a qual falaremos em tópico especial;

— *Normas para pesquisa de literatura oral*, Rio, CDFB, 1969, de grande importância pois esta orientação foi amplamente divulgada entre pesquisadores de todo o país;

— *Folclore brasileiro: Espírito Santo*, Funarte, Rio, 1978;

— *Romanceiro capixaba*, Funarte/Fundação Ceciliano Abel de Almeida, Vitória, 1983.

Não nos podemos esquecer de suas duas teses de concurso já referidas, de seu especial carinho com estudos pertinentes sobre Machado de Assis e Camilo Castelo Branco, autores muito de sua predileção, e a publicação póstuma (*Visão de Anchieta*) contendo seus estudinhos sobre Anchieta, outro de seus prediletos.

Para produzir tão vasta, erudita e valiosa obra, Guilherme Santos Neves foi um pesquisador e leitor compulsivo.

Entremos em sua intimidade livresca.

É na bela obra ficcional em construção de seu filho Reinaldo que vamos encontrar as preciosas informações que a seguir transcrevemos.

Em *A Confissão*, p. 7: "Meu pai, deitado na cama, cabeça apoiada no casal de travesseiros, lia os sermões de Vieira, com ajuda de um de seus grossos lápis de duas pontas..."

Visão que se repete à p. 17: "Meu pai, porém, gostava de espreguiçar na cama dominical, lendo seus clássicos de cabeceira — Diogo do Couto, Vieira, Bernardes, Francisco Manoel de Melo."

Anteriormente, em *As mãos no fogo: o romance graciano*, Reinaldo, meio ficção, meio realidade, já personificara o pai na pessoa do velho Graça.

À p. 59 fala nas paredes forradas de livros... Logo após, p. 60, nas cartas recebidas de Câmara Cascudo, Cecília Meirelles, João Felício dos Santos. À informação de que o velho dera muitos anos de aulas de literatura portuguesa (p. 98) segue-se a descrição da figura do pai, "velho de sessentantos anos, terno e patrício, e gravata, olhos âmbar-grises, sorrisos soslaios. Condescendente a figura." (P. 99)

Antes falara na intenção preguiçosa do pai de reunir seus escritos vários já publicados pela imprensa (p. 71) e em dois passos diz de sua admiração por Jorge de Lima, o da *Invenção de Orfeu*, não o dos prévios poemas modernistas. (P. 59 e 101)

Diversos outros autores se referiram a Guilherme Santos Neves como um pioneiro e descobridor de fatos folclóricos capixabas que, sem ele, estariam perdidos.

Manuel Diégues Júnior, Rossini Tavares de Lima e Cristiano Ferreira Fraga estão entre estes.

Nina Rodrigues, em *Os africanos no Brasil*, se reportara à cabula, um culto afro-brasileiro referido pelo bispo D. João Batista Nery, sem localizá-lo. Pois foi Guilherme Santos Neves que, no *Caderno de Etnografia e Folclore* n. 3, de 1963, publicou os diários do bispo, desvendando, definitivamente, a localização mateense da seita.

E Rossini, em *Estudos em homenagem a Guilherme Santos Neves*, Vitória, 1976, p. 23, diz taxativamente:

"Afinal, ninguém pode falar em instrumentos musicais folclóricos do Brasil, sem mencionar a casaca, modalidade de idiofone raspado [...], peça de música, artesanato e arte, também na manifestação de escultura que se observa em seu pega-mão."

A "HISTÓRIA" DA *HISTÓRIA POPULAR DO CONVENTO DA PENHA*

O grupinho de intelectuais freqüentadores assíduos da Livraria Âncora, na rua Nestor Gomes, aos sábados, deliberou, com o proprietário do estabelecimento como gerente, criar a Cooperativa Editora Livros do Espírito Santo.

Foi escolhido o primeiro volume a ser editado: *História popular do Convento da Penha*, de Guilherme Santos Neves.

Pagas as primeiras quotas, o livro foi para o prelo, e noticiamos o auspicioso evento pela imprensa local.

Logo a seguir, recebi zangada carta de minha amiga Maria Stella de Novaes, datada de 6 de maio de 1958, em que, entre outras coisas, advertia que "o primeiro livro, no prelo, é justamente de um tema que precisa ser bem considerado".

Alegava que editara, anteriormente, o livro *Relicário de um povo* sobre o mesmo tema, o que, a seu pensar, lhe dava garantia de que nenhum outro livro sobre nossa padroeira fosse editado.

Respondi à distinta coestaduana, delicadamente, dizendo-lhe que nossa padroeira merecia muitos livros, tanto assim que, em 1888, Gomes Neto publicara *As maravilhas da Penha* e neste século Frei Basílio Röwer, O.F.M., e Norbertino Bahiense tinham versado o mesmo tema.

Insatisfeita, a ilustre professora voltou à carga, em carta de 16 de maio seguinte. A par de agradecer a atenção de minha resposta pronta, repetia: "Para que mais um livro sobre a Penha, assunto já esgotado?"

Aproveita e envia farpas contra nossa Comissão de Folclore: "O folclore, no Espírito Santo, é de estranhos para estranhos ou reduzido a ticumbis e reisados, sem profundidade científica." Preconceito contra nossas festas à parte, restou seu desabafo de que muito auxiliara seu amigo Dr. Guilherme nos primeiros passos dessa interessante ciência.

Ambos os livros foram publicados, com o relativo sucesso que se poderia esperar então, e Nossa Senhora da Penha continuou, nesses 40 anos seguintes, a proteger (ou não) seus afilhados, os capixabas.

DIRETOR DA *VIDA CAPICHABA*

A *Vida Capichaba* (com ch), revista lítero-social que se publicou, em Vitória, de abril de 1923 a fevereiro de 1957, foi fruto da obstinação do Prof. Manoel Lopes Pimenta.

Sua redação e oficinas eram na avenida Capixaba (com x), onde hoje está a Loja Strauch. O cômodo era triangular; à frente havia três compartimentos, separados por tabiques, dois para os compositores manuais, à Gutenberg, que eram o Pedrolino Siqueira e o João da Cruz, obeso fundador e presidente eterno do Centenário Futebol Clube, da Praia Comprida. No terceiro espaço ficava a empoeirada mesa da redação. Na parte maior do triângulo ficava a impressora plana, onde Luiz Gorassi estava, eternamente, acertando os parquetes das páginas.

A gráfica se mantinha não da revista, mas de encomendas de blocos, principalmente da Companhia Vale do Rio Doce.

Pimenta, muito econômico, sempre conseguia um redator, dizia ele, "a leite de pato".

Almeida Cousin fora redator em 1935, Alvimar Silva de 1939 a 1944, Abílio de Carvalho em 1945, e a seguir José Luiz Holzmeister, todos jornalistas profissionais em outras empresas. Lá pelas tantas, à falta de novos candidatos à função não remunerada, Pimenta, que era acadêmico, entregou a revista à Academia Espírito-santense de Letras. Passaram a ser editores Eurípedes Queiroz do Valle, Guilherme Santos Neves, Eugênio Sette e eu.

Mas Mestre Guilherme era a alma da redação. Recolhia os escritos dos outros, fazia o texto de folclore, o consultório do Prof. Nostradamus (com o filho, Luiz Guilherme), a escolha bem cuidada da foto da capa, a difícil tarefa de revisão.

A redação era pertinho do Colégio Estadual, onde dávamos aulas, e dávamos um pulinho na revista, nos vinte minutos do recreio. Às vezes Paulo Vellozo aparecia e íamos os três tomar caldo de cana e pastel, no Lyra, ao

lado do Mercado da Capixaba.

Certa vez, em que não estávamos, Paulo deixou colada no vidro da redação a quadrinha que ficou famosa entre nós:

A Vida, que importa a Vida,
Esta Vida fedorenta.
Só serve pra dar dinheiro
A Manoel Lopes Pimenta.

A dedicação de Mestre Guilherme aos colaboradores, inclusive do interior, era tanta, que declaro inverídica a informação do escritor Jason Tércio, à página 37 de seu precioso livro *Órfão da tempestade*. Tanto isto é verdade, que a crônica de José Carlos Oliveira foi publicada e a referência expressa ao Dr. Guilherme fica por conta do afeto do ex-aluno. Que censura é esta que publica, com destaque, o texto censurado? A bem da verdade, Precoce deixou de escrever na revista, que nada lhe pagava, pois conseguiu com os Buaiz, que o protegiam, lugar na *Folha do Povo*.

Pimenta aposentou-se como professor e se mudou para o Rio de Janeiro. Propusemos o arrendamento da *Vida Capichaba* e entre meus perdidos (expressão favorita do Prof. Guilherme) ainda tenho a minuta do contrato de arrendamento, redigido por Eugênio Sette. O proprietário, no entanto, preferiu a venda e o fez a dois jovens jornalistas, César Vieira Bastos e Élcio Álvares, que tentaram, em vão, manter e mesmo modernizar a revista.

VOLTANDO À LIVRARIA ÂNCORA

Até 1950 Vitória não tinha livrarias. Alguns empórios e papelarias vendiam livros, especialmente escolares.

Basílio Zahar tinha uma pequena livraria, a Técnica, que depois passou a Durval Cardoso, no térreo do Hotel Europa. Os padres pavonianos convidaram Nestor Cinelli, egresso do Empório Capixaba, para gerenciar-lhes a moderna livraria que inauguraram, primeiro na rua Barão de Itapemirim, no Edifício Álvares Cabral, e depois na Nestor Gomes, onde está, atualmente, a Livraria da Ilha.

Sob os olhares azuis, cordiais e atentos de Ivanilda, a Livraria se tornou o ponto de atração dos intelectuais vitorienses, principalmente aos sábados.

Promovia lançamentos, sabatinas e edições. Quando se escrever a história cultural do Espírito Santo, por certo, terá lugar de destaque.

Houve, nas décadas seguintes, mudança de hábitos, falecimento de muitos e dispersão urbana, deixando a livraria com poucos fregueses, extinguindo-se o brilho intelectual que ela, inegavelmente, comandava.

No final da década de 70, continuamos fiéis dos sábados na Âncora só Mestre Guilherme e eu. Lá nos encontrávamos para ver as novidades, para um papo amigo, e voltávamos pelas 11 horas no ônibus Jardim da Penha, o professor morando, então, na rua Nilton Thevenard, na Mata da Praia II.

Achava patético o zelo de nosso mestre anotando, em pequenas tiras de papel, o nome dos novos livros de história, que poderiam, talvez, servir ao magistério de seu filho mais velho. Só não sei se o Prof. Luiz Guilherme alguma vez recebeu aquelas filipetas paternas.

EPISTOLÓGRAFO

Guilherme foi, sem favor, nosso maior epistológrafo, tanto pelo estilo das cartas, quanto por seu conteúdo e

freqüência com que se dirigia aos amigos.

Sua caixa postal 517, no Correio Central de Vitória, era movimentadíssima.

Manteve correspondência com Europa, França e Bahia. Até em esperanto, certa vez, escreveu para o Japão!

Na *Revista* do IHGES, n. 52, p. 267, Ivan Borgo, na pele de Roberto Mazzini, sob a epígrafe "Felicidade", traça um sintético e maravilhoso retrato do "Dr. Guilherme subindo quase correndo as escadas do velho Correio do Centro da cidade. Voltava depois com um grande pacote de registrados e um par de olhos faiscando de alegria".

Recebi inúmeras cartas dele, não só quando estudante, fora do Estado, como quando juiz no interior.

Retiro, daqui e dali, algumas pérolas que me comovem.

Em 1946: "Receio apenas que, ouvindo as lições magistrais do Jorge de Lima, se sature você de modernismo e venha de lá convencido..." E me diz que é candidato: "Cá estou metido na lôbrega política, para a qual meu feitio e meus pendores não me impeliam..."

Em 18 de novembro de 1957: "*Folclore* está sendo paginado. Recebi anteontem o Relatório Geral do Congresso do velho Laytano [Dante]. É um catatau do tamanho da Patagônia!"

Em 23 de novembro de 1958: "Juiz batuta e longínquo. Aproveito este domingo de sol, após o banho de mar em Camburi..." Fala do curso Machado de Assis que a Academia Espírito-santense de Letras estava patrocinando. Eu já dera a primeira aula sobre Machado de Assis e o mundo. Seguiram-se Geraldo Costa Alves (uma hora e dez), Cristiano Fraga com sua "bacalhoada" (uma hora e vinte) e Zé Leão Nunes (trinta minutos apenas). "Não digo que 'ouvimos' o Mestre Guilherme,

porque não me ouvi. Tive, potentemente, de dar duas. Ambas de 35 e 40 minutos." Completou o curso Nelson Abel de Almeida sobre a correspondência de Machado de Assis.

"A revista do Instituto está pronta. Com ela vou alegrar o velho Ceciliano [sogro dele e presidente então da Casa de Domingos Martins] que, terça-feira, completará os seus gloriosos 80 anos!"

E não se esquece de pedir que eu distribuísse abraços à gente simples do Alardo e do Ticumbi.

Em 13 de outubro do ano seguinte ele completa a carta datilografada com um bilhete manuscrito: "Recomendações à Tilda e *bilulu* no garotão..."

E logo a seguir, em 18 de novembro, me envia um forte e demorado abraço, paternal e amigo. Lembra que os marimbondos de São Mateus são, na crença popular, reincarnações do espírito vingativo dos mateenses que lá se foram.

Ironiza com meu forte aperto de mão (Ivan Borgo que o diga), referindo-se a meus "dedões de quebra-noz..."

Manda diversas recomendações sobre a próxima realização, em São Mateus, de um mutirão de folclore, pedindo que eu procure o José da Diana para possibilitar a apresentação de seu baile de congos.

O resto da carta é curiosíssimo, pois faz uma série de "boutades", baseado na suposição de que "Marília errara na dose de cachaça da *batídia*. E conclui: "último trago (felizmente) (infelizmente)."

Assim era Mestre Guilherme.

HOMEM SIMPLES E JOVIAL

Quando Guilherme completou 70 anos, e foi alvo

da "expulsória" no magistério da Universidade Federal do Espírito Santo, saindo "sem rugas no coração", João Ribas da Costa, seu colega de magistério e amigo de muitos anos, co-autor das *Cantigas de roda*, volumes 1 e 2, depôs sobre o amigo, lembrando que ele era simples, brincalhão, sempre sereno e de bom humor. Diz mais: "Enquanto Jones [irmão] foi interventor e governador, Guilherme foi sempre o homem simples e despretensioso que todos conheciam; o poder não o atraía, nem impressionava."

Lembra, também, que, em suas observações jocosas, não poupava sequer a si mesmo. E conta que logo após ter adquirido seu primeiro automóvel (um pequenino e verde Hillman inglês) descreveu as próprias imperícias de motorista canhestro com muita comicidade. Disse, por exemplo, que, por prudência, ao chegar ao cruzamento de ruas, seus filhos (Luiz e João), então ainda muito pequenos, desciam do carro por ordem sua, corriam à esquina, olhavam para todos os lados, e então acenavam, nervosamente gritando: "Pode vir, papai! Pode vir!..."

UM GÊNIO EM TERRA CAPIXABA

Já disse o quanto o nosso Estado deveu a Guilherme Santos Neves, principalmente por sua atuação à frente da Comissão Espírito-santense de Folclore.

Devo lembrar que tanto na Academia Espírito-santense de Letras quanto no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de que foi atuante membro, Guilherme proferiu palestras, deu cursos, e editou alguns bons números da revista do Instituto.

Foi uma pessoa acima das limitações da terra em que viveu.

Um dia os fados impuseram sobre ele a "ars oblivionalis", falseta que o grande homem, sempre risonho, tirou de letra, pois já havia registado em fio e fitas, em fotos e filmes, em textos escorreitos o que há de autêntico e genuíno na identidade do capixaba, assunto hoje objeto de freqüentes debates.

Examine-se o material imenso deixado por Guilherme Santos Neves e ver-se-á que, no folclore capixaba, todas as frentes foram abertas com chave de ouro por nosso Mestre. Seus continuadores, e mercê de Deus já são muitos, têm o trabalho, apenas, de manter o jardim florido.

Nesta "grande casa de loucos que é o mundo", na expressão feliz do padre Antônio Vieira, Guilherme esbanjou "joie de vivre" (perdoar-me-á ele o galicismo?), foi corretíssimo em seus negócios, competente no seu fazer, e desprendido, ao extremo, tendo consolidado obra cultural no Estado única, que só tem símile, acho eu, com a de Câmara Cascudo no Rio Grande do Norte.

Em fins de 1985 ou 1986 íamos almoçar juntos Ivan Borgo, Mestre Guilherme, os filhos Luiz Guilherme e Reinaldo, e eu. Antes fomos ver a biblioteca de Ivan, na avenida Leitão da Silva. O falatório, a claustrofobia do elevador, fizeram com que, à descida, Mestre Guilherme manifestasse desejo de voltar para casa. Um terror de menino o invadira, da profundidade de seu ser, e Luiz prestamente atendeu a seu pedido.

Era o mal inexorável que se abatia sobre o magnífico cérebro.

Não o vi, desde então.

Minto, uma vez mais o encontrei poucos meses antes de sua morte. Na pracinha de minha rua, com a

enfermeira.

Falar-lhe? Quem há de?

Cumprimentei-os, e o deixei, com seu sorriso tímido, imerso em seu imenso mundo virtual, no qual bailavam todos os bailes do folclore capixaba, todos os provérbios, as trovas, os romances, as adivinhas, e se concentravam uma vida inteira, grandiosa e útil.

Bilhões e bilhões de "quarks" buscavam o infinito!

A grande luz bruxuleou, tremeluziu e se apagou, faz agora dez anos.

Porém dela resta, ainda, entre nós, uma centelha imorredoura e forte, que ilumina e iluminará o céu do Espírito Santo, e persistirá enquanto os descendentes de Guilherme Santos Neves e seus amigos puderem proclamar, aos quatro ventos (como modestamente o fazemos agora), o valor e a genialidade do grande capixaba!

Tenho dito!

[21/09/99]

[1] Palestra pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em sessão conjunta com a Academia Espírito-santense de Letras e a Comissão Espírito-santense de Folclore, em comemoração à passagem do 10.º aniversário do falecimento de Guilherme Santos Neves, ocorrido no dia 21 de novembro de 1989.

O autor é ex-Magistrado, ex-Professor Universitário, escritor e Presidente do Honra do IHGES

MEIO SÉCULO DAS FESTAS DE SANTOS REIS DE MUQUI

Affonso M. Furtado Silva

Já pelo início da década 1950-59, o renomado e saudoso folclorista capixaba Guilherme Santos Neves chamava atenção no Boletim "Folclore" por ele fundado em 1945, sob auspício da Comissão Espírito- Santense de Folclore- CESF, para a "Imponente festa folclórica de Muqui" realizada no Sul do Estado, conhecida por "Torneio de Folias de Reis". A princípio, esse evento era realizado no dia de Reis (6 de janeiro), sendo instituído por Ato Municipal em 1950, pelo então Prefeito de Muqui, Dr. Dirceu Cardoso (1913), que posteriormente veio a ocupar importantes cargos públicos, inclusive na esfera legislativa como Deputado e Senador da República .

Mestre Guilherme, à frente de membros da CESF esteve presente algumas vezes ao referido evento, conforme ele mesmo registrou no seu artigo "Torneio de Folias de Reis em Muqui", inserido no "Folclore" número de janeiro/1950 a junho/1957. A delicada questão da premiação das folias é tratada nesse artigo: "Além do prêmio de dois mil cruzeiros instituído há tempos pela CESF,)foram distribuídos outros muitos aos vencedores: folias, palhaços e músicos, inclusive garotos integrantes dos conjuntos que são , sem dúvida, uma das garantias do prosseguimento desse interessante folguedo folclórico". Ainda sobre o "Torneio", vale ressaltar outro excelente

artigo vindo a lume no mesmo Boletim (número de janeiro/1955), sob o título "O Povo Ainda Louva os Reis Magos", com texto do ilustre folclorista Renato Pacheco e fotos de Guilherme Santos Neves, focalizando pormenores do evento, que passava então a contar com a presença de grupos originários de outros municípios vizinhos do Sul do Espírito Santo (Mimoso do Sul, Cachoeiro do Itapemirim Alegre entre outros) ,bem como das regiões vizinhas do Estado do Rio de Janeiro. A questão ligada à premiação fica, mais uma vez, esclarecida nesse artigo "No fim a distribuição dos prêmios que foi uma festa confraternização de folias, pois todas as folias são premiadas".

Em anos posteriores, o "Torneio" de Muqui veio a sofrer diversas descontinuidades, aperfeiçoando-se ao longo do tempo, retornando sob forma permanente a partir de 1997 como "Encontro Muquiense de Folias de Reis".

A regulamentação do concurso entre os grupos participantes na versão atual, sabiamente excluiu da pauta de julgamento o item relacionado às profecias, ou seja a parte essencial desta manifestação folclórica de cunho religioso retirada das escrituras sagradas .

A Federação do Reisado do Estado do Rio de Janeiro-FRERJA recebeu, em sua constituição, ano de 1982 ,na cidade de Duque de Caxias, uma significativa contribuição por parte de Mestres de Reis, pioneiros, digamos assim, do "Torneio" de Muqui .

Referimo-nos aos saudosos Mestres integrantes do quadro de fundadores da FRERJA, Antônio Baldoino da Silva (Mimoso do Sul), Crisotte Marciel da Silva (São José do Calçado) e Joacir Medeiros (Muqui), este, citado no artigo de Renato Pacheco.

Transferindo para a Baixada Fluminense, eles trouxeram consigo a riqueza das tradições das Folias de Reis Capixabas. Outros grupos provenientes do Sul do Espírito Santo vieram, posteriormente, a se juntar à FRERJA, difundindo , por entre os demais associados, a fama da bela Festa de Reis de Muqui. Restava-nos, portanto, conhecer de perto, como o fizera Mestre Guilherme, esse evento folclórico e , por extensão , a história e as outras tradições populares da referida cidade. Com este propósito e atendendo amável convite que nos foi formulado por Luiz Antônio Princisval, dinâmico coordenador de assuntos culturais do "Centro Cultural Emanoel Britto Ribeiro" estivemos em Muqui em setembro de 1999. Uma farta documentação foi colocada à nossa disposição ,como também amplas facilidades para contatos com os Mestres das Folias de Reis Muquienses.

De início, uma grata surpresa , ao verificarmos a presença de dois conterrâneos no desbravamento do atual território ocupado pelo município de Muqui, levado a efeito em meados do século XIX.

Proveniente da região de Valença, na Província Fluminense, que abarcava à época o município de Rio das Flores, terra de minha procedência, vieram dois vultos marcantes: o legendário caboclo João Corumbá, que se estabeleceu de forma pioneira em terras Muquienses e, mais tarde, o fazendeiro José Pinheiro de Souza Werneck..

Este, encantado com a fertilidade do solo, adquiriu de João Corumbá terrenos às margens do Ribeirão Sumidouro, transferindo para esse local suas lavouras de café. Começa – se, assim, o processo de implantação do cultivo do café no Sul do Espírito Santo, que se estendeu a toda região serrana circunvizinha, ramificando-se, mais tarde, em direção às áreas setentrionais. O café chegou

a representar uma parcela ponderável na economia de Espírito Santo ao lado do cacau, declinando-se com a chamada crise cafeeira dos anos 30, reduzindo-se, ainda mais, a partir dos anos 70, com entrada dos grandes complexos industriais – siderúrgicos e de celulose – voltados para a exportação.

Estes fatos relacionados à ocupação e aproveitamento do solo Muquiense encontram respaldo na historiografia da Velha Província (como também era conhecido o atual Estado do Rio de Janeiro). No livro do historiador Humberto F. Machado - Escravos, Senhores e Café: A Crise da Cafeicultura do Vale do Paraíba Fluminense – 1860/1888, Editora Cosmos, Niterói/RJ, 1993 - o autor inicia o capítulo "Introdução" de modo incisivo: "Na década de 1860 a cafeicultura da parte ocidental do Vale do Paraíba Fluminense iniciou um processo de declínio em virtude das dificuldades para a obtenção de terras férteis e escravos: os dois sustentáculos do escravismo colonial". No capítulo seguinte, o autor registra: "Valença tornou-se outro município importante do setor ocidental do vale em termos de produção cafeeira", e continua, baseando-se no trabalho de outro estudioso da cafeicultura fluminense, José de Souza Azevedo Pizarro (Memórias Históricas do Rio de Janeiro – Imprensa Nacional – Rio de Janeiro – 1945): "os nativos foram submetidos em 1789 por Ignácio Werneck que, mais tarde se transformou em um dos grandes cafeicultores fluminenses". Em continuação, Humberto F. Machado arremata: "Os Wernecks foram um dos pioneiros na plantação de café no Vale do Paraíba".

Fica, portanto, assim estabelecida a conexão do pioneirismo da família dos Werneck nas cafeiculturas fluminense e capixaba.

Nessa visita a Muqui tivemos, ainda , o privilégio de levar a efeito uma memorável entrevista com senador Dirceu Cardoso, em sua casa, coadjuvado por uma especialista do Centro Cultural, e acompanhado pelo Mestre Folião Luiz Augusto Prúcoli; da Folia de Reis "Estrela do Oriente" da localidade de Desengano, desse município. Esse valioso depoimento, gravado em fita cassete, foi por nós ofertado ao Centro Cultural de Muqui. Nessa longa entrevista, o Senador aborda, de início, interessantes fatos de sua vida pessoal, fixando-se, em seguida , no assunto relacionado às Folias de Reis. Assim, nos revelou seu fascínio pessoal por essa tradição popular, adquirida ainda criança na fazenda de seus avós, em Miracema – RJ. Continuando o relato, focalizou a instituição do "Torneio de Folias de Reis de Muqui" e as dificuldades enfrentadas de diversas naturezas à sua preservação. Citou, com orgulho, inúmeros visitantes ilustres presentes ao "Torneio". À esta altura, com inusitada euforia, fez menção da presença do famoso fotógrafo francês Marcel Gautherot (posteriormente redator - chefe do jornal "Paris Match), no transcurso do evento de 1956, "que recolheu uma máscara de palhaço para ficar em exposição no Museu do Homem, de Paris-França" . Ele próprio teve a oportunidade de confirmar este fato, durante viagem realizada àquele país.

Ao final da entrevista, com firme convicção, pôs-nos a par de seu desejo derradeiro já registrado devidamente, que, em caso de sua morte, dispensaria as honras oficiais que lhes são de direito como ex-senador da República, optando por um simples cortejo fúnebre, acompanhado por uma Folia de Reis em lugar de uma banda de música.

Ato contínuo, olhando fixamente para Mestre Prúcoli a quem devota especial admiração, tendo este

inclusive participado com seu grupo folclórico das cerimônias de celebração de seus 80 anos, incumbiu - lhe desse penoso encargo."Se depender de mim Dr. Dirceu as Folias de Reis acabam e o Senhor continua vivo entre nós", replicou-lhe, de imediato, o Mestre de Reis.

Retornamos a Muqui, estimulado pela direção da CESF, através de seu Presidente Eleomar Mazoco e do Conselheiro Fernando Pignaton incansáveis no prosseguimento da obra iniciada por seus antecessores, para assistirmos à Festa de Reis, programada para o dia 12 de fevereiro de 2000. Dia ensolarado, presença de excelente público e numerosos grupos dos municípios de Muqui, Mimoso do Sul , Atílio Vivácqua, Jerônimo Monteiro, Afonso Cláudio, Cachoeiro do Itapemirim, São José do Norte e de Bom Jesus de Itabapoana, estes dois últimos do Estado do Rio de Janeiro.

O Prefeito da cidade de Muqui, Sr. Gilberto Mofati Vicente acompanhado da Secretária Municipal de Educação e Cultura, Professora Mariana de Fátima Silva e Souza prestigiaram sobremodo a festa, permanecendo e assistindo os grupos folclóricos no decurso de suas apresentações até o encerramento do evento.

Como sempre, premiação para todas as Folias de Reis participantes e de modo especial para os grupos e palhaços vencedores do concurso.

Para concluir, nada melhor que recorrer, uma vez mais, ao Mestre Guilherme Santos Neves, no seu legítimo ufanismo, referindo-se às Festas de Santos Reis de Muqui (artigo citado); "Onde, sem ponta de dúvidas se exibem as mais bonitas, as mais interessantes e caprichadas Folias de Reis do Brasil".

Já cinqüentenária, é, pelo que se sabe, a mais antiga Festa Brasileira de Folia de Santos Reis, desenvolvida sob forma organizada e de âmbito regional.

O autor é Vice-Presidente da Comissão Fluminense de Folclore e Diretor da Federação do Reisado do Estado do Rio de Janeiro (FRERJA)

FILOSOFIA ORQUIDÓFILA E DESENVOLVIMENTO

Érico de Freitas Machado

O conhecimento sobre ORQUIDOFILIA, percorre vários caminhos, tendo alguns deles importância significativa para se conseguir um estágio de evolução aceitável, entre aqueles que procuram um bom desempenho, no que muitos pensam tratar-se apenas de um "hobby", ou uma pequena mania de determinado grupo para seu bel prazer.

Um estudo mais profundo sobre a "arte de cultivar orquídeas", pode nos levar a um entendimento amplo e o valor que representa dentro do campo social moderno de preservação das coisas da natureza.

A — A primeira ramificação é a **Orquidologia**, ou seja, o estudo da planta em si, com a classificação das espécies. A contribuição de estudiosos tem sido de grande valia, pois tem permitido que seja cada planta conhecida, como unidade dentro do grande universo, com o relacionamento atual superior a 35.000 espécies.

A — Por segundo, destaco o **colecionador**, grande propulsor do fantástico desenvolvimento alcançado, pois seu interesse por diferentes exemplares, em todas as nuances possíveis, permitiu o aparecimento de produtores especialistas em determinados setores para campos diversos, onde o comércio deixa de ser apenas "um negócio de vendas" para atingir proporções enormes, com estudos botânicos, genéticos, conhecimento de mercado, tratamento social, experiências adquiridas e inclusive, melhoramentos das espécies.

Agora, as direções são muitas. Os comerciantes (produtores ou revendedores), que a princípio cuidavam apenas de produção de flores, num estágio relativamente primário, partiram para sofisticação, tentando produzir plantas para os mais diversos clientes. Atualmente busca-se as diferenças dos diversos povos, trabalhando-se com uma visão global, devido a rapidez da comunicação e o gosto ou tendência de cada um.

O colecionador e o produtor (comerciante), geralmente têm o mesmo berço. O colecionador, após adquirir conhecimentos básicos e necessários para a produção de exemplares sadios e bonitos, passa a produtor, por desejo de obter novas plantas, para atender uma demanda sempre crescente com novos colecionadores e um interesse de um ganho natural. Surge a concorrência, a dificuldade de obtenção de espécies especiais e a imposição de aprimoramento, ainda mais, dos conhecimentos antes adquiridos. É a evolução do sistema, praticamente ilimitado e desafiante.

O colecionador continua sendo o alvo base, mas aparecem novos campos. O próprio revendedor (geralmente cliente de quantidades enormes), ambiente de ornamentação (familiar e público); em escala menor, restauração de meios ecológicos destruídos e diretrizes outras.

C — Considerando-se como terceiro, as Entidades orquidófilas (Grupos, Sociedades, Federações, Coordenadorias, etc), que reúnem os colecionadores ou interessados em orquídeas, com a finalidade principal de apreciá-las.

As reuniões, os cursos, as exposições, os passeios e visitas, proporcionam aprendizados e conhecimentos, em menor espaço de tempo, do mesmo modo que podem levar a

um relacionamento mais estreito entre as pessoas, independente das condições sociais.

D — **Preservação**-A importância da coleção, vai além do simples ato de "juntar plantas diferentes".

Pelo desejo de adquirir uma orquídea (espécie ou híbrido), o colecionador está contribuindo pela preservação ou de outras espécies (no caso de híbrido primário).

A multiplicação das espécies passou a ser uma necessidade, pois a derrubada das matas e o fogo, apontam a destruição das orquídeas e consequentemente a extinção de muitas delas, inclusive algumas que, há poucos anos, eram abundantes.

Naturalmente os produtores, visando seus merecidos lucros, tendem para plantas de flores mais vistosas e atraentes. A procura para o embelezamento aumenta a cada dia e as chamadas "orquídeas clássicas" (Catléya, Laelia, Oncídium, Miltonia, Sophronitis, etc), nativas da América (grande parte do Brasil), têm sofrido o impacto de plantas asiáticas, pelo exotismo das flores e os conjuntos quase inigualáveis. Os Phalaenopsis, os Dendrobium e os Cimbidium, são destaques, principalmente pelas belezas de suas hastes, com flores relativamente grandes, aliás, ainda com o atenuante da durabilidade.

Mesmo as plantas ditas "botânicas", ou "micro", menos olhadas por enquanto, por certo terão lugar nessa multiplicação que agora procura o ganho mais rápido, embora não se possa condenar os que só produzem plantas que compensem, após anos de trabalho (sete a dez anos para floração) e depois não encontrem compradores para reposição dos gastos. Haverá contudo,

interesse de Órgãos Governamentais, ou mesmo colecionadores ou aficionados com recursos próprios que irão evitar o desaparecimento de muitas espécies conhecidas e que apenas não despertam maior interesse, pela simplicidade de suas flores.

Alguns colecionadores ou produtores com visão mais ampla que o momento atual, têm partido para campos de preservação natural (recuperação de matas ou conjunto de cultivo imitando a natureza). No meu caso já estou bastante adiantado, pois tenho meu próprio campo de preservação e de estudos, com uma grande maioria das espécies de orquídeas nativas do Estado do Espírito Santo, vegetando em condições quase idênticas às matas capixabas ou brasileiras. São cerca de 40 anos nesse caminho desde que adquiri a Florabela, no município de Marechal Floriano-ES, e atualmente tenho a satisfação de adiantar, que entre as milhares de orquídeas cultivadas, estão selecionadas mais de 400, das 600 espécies que consegui determinar para o Estado.

Não preciso mais andar pelas matas, ou o que delas restam, para observar as orquídeas capixabas. tenho meu próprio "campo de pesquisa". Sei de onde veio cada espécie. Das matas "quentes" ou das regiões altas. Índice de precipitação pluviométrica e médias de temperatura. Os "hospedeiros" principais e arbustos aparentemente especiais e que só abrigam umas poucas espécies específicas. A "mata artificial de Dracenas", quase um bosque, cuidado, inclusive com podas anuais (no inverno, para arejamento e aumento de luminosidade), em terreno plano, facilitando observações e estudos.

E — **Simpósios e Congressos** -A importância de reuniões entre interessados pela orquídeas, a qualquer nível, só tem contribuindo para aumento de conhecimento,

troca de informações e experiências, além de indicar rumos para a orquidofilia nos mais variados campos.

A 15ª Conferência Mundial de Orquídeas (15th World Orchid Conference), realizada em 1996, no Rio de Janeiro, foi um exemplo do dinamismo em todos os Continentes e uma grande oportunidade para colecionadores e cultivadores brasileiros, que se apresentam em mesmo pé de igualdade a qualquer similar estrangeiro. Como resultado básico, o excelente livro, "Atas da 15ª Conferência Mundial de Orquídeas"(publicação da Naturalia Publications, Transfaire AS, Turries, França), onde estão condensados todos os trabalhos apresentados, na ocasião.

F — **Órgãos especializados de divulgação**. A publicação de livros sobre orquídeas, tem sido um vasto campo para consultas e ampliação de conhecimentos, pêlos orquidófilos a aficionados. Só para se ter uma idéia da amplitude alcançada nesse item, convém consultar o "The aos bookshop-1999-2000" da "American Orchid Society", que está oferecendo mais de 300 títulos para os mais variados gostos, abordando orquídeas de todos os recantos da Terra(alguns do Brasil).

Contribuições similares, mais ligeiras, imediatistas e de interesses gerais, estão os boletins (editados pela Sociedade Orquidófila), com destaque para nos da "OrquidaRIO e da CAOB", pela suas magníficas impressões e conteúdo. Sobre Revistas, convém lembrar a importância da "Orquídea", editada por Luys de Mendonça, como pioneira e tem um lugar assegurado em nossa orquidofilia, como "Marco" no desenvolvimento orquidófilo brasileiro. Agora, o aparecimento da revista "Mundo das Orquídeas", abriu um outro leque, atualizando e agilizando em sua divulgação, por todos os recantos

do pais, dando oportunidade a principiantes e veteranos, do conhecimento atual do que se passa nesse atraente mundo, rápido em acontecimentos e novidades ainda mais, com o recurso visual de fotografias coloridas, inigualáveis. Ainda, os jornais, noticiários mais próximos, qe vem suprindo, em parte, as demoras, próprias, das edições de boletins e revistas.

G — **Final**- As orquídeas existem desde o início dos tempos e fazem parte das diversas micro-floras de todos os recantos continentais, notadamente nos Trópicos, mas no século XIX, quando floricultores tiveram maior interesse pelas mesmas. Os gêneros Catlleya e Laelia apareceram como protótipo de orquídea e suas flores grandes e vistosas, proporcionaram maior interesse e maior busca, culminando com o cultivo assimbiótico (por sementes, em laboratório) já no fim do século. O século XX, então foi extraordinário para a orquidofilia. Torna-se difícil um comentário mais profundo sobre as realizações atuais e não se pode prever o que acontecerá a partir do ano 2000.

De minha parte, meu melhor tempo de lazer é entre as "minhas" orquídeas, companheiras por meio século e que, a cada dia, apresentam surpresas e caminhos, com suas flores perfumando e colorindo a vida.

Vitória (ES), 05/2000

O Autor é Engenheiro Agrônomo e sócio efetivo do IHGES

A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO HABITACIONAL DO IBES

Carlos Teixeira de Campos Júnior

1- Introdução

Existem dois pontos de vista muito presentes quando se discute o problema da construção de habitação popular. O primeiro, diz respeito a uma política social da habitação e o outro, segue o caminho de uma política industrial para construção habitacional[2].

No Espírito Santo, durante o início da década de 50, a política de habitação implantada pelo governo seguia no sentido de reunir essas duas tendências do debate, numa única proposta para tratar o problema. Teve caráter social e preocupação com o aprimoramento técnico no processo construtivo. O Governo do Estado havia criado o IBES (Instituto do Bem Estar Social), que tinha como principal finalidade, construir habitações a baixo custo para a população carente do Estado.

A política que criou o IBES, via a questão habitacional como atribuição do Estado, e como algo que estava distante das soluções empresariais de mercado. Razão pela qual o IBES produzia material de construção, construía e financiava habitações a juros, prestações e prazos fixos, tornando esse bem acessível a uma grande faixa da população[3].

Durante a construção do "Núcleo Residencial Alda Santos Neves", que ficou conhecido como bairro do IBES, observou-se o uso de medidas técnicas e alternativas

racionais até então pouco usuais em nossas edificações. Testou-se o uso de telhas francesas de cimento, e empregaram-se em larga escala blocos pré-moldados. Sendo todos esses materiais oriundos de fabricação própria.

Os blocos pré-moldados tinham a finalidade de reduzir o preço final da habitação em função do baixo custo da areia usada na sua fabricação, da produção em escala, e do aumento da produtividade que poderia ser alcançado na execução das edificações, em razão do uso racional dos três tipos de blocos fabricados – um para fundação, um para alvenaria e outro para arremate[4].

A experiência do IBES foi, efetivamente, importante para o tratamento da questão habitacional. Fugiu das regras da construção habitacional, conforme as leis do mercado e apresentou, mesmo com certos limites, preocupação em conseguir ganhos de produtividade através do uso de técnicas construtivas mais racionais. Admite-se, que sua orientação foi muito mais apropriada do que o tratamento que até bem pouco tempo atrás era dado ao problema da habitação.

2– A década de 50 no Espírito Santo e a criação do IBES

Se por um lado, considera-se que a política para o setor não deve estar submetida às leis do mercado, pelo menos no tratamento a ser dado à moradia da população de menor poder aquisitivo, por outro, a construção civil deve passar por um processo de aprimoramento técnico de forma a alcançar progressivos ganhos de produtividade. Desse modo, a discussão deve começar objetivando entender a criação do IBES. Saber quais foram as

condições que favoreceram o seu aparecimento e a prática de sua política.

2.1– O ritmo da dinâmica sócio-econômica do Espírito Santo e a preocupação industrializante do governo: a origem do IBES.

É importante situar o Espírito Santo no contexto da dinâmica nacional para conhecer a sua posição relativa frente aos estados desenvolvidos do país e saber que nem sempre os interesses constituídos em torno da produção do seu espaço, se assemelham com os de outras regiões.

No Espírito Santo, por razões do nosso contexto histórico de formação, que não cabe aqui discutir, a década de 50 não tem semelhanças com o que se passou em São Paulo. A referência diz respeito à industrialização já presente naquele Estado, à concentração urbana, ao mercado de trabalho, e à dinâmica empresarial do mercado de terras urbanas e da construção civil, considerada já um ramo industrial.

Em São Paulo, grande parte da produção de moradias populares era feita por empresas de construção, que depois alugavam os imóveis obtendo elevada lucratividade. No Espírito Santo, esse fenômeno não foi encontrado. O provimento habitacional ficava a cargo de uns poucos construtores e das modestas realizações dos institutos de aposentadorias e pensões, sem que qualquer empreendimento de porte, semelhante às vilas operárias fossem feitos. A população de baixa renda, sem alternativa de ser atendida pelo mercado formal de produção de moradias, invadia as áreas públicas – os mangues e morros.

A indústria não tinha expressão e nem as cidades

concentravam excessivos contingentes populacionais. A participação da indústria na geração da renda interna do Espírito Santo era de apenas 7,1%[5]. Esse indicador, mesmo de pequena expressão, pouco tem a ver com a atividade urbana da Grande Vitória.

A indústria capixaba sempre foi uma atividade concentrada em poucos ramos de produção. Em 1949, só para se ter uma indicação, o ramo "produtos alimentares" concentrava 76,69% do valor da produção da indústria e 36% do número de operários[6]. E se for feita a decomposição desse ramo, nesse mesmo período, vê-se que ao sub-ramo denominado "beneficiamento, torrefação e moagem dos produtos alimentares" correspondia 79% do valor da produção e 49% do número de operários do ramo produtos alimentares[7]. O que possibilita provar que a indústria no Espírito Santo, por volta de 50, resumia-se ao beneficiamento do café, atividade comumente situada nas fazendas e em pequenas cidades do interior. Portanto, correspondia muito mais a uma atividade rural do que propriamente urbana com localização na capital.

Apesar de ao comércio/serviços corresponder, no período, a geração de 42,6% da renda interna do Estado, a população capixaba era eminentemente rural[8]. 80% dos habitantes do Espírito Santo estavam no campo. E a Grande Vitória concentrava 41% do contingente urbano[9]. O Espírito Santo vivia da agricultura, em particular da produção cafeeira, o principal produto gerador da renda do Estado. Não havia, no entanto, qualquer semelhança com a dinâmica presente no Estado de São Paulo, onde a atividade urbano-industrial já estava consolidada.
A diferença de ritmo da dinâmica do Espírito Santo em

relação aos estados desenvolvidos do país foi o motivo da ação industrial do Governo Estadual na administração 1951/54. E no bojo dessa ação governamental é que nasce, como medida acessória, o projeto de criação do IBES.

Jones dos Santos Neves, então governador eleito, imprime em seu plano de governo a tarefa de colocar o Espírito Santo no compasso dos estados desenvolvidos do país. Por dois motivos: o Espírito Santo, segundo esse governante, não podia mais se sustentar na monocultura cafeeira. As crises, ao longo da nossa história, que colocavam a economia do Estado ao sabor das oscilações da conjuntura internacional, foram motivos para que se pensasse na diversificação econômica do Estado. O outro motivo complementar, é que a conjuntura apontava para a alternativa econômica de promover o desenvolvimento da indústria no Estado[10]. A política de Getúlio Vargas, construindo as indústrias de base no país, facilitaria a ação de Jones para que também lançasse seu plano de industrialização do Espírito Santo.

Para chegar ao governo, no entanto, Jones precisou fazer algumas alianças. Estava com o seu partido, o PSD, rachado. Havia perdido eminentes líderes como Atílio Vivacqua que, saindo do PSD, filiou-se ao PR, assim como Asdrubal Soares, que foi para o PSP. Todos unidos em torno da UDN, somando um grupo de nove partidos, lançam-se para enfrentar o PSD. Jones não teve alternativa senão buscar a aproximação com o PTB, único partido que, naquele momento, podia somar com o PSD[11].

A aproximação de líderes do PSD como Carlos Lindenberg e de Jones Santos Neves com Getúlio Vargas desde o período da interventoria, quando esse último foi interventor no Espírito Santo, facilitou a aproximação do PSD local com o PTB. Essa aproximação, portanto, dá um colorido mais forte ao programa de Jones às condutas trabalhistas[12].

A política de criação do IBES, desenvolvida por Jones dos Santos Neves, com todo o seu cunho social, fechava com a direção trabalhista do seu aliado político. Mesmo que, em nível local, essa política não pudesse constituir-se em um instrumento populista[13], tal qual era usada nos Estados urbanizados do país, ela foi uma resposta ao apoio prestado pelo PTB ao PSD, na eleição de 50.

Soma-se à direção trabalhista que vai dar, por um lado o motivo para a criação do IBES, as razões de ordem acessórias que vão juntar-se à política industrial então planejada. Era preciso, para que o Estado se industrializasse, que fossem criadas as chamadas condições gerais de produção[14]. E a construção habitacional é uma dessas condições, ligadas à reprodução da força de trabalho, sem falar, ainda, no outro fato, que vai reforçar a iniciativa de dar tratamento às carências na área habitacional.

O Estado, como vimos, era eminentemente rural. Seria preciso a formação do mercado de trabalho dos centros urbanos para que a indústria pudesse ser implantada. Tudo leva a crer que, para a formação do mercado de trabalho, uma política habitacional que funcionasse, contribuiria muito.

2.2. Um "atraso" histórico que favoreceu as políticas social e industrial na construção de moradias

Se, por um lado, a dinâmica histórica em que se encontrava o Espírito Santo, em relação aos estados desenvolvidos do país, constituía-se em um tipo de desigualdade econômica e social, por outro lado, criava condições para o desenvolvimento de uma política habitacional mais conseqüente.

Não resta dúvida que a política habitacional que criou o IBES fazia parte de uma política mais ampla, que pretendia lançar as bases da indústria no Estado. E que, a mesma política habitacional tenha sido viabilizada também como resultado de um acordo político, que pudesse buscar, não só as simpatias do PTB local, mas a de seu líder nacional. Isso, porém, não é o acontecimento mais relevante desta discussão, o fato de o IBES ter sido um meio e não um fim. O que nos interessa é como o IBES pode tratar o problema da habitação popular da época, unindo as políticas social e industrial na construção de moradias.

Nesse sentido é que a questão do "atraso" histórico do Espírito Santo torna-se o elemento relevante na explicação. Considerando que a produção habitacional faz parte de um conjunto de interesses[15], tem-se que considerar que na década de 50, quando o IBES foi criado, esses interesses não estavam ainda conformados. E, conseqüentemente, suas respectivas influências frente ao poder local, possivelmente, pouco ou nenhum efeito faziam.

Não se pode afirmar que Vitória possuísse, nesse período, um mercado de terras urbanas e que a construção civil

(edificações), já fosse um ramo empresarial com mercado próprio[16]. As condições históricas particulares do Espírito Santo, como vimos, mostram um Estado essencialmente agrícola, apoiado na cafeicultura. A quase totalidade de sua população habitava o campo, com apenas 20% desse total residindo nas áreas urbanas.

A população urbana da Grande Vitória – composta pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana e Serra –, compreendia 82.827 pessoas. Vitória era o município mais populoso dessa região e, no entanto, possuía apenas 50.415 habitantes na sua área urbana[17]. Isso significa dizer que mesmo sendo a sede político-administrativa do governo, com o principal porto do Estado, Vitória ainda não tinha conseguido o dinamismo capaz de criar condições para o desenvolvimento da construção civil (edificações), de forma empresarial plena. E da mesma forma, a terra ainda não tinha se tornado um bem escasso, possuidor de um mercado.

Basta ver que o objetivo do governador Jones dos Santos Neves, de dar cobertura aos gastos do Estado com a criação do Bairro de Bento Ferreira, por intermédio da venda de lotes, não foi de imediato bem- sucedido[18]. Não faltam outros exemplos. O Bairro de Camburi foi objeto de um importante empreendimento imobiliário, em 1928, mas sem sucesso.[19] Existiam, portanto, naquela época como se pode verificar, alternativas de empreendimentos mais rentáveis do que a terra urbana.

As construções de moradias da classe média eram geralmente constituídas de casas térreas, feitas por encomendas aos construtores para que seus donos

pudessem morar, raramente alugar. Não havia a prática de pessoas fazerem casas para vender.

Além dessa solução de construção de moradia, verificamos o caso dos institutos de aposentadorias e pensões que possuíam suas carteiras prediais. Nesse caso, empreitavam a construção de algum conjunto de residências. Foi, porém, inexpressiva essa prática antes da década de 50. Há notícias somente da construção de casas efetuadas pelo IAPI, no Bairro do Horto, em Vitória.

A atividade de construção empresarial resumia-se na realização de obras públicas. A mais importante foi a construção do porto, que dada a sua complexidade e porte, acabou por ser realizada por firmas de fora. Resultado: interesses da construção ainda não tinham se conformado na direção do ramo de edificação.

Cabia ao Estado, como modestamente vinha fazendo, a tarefa de dar respostas para as carências habitacionais[20]. Com a criação do IBES, um órgão estadual que tinha como principal finalidade construir habitação popular, o governo foi mais objetivo. E cabe assinalar, que não havia interesses plenamente formados, com expressiva força política que viviam da produção de moradias e da apropriação dos espaços das cidades. A habitação ainda não se constituía em um negócio para o proprietário da terra, em um elemento de maior lucratividade para a empresa construtora, e nem uma possibilidade de obtenção de elevadas taxas de juros por parte do setor bancário. As indústrias de materiais de construção, provavelmente, não viam Vitória como um mercado atrativo[21]. Tudo isso dava ao Governo do Estado um maior

grau de liberdade, se tomasse por determinação intervir na área da habitação popular.

Tendo, portanto, pela frente a meta de dar tratamento à situação habitacional da época, o Governo pode, de fato, realizar uma política social nessa área. Produzir habitação para a população de baixa renda era prioridade, sem preocupação com terceiros que, por ventura, buscassem favorecimento por intermédio dessa iniciativa.

O Governo destinou, inicialmente, verba para o IBES e deu garantia para que o órgão contraísse empréstimos a juros que na época variavam em torno de 6% ao ano. Como medida complementar, elevou a alíquota do imposto de transmissão "inter-vivos" e "causa-mortis" em 1%, destinando essa arrecadação para o Instituto[22].

Também estabeleceu prazo fixo para o período de amortização das dívidas contraídas por aqueles que adquiriam as casas construídas pelo IBES, assim como fixou as prestações e os juros que amortizavam esses contratos mensalmente[23]. Não havia a pressão inflacionária que se está acostumado a ver hoje, nem a usura dos bancos, requerendo altas taxas de juros. Os terrenos, diga-se de passagem, representavam valores quase insignificantes no cômputo do custo habitacional.

Teve condições ainda, o IBES, de produzir material para suas construções[24] e usá-lo adequadamente, visto que os projetos arquitetônicos das casas estavam adaptados ao emprego do material, possibilitando um processo construtivo mais racional[25]. Buscava-se, ainda, redução de custo das unidades produzidas, através do

barateamento que se alcançava com a produção de materiais – além de serem produzidos em escala, não havia o lucro pago pelo proprietário da moradia ao comerciante que, normalmente, existiria se o material fosse produzido por uma empresa. Isso era mais fácil de acontecer porque o mercado de Vitória ainda não estava tomado pelas indústrias privadas produtoras de materiais de construção. Muitos materiais eram difíceis de serem obtidos, razão pela qual o Estado também se via na obrigação de produzi-los, quando não subsidiá-los[26].

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, foi facultado ao IBES construir por administração direta na medida que tivesse dificuldade de empreitar suas obras. Poderia-se cortar do custo da moradia, o componente lucro do empreiteiro. E desse modo, reduzir, ainda mais, o custo da moradia caso se optasse pela construção feita diretamente pelo IBES[27].

As considerações feitas anteriormente nos mostram que o surgimento do IBES teve todo um contexto favorável, possibilitando que sua prioridade fosse a habitação e não quaisquer outros interesses envolvidos na produção de moradia. Esse foi o motivo que abriu espaço para que o IBES tivesse uma política social e uma preocupação com o processo construtivo mais racional.

3- A recuperação do "atraso": as novas articulações do ES com a dinâmica nacional. O retrocesso das políticas social e industrial na construção

Transpondo as décadas de 50 e 60, o Espírito Santo passa por profundo processo de transformação na sua estrutura produtiva – a agricultura vai cedendo lugar à indústria e

ao comércio. A organização do espaço nas regiões produtoras agrícolas é rompida e conformada de outra maneira, vindo a ter os centros urbanos grande peso na nova ordem espacial. Cabe destacar a Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Colatina e Nova Venécia como importantes centros polarizadores no Estado.

Essa mudança é o reflexo do novo ritmo da dinâmica do Espírito Santo combinado ao contexto nacional. Não pode mais ser ele visto somente como Estado agrícola, mas como portador de uma economia moderna, importante para o desenvolvimento nacional.

Se antes da década de 60 víamos uma agricultura fundada na pequena propriedade e impulsionada pelo trabalho familiar, esse quadro se modificou no período recente. A concentração fundiária cresceu muito, no Estado, e a agricultura veio a ser objeto de grandes empresas agrícolas. É o resultado do desdobramento, no Estado, de programas federais como o da promoção da pecuária extensiva (1970-75), o programa de reflorestamento, Pro-álcool e o replantio do café a partir do início dos anos 70.

Esses programas alteraram, não só a estrutura fundiária, como também as relações de trabalho. E mesmo hoje, apesar de o Espírito Santo ser um dos estados da federação onde a propriedade da terra é das menos concentradas, foi também um dos estados que apresentaram maiores índices de concentração nesse mesmo período[28].

Para as áreas urbanas, em especial a Grande Vitória, convergiam expressivos contingentes populacionais. A sua taxa média geométrica de crescimento ficou em torno de 7%, tanto na década de 50 como na de 60[29]. Todo esse quadro de mudanças serviu para colocar a habitação no rol dos produtos mais lucrativos do mercado.

Se antes de 60 produzir habitação popular era uma atribuição do Estado, sem fins lucrativos, no período seguinte, essa prática veio a se transformar em um negócio empresarial regido pelas leis do mercado. O Estado cede lugar de produtor direto desse bem para as empresas, que se formam com essa finalidade.

O mercado de trabalho urbano já está formado a essa altura dos acontecimentos e o "atraso" histórico por que passava o Estado tinha sido superado. De acordo com Francisco de Oliveira[30], as relações capitalistas de produção tinham penetrado em todos os pontos do território nacional.

Se na produção de habitações predominava na escala privada a destinação para o uso e na construção pública a destinação sem fins lucrativos, onde o Estado, até mesmo fabricava materiais de construção, não podemos dizer o mesmo hoje. A produção habitacional tornou-se algo fragmentário, conformador de um conjunto de atores, com interesses, ora coincidentes, ora divergentes envolvendo – o proprietário da terra, as empresas construtoras, a indústria de materiais de construção, o incorporador e o sistema financeiro, dentre outros. Cada qual procurando obter seus benefícios.

A partir desse conjunto de interesses, priorizar a construção habitacional para a população de baixa renda tornou-se proibitivo. Resultado: a destinação social da política habitacional ficou relegada a segundo plano.

A própria experiência do IBES perde importância depois dos anos 60. A expansão inflacionária tornou o dinheiro cada dia mais caro, impedindo pagamento das prestações dos imóveis por parte daqueles que não tinham seus rendimentos corrigidos conforme a inflação.

A grande procura pela terra urbana elevou o preço dos imóveis, tornando-os objetos de especulação. A participação do preço da terra no preço de venda da habitação cresceu muito. A fabricação de materiais de construção deslocou-se da órbita do Estado. A racionalidade ficou limitada aos interesses individuais de cada ator interessado na produção habitacional. A idéia de conjunto na construção foi destruída e o progresso da técnica, nesse ramo, não acompanhou, na mesma proporção, o que acontecia nos outros ramos industriais.

4.Considerações finais

A redução no custo da construção através de ganhos de produtividade se faz lidando com a organização do trabalho e o aprimoramento técnico no processo produtivo, diz a teoria. No caso da construção de moradias, o projeto possui um peso importante nisso, porque para cada moradia (ela difere do produto serial da fábrica) são necessários ajustes tanto na organização do trabalho quanto no uso dos materiais e técnicas. E o projeto funciona como concepção de uma solução estética, funcional e técnica para a produção da casa.

Na moradia do IBES havia essa orientação de caráter técnico, que só recentemente vem sendo tomada pelas empresas, para atender às demandas de faixa de mercado. Por que só recentemente, nos anos 90? Isso é motivo para uma outra discussão.

O que interessa é que a concepção de política habitacional, presente na experiência do IBES encontrou condições históricas favoráveis para ser criada. E o que é mais importante, introduziu no Espírito Santo uma orientação que já é hoje aceita – unir preocupação social com avanço técnico no tratamento da questão habitacional para a população de menor poder aquisitivo.

O autor é Doutor em Arquitetura, Professor da UFES e sócio efetivo do IHGES

NOTAS

[2] Dentre outros que comungam desses pontos de vistas veja: PEREIRA, P.C.X. **Espaço, Técnica e Construção**. São Paulo. FFLCH da USP, Tese de Mestrado, 1984; BOLAFFI, G. "A Questão Urbana, Produção de Habitações, Construção Civil e Mercado de Trabalho". **In Novos Estudos**. Cebrap, V. 2,1, São Paulo, abril de 1983, p.p. 61–68.

[3] A respeito da produção própria de materiais de construção do IBES: "Mensagem apresentada por Jones dos Santos Neves à Assembléia Legislativa", 1954 (p. 314); sobre as atribuições do IBES, dentre as quais a de construir por administração direta, e a de financiar as habitações com juros, prestações e prazos fixos verifique: a "Lei Estadual n.º 627 de 22 de fevereiro de 1952" que criou o Instituto.

[4] Supomos que os materiais de construção fabricados pelo IBES tinham baixo custo. A areia era extraída próximo ao local das construções e junto da fábrica. O cimento, uma parte era fornecido a preço de custo pela fábrica de Cachoeiro de Itapemirim, que pagava seus impostos em cimento, a preço de custo. Uma outra quantidade do produto provinha de importações feitas pelo Estado.

[5] BANDES – **Alguns Indicadores Econômicos e Sociais do Espírito Santo**. Vitória, 1972. (P. 29).

[6] NEP – **Alguns Aspectos do Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – 1930/1970**. Vitória, 1984, (P. 92 e 97).

[7] NEP. Idem, (P. 92 e 97).

[8] BANDES. Op. Cit, (P. 29).

[9] F.J.S.N. Estrutura Demográfica do Espírito Santo 1940/2000 e IBGE. Censos Demográficos.

[10] Mensagem...Op. cit, (P. 4).

[11] ZORZAL e SILVA, M. **Espirito Santo: Estado, Interesses e Poder**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Tese de Mestrado, 1986 (P. 394-398).

[12] A respeito da Conduta Trabalhista veja: "Programa do Candidato: discurso preferido na seção de encerramento da convenção do PSD em Vitória, julho de 1950. **In Jones dos Santos Neves a serviço do Espírito Santo**. (Discurso). (P. 261).

[13] A prática populista sempre funcionou nos principais centros do país no propósito de conquistar o voto do eleitor urbano, que já era significativo a partir da década de 30. A criação de mecanismos para prover a população de moradias funcionou como moeda de troca pelo voto urbano. Entende-se que a criação do IBES no Espírito Santo não teve caracter populista, mesmo sabendo que a política habitacional de Getúlio tinha essa orientação. (Cf. AZEVEDO, S. e ANDRADE, L. A . G. **Habitação e Poder**. R.J, Zahar, 1982, p. 35 e Cf. BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social do Brasil**. São Paulo, Estação Paraíso/FAPESP, 1998). No Espírito Santo não houve nesse período, por qualquer motivo, reivindicações da sociedade civil pressionando o Estado para realizar construção habitacional. Seriam mais vantajosas politicamente as iniciativas dirigidas para o campo, onde estava a produção e o maior efetivo populacional, do que as intervenções na cidade.

A respeito da afirmação anterior acerca da falta demanifestação da sociedade civil sobre a política habitacional fizemos uma pesquisa específica nos principais jornais de Vitória no período 1950 a 1954 o que nos faz sustentar a afirmação feita.

[14] A esse respeito veja as considerações de LAMPARELLI e outros. Nota Introdutória Sobre a Construção de um Objeto de Estudo: O Urbano. **In A Questão Urbana e os Serviços Públicos**. Estudos Fundap n.1. São Paulo, ano 1 n.1, 1983 (p. 4-27), assim como as de HARVEY. D. "O Trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em Torno do Ambiente Construído nas Sociedades Capitalistas Avançadas." **In Espaço e Debates**. N.° 6. S. Paulo Jun./Set. 1982 (P. 6 – 35).

[15] HARVEY, Op. cit.

[16]CAMPOS JR. C. T. **Novo Arrabalde.** Vitória, PMV, Secretaria Municipal de Cultura, 1996. Nesse período começaram a ser feitos os primeiros edifícios para aluguel em Vitória. A formação plena do mercado vai se dar com a forma de construção por incorporação que encontrará o seu estágio mais desenvolvido na segunda metade dos anos 70.

[17] FJSN. Op. Cit.

[18] Jornal "A Tribuna" de 14 de dezembro de 1952. O Enterro de Bento Ferreira (p. 1).

[19] Para fazer propaganda de um loteamento que ali lançavam, seus promotores criaram um jornal com essa finalidade. Para surpresa dos empresários, o empreendimento imobiliário faliu e o jornal prosperou. Hoje é o jornal de maior circulação no Estado. Cf. Jornal "A Gazeta" de 11 de setembro de 1974.

[20] Historicamente cabe referência às realizações de Jerônimo Monteiro (1908-1912) e Florentino Avidos (1924-1928) na construção de moradias. Tanto um quanto o outro fizeram moradias principalmente para funcionários públicos. Florentino Avidos construiu também moradias para trabalhadores no bairro Jucutuquara (Monteiro, 1912 e Avidos, 1928).

[21] Era comum na época os construtores, que eram poucos em Vitória, terem suas próprias marcenaria, serralheria ou até mesmo fábrica de tijolos e de cal feito de conchas. O construtor David Teixeira possuía marcenaria nas imediações do Parque Moscoso onde mais tarde foi construído o colégio Agostiniano (Cf. CAMPOS JR. C.T. **O Capitalismo se Apropria do Espaço. A Construção Civil em Vitória**. São Paulo, Tese de doutorado, FAU-USP, 1993.

[22] Lei Estadual n.º 627 de 22 de fevereiro de 1952.

[23] Cf. Os contratos de vendas de imóveis realizados pelo IBES.

[24] Cf. a nota 2.

[25] A maior rapidez na construção por conta do emprego dos blocos de concreto, aumentava a produtividade e significava redução de custo da moradia.

[26] Lembra-se aqui, para registrar, a importância da participação do Estado nas atividades empresariais da implantação de um parque industrial no Sul do Estado, efetuada pelo governo, na administração Jerônimo Monteiro (1908-12). Cf. BITTENCOURT. G. **Esforço Industrial na República do Café**. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

[27] Apesar de ter ocorrido em número reduzido, o IBES também fez construções por administração direta. (Informações obtidas de depoimento da Dra. Maria Elvira Coelho, ex-funcionária do órgão, em 1987).

[28] I.J.S.N. **P.D.R.I. – Região – Programa IV – Linhares**. 1983.

[29] F.J.S.N. Op. cit.

[30] OLIVEIRA, F. "Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: A nova qualidade do conflito de classe". **In Contradições Urbanas e Movimentos Sociais**. RJ Paz e Terra, 1978.

O AGRICULTOR MADEIREIRO E A JANELA DE OPORTUNIDADE

Armando Marques Vieira

Mais uma vez o plantio de eucalipto está sobre crivo das manchetes e expressivos setores da sociedade se movimentam reivindicando mudanças na legislação que coloca o ES, sob certos aspectos, em situação que faz lembrar a Coréia do Norte no cenário geral das nações.

O manifesto "Expansão do Cultivo de Eucalipto no Espírito Santo" 26.02 subscrito por entidades de profissionais da área (que pela primeira vez se pronunciam), órgão de classe de agricultores, (que agora explicita seu pensamento) e representantes oficiais das administrações municipais de agricultura (núcleo inovador no cenário de representatividade) marca nova vertente na forma de exprimir convergência de pensamento nobre tema relevante

Oxalá, não feneça tal iniciativa, pelo contrário, se amplie o número de parceiros aumentando agenda de igual magnitude.

O projeto de expansão do complexo industrial florestal de Aracruz talvez tenha o mérito de iniciar o desmanche da "Síndrome do Eucalipto Capixaba".

Antes de tudo porém, antes mesmo das argumentações demonstrando a conveniência do cultivo florestal com fins econômicos (válidos e pertinentes) há que se ter um preâmbulo.

A questão de fundo que molda todo o quadro e

deve ser reiterada (por que senão o filme começa na 2ª parte e termina antes que se saiba o desfecho), está no elevado degrau de exaustão dos Recursos Naturais sobretudo HÍDRICOS/SOLOS/FLORESTAS. Há que se lembrar, para não cair no "Kit" da desmemória, que o ES em promoção recente (por enquanto só o norte), galgou o nível de região semi-árida.

Os motivos estruturais, ainda não enfatizados devidamente, seriam em resumo:

1. A rede hídrica do ES está secando e se aproxima o dia em que os rios serão temporários, questão levantada há pelo menos 15 anos, repetida tantas vezes em seminários com gráficos, tabelas, etc., reportagens, entrevistas, e a última delas; do professor Robson Sarmento em 17/10/99 (que deve estar rouco de tanto abordar o tema). Pelo tempo decorrido e imobilismo reinante, a comunidade estaria vendo isto como fatalidade histórica inescapável. Aliás surgiram recentemente programas de convivência com a seca, melhor diria conformismo com ela.

2. A razão primária da evidência anterior estaria:

a) No alto grau de erosão dos solos da região tropical, montanhosos em 2/3 da superfície, desgastados por agricultura extrativista (ainda hoje é usual preparo do solo do morro abaixo: **A GAZETA** 05/12, 13/12/99, 15/02/00), e o restante em maior parte terciário plano, predominante na faixa centro-norte e nordeste, sofreu na década de 50, o "holocausto", derrubada seguido de calcinação geral (vide "ES a beira de se tornar um deserto")- Correio da manhã de 23/02/959.
b) Nos exíguos 8% de cobertura florestal.

Por oportuno, 8 países da Europa, clima temperado, apresentam em média 30% de área em florestas. Portugal de onde veio Cabral a 500 anos e Vasco Coutinho em 1535, com área de apenas 2 vezes a do ES e 10 milhões de habitantes (três vezes a capixaba), tem 34,8% de área em florestas.

Na pobreza de novas imagens comparativas, volta aquela já desgastada: solo e floresta formam a esponja da natureza. A natureza. A de uso doméstico quando velha e rota, descarta-se, compra-se outra. A diferença entre esta e aquela está no preço!

Com a Esponja Natural que aí está e como tudo é um processo dinâmico, não se pode esperar jamais tendência de reversão deste quadro, nem mesmo de estabilização do processo descrito em 1 e 2.

O boom cafeeiro conjuntural, ajudado pelo empurrão de boas chuvas dos últimos meses, dá tom róseo à linha do horizonte e alimenta a idéia de sustentabilidade na linha do tempo.

E aqui começa a procura de novos paradigmas levantada em "A construção do futuro", **A GAZETA** – 07/09/99

Um deles, talvez o primeiro seria iniciar um processo de ampliação e melhoria da Esponja Natural, admitindo-se a busca de outro patamar de área florestal

(permanente mas não estática).

O segundo paradigma, seria o confronto ao IMEDIATISMO histórico. Admitir a perspectiva de (médio/ ou longo?) prazo na busca deste patamar.

Aqui talvez o maior obstáculo, entranhando nos valores e hábitos do dia a dia, na maneira de ser agir do indivíduo, e no coletivo cristalizado no costume de planos e programas quadrienais (a felicidade prometida com prazo certo, satisfazendo ao inconsciente "prometa que eu gosto", seguido do acionamento do "kit" da DESMEMÓRIA: apaga-se o quadro negro e começa-se tudo de novo). IMEDIATISMO e DESMEMÓRIA funcionariam em circuito fechado.

O primeiro objetivo estratégico, em resumo, seria elevar a superfície florestal do ES ao patamar de (por exemplo) 30% numa perspectiva de 15/20 anos.

Claro, isto seria resultante de etapas de processo convergente de pensamento de lideranças e expressivos setores do espectro social, com desdobramento a nível municipal ou de bacias hidrográficas. E, no final de tal modo cristalizado no coletivo que estaria implícito nos programas das sucessivas administrações estaduais e municipais.

O horizonte proposto de imediato espanta e desperta certa reação (de sonho, romantismo, ingenuidade!) mas é bom que se diga que em Seminário Florestal de Curitiba, há dois anos, ouviu-se relato de indústria de móveis da região de Esteio – RS, que desenvolve programa florestal de parceria com

Prefeituras, Associações, etc. cujo objetivo estratégico vai ao ano de 2020!

Este patamar florestal seria a alavanca de revitalização dos outros elementos e a partir dele e mesmo no processo de atingi-lo, estaria instalado o mecanismo de sustentabilidade do solo agrícola: é que ele apresentaria, com naturalidade em sua dinâmica existencial, certa movimentação pendular no espaço físico, avançado em áreas desgastadas, liderando outras para cultivos vários e na linha de análise do custo/benefício, estaria em relevo a cafeicultura.

Assim esta grande usina de reciclagem apresentaria perspectiva de sustentabilidade na linha do tempo.

Evidente que na construção deste patamar haveria um leque de espécies florestais, onde as de cunho econômico teriam posição de vanguarda, mas dadas as magnitude dos parâmetros do objetivo estratégico, outros enfoques teriam que ser considerados, por exemplo; a biodiversidade, nichos ecológicos, a questão da fauna, ênfase a preservação dos remanescentes da Mata Atlântica, a proposta dos corredores ecológicos, entre outros.

Em resumo no que toca a Recursos Naturais esta seria a proposta da trilha inicial na busca do desenvolvimento sustentado, isto é, na linha do tempo das futuras gerações. Sem esta perspectiva tudo mais é perfumaria, cosmético, prestigitação.

A história do IMEDIATISMO, isto é, do curto prazo, mas com falácia de se resolver questões estruturais, faz lembrar o feixe de cenoura

amarrado à frente do animal que se esfalfa, na ilusão de que está quase a atingi-lo.

Até que seriam intervenções no DNA cultural da coletividade.

Haveria outro patamar específico ao ator diretamente envolvido, o agricultor, que daria pragmatismo à intenção geral do segundo objetivo estratégico:

Criar, estimular valores, hábitos, atitudes e costumes que levem o agricultor do ES ao cultivo florestal de modo a se tornar um Agricultor Madeireiro (assim como é hoje, por exemplo, na cafeicultura).

Há que se lembrar, que no acervo histórico de 500 anos do brasileiro inexiste o cultivo florestal, pelo contrário, toda a formação baseou-se em sua antítese.

Seria algo de novo, um sub universo cultural a ser agregado àquele existente no "Homo Capixaba" de riquíssimo acervo, onde se destaca a pertinácia em ainda fazer agricultura nas condições vigentes.

No processo de formação deste cenário e de sua criatura, decorreriam etapas evolutivas que lembrariam aprendizagem escolar (pelo menos aquelas que molduram os de 5,6 décadas): as letras, sílabas, palavras, frases, os números, aritmética, equações, etc. numa evolução do simples ao mais complexo. De certa maneira, na formação do universo florestal, haveria algo similar que chegaria ao agricultor madeireiro.

E isto, de modo insipiente, já vem acontecendo na "praxis" se se analisa com acuidade e evolução embrionária desde que iniciado o plantio de espécies florestais sob ótica de moita de Eucalipto e mais rara de Pinus.

No primeiro estágio o eucalipto cortado dos 3 aos 5

GEOPOLÍTICA DO EUCALIPTO CAPIXABA

Yvon de Araújo Yung-Tay
(Pós-Graduado em Ecologia Agrícola)

Após termos participado dos dois últimos grandes encontros sobre o plantio de eucalipto, para a produção de celulose, no Estado do Espírito Santo – I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EUCALIPTO E SEUS IMPACTOS (21 - 22 e 23 de Agosto/2001) e o SETOR FLORESTAL COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO (27 de Agosto/2001) - fizemos, na Tribuna Popular da Assembléia Legislativa capixaba, uma reflexão para a derrubada do veto do Governador ao Projeto de Lei 252/2001-Deputado Nasser Youssef. E no I SIMPÓSIO que aconteceu no auditório do CREA/VITÓRIA-ES, 11-10-01, sugerimos algumas perspectivas e estratégias, para que todos nós – Governo (Federal, Estadual e Municipal) e Sociedade Civil - diminuamos o violentíssimo impacto do imenso consumo de água do eucaliptal, que, nas regiões capixabas que apresentam crescente escassez de água, está extinguindo a vida dos últimos bancos de germoplasma do ecossistema da Mata Atlântica; que está delimitando a já decrescente capacidade de abastecimento de água para irrigação de lavoura, pastagem, floricultura, apicultura, hortifruticultura, aqüicultura, hidrovia, hidroelétrica, indústria, etc. Pois, como comprova a Ciência Agronômica, essa excepcional e espantosa capacidade de evapotranspiração do eucalipto - principalmente nos seus primeiros cinco anos depois do plantio - é por causa, justamente, de sua nobre e extraordinária função fisiológica de elaboração da imensa quantidade de biomassa, que chega a fotossintetizar até acima de 2,96g de matéria seca por litro d'água.

Numa síntese conclusiva - por delimitação de falta de tempo

e espaço - precisamos melhorar o Projeto de Lei n.º 252/Deputado Nasser Youssef, criando mais alguns artigos e/ou parágrafos, para que o Estado possa monitorar a proibição temporária do plantio de eucalipto, para fins de produção de celulose. Isso já devia ter sido feito, principalmente nas áreas mais causticadas pela falta d'água; nas terras secas zoneadas pela SUDENE capixaba; onde os eucaliptais não possuem proteção de sulcos em curva de nível, para retenção da água da chuva (que arrasta argila, ácidos orgânicos, nutrientes, mormente os monovalentes como o potássio). É preciso começar a implantar, urgentemente, as primeiras seis ARTÉRIAS ECOLÓGICAS (Ver os três gráficos anexos e o Diário do Poder Legislativo/Vitória-ES, 11-09-01). São faixas florísticas de mais ou menos um quilômetro de largura, por um comprimento indefinido, seguindo a orientação das seis isoietas (respectivamente de 750-1000-1250-1500-1750 e 2000mm de chuva anual); com embaciamentos superiores, laterais e carreadores; plantadas com essências florestais da Mata Atlântica e frutíferas; e com instalação de geradores de solo, distantes um do outro cerca de oito quilômetros(seguindo a orientação das principais isoígras - linhas que unem pontos de igual umidade atmosférica - para que aqueçam sais de iodeto de prata e cloreto de sódio, cuja evaporação vai aglutinar as gotículas pequeninas em gotas maiores e mais pesadas, a fim de que se precipitem em forma de chuva artificial. Além disso, devem-se utilizar aeronaves (da aeronáutica) e/ou foguetes (importados da Rússia), para bombardearem nuvens do tipo CUMULUS(que lembram flocos de algodão) provocando chuvas artificiais.

O Estado do Espírito Santo deve buscar e receber recursos adicionais de todas as entidades possíveis (nacionais, estrangeiras, governamentais e não governamentais), para a contratação de todo tipo de mão-de-obra (desde os profissionais técnicos até os trabalhadores sem-terra, pescadores, caboclos, etc.); desapropriação de

para varão, destinado à construções rústicas, escoras etc. tem a "moita" como unidade de cultivo e o rendimento em número de varas; a moita rendeu tantas varas; vem a admiração pela rapidez de crescimento e o agricultor sente que por aí há potencial a ser explorado.

O segundo estágio se caracteriza pela unidade já em hectare, expectativa de rendimento em metros cúbicos: ele percebe que se for menos afoito, a retribuição aumenta aos 6,7 anos; árvores maiores, mais grossas, melhor retorno e outra alternativa, a da indústria de celulose onde a personagem árvore desaparece desmanchada em partículas, chegando a etapa final sob forma de pasta química.

Este vertente de vital importância na velocidade de difusão da prática florestal, permite maior escala de produção, garantia de mercado e expressa sempre um patamar de preço.

É neste segundo estágio que se encontra o agricultor madeireiro do ES.

Na terceira etapa, inexistente no ES,(mas já com certa expressão no centro sul do país, face à escassez presente e que será dramática em breve futuro) há um salto qualitativo, e o horizonte de retorno está mais além, 10,12,15 anos e mais, dependendo de avaliações e alternativas sob enfoque econômico, que surgem ao longo do processo. Aqui o indivíduo árvore merece atenção especial, e agricultor vai se tornando, aos poucos, mais observador, paciente e ponderado percorre seu cultivo olhando quase de per si, cada unidade em formação. Cada uma delas passa por tratamento pessoal, a poda, vital, para evitar os Nós que desqualificam, pois ao final, a Tora será a unidade colhida e avaliada sob critério de uniformidade, forma, diâmetro e coisas mais.

O ator desta terceira etapa tem pouco a ver com seus ascendentes. O agricultor colhe algo novo(a Tora) produzida por ele mesmo, fato inédito em toda a história progressa.

Outra criatura, outra estrutura de pensamento sensível às coisas que acontecem em uma linha mais longa do tempo.

Aqui surge a janela de oportunidade.

O grande complexo florestal industrial de Aracruz, que vinha só no setor de celulose entrou na chamada linha de produtos sólidos de madeira e sua primeira unidade está fora do ES.

Discorrer das vantagens que tal vertente florestal se desenvolva no ES é dispensável dentro da linha aqui exposta. Aí estaria o ponto de partida de uma dinâmica florestal industrial com surgimento de unidades de vários partes e estágios com inegável efeito multiplicador na economia regional inclusive no potencial de exportação

Há que se exorcizar certa atmosfera de quase beligerância que parece existir em alguns setores da sociedade e negociar um pacto de "Monclôa" ou uma "Concertacion" entre a comunidade de Aracruz.

Os novos tempos exigem grandes decisões e esta, quando se comemora os 500 anos, estaria na vereda de outros tantos.

Sem o hábito do cultivo florestal o ES corre o risco de perder a sustentabilidade de sua agricultura no século XXI. Se nada mudar quem viver verá.

Tudo isso deve ser visto como uma provocação àqueles que se sintam compromissados em um convite/ apelo, ao exercício da busca do futuro.

Vitória (ES), 05/07/2000

O autor é Engenheiro Agrônomo e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do E.S.

PARA REFLEXAO

Maria Filina Salles de Sá de Miranda

Era verdadeiramente uma ilha. Uma ilha pequena, cercada de água por todos os lados. Para o continente, o transporte era feito em barquinhos, onde catraeiros falantes ou calados levavam as pessoas de um lado para o outro, na baía tranqüila e limpa de Vitória. Romântica travessia. A brisa desalinhava os cabelos. A parada mais próxima, de barco, era Paul, que não tinha cais de porto barulhento. De lá, Vila Velha, Convento da Penha... tudo de bonde. Mais tarde, colocaram sobre o braço vigoroso do mar a Ponte Florentino Avidos, de ferro, produto importado da Alemanha. Juntou a Ilha de Vitória à Ilha do Príncipe. Quanta poesia em cada nome! Foi virando cidade a ilha encantada. E vieram outras pontes: a segunda, como ficou conhecida, a terceira, a quarta, a quinta, a sexta que, ligadas às rodovias, foram encurtando o caminho para ilha. E os grandes aterros! A ilha foi ficando sufocada. O temperamento do ilhéu sofreu mudanças . Já não é tão sensível e humanizado. Nem tão esquivo e provinciano. A agitação foi aumentando cada vez mais. Os bucólicos recantos da Praia de Santa Helena, Praia Comprida e Praia do Canto viraram, também núcleos de comércio. O centro, que até hoje chamamos francesamente de cidade, foi ficando sozinho, ao Deus dará, e na sua saudade dos tempos idos, quando a moçada saudável rodeava a Praça da Independência, hoje Costa Pereira, e a meninada, sem as barreiras das grades de ferro, corria alegre na pujança verde do Parque Moscoso.

Respirava-se fundo, sem pó de minério. Hoje chegou o progresso. Vitória virou cidade linda, com praças arborizadas, flores tropicais pelos canteiros, tudo numa harmonia contrastante com a vida de seus habitantes. Com o progresso, veio a poluição desenfreada, vieram as drogas, a violência. A ilha mudou com o mundo e o mundo mudou a ilha. O clima agora é pesado. Não há mais o romantismo da cidade encantada, onde reinava entre todos um clima de amor, de fraternidade. A gente sorria de dentro da alma e caminhava na serenidade de quem não tem receio de não retornar à casa.

Mas nunca é demais mais sonhar que a Vitória de ontem e a Vitória de hoje se completem, um dia, num encontro de solidariedade consciente, reafirmando sua identidade histórica e projetando, para o futuro uma visão de mundo fundamentada, principalmente, na justiça e na paz.

A autora é poeta, declamadora e sócia do IHGES.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - UM CLUBE REPUBLICANO E UM HERÓI

Deane Monteiro Vieira Costa

Dedico este trabalho a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização, amigos, familiares e professores do Departamento de História , em destaque a pessoa do meu orientador Miguel Depes Tallon - pelo grande incentivo e colaboração - e Maria Beatriz Nader - por toda a ajuda na conclusão desta pesquisa.

Antes do término deste estudo monográfico, o professor e orientador Miguel Depes Tallon veio a falecer, deixando recordações de uma vida feliz e sincera e que teve a generosidade de compartilhar com todos os que os cercavam.

HOMENAGEM

POETA

Toda a noite,
Newton Braga deixava
uma moringa de cachaça
na janela de sua casa,
na 25 de março.
Dizia que era para pegar sereno,
que apurava o sabor

PEQUENO ROTEIRO LÍRICO DE CACHOEIRO
MIGUEL DEPES TALLON
1995

INTRODUÇÃO

Falar sobre o Movimento Republicano capixaba e as suas construções simbólicas e míticas, constitui uma importante tarefa, dado o seu riquíssimo conteúdo e a sua herança que tanto interferiram e contribuíram para a formação do povo capixaba.

Geralmente, os estudos feitos sobre o Movimento Republicano Brasileiro destacam os projetos dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, isso reflete até na produção bibliográfica básica sobre a República. Nos últimos anos, no Espírito Santo algumas obras foram produzidas enfocando a história política Capixaba. Mas, ainda falta destacar a intensa participação política dos municípios sul - capixabas (Cachoeiro de Itapemirim) nesse período (1887 –1889) onde podemos definir que tratava-se de lutas pelo controle do aparelho do Estado.

Diante da importância do tema, este trabalho tem como objetivo no primeiro capítulo, analisar o percurso histórico de Cachoeiro de Itapemirim e o seu destaque na produção cafeeira.

" *(...) Cachoeiro foi o centro político – administrativo de toda a região cafeeira do Sul até a República, centro comercial e porto fluvial obrigatório do café de grande*

parte da região até o início do século XX, quando a ferrovia substituiu o transporte fluvial ". (NARA , 1996: 62)

No segundo capítulo, analiso e reflito as produções republicanas em Cachoeiro de Itapemirim e os seus verdadeiros interesses. Vale ressaltar, que no Espírito Santo, principalmente na região sul do Estado, a propaganda Republicana foi muita ativa e intensa , tendo o seu grande incremento com a fundação do clube republicano em 1887 em Cachoeiro de Itapemirim.

"(...) *A região sul , além de ter sido pioneira na fundação de clubes republicanos, concentrou o maior número desses clubes atuando como centro de maior difusão dessas idéias na Província."* (SILVA, 1995:65)

E no último capítulo farei uma análise em torno das produções simbólicas e heróicas, criadas pelo novo regime político.

"(...) a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado". (CARVALHO, 1990: 55)

No caso capixaba, não foi grande o esforço em promover um herói. Domingos José Martins, representava o candidato mais óbvio ao papel de herói republicano.

Assim, o culto heróico da pessoa de Domingos Martins foi uma produção simbólica do regime republicano.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

EVOCAÇÃO DE CENÁRIOS E PERSONAGENS

Durante os anos de 1865 a 1888, Cachoeiro apresentou um extraordinário desenvolvimento econômico acompanhado de uma agitada vida urbana. Ocorre que em 1864 Cachoeiro foi elevado a categoria de Vila. A nova Vila foi habitada por pessoas vindas das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, que se dedicavam principalmente ao comércio e a lavoura. O Comércio que começara em 1846, feito por tropas organizadas pelos mascates, desenvolveu-se tanto que em 1853 foi instalada pelo Dr. Manoel Cipriano da Franca Horta, uma casa comercial, a primeira que teve esta localidade. Nessa época a Vila de Cachoeiro possuía 295 casas, com 3.895 habitantes (inclusive grande número de escravos).

Esse "perfil", demonstra que a agricultura, pecuária e o comércio foram os setores responsáveis pela produção necessária para manutenção da vila e em muitos casos até da Província do Espírito Santo. Antônio Marins, destaca que Itapemirim: "*até em 1887 foi uma Vila que abastecia de açúcar e aguardente toda a província e exportava ainda em grande quantidade para a praça do Rio de Janeiro.*" [1]

Com sua formação territorial firmada, Cachoeiro de Itapemirim apresentou uma intensa vida "de relações" com os valores "literários, teatrais, musicais e jornalísticos". As respostas aos perigos e desafios vividos pela população era demonstrado com uma significação e lógica própria através das criações de ambientes ricos

em obras (entidades culturais) e em eventos "urbanos".

O ensino primário data de 27 de julho de 1857, época em que foi instalada a primeira escola pública e em 1866 circula o primeiro Jornal cachoeirense - " O Itabira". Também é criada as entidades culturais: **Tirocínio literário** (1867) sociedade marcada por uma curta duração em virtude da oposição que aderiram e a **Sociedade Literária Grêmio Bibliotecário Cachoeirense** (1883), composta por fazendeiros, negociantes, padres e bacharéis que mais tarde se tornaram propagandistas republicanos.

No jornal " A província do Espírito Santo", de Vitória, edições de 19 de julho de 1883, noticiou-se o seguinte:

"No dia 01 de julho de 1883 instalou-se, perante numeroso concurso de senhoras e cavalheiros, o Grêmio Cachoeirense. (...) O negociante Araújo Machado ofereceu gratuitamente uma propriedade para funcionar o Grêmio, além de cento e tantos volumes que doou. Os livros oferecidos já sobem a 1.000. E no dia 21 de outubro, instalou-se a aula noturna de primeiras letras mantida pelo Grêmio Cachoeirense a qual funcionará nas segundas, terças, quartas, sextas e sábados. (...) Foi nomeado diretor das aulas noturnas ***Dr. Joaquim Pires de Amorim*** " [2]

Com isso, o Grêmio passou a constituir um centro de interesse (uma sala de leitura com um formidável acervo literário) prestigiado pela população Cachoeirense, pois prestavam serviços educativos e sociais.

As apresentações teatrais tornaram-se freqüentes, o drama Helena (1882), a comédia "manda quem pode" e "O diabo a quatro" (1881) e o boneco Manoel Gostoso

(mágico), foram levados à cena nos sábados para a comunidade. Em julho de 1883, a Companhia "Óptica" (família Boldrini e Corrêa) apresentou durante um mês espetáculos dramáticos brilhantes em Cachoeiro.

Conforme Oscar Gama, essas apresentações podem ser enquadradas na fase "familiar comunitária"[3], pois eram apresentadas nas fazendas, praças, prefeituras ou em residências particulares. As poucas opções de diversão eram preenchidas com essas peças teatrais, apesar das péssimas estradas e do atraso no recebimento de notícias e outros, eram criados "alternativas de lazer" particulares à comunidade.

Já em 1877, tem início o sistema de iluminação pública a querosene e no mesmo ano, foi fundado o jornal "O Cachoeirano", que serviu à coletividade até 1924, seu destaque é determinado pela contribuição ao Clube Republicano local nas divulgações de suas idéias.

A Ponte Municipal, no dia 10 de junho de 1887 fora concluída e no dia seguinte, a banda de música "Estrela do Norte" e muita gente compareciam a festa da inauguração.

Assim indicadores de mudanças pontilhavam a História social, econômica, cultural da Vila de Cachoeiro de Itapemirim. Essas mudanças só podem ser compreendidas quando articuladas ao desenvolvimento da produção cafeeira da região sul da província do Espírito Santo

A PRODUÇÃO CAFEEIRA

A cultura do café permitiu um amplo desenvolvimento e uma expansão populacional à província do Espírito Santo. Essa cultura agrícola não foi

exclusividade do Espírito Santo, outras províncias já se encontravam envolvidas, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro.

No Espírito Santo, em particular, a grande expansão cafeeira ocorreu de 1856 a 1872, com um maior destaque para a Região Sul do Estado. Nesse período, segundo João Gualberto,

" *a grande expansão cafeeira concentrou-se na região Sul, com uma estabilização da produção na região Central e mesmo um retorno à cultura da mandioca na região de São Mateus.*" (1995:111)

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ (@)

REGIÃO	1851	1857	1859	1861	1867	1873	VAR.(%)
ITAPEMIRIM	18.600	23.287	46.770	62.813	125.245	141.654	661,58
PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO	83.790	156.883	154.703	223.806	395.950	450.303	437,41
PROVÍNCIA SEM ITAPEMIRIM	65.190	133.596	107.933	160.993	270.696	308.658	373,47

FONTE: Relatórios dos Presidentes da Província[4]

Quais foram os principais fatores que permitiram a expansão cafeeira no Sul da Província do Espírito Santo?

Primeiramente, Itapemirim apresentava condições naturais favoráveis ao cultivo do café (solo virgem resistente à erosão, fértil, clima úmido, ...) e terras desocupadas limitantes com as regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O que atraiu mineiros e fluminenses para investir recursos nessa região que apresentava condições propícias ao desenvolvimento e crescimento dessa produção agrícola.

" *(...) fazendeiros mineiros e fluminenses desmataram grandes áreas da floresta Tropical ao longo do Rio Itapemirim e ali fizeram fortunas. Nessa região foi construída em 1887 a primeira estrada de ferro da*

Província, e a cidade de Cachoeiro de Itapemirim tornou-se florescente centro comercial voltado para o Rio de Janeiro"[5]

Há, portanto, uma estreita ligação entre povoamento e produção cafeeira no sul da província do Espírito Santo, o que infelizmente ocasiona uma subordinação direta às demandas da província do Rio de Janeiro e um deslocamento e perda das riquezas geradas para esse centro comercial. Essa subordinação reflete também no processo de comercialização do café, que distinguiu a produção cafeeira no Sul das demais regiões da Província do Espírito Santo.

" *O café era comprado por comissários do Rio, misturado por ensacadores ao do Vale do Paraíba e ao mineiro para formar o tipo Rio, e exportado por aquele porto. Parte da produção não passava sequer pela repartições fiscais do Espírito Santo, sendo transportada diretamente das fazendas para a Província vizinha, onde pagava o imposto* "[6]

Curiosamente, a partir de 1897 a 1910, com a longa crise cafeeira, os exportadores passaram adquirir diretamente dos fazendeiros o café para exportação, anulando o papel anterior do comissário que se encarregava de fazer essa intermediação. Foi com o surgimento da empresa de exportação Vivácqua e Irmãos - de propriedade de imigrantes italianos - que o monopólio da comercialização do café produzido no Sul do Estado adquiriu expressão. Apesar disso, as relações sociais e econômicas de dependência da Praça do Rio de Janeiro continuaram existentes, e se reforçaram em 1903, com a ligação ferroviária de Cachoeiro com o Rio de Janeiro.

"(...) tudo isso, ampliou as relações sociais e econômicas da província e criou novas categorias sociais, que possuíam outras demandas políticas. Essas categorias sociais, associadas às elites do café, participaram ativamente do movimento republicano e se transformaram no embrião de uma classe média".

(Gualberto ,1995: 121)

Portanto, Cachoeiro de Itapemirim se tornou o centro de entroncamento de capitais oriundos do café e de idéias políticas republicanas.

O CLUBE REPUBLICANO

Foi um setor da população urbana de Cachoeiro de Itapemirim, formada por profissionais liberais, pequenos proprietários, e jornalistas para quem o Regime Monárquico representava um limitador (entrave) às oportunidades políticas, econômicas e sociais para a região.Foi estudando nas faculdades das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que tomaram conhecimento das lutas pelos ideais republicanos, nessas províncias. Joaquim Pires de Amorim, um dos principais propagandistas republicanos , teve contato com essas idéias estudando Direito em São Paulo, na entrevista dada por seu neto, Joaquim Pires podemos percebemos essa influência.

"Já havia cursado seus estudos preparatórios no Rio de Janeiro. Mais tarde, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde em 1862 se formou com os colegas

de turma como Prudente de Morais, Campos Sales, Bernardino de Campos e Rangel Pestana .

Ao ser proclamada a República, eles ficaram conhecidos como a ***turma dos Republicanos Históricos*** *e no início do século, no governo de Campos Sales, como a* ***turma dos Estadistas.****"*

Assim só depois que o governo do Império validou os exames preparatórios feitos nas Províncias, impulsionando assim a difusão do ensino secundário, a partir de 1870, foi que a mocidade capixaba se afeiçoou ao estudo das coisas da Pátria e pouco a pouco pode entrar no conhecimento das falhas da construção monárquica de 1824.

"Por essa mesma época, saía do prélo de República, o Manifesto do Clube Republicano do Rio de Janeiro; e a impressão que a leitura desse documento político produziu nos espíritos juvenis foi de molde a empolgar os ânimos tão intensamente " [7]

A insatisfação pelo poder monárquico, provocou nesse grupo social o desejo de alcançar oportunidades de destaque na região de Itapemirim; entendiam que através da luta pelo idealismo republicano, conseguiriam substituir o governo estabelecido e construir uma nova nação.

Foi assim que no dia 23 de maio de 1887, fundou-se em Cachoeiro o clube republicano, na residência do Dr. Joaquim Pires de Amorim, onde atualmente é o Colégio Cristo Rei. Através de comícios, reuniões e conferências os princípios republicanos foram propagados e outros clubes foram fundados na província do Espírito Santo.

Não foram pequenos os embaraços que os republicanos tiveram que enfrentar. Na entrevista feita ao Sr. Joaquim Pires , este comentou um curioso fato de desentendimento entre monarquistas e republicanos em Cachoeiro, envolvendo Bernardo Horta, propagandista republicano exaltado. Ao pesquisar este fato, encontrei referências no livro de Manoel Gonçalves Maciel.

Voltando ao Cachoeiro Antigo:

"(...) a 02 de dezembro de 1888, um desentendimento entre republicanos e monarquistas... Segundo consta nos registros, a Câmara Municipal de Itapemirim, nesse dia , promoveu uma festa em comemoração ao aniversário de Sua Majestade o Senhor Do Pedro II , Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil. Dessas festividades , além de numeroso público, compartilhavam o então Presidente da Câmara Municipal, o tenente João Cândido Borges de Athayde, ex – combatente da Guerra do Paraguai, José Feliciano Horta de Araújo e toda a Guarda Municipal. (...) No calor das alegrias, distribuíam-se ao povo vinho e carne de boi. Chegando à tarde reuniu –se o povo na cabeça da Ponte Municipal, ao lado norte, hoje Praça Dr. Gil Goulart. No auge dos discursos eloqüentes, o tenente Borges de Athayde e sua Guarda bradou: FORA A REPÚBLICA! Isso ecoou como um insultante desafio a um grupo de republicanos que, de onde estavam, ouviam os brados dos monarquistas. Imediatamente, aproximaram deles e rebateram . Bernardo Horta, na liderança, gritou: VIVA A REPÚBLICA! FORA A MONARQUIA!

(...) seguiram-se momentos de grande confusão. Alguns monarquistas exaltados ameaçaram jogar da ponte abaixo o revolucionário republicano Bernardo Horta.

Às vezes, numa família existiam simpatizantes dos dois regimes, por exemplo, o Dr. José Feliciano Horta de Araújo, partidário monarquista e um dos principais organizadores da referida manifestação, era o pai de Bernardo Horta. Portanto, pai e filho politicamente adversários"[8]

Realizou-se também, em Cachoeiro de Itapemirim, no dia 16 de setembro de 1888, o primeiro Congresso Republicano do Espírito Santo, com a presença de todos os representantes dos clubes provinciais. A comissão permanente do Partido Republicano ficou assim composta: Eugênio Brandão do Vale, Affonso Claudio, Pedro José Fernandes Medina, João Loiola, Bernardo Horta de Araújo.

Essa comissão seguiu para a Corte, como delegados do Espírito Santo ao Congresso Federal Republicano do Rio de Janeiro.

"(...)Foram então, nos três últimos anos, que precederam à queda do Império, que os princípios republicanos vinham evidentemente sendo pregados, com muito entusiasmo, no sul do Estado. A monarquia só serviu para iludir a lavoura, tendo sido roubados com os pretos com a má lei de 13 de maio. Ficamos pobres e, por isso, a monarquia tome rumo; o governo deve ser feito pelo povo". [9]

As elites do café, que não viam mais razões para defender o sistema monárquico, passaram a apoiar os adeptos do movimento republicano. Assim,

"(...) o programa republicano ia pouco a pouco integrando os grupos de interesses contrários à estrutura de poder que a monarquia mantinha. Assim, agiram poderosamente, condensando as contradições existentes: os conflitos na área militar, a campanha abolicionista, as exigências de descentralização e a ação propagandística dos positivistas. Seus efeitos se fizeram presentes na estrutura global da Formação Social Brasileira com a posterior mudança do Regime político." [10]

A insatisfação e o desgaste da imagem do governo imperial foram as "molas" necessárias à divulgação dos ideais republicanos em Cachoeiro de Itapemirim. Os apelos à luta pela liberdade, igualdade e participação ofereciam um saída aos vícios (lentidão do sistema, excessiva centralização, longevidade de alguns segmentos políticos e a corrupção) praticados pelo governo imperial e denunciados pelos republicanos.

"O movimento Republicano foi produto de uma certa modernização do sistema social, ao mesmo tempo em que se alicerçou, paradoxalmente, em antigas relações imaginárias." [11]

A patronagem (amparo, proteção e patrocínio) política era um dos principais interesses dos republicanos frente a política local. O sul representava um forte distrito eleitoral, para alcançar o objetivo de participação nas casas legislativas locais. Quando proclamada a República, as elites regionais, promoveram a divisão do poder político.

Alguns políticos que, curiosamente, não eram adeptos da República, repentinamente fizeram manifestações espontâneas de adesismo, e outros que realmente lutaram pela campanha Republicana se

decepcionaram com os resultados políticos. Segundo entrevista realizada ao Sr. Joaquim Pires do Amorim:
(...) Depois de proclamada a República , houve um período de adesão. Moniz Freire que era monarquista convicto torna-se republicano. O voto secreto e a revisão constitucional foi um dos seus interesses para projeção política (...) mas que cabia aos republicanos de fato essa luta.

Assim, Moniz Freire que nunca havia apoiado o movimento que lutava para a implantação da República, em maio de 1892 foi eleito pela Assembléia estadual presidente, vindo a se tornar líder político do Estado por mais de dez anos, tendo ocupado por duas vezes a presidência do Estado. Nas eleições de 4 de março de 1906 seus correligionários saíram vitoriosos.

Essas manifestações de adesão ao novo regime político, precisam ser entendidos como um instrumento decisivo para a participação pessoal na política local. E foram justificados através de uma prática carregada de significados e emoção e que institucionalizou códigos e princípios baseados na patronagem política.

LEVANTAMENTO ORAL - ENTREVISTA
Transcrição da fita cassete
SR. JOAQUIM PIRES DE AMORIM (neto de Joaquim Pires de Amorim, um dos fundadores do Clube Republicano de Cachoeiro de Itapemirim)
Data da entrevista:03/09/99

Deane - *Primeiramente perguntas sobre os dados biográficos. Onde nasceu e cresceu Joaquim Pires de Amorim?*

J.P.A - Ele Nasceu em Passa Três (Rio de Janeiro), filho do português José Pires de Amorim e Dona Joaquina M. de Oliveira, família tradicional na magistratura (Rio de Janeiro) – Os Oliveiras. Aos 14 anos Joaquim veio para aqui, seu pai tinha adquirido a fazenda Boa Esperança. Já havia cursado seus estudos preparatórios no Rio de Janeiro. Mais tarde, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde em 1862 se formou com os colegas de turma como Prudente de Morais, Campos Sales, Bernardino de Campos e Rangel Pestana.

Ao ser proclamada a República, eles ficaram conhecidos como a "turma dos Republicanos Históricos" e no início do século, no governo de Campos Sales ficou conhecidos como a "turma dos Estadistas".

Assim veio advogar em Itapemirim (Cachoeiro era subordinado a Itapemirim). Foi eleito aos 28 anos, Deputado provincial (1866-1868). Talvez pelas idéias republicanas foi advogar em Vitória, onde foi procurador fiscal, e no Ateneu (Vitória) lecionou.

Foi nomeado Juiz Municipal de Obras (1868-1886). Havia uma prática de recondução, como ele tinha idéias republicanas, não foi reconduzido. Passou advogar em sua residência , onde começou a se dedicar a Propaganda Republicana em 1887 (sua residência era antiga chácara do Gil Goulart e atualmente é o local onde funciona a Escola de Filosofia).

Esteve participando do Congresso Provincial Republicano. Veio o movimento Republicano e ele quis retornar a magistratura , então foi nomeado Juiz de Direito de São Mateus.

Criada a Justiça Federal, Joaquim foi eleito o primeiro juiz Federal do Estado do Espírito Santo. Assumiu em

Vitória, onde legislou até se aposentar em 1905.

Deane - *Como se deu a aceitação dos pais (José Joaquim Pires de Amorim e Joaquina M. de Oliveira) no tocante a participação do filho Joaquim Pires de Amorim pelos ideais republicanos ?*

J.P.A - Eu me lembro que quando veio o primeiro Clube Republicano, meu bisavô já havia morrido. Seus irmãos Eugênio e Emiliano eram monarquistas e conservadores. Dona Joaquina conversava sobre o assunto.
Diogo e Joaquim eram republicanos exaltados. Depois de proclamada a República, houve um período de adesão, assim Muniz Freire que era monarquista torna-se republicano. O voto secreto e a revisão constitucional foi um dos seus interesses. (...) cabia aos republicanos de fato essa luta.
Mas Moniz Freire era culto enquanto Jerônimo Monteiro era um grande articulador dos interesses, deixou o Estado financeiramente prejudicado, mas valorizou Vitória, capital ainda com dificuldades de infra–estrutura.
Curiosamente, Dona Maria Stella de Novaes, recomendava que ao sair por Vitória pela noite, era necessário guarda – chuva.

Deane – *Quais eram os principais interesses defendidos pelos republicanos?*

J.P.A - Primeiramente queriam a adoção do sistema federativo e a chance de participarem nas casas legislativas, As províncias não tinham autonomia e os seus presidentes eram nomeados. Depois de proclamada a República, como não havia ainda nada organizado politicamente, Affonso

Claudio fora nomeado. Depois vieram as eleições.

Deane – *Como se deu o processo de propaganda do clube Republicano, além do jornal o Cachoeirano?*

J.P.A - Comícios, reuniões e encontros que buscavam adesão popular em Cachoeiro de Itapemirim. Parece que não foi nada, mas repercutiu muito no Brasil o processo de abolição da escravidão. Provocou desgosto dos monarquistas e engrossou as fileiras republicanas. De um modo geral, quase todos os republicanos eram abolicionistas. Em Cachoeiro de Itapemirim, os republicanos não pregavam o fim da escravidão mas admitiam a causa e a necessidade, como uma forma de tolerância.

Deane – *Após proclamada a República quais foram as atuações políticas locais alcançadas pelos republicanos?*

J.P.A - no dia 06 de dezembro de 1889, Cachoeiro de Itapemirim foi elevada à categoria de Cidade. Alegre se separou de Cachoeiro de Itapemirim. Curioso, que em 25 de março de 1867, Cachoeiro se separou de Itapemirim, mas a designação Cachoeiro de Itapemirim continuou.

DOMINGOS MARTINS, UM MÁRTIR PARA A REPÚBLICA

"A missão do historiador não é lisonjear, nem adular a ninguém, e menos aos vivos no País."
Francisco Adolfo de Varnhagen

"Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico".[12]

Se pesquisarmos as datas comemorativas e os rituais tradicionais de nosso Estado, perceberemos que no dia 12 de junho é celebrado a morte de Domingos José Martins, definido como um "herói capixaba".

"Quem entra no antigo prédio da Assembléia Legislativa do Espírito Santo se depara com a estátua de um homem que dá nome ao palácio, onde está sediado o Legislativo Estadual - Domingos Martins, respeitado como mártir e catalogado entre os heróis da libertação do Brasil, figura ao lado de nomes como o de Tiradentes, na lista de "traidores" que Portugal mandou executar nos séculos 17 e 18."[13]

Na praça Dr. João Clímaco no Centro de Vitória, encontramos um monumento de homenagem à Domingos Martins. Constituído por um busto de bronze e que está amparado pela "liberdade", representada pela figura de uma mulher. O Monumento está bem talhado sob um pedestal de granito, onde está inscria a seguinte frase: "Vinde executar as ordens de vosso sultão e morro pela liberdade."

Nos livros didáticos sobre a História de nosso Estado, utilizado pelas séries iniciais do Ensino Fundamental encontramos:

"12 de Junho de 1817 – refere-se ao dia do fuzilamento daquele que é considerado o maior herói espírito – santense, Domingos José Martins. Nascido no município de Itapemirim, no sul do Estado, foi ele um dos chefes da Revolução Pernambucana que pretendia transformar uma parte da Região Nordeste num país, quando o Brasil ainda não era independente de Portugal. Domingos José Martins foi Fuzilado na cidade de Salvador, Bahia."[14]

" Em Pernambuco , ele se aliou aos revolucionários que dominaram o Governo e proclamaram uma República".[15]

Também no livro: O Estado do Espírito Santo e os Espírito -Santenses, de Eurípedes Queiróz do Valle, Domingos Martins é destacado como o primeiro herói capixaba.

Então, quais foram os verdadeiros conteúdos iniciais e razões de perpetuação que se deve somar a figura de Domingos José Martins? Como surgiram e como se estabeleceram essas construções simbólicas?

Todas essas tradições e formulações simbólicas construídas e formalmente institucionalizadas sobre a figura de Domingos Martins, promovem o culto ao passado. Preenche o calendário local e as produções culturais num "tom" festivo e saudosista (as lembranças de um passado) , que se perpetuam através das "tradições inventadas". Essas forças tradicionais, agem de modo decisivo sobre os valores sociais da comunidade capixaba.

"(...)inculcam certos valores e normas de comportamento através da repetição e perpetuação, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado".[16]

Assim, a memória, materializada em seus símbolos, é a escolha de acontecimentos de outros tempos que se lembrar. São escolhas feitas por grupos sociais que possuem poder ou estabelecem acordos para atuarem na construção temporal e histórica do mundo e das sociedades.

"*Nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos por meio dos quais a classe dirigente mantém seu poder. O aparelho de Estado procura controlar o passado, simultaneamente, no nível da política prática e no nível da ideologia.*

O Estado e o poder organizam o tempo passado e moldam sua imagem em função de seus interesses políticos e ideológicos."[17] O historiador José Murilo de Carvalho, no seu trabalho sobre a construção do imaginário republicano brasileiro, conta:

" *Só quando se voltou para tradições culturais mais profundas, às vezes alheias à sua imagem, é que [a idéia republicana] conseguiu êxito no esforço de se popularizar. Foi quando apelou à independência e à religião, no caso de Tiradentes; aos símbolos monárquicos, no caso da bandeira; à tradição cívica, no caso do hino. Eram freqüentes as queixas dos republicanos em relação à falta de capacidade do novo regime de gerar entusiasmos. Em maio de 1890, um deles escrevia na Revista Ilustrada que, seis meses passados desde a proclamação, quase não se via a nova bandeira. Os símbolos monárquicos, continuava, ainda se viam em quase todos os edifícios públicos. O articulista apelava ao governo para que se esforçasse mais por despertar o entusiasmo nas almas, por meio desses poderosos instrumentos de propaganda*" (CARVALHO 1990: 128)

Na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano de 1917, nºs 95 a 98 , encontra-se o ato de oficialização da bandeira revolucionária de 1817 como a bandeira do atual Estado de Pernambuco e com os respectivos comentários:

"(...) o governador do Estado, considerando que Pernambuco vai celebrar a 06 de março próximo o primeiro centenário de Revolução de 1817, que antes do Império proclamou o Brasil o sistema republicano; considerando que tal celebração, tem tido a mais simpática repercussão no País, a ele aderindo não só os municípios do Estado, como a maior parte dos Estados da União, assim reconhecendo que esse movimento (...) visava e realizou , a Independência Nacional;
(...) considerando que o sangue de mártires de então não foi derramado em vão, (...) entre seus ideais democráticos , contou com o governo civil representado pelas classes, independência da magistratura, (...)liberdade religiosa, liberdade de opinião."[18]

Assim, a memória coletiva é posta em jogo em prol de lutas das forças sociais pelo poder. A pequena densidade histórica de 15 de novembro no Brasil, não forneceu terreno adequado para a germinação de mitos. No caso capixaba, Domingos José Martins foi o candidato óbvio ao papel de herói republicano, participou de um movimento que se confundia com impulsos libertários e de civismo, elementos que se tornam "senhores da memória" quando bem recuperado.

Cabe, portanto, ao ensino de História apontar para a direção da construção de conhecimentos críticos e desconstrutores da universalização da história humana, resgatando as diferenças de interesse de grupos e de indivíduos.

A autora é Professora de História e sócia efetiva do IHGES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

BANCK, Geert. **Dilemas e símbolos: Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo.** Ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998.

BAHIENSE, Norbetino. **Domingos Martins e a revolução Pernambucana de 1817**. Belo Horizonte: Littera, 1974.

CARVALHO, José Murilo de . **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábua rasa do passado? – Sobre a história e os historiadores**. São Paulo: Ática, 1995.

CONTEXTO JORNALISMO E ASSESSORIA LTDA. **Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo: Assembléia Histórica**. Vitória:1996.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil.** São Paulo, Alfa – Ômega, 1974.

FREIRE, Mário A . **A República no Espírito Santo: "Separata da edição da Revista Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, Comemoração do cinqüentenário da Proclamação da República**, 1939.

GAMA, Oscar. **História do teatro capichaba:395 anos**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo,1981.

GARCIA, Milton Teixeira e GARCIA, Maria Lúcia Teixeira . **O Vale do Itabapoana e a história de São Pedro de Itabapoana e São José do Calçado.** Vitória: Edufes, 1997.

GUALBERTO, João. **A Invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro.** Vitória: SPDC,1995.

HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terrence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1984.

KILL, Miguel A . **Estado do Espírito Santo: Estudos Sociais 1º Grau** . São Paulo: Saraiva, 1992.

LAPA, José Roberto do Amaral (organizador). **História política da República.** São Paulo: Papirus , 1990.

LIMA, Oliveira. **O Movimento da Independência (1821 – 1822).** Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1989.

MACIEL, Manoel Gonçalves. **Voltando ao Cachoeiro antigo**. Vitória: Gráfica e Editora Gracal, s/d.

MARINS, Antônio. **Minha Terra e meu Município**. Rio de Janeiro: 1920.

MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil República** . São Paulo: Ática,1986.

MORAES, Lídia Maria de. AROEIRA, Maria Luísa C. . e CALDEIRA, Maria José. **Gente, terra verde, céu azul : Espírito Santo**. São Paulo: 1989.

MORAES, MELLO. **História do Brasil – Reino e do Brasil – Império (Tomo I).** Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo, EDUSP, 1982.

PACHECO, Renato. **Estudos Espírito – Santeses.** Ed. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1994.

Revista "Vida Capixaba". Editorial: Ave República , 15/11/ 1924.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n.º 12, novembro de 1939.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n.º 13, setembro de 1940.

ROSA, Afonso Cláudio de Freitas. **História da propaganda Republicana, no Estado do Espírito Santo.**

SALETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930).** Vitória: Edufes, 1996.

___.Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo(1888-1930). Vitória: Edufes, 1996.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder.** Vitória: FCAA / SPDC, 1995.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil. (Vol.03 e Tomo V).** Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1981.

VIANA, Oliveira. **O acaso do Império.** Recife: Ed. Massagana,

NOTAS

[1] MARINS, Antônio. **Minha Terra e meu Município**. Rio de Janeiro: 1920.

[2] MACIEL, Manoel Gonçalves. **Voltando ao Cachoeiro antigo**. Vitória: Gráfica e Editora Gracal, s/d. p.156.

[3] GAMA, Oscar. História do teatro capichaba:395 anos. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo,1981. p.32.

[4]4 SALETTO, Nara. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930).** Vitória: Edufes,1996. p.32.

[5] BANCK, Geert**. Dilemas e Símbolos: Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo.** Vitória : Editora do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,1998. p.46

[6] Idem. SALETTO, p.36.

[7] FREIRE, Mário A . **A República no Espírito Santo: "Separata da edição da Revista Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, Comemoração do cinqüentenário da Proclamação da República**, 1939. p. 4 – 5.

[8] Idem, MACIEL, p. 185.

[9]Idem, FREIRE p.13-14.

[10]10 ALBUQUERQUE, Manoel Maurício . Pequena história da formação social Brasileira . Rio de Janeiro: Gracal, 1984. P.420.

[11] GUALBERTO, João. A Invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: SPDC, 1995. P.121.

[12]12 CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o**

Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras,1990. p.55.

[13] CONTEXTO JORNALISMO E ASSESSORIA LTDA. **Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo: Assembléia Histórica**. Vitória:1996. p. 09

[14] KILL, Miguel A . **Estado do Espírito Santo: Estudos Sociais 1º Grau** . São Paulo: Saraiva, 1992. p..59

[15] MORAES, Lídia Maria de. AROEIRA, Maria Luísa C. . e CALDEIRA, Maria José. **Gente, terra verde, céu azul : Espírito Santo**. São Paulo: 1989. p.68

[16] HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terrence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1984. p. 09

[17] CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábua rasa do passado? – Sobre a história e os historiadores**. São Paulo: Ática, 1995. p.28

[18] BAHIENSE, Norbetino. **Domingos Martins e a revolução Pernambucana de 1817**. Belo Horizonte: Littera, 1974. p.75

O PROFETA DO ESQUECIMENTO

Berredo de Menezes

"O que o amor não sabe, Deus se esqueceu de inventar" - era o que repetia o Padre Estrela, sempre que algum farejador de histórias lhe suplicava explicação para o sumiço de Lavínia nas águas do Riacho Fundo.

E é nas tardes em que o tédio ancora em minha sombra, como hoje, que a lembrança me acorda os outroras ferruginosos daqueles anos de pó e solidão que levaram o poeta Oliveira Marques à viuvez da ausência, depois que perdeu a mulher ali no Riacho Fundo, um riozinho de insignificâncias, para alguns, mas de mistérios e desalentos para quem ousasse duvidar do encantamento de seus remansos.

A esposa do poeta Oliveira Marques freqüentava as idéias dos incrédulos, não admitindo, nem para ser cortês ocasional, qualquer espécie de risco mergulhar naquele "igarapé metido a besta", como às vezes o nomeava, só para provocar os freqüentadores assíduos da margem oposta.

Adolescente, ainda, Lavínia já era capaz de denunciar volúpia até nos olhos mais santos, como ocorreu com o seminarista Ângelo de Santana , em estágio por nossa Paróquia, e que o Padre Estrela mandou de volta, às pressas, para o Seminário, porque o projeto de Cura, depois de beber duas garrafas do vinho de missa, teve a ousadia de convidar Lavínia para conhecer a nova sacristia da Igreja, logo após a novena, e ali, embrialoucado, quis passear com as mãos, e à força, pelas impudicícias da mocinha.

Embora de pouca importância para o relato principal desta história, há que ser feito um registro, como pausa de reflexão, para se ter uma idéia do moralismo que imperava no Vale das Pedras, nos idos de antigamente.

Ommar Medauar, pai de Lavínia, acabou concordando em deixar Ângelo de Santana retornar ao Seminário, com vida, mas, três dias antes, os testículos do seminarista, decepados com uma torquês, foram jogados às piranhas do Riacho Fundo, numa singela advertência de que os bêbados de todos os botecos tomaram conhecimento, espalhando o fato onde quer que encalhassem, recheando acréscimos cada vez mais pitorescos, pois o alambique da inteligência de um bêbado é sempre mais rico quando destila a desgraça dos outros.

Feito o registro, voltemos ao principal. Foi numa noite de exagerência alcoólica, no boteco de Mestre Zuza, que o poeta Oliveira Marques, bebemorando mais uma vitória no Tribunal do Júri, se aprochegou do amigo Ommar Medauar, também poeta e jurisconsulto da Municipalidade. Pediu licença para sentar a seu lado, molhou a garganta num gole bem demorado, e adoçou a fala no pedido : queria sua permissão para namorar Lavínia, com obrigação de casamento para um logo muito breve, com papel passado em Cartório e na Igreja.

O local do casamento religioso desagradou o futuro sogro.

- Naquela Igreja minha filha não entra. É juramento de sangue que não aceita nem empresta esquecimento.

Dessa vez foi Ommar quem virou o copo de uma vez só, para deixar as palavras mais claras, se soltando:

- Se o poeta aceita casar no meu quintal, com padre e juiz na mesma hora, bata o seu copo no meu que eu faço até muito gosto em recebê-lo também como meu filho.

Todos os bêbados daquela noite bateram palmas de pé, e o "doutor" Oliveira Marques, com os olhos em fluorescência, levantou seu copo, sentenciando:

- A bebedeira hoje ninguém paga. A despesa desta felicidade Mestre Zuza pode pendurar na minha conta.

Oliveira Marques e Ommar Medauar, vizinhos de embriaguês e residência, chegaram em casa pela madrugada, um tropegando nas pernas do outro, sonhambulantes, ambos. Lavínia esperava o pai, mas, com a janela entreaberta, não conseguiu evitar que o vento, luxuriante, levasse até o futuro marido aquele perfume que o haveria de perseguir mesmo depois que o Riacho Fundo bebesse, para sempre, a eternidade do seu silêncio.

Entre o casamento e a viuvez, o tempo foi quase um relâmpago violentando o ventre da tempestade. Mas a desgraça de Oliveira Marques foi ter que satisfazer os caprichos ninfolunáticos de Lavínia, cada vez mais requintados nas fantasias do sexo, deixando o poeta em desfalecimento de competência para saciar a fome da jovem esposa em extravagâncias de luxúria.

Numa noite de lua-cheia, apenas uma semana após as núpcias, Lavínia saiu quase arrastando o poeta pelos caminhos do Riacho Fundo, com o vestido de noiva na mochila. Lá chegando, jogou às margens a saiota, a blusa e a calcinha de rendas, cobrindo a nudez vulcânica do seu corpo com o nupcial vestido, transparentudo, e foi-se adentrando nas águas com voz

de súplica ao poeta:

- Hoje serás Netuno no meu corpo; e vou apagar o mar de tuas chamas nas raízes do orvalho de minha sede, tendo este igarapé como testemunha de nosso incêndio.

No feitiço daquelas palavras, o poeta Oliveira Marques perdeu as pétalas que lhe cobriam o corpo. Mas ao ouvir a ofensa de "igarapé", ao Riacho Fundo, teve arrepios na pele da alma, pois já era tarde demais para tentar remediar o despautério da esposa: no milésimo infinito daquele exato instante, Lavínia fugiu dos seus olhos, puxada pelos pés, mas deixando no rosto das águas, como chamas líricas, o clarão surdo do seu sorriso, em êxtase de Nunca.

Como os caminhos da verdade jamais são os mesmos, no dialeto dos bêbados, houve quem afirmasse ter visto, enfeitando o lombo de uma jacaretinga, faceirosa, o vestido de noiva que Lavínia usara naquela noite, desnudando a alma.

Após uma semana de espera inútil, o poeta Oliveira Marques trocou o horizonte de suas esperanças, ganhando cadeira e mesa certas no boteco de Mestre Zuza. Com direito a ver, de longe, a última curva do Riacho Fundo onde o Vale das Pedras só faz limite com o verdejante mundo dos seus pássaros e dos seus bichos.

Com os olhos andarilhos de quem sonha, o poeta nem precisava velejar o corpo, tão jangada ele mesmo se sentia, ao leme nu das lembranças.

O sogro, Ommar Medauar, vez por outra aparecia. Sentava em frente ao genro, mas os dois só conversavam silêncios. Certo dia, porém, exercitou desejos de confortar o poeta. Mas, quando quis convencê-lo a ter paciência, insinuando que "a esperança é cega quando a morte encalha no seu cais", a resposta de Oliveira Marques

foi trovejante :

- Esperança cega, meu sogro, é a que não traz os óculos da alma, onde os clarões só adormecem para os surdos.

Virou o copo num só gole e voltou à carga, antes que o sogro respirasse:

- Quando a esperança ganha sonhos, como a minha, até no sono das árvores as manhãs florescem, como um canto. E Lavínia é este canto que até minha sombra escuta, quando quero - e levantou-se sem dizer mais nada, deixando o sogro patético, cabismudo.

Foi a partir daquele destempero com Ommar Medauar, segundo o insuspeito depoimento de Mestre Zuza, que o poeta Oliveira Marques adquiriu dialeto novo, despovoado de entendimento para os leigos, mas, a prevalecer a opinião de Padre Estrela, que ninguém ousava contestar, "era riquíssimo na dor das entrelinhas, porque as palavras saiam como chamas, dos ossos de seus sonhos".

Três ou quatro semanas depois daquele entrevero com o pai de sua mulher, o poeta Oliveira Marques, já de volta ao boteco de Mestre Zuza, parecia ter se desfeito do rosto antigo, de amargura nos olhos, transparecendo, agora, um lume amadurecido em solidão de luar.

Com um caderno na mão esquerda e uma caneta na direita, pastoreava com os olhos o Riacho Fundo, ao longe, confessando a Mestre Zuza, quando o dia já crepusculava, que estava "desenhando o esquecimento, para mobiliar a solidão com os violinos da lembrança".

No gorjeio daquela fala - quase um murmúrio - o velho Zuza ganhou coragem, perguntando:

- E o que se pode fazer para escutar-se a sua música, meu poeta ?

Oliveira Marques nem se fez de rogado:

- É só andar, como eu, pelos subúrbios da lua-cheia, onde sempre descubro uma guitarra em cio, tentando acalentar os meus naufrágios.

E como Mestre Zuza se engasgou, engolindo a saliva das palavras, o poeta iluminou-se em flauta nova:

- Na escolha dos meus violinos, Zuza, é que consigo farfalhar meus sonhos, já em indícios de viver a minha morte.

Mestre Zuza perdeu a cor, no espanto daquela frase, mas ainda encontrou forças para arriscar um pedido:

- Será que o meu menino não poderia esquecer o rumo dessa conversa ?

Oliveira Marques, olhar parado lá no longe, dava a impressão de responder ao vento:

- No meu esquecimento é que floresce a solidão de perfumar lembranças, mesmo sem nenhum caule a sustentar a aurora.

Ommar Medauar chegara naquele exato instante, trocando as pernas de tão bêbado, pela alegria de saber que o genro tinha reassumido sua mesa, no boteco do Mestre Zuza. Sentou-se de frente para o poeta, pediu uma "geladíssima" e se soltou, pendurando o olhar no viúvo da filha.

- Hoje eu posso dizer que estou feliz porque, se é verdade que até as sombras se encontram, a minha ganha luz nova quando encontra o luar de uma outra sombra - e esgarçou um sorriso de quem pede paz.

O poeta Oliveira Marques nem mudou o leme do seu olhar, mas não deixou que o silêncio engordasse:

- Pela sombra mais úmida da alma, já anoiteço

as manhãs do meu futuro, onde adormeço em neblinas de um sol sem casca.

Padre Estrela, que chegara minutos antes, emocionou-se com a tagarelice dos dois poetas, trocando metáforas absurdosas. Virou num gole ligeiro sua caipiríssima reforçada e pediu outra, discretamente, passando a anotar os despautérios que se seguiram e que integram o fim deste relato.

Ommar Medauar, mais generoso do que sempre, tentou o rumo da humildade, para ganhar ternura no coração do genro:

- É da semente desse sol sem casca, poeta, que eu busco replantar meus desencantos até no eco onde o impossível aguarda esquecimento.

Oliveira Marques resolveu encarar o sogro, no sofrimento da mesma dor, e retrucou, com respeito filial:

- É difícil encontrar o esquecimento, pai. Essa distância, além da poeira eterna e rouca das lembranças, tem a surdez do eco onde os caminhos não florescem, de tão tardios.

Olhar umedecido com a referência terna do genro, Ommar ganhou asas novas, num vôo brando:

- Tardio, filho, é o chão dos nossos ontens, esse em que os pés nem lembram onde ficaram nossos rastros, sem a poeira dos nossos passos.

Oliveira Marques compreendeu, finalmente, que não podia sucumbir ao clarão daquele olhar em chamas. Levantou-se, em respeitosa reverência, encerrando a conversa:

- Tardio, poeta Ommar, é o epitáfio da memória onde o sol não dorme à sua sombra, porque se fez semente do seu eco na surdez sem pressa de ouvir Deus - e saiu como entrou, pisando tão leve o chão,

como se caminhasse sem querer acordar a poeira dos sapatos.

Nem mesmo Mestre Zuza, que adivinhava chuva pelo perfume do vento, poderia imaginar que aquele encontro provocaria choque tão profundo no coração de Oliveira Marques. Mas provocou. E foi o próprio Zuza, em confidência ao Padre Estrela, quem revelou suas desconfianças, murmurinhando, já nos umbrais da madrugada:

- Eu sinto, meu vigário, no farol da alma, que são os olhos de Ommar, que têm o mesmo aroma que o nosso poeta bebia no olhar de Lavínia, que provocam esse terremoto no coração de seu genro.

Padre Estrela anotou aquela suspeita e saiu de mansinho, sem pagar a conta, como sempre.

Comenta-se, também sem contraditas, que o poeta Oliveira Marques se perdeu, em definitivo, na avenida de um sonho, quando tentou acordar, na Infância dos seus antigamentes, em um poente surdo e velho onde soltou seu último solfejo, anotado também por Padre Estrela:

- Ao arranhar o escuro, padre, o vaga-lume apenas se descobre, delirionauta, um murmúrio de Deus para alegrar a escuridão.

Sabendo que eu pesquisava a saga de Oliveira Marques, foi o seu sogro quem me revelou, como historiador e poeta, o que ocorreu realmente com o desditoso viúvo de sua filha, quando o encontrou dormindo numa pedra, às margens do Riacho Fundo :

- Ao desadormecer em outro sonho, em seu último outono, já nem sabia onde encontrar o cais daquela noite, nem o poente dos seus ontens, porque o futuro, com pressa de semear o além do agora, já espalhava

sobras de amanhecer na tarde de uma lembrança em que o poeta, regendo a orquestra lírica do seu vazio, continuou exercitando, com os olhos mais andarilhos daqueles ventos, a profecia do Esquecimento.

Nova Guarapari,
entre 5 e 8/02/99.

Conto premiado com o **"Prêmio Pacífico Ribeiro de Literatura 2000 "** (1º lugar), da Academia de Letras de Jequié - BA, segundo o autor.

O autor é ex-Professor Universitário, poeta, escritor e sócio efetivo do IHGES

ROBERTO ALMADA
(RE)CONSTRUINDO A CASA NO ONÍRICO
(Estudo semiótico)

Ester Abreu Vieira de Oliveira

Todos os acontecimentos de nossa vida transcorrida se desenham em seus menores detalhes em nossa vida mental. E, ao voltar do presente ao passado, as lembranças diferem, pois nunca duas lembranças são idênticas.

As lembranças de um espaço oculto, nos recônditos da memória do escritor, são que fazem emergir o encoberto em sua obra e, como diferentes vozes ou como uma teia de imagens espaciais, as sensações participam dessa atividade temporal. O espaço criado subjaz ao real, pois há sempre uma razão enraizada na mente do escritor. Nesse sentido entende Bergson que "o espaço é o símbolo da fixidez e da divisibilidade ao infinito"[1] e que "na percepção concreta intervém a memória; e a subjetividade das qualidades sensíveis deve-se justamente ao fato de nossa consciência, que desde o início não é senão memória, prolongar um nos outros para condensá-los numa intuição única, uma pluralidade de momentos" [2]

As criações artísticas, ponto de vista abordado por Freud, constituem realizações de desejos (inconscientes e recalcados). Ele se pôs a lê-los como se fossem narrativas de sonhos, atos falhos e sintomas neuróticos. Segundo esse psicanalista, a experiência da satisfação fica associada à imagem do objeto que a provocou. Assim, quando surge o estado de tensão, a imagem do objeto que proporcionou a satisfação (o prazer ou desprazer) é

reativada. Freud separa a energia psíquica em dois modos de circulação: a energia livre e a ligada. O desprazer - função de defesa do ego, relacionado com o inconsciente - corresponde a uma forma de energia ligada. Sua descarga é retardada ou controlada, resultado de uma transformação dos processos primários, que se apresentam nos sonhos. Esclarecemos que os processos secundários estão no pensamento da vigília, na atenção, no raciocínio e na linguagem.

Nos sonhos, as conexões são absurdas, contraditórias ou estranhamente loucas. O que é recordado, graças ao esquecimento, é fragmentário, portanto desconexo. Logo, o sonho recordado é um substituto deformado de outra coisa, de conteúdo inconsciente. Há no sonho dois registros: o sonho lembrado e contado pelo sonhador e um outro oculto, inconsciente. É este, a que Freud chama "onírico", que se pretende atingir pela interpretação. E, interpretá-lo é percorrer o caminho que nos leva desse conteúdo manifesto ao pensamento latente.

O POETA

Roberto Almada (1935-1994), terceiro ocupante da Cadeira 27 na Academia Espírito-santense de Letras[3], professor, crítico literário, dramaturgo, contista, romancista e poeta, deixou-nos também, comentários periodísticos. Alguns de seus livros continuam inéditos. Em 1985, ele ganhou o Prêmio "Geraldo Costa Alves" com a obra O País d'el Rey & A Casa Imaginada, publicada, no ano seguinte, 1986, pela FNAA- UFES .

Almada era escritor e leitor. Apreciava os escritores ingleses, franceses e os hispânicos. Destes últimos damos

como exemplo os diálogos com textos de escritores de língua espanhola. Mencionamos, como exemplo o poema "Suave elegia a Juan Ramón Jiménez "da obra Dissertação sobre nu[4]. Nesse poema, Almada, sensível à magia do poeta de Moguer, em sete dísticos, sintetiza as características do universo poético do escritor espanhol. No último dístico, reconhece-o como mestre e deixa clara a origem andaluza de Jiménez na imagem do horto branco: "Horto, pluma, branco./ leva-me em tuas asas". Na mesma obra no poema "Retrato da amada" (p. 112), há ecos dos poemas de Pablo Neruda "Vinte poemas de amor e uma canção desesperada" e, também dos "Cânticos dos cânticos "de Salomão, pois a Bíblia é outra fonte de diálogos do poeta.

O leit-motive na poesia de Almada são as constantes referências à amada. Quase sempre ela é bem tangível. Em Dissertação sobre o nu, ele menciona fragmentado o corpo de sua amada: "ventre", "pernas", "voz", "lábios" e "olhos". O poeta diz, no mesmo livro, que a amada lhe dá tranqüilidade quando está por perto, que são tranqüilos os olhos dela quando dorme.

Há poemas de Almada intensamente eróticos. Citamos os seguintes versos do poema "A Cavalgada": "Fogo, o teu ventre/ em que me ardo, e tu/, tu não o dominas". Em seus poemas eróticos aparecem símbolos fálicos, tais como: "adaga", "serpente", "pincel", e eróticos como "dorso de cavalo", "lúbrica amazona", "cavalgada", "galope", "fogo", "corcoveio", etc.

Citamos, ainda, um poema erótico, no qual contribuem palavras e imagens, "Partes, repartes" de A casa Imaginada (p.71):

Só o insone

Sexo
não será ex
posto
posto
que é sexo e não o rosto.

Nesse poema o poeta brinca com conceitos e palavras. O sexo é sentido como uma energia que chega à fascinação. O fálico deste poema se mostra na semântica das palavras, na disposição gráfica e nos espaços em branco.

Sobre Roberto Almada, o poeta da emoção, simplicidade e ternura, elementos componentes da poesia, no prólogo de O país d'el Rey..., Luiz Busatto disse que ele "é da raça dos poetas fortes. E um poeta, desde que o seja, é sempre do seu momento, do seu tempo e para todo o sempre". Mas o homem autêntico mostra-se muito mais em seus versos que em sua prosa. Neles estão as suas fantasias e devaneios. Eles são o resultado de sua imaginação triturada pelos afetos e pela dor. Seus versos, mesmo os narrativos, são melodia. Mas diferem da música porque esta ultrapassa a fronteira do visual ao exprimir a intensidade e os sentimentos subjetivos por meio de vibrações sonoras e eles, além de basear-se no princípio de percepção da alma, têm a possibilidade de expressar a vida exterior através da palavra.

Os poemas de Roberto Almada são um reelaborar artístico da realidade. O poeta encobre o seu interior, deixa oculto, o que não merece ser exibido, como uma casa onde, citando o poeta, "por dentro muito segredo/ por fora silencio e medo". Ele constrói o seu mundo poético. Seleciona o espaço, limpa-o e o recobre com

palavras que vão escamoteando um objeto, substituindo-o com outro, evitando o "real". Cabe ao leitor buscar o que ele não diz, silencia e não mostra. Seus poemas são um elo unindo a poesia e o homem. Sobre eles poderíamos dizer, com palavras de Otavio Paz, são como "um caracol onde ressoa a música do mundo" e as "métricas e rimas são apenas correspondências, ecos, de harmonia universal". Seus poemas, essencialmente líricos, pois se engendram na zona central da psique - a dos sentimentos, se orientam em direção a valores universais. Daí a eternidade dos versos almadinos.

Roberto Almada amava a vida, ainda que a sentisse passageira como no "Soneto da Finitude", o primeiro soneto do Livro das coisas[5], quando, ao enumerar o que lhe agrada, se refere ao amor à vida ... "b todo falso gozo/ do que ao corpo o mal um bem parece". No "Soneto da Brevidade", o quarto soneto do Livro das coisas, ele acrescenta mais coisas que aprecia o poeta: silenciar e o olhar de amor ..."cujo fulgor (...) é breve chama de que pra quem se ama". O amor é a tônica do poeta. Ele se realiza na doação a dois, isto é, na partilha: "enquanto em ti, em mim, aqui/ te reparto"(p71). "Quando colher a tua face em / mim, lembrarei que floresce./ Lembrarei que floresce. Ah,/ e ainda é outono!" (p. 72). O amor pode realizar-se em determinada situação, como acontece em A Casa Imaginada, (p. 68), quando um olhar recíproco de amor se mostra após um beijo: "havia um beijo em sua boca/ era eu que o tinha dado./ Com os olhos ela me olhava./ Com os olhos ela era olhada", ou num tempo oportuno ou local adequado, por exemplo, junto a uma natureza florida. (Essa lição já foi dada por Sócrates em Fedro).

Na Casa Imaginada, nos versos do poema XXII

"De quem nele caminha" os motivos do olhar, do braço e das mãos aparecem embelezados por metáforas: (p. 66) "Tens os olhos como/ estrelas ondulantes. São duas chamas,/ duas. (...) o braço/ qual cândida serpente/ cujo laço/ me liberta e me prende" (p. 65). "O pátio é longínquo, nu./ Não se vê com os olhos/. (...) Só tu o percebes". O poeta sente a ausência da amada e pensa, reflete e filosofa no "Soneto do recomeço", o décimo quinto do Livro das coisas ... "E em tua/ fronte/ teço/ a morte nela eu adormeço". Seu amor vai além da distância "embora, enquanto amor, não se findasse/ mais distante estivesse a tua face, ("Poema elegia a Majorca").

A amada de Roberto Almada, às vezes tangível, às vezes saudade, é a própria poesia, o imaginário e o ideal, "o sonho" (p.66),. Damos como exemplo, o poema "Primeira edificação da amada", p. 67, de A casa Imaginária, onde o poeta se apresenta dividido entre duas estéticas: a romântica e a simbolista, na figura da mulher sonho, ideal, símbolo da própria poesia inserida em uma forma moderna "Deve haver, sim, a amada/ em um lugar qualquer. /Imaginária e mulher./ Ou flor, ou/ ave, / eu creio. Eu não a fiz/ ou quis/ imaginada./ Foi como veio. A pausa de cada verso é signo. Ele é o silêncio significante que vive no verso anterior. Aumenta a tensão. Há incerteza na repetição da alternativa OU e na afirmativa que segue à pausa do verso e da vírgula : "eu creio" Logo a pausa é expectação. O poeta conversa com o seu interlocutor pausadamente, deixando-o em suspense. Mallarmé, poeta francês, que preconizava uma poesia pura, disse: "O canto jorra de uma fonte inata, anterior a um conceito, tão puramente que reflete, de fora, mil ritmos de imagens." E disse äinda: "A Poesia é a expressão, por via da linguagem humana levada ao seu ritmo essencial do

sentido misterioso dos aspectos da existência; ela dota assim de autenticidade nossa permanência neste mundo e constitui a única tarefa espiritual". A liberdade moderna de ritmos é signo. É prática de uma linguagem dupla, sensorial, discursiva, finita e aberta

No poeta Roberto Almada, todos os sentidos estão despertos: o do tato se materializa nos poemas em mãos, dedos, braços, pernas e boca. Em Casa Imaginada no último poema o verso "suaves, perdidos, brancos, descrevem os lábios."

O tempo (horas, entardecer, estação) são símbolos da morte. O tempo faz o poeta refletir e rememorar. Haja vista que o mito de Crono, o devorador, é indiferente ao sofrimento do eu poético. No livro Elegia a Majorca o poeta canta: "As horas, decimais/foram momentos idos (...) As horas, mais e mais/ eram lembranças idas/ como tardes redivivas/ de sóis estivais."

Em A casa Imaginária, o tempo, no último poema, p. 72, "Poema Geral", o outono que traz a conotação de madurez, de fruto e também de morte, a das folhas das árvores, tem a conotação, também de cíclico, próprio do mito do eterno retorno, do não finito, da esperança. "Quando (no tempo) colher (época do fruto sazonado, maduro) a tua face (aparência,) em/ mim, lembrarei que floresce (idéia de renascer)/ lembrarei que floresce. Ah," (como que dissesse me falta ainda dizer) e ainda é outono. (ou seja, há tempo ainda, há esperança).

Roberto Almada faz da marca temporal um jogo. As estrofes dos seus poemas se tecem em quantidade, acentuação, rima, imagens simples com a temporalidade necessária para que se acentue a intenção poética que deixa no leitor (ou ouvinte) uma profunda impressão do tempo. O tempo que aparece, neste poema, é preciso

(uma estação). Há poemas em que um dia da semana serve ao poeta para filosofar, por exemplo, os versos de Elegia de Majorca. "Na morte o domingo não é um dia qualquer/. Como nenhum outro, ele conhece o seu mister". Em qualquer dia para o poeta pode-se produzir poemas. Assim, um monótono domingo pode ser propício para uma produção poética, exemplo são os poemas "Preguiça" do livro Dissertação sobre o nu e o Poema onze de Elegia de Majorca (1991).

Neste último livro, o tempo flui na existência do poeta com seqüelas, tedioso e lento. Nele ele canta a dor de uma perda, ele a escreveu logo após a morte da esposa. Durante o transcorrer do tempo recorda, inquieta-se e tem temores. O tempo se torna a raiz de sua poesia, o veículo de que se vale para aludir a uma dolorosa ausência. Nota-se a dicotomia temporal: o tempo cronológico é monotonamente contínuo e o da existência vital, descontínuo.

O ONÍRICO

O mundo onírico é belo e é o ponto de apoio da poesia. Bachelard reflexionando sobre a imagem, nos orienta a captá-la no momento presente, no momento da novidade. Examinando as imagens simples do "espaço feliz", esse filósofo da fenomenologia da imaginação, se refere ao quarto e à sala de uma casa como "diagramas de psicologia que guiam os escritores e os poetas na análise da intimidade".[6] E Carlos Nejar se refere a ela como o lugar em que se guardam tradições, vida e cânones: "A casa é onde o mundo se represa/ sem ser hostil, os costumes na arca/ e roupas, animais na tíbia barca./ E as leis, orquídeas na parede, coesas".

Todo historiador, crítico ou estudioso da literatura deve reflexionar sobre a natureza da complexidade significativa e deve contar com a mensagem "poética sublime" como reflexo da experiência do homem sobre o homem.

A crítica literária, como paráfrase metalingüística do texto literário que opina e analisa, é uma estrutura sobre estrutura do texto que, na superfície mais "imanente" de sua espessura material verbal, é uma entidade comunicativa e que, quando artístico, adquire um sentido peculiar, porque participam de sistemas universais e de "constantes" elementos estéticos e estruturais.

A metodologia formalista oferece estratégia para uma análise textual, iniciando inquietudes críticas sobre o texto poético e a narração.

A estilística européia dos anos 50 e 60 (Dámaso Alonso) e o new-criticism americano procuraram valores gramatical - semânticos em um texto, estabelecendo levantamentos de, por exemplo, epítetos, símbolos e temas.

As palavras "Poesia" e "Poética" derivam de uma mesma origem grega *poiein* que significa fazer e Aristóteles, ao empregar a palavra poética, fala do trabalho dos poetas como uma atividade de "fabricação". Essa indicação encera uma das ambições do poeta e da significação da poesia, de uma maneira geral. Esse filósofo concebe a Poética como uma faculdade complementar do conhecimento humano, vendo-a como uma ciência que regularia uma fase da experiência humana e a poesia permitirá ao homem completar a realidade além da historicidade, criando modelos hipotéticos, que produzem a sensação fantástica da realidade.

O tratamento atual da Poética dos formalistas russos, estruturalistas (Jakobson) e neoformalistas (Barthes) restringe-se ao estudo dos constituintes verbais do texto literário, acentuando um culto científico de orientação lingüística e semiótica da Poética. Já Horácio, na Epístola ad Pisones dando conselhos estilísticos relativos ao conteúdo temático da obra e à sua estrutura, a que chama princípio do decoro (isto é, da proporção), indica a causa final da poesia - o ensino e o prazer - (serviço didático ou lúdico). Enquanto que a poética romântica torna a fantasia e a imaginação como constituinte da poética.

A poética geral, moderna, que começa na Europa, por volta do segundo decênio deste século, recolhe da poética romântica a tendência a colocar o absoluto poético num espaço do imaginário estimulando as capacidades da imaginação. Nessa poética do imaginário que redescobre e completa os estímulos fundacionais dos conceitos românticos, Bachelard constrói uma "semântica simbólica" das representações míticas, reconstruindo uma "sintaxe imaginária" dos esquemas fantásticos de orientação antropológica.

A Poética moderna dedica-se à análise da estrutura do texto das obras literárias, diferentemente da Poética romântica de raiz filosófica, que se concentrava nas estruturas significativas maiores do sistema literário.

A Poética moderna, em sua etapa formalista, observava os diferentes níveis da língua literária do fono-fonológico ao gramatical, procurando definir o princípio diferencial constitutivo da literariedade, que é uma propriedade artística do texto, o qual nem sempre tem o valor positivo de poesia. O seu valor estético é a poeticidade e a sua forma, o poema, é entendida como

melhor instrumento de resposta compreensiva da realidade.

As forças da imaginação encontram o eterno e o latente quanto mais profundo se adentra o ser. Elas procuram dar vida à matéria e acompanham uma criação formal, a primeira sedução do leitor. Segundo Bachelard, só há uma boa persuasão quando sugerem "devaneios fundamentais", restituindo aos pensamentos sua "avenida de sonhos", dependentes dos "quatro elementos fundamentais".[7]

Segundo esse filósofo, a ciência e o saber não se adéquam aos estudos da imaginação poética. A carga irracional da imagem poética são a cor do passado ou "súbito realce do psiquismo". Segundo a teoria de Bachelar, a imagem poética é esclarecida pela "fenomenologia da imaginação"- o estudo do fenômeno da imagem poética, quando esta "emerge na consciência como um produto direto do coração e da alma, do ser do homem tomado em sua atualidade. O caráter de sublimação da poesia se presentifica com suas imagens imprevisíveis, onde se alojará a imaginação criadora do poeta".

O SONHO FORMAL

O poeta autor de O país d'el rey & A Casa imaginária (1986) apropia-se do tema da casa para fazê-lo um instrumento de análise de suas raízes e permitir-lhe evocar. Essa obra está dividida em duas partes: uma a da recordação da vida em família, onde o eu poético se vê na imagem dos ancestrais, a do assentamento territorial, da delimitação da sesmaria, do cultivo da terra, da fixação dos limites, enfim o da edificação da casa-

mãe, a "casa de fazenda", com o pátio, o alpendre, o pomar, o curral e a mãe; outra a casa idealizada, a da partilha, e a edificada com amor, "Por muita espera, muita espera,/ muito amor de quem a amasse".

Roberto Almada, nessa obra que está próxima à construção da casa do poeta em Iriri, num período em que, a dois, se projetava todo o arcabouço arquitetônico de uma casa: varandas, janelas, iluminação natural ou não, vidro, amplidão de espaço, jardins, melhor posição do vento, realizava a concretização de um sonho. É esse espaço geométrico idealizado com amor que reina nos poemas, principalmente os da segunda parte desse livro. A satisfação de ser o dono e o construtor da vivenda se apresenta, claramente, no poema "Primeira edificação da casa", (p. 44). Este nos lembra o Evangelho de São Mateus 7, 24, que nos fala de um homem sábio que edificou a sua casa sobre uma rocha, pois, no poema, o poeta nos dá uma receita, ou melhor um conselho, para melhor construir uma casa: "Edificai vossa casa onde possais ser/ o senhor e o servo, o hospedeiro e o conviva./ Mas no instante em que disserdes: é a minha/ casa,/ cuidai de a terdes edificado no amor, a fim/ de que/ não vos pareça o que não é: vossa casa".(p. 44).

Fabricar a sua casa, construi-la e fabricar, tecer a sua obra poética, "poien", são paralelas atividades e dois sonhos: um "diurno", preso à "realidade" e outro onírico, preso ao devaneio. E a atitude de pensador é relembra fatos. Com a memória (o presente) recupera o tempo passado. Nessa recuperação do tempo passado, surgem imagens de fortaleza, proteção, segurança como:

Na memória, o esquecido.
Numa parte deste quarto
as coisas de que me farto

É um mesmo pó vertical.
Chame parede ou chame pele
ao círculo que as envolve,
ambas o tempo as dissolve. (p.43).

A imagem da mãe, protetora, companheira, amiga é recuperada pela memória e se desloca de um tempo passado, o da infância, para o presente o do homem adulto:

Não é medo o que eu sinto,
são lembranças de outro tempo
tempo de não se saber.
Quando era noite e era vento
minha mãe fica comigo
já não custo adormecer (p.26).

A imagem da mãe se projeta nos poemas XI , XII e XIII (p. 25- 27) e se cruza com a da casa-mãe. A imagem da mãe como a da casa se entrelaçam. A mãe que abençoa, aquece, reza "com esse rosário entre os dedos", emociona-se, protege, faz companhia, "conta história de fada", A casa que abriga. sugere repouso. A casa não luta, abriga, a mãe age e protege, estende a mão. A mãe é o útero a origem da vida, do ser, do futuro e a casa-fazenda é a fixação da família, do presente e do passado, é o elo do homem com a sua historicidade. É a sua saudade, onde:

Há o silêncio e há o tempo
de fazer o que é preciso
Há retratos e me vejo
em faces que já se foram.
Há cativo o pensamento

e turvo esse desengano.
São restos dos que se foram?
São muitas noites do sono.
Espanto e frio em que encontro
ancestral todo abandono.
São essas chagas de vento
abertas de que me ocupo
todo o tempo em que se faça
de orvalho e dor este pranto. (p. 20)

A dialética da casa e do universo são simples. Como uma árvore estão enraizadas, mas têm ramificação sensível. A casa edificada no amor domina a paisagem, reina no universo exterior; A casa domina/ o vale e a colina/ de onde é raiz (p. 47). Ela traz no seu porão um arsenal de lembranças. As raízes que prendem a casa são cósmicas. A casa se converte em um ser da natureza. As pedras e arrecifes e óleo que a formaram lhe dão solidez, mas os pássaros, flores, fruto, os azuis do céu e da veste (p. 45-46) lhe dão leveza e nos conduzem para o devaneio poético.

A casa se apresenta na dualidade realismo/ devaneio. O porão e a raiz lhe dão profundidade. O curral (p.53), o "horizonte pálido"(p. 47), o jardim lhe dão amplidão. O muro (p. 50) aumenta-lhe a intimidade.

Na obra O País d'el Rey & A Casa Imaginária há versos livres, sem rima, e outros rimados, há poemas líricos-narrativos com versos heptassílabos, há dísticos (p. 72) e quartetos. As estrofes e versos de linha popular unem-se à forma clássica do soneto (p. 59, "Do nome") e às modernas formas com aproveitamento de espaço em branco (p. 51, "Roteiro para um poema").

Em O País d'el Rey, o eu poético dialoga com João

Cabral, indicado nas epígrafes. Forma, organização e discussão do conceito de Poesia se espelham nas de João Cabral de Melo Neto.

O título do livro é a soma de dois subtítulos. Eles apontam para substantivos locativos. Um com uma designação geral, coletiva (país) e outro, particular, individual, ou melhor, mais específico de um indivíduo (casa). No prólogo, dessa obra, Luis Busatto define a rítmica, os versos e as estrofes predominantes. Esclarece que a maior incidência é do verso de sete sílabas, tendendo para o verso curto. Cita, como exemplo, o poema número X de A casa Imaginária, p. 54, "O porão e o porém".

Porão
sub
solo
eixo e
pólo
ab
surdo
in
glório
mudo e em tudo
igual.
Igual?

Porém
porão
em ti me
esqueço
e choro
me en
terneço.

Ah louco
sub
solo
em vão
eixo o pólo.

O poema nos mostra a imagem da casa como um ser vertical, de profundidade, de uma viga sustentando "a casa velha e gorda"(p. 48). O porão representa as forças subterrâneas. Em "Solo" (terra) "eixo e / polo", há ilusão de estabilidade e de extremidade. Há no poema também a imagem de centralidade, que lhe confere a palavra "eixo". O "polo" representa os extremos, a verticalidade da casa, o "porão" é o seu oposto, que não está manifesto, o sótão, ou o telhado, que o poeta se refere nas páginas 48 e 49, nos poemas, "O mote" e "Poema final", no verso, "Telhado de barro". O teto é racional. Ele dá sombra, mas o porão não. O porão é a parte obscura do ser casa "sub/solo/ ab/surdo". O poeta sonha com o porão esquecido "surdo/ in/ glório/ mudo". Ele se opõe à casa aérea "que "domina/ o vale e a colina". Ele é a raiz dela. Com a adversativa "porém", deixa a descrição do exterior e passa a falar de si. O porão fornece nuanças psicológicas, lembranças, sonhos, que o poeta reproduz nos versos: "em ti me/ esqueço/ e choro", (p. 49, "Poema final").

Nos poemas anteriores, o "eu poético" sonha com espaço aberto, intelectualizado: "janelas azuis", "retas curvas". No poema em foco, o porão seria o inconsciente do eu poético, pois ali é o lugar que extravasa a sua emoção "esqueço/e choro/ me en/ terneço/ ah louco". A rima interna "eço" de "esqueço" e de "enterneço" é uma atividade lúdica e rítmica.

A espessura verbal dessa obra pelos efeitos formais

dominantes é um comprovante de ter o poeta muito domínio da técnica de versejar e de ser culto. Podemos observar, junto com estrofes quaternárias (a predominante) a presença de tercetos e dísticos.

O professor Dr. Luiz Busatto, no prólogo, também, apresenta o valor das epígrafes que, além de relacionarem-se com o interior da temática da obra, mostram a simpatia do autor pelo escritor citado e a sua sinceridade em dar ao leitor pistas da fonte inspiradora de sua obra.

No título da obra, o artigo definido, arcaico, "el" determina o substantivo rei, escrito com "y", em ortografia antiga. O arcaísmo do sintagma "d'el rey" já nos direciona para um afastamento da realidade cotidiana em direção à fábula histórica, ao conto "era uma vez", logo, ao estudo onírico e à lembrança. Assim o artigo deixa a sua função determinante de um substantivo para dar-lhe uma nuança de maior fantasia, sonho. Temos, então, no título, a conotação "Rei" = História ultrapassada, ao mesmo tempo em que ele nos remete a um conto, ou crônica/histórica. Logo o sintagma nos fornece uma ambigüidade de significação, linguagem própria da ficção poética. O poeta utiliza esse recurso porque quer nos falar numa linguagem de forma tradicional e, por isso, tem sentido o uso da métrica própria das narrativas épico-líricas medievais - os romances - os versos de sete sílabas ou redondilhas maiores. Assim se justificam e se harmonizam título e forma. Sendo a linguagem poética conotativa, ela trabalha como linguagem figurada e, por isso, a palavra "país" se bifurca em significação: "país"- o território social, político e, geograficamente, delimitado, a terra de origem de alguém e "País" - uma linguagem figurada, uma região irreal, imprecisa em seus limites como um "país das maravilhas".

O recurso de apresentar um arcaísmo também se mostra na numeração dos poemas com algarismos romanos. No poema I de El país d'el rey, o eu poético apresenta o seu objetivo de vida: fazer um texto, uma estrutura - "contextura". Há vocábulos (substantivos) e frases que, dentro do campo semântico, isto é, o da significação, estão em ordem decrescente de extensão. Eles têm a significação de espaço. O início de sua enumeração é "País". Prosseguindo vemos "território", e depois "terra", 'hectare", "na terra chã, lugar escolhido, chão, na cova". A adjetivação é escassa. Quatro vezes aparece o adjetivo "frágil" para "território" e uma vez "inertes" para "olhos". Há palavras que se relacionam por contigüidade: inertes, ócio, abandono, sem ruptura, alheio. Todas têm, de uma certa forma, a significação de despreocupação, apatia. Há uma obsessão do eu poético em uma atividade de pôr em cultivo, plantar. Chovem palavras dessa linha semântica: "cultivar", "cultivo", "germinar", "chegada" "a semeadura", "cova", "semente", "planta", "lançadas raízes" "constituído", "faço", "contextura".

Toda a preocupação do poeta, tomando como base uma transformação de si mesmo, se resume na palavra "redivido", cuja ação se realiza em uma época, um tempo certo: "o da semeadura", logo "a semente", "a planta na cova", "no hectare", "no território", "frágil". A partir desse sentido, fica clara a sua meta, pois o seu caminho de vida é a planta (...) que cuida. É o cultivo "da planta" = a poesia. Daí podemos dizer que a poesia de Almada nos transmite a idéia de solidão, no memorístico e na busca de si mesmo. O que faz o Professor Francisco Aurélio Ribeiro afirmar que "a tônica da poesia almadina é reflexão sobre a essência da poesia, do fazer poético e de ser

poeta"[8]. O Poema III, p. 16, segue esse gosto de Roberto Almada.

O prazer do texto está em fazer-se ouvir indiretamente. Isso acontece quando, ao lermos um texto, devido a sua ambigüidade, podemos apreender dele outra coisa daquilo que está mostrando. O poeta, naturalmente, dá pistas ao leitor, direta ou indiretamente. Vejamos o poema II. Nele o poeta continua descrevendo o país do rei, do homem, do criador, do poeta mesmo e termina com o verso: "eu ser meu próprio habitante". Destacamos "ser", "eu" e "meu". O pronome pessoal e possessivo se unem à ambigüidade da palavra "ser": **ser**, um substantivo, e **ser** o verbo = existir.

Neste poema, o motivo de **caminhar** que traz o Poema I, 6ª estrofe, "sigo até onde o caminho/ é planta", reaparece na 1ª estrofe, "onde faço itinerário", e na 3ª estrofe, "caminho pelos limites". Há uma conotação de um caminho físico, geográfico de um lugar de louca e vã geografia (2ª estrofe, principalmente na 3ª estrofe "caminho pelos limites/ do horizonte sem medida". Há um movimento corporal. O caminho é um pretexto para se ir de uma parte a outra, significa um deslocamento, uma união de extremidades "polos". Mas no 1º poema o caminho é ilógico e real, pois é planta e chão. No 2º poema o eu poético diz faço itinerário. Isto é ele faz o caminho, a direção de uma viagem e na 3ª estrofe ele se move, caminha, mas sem ponto de chegada, sem rumo. Há solidão, na individualidade do poeta: "eu ser meu próprio habitante". Neste território (país) do qual é o eu poético o possuidor, tudo é pessoal. Há a idéia de não manter limites, (contorno insano (= louco, livre, incontida) e vario) idéia de liberdade na qualidade do país "incontido, horizonte sem medida". Não há obstáculos, idéia representada por "montanhas". A palavra "sesmaria" = terra inculta, iguala-se ao arcaísmo apresentado na locução

d'el rey do título, molda-se ao título. Neste país domina o poeta "faço itinerário/ (...) faço exercício". Logo o poema é uma reflexão do fazer poético.

Enfim, todo o livro é um reflexo do fazer poético e é a construção da casa nova de Roberto Almada que traz, pelo sonho, todo um passado.

O seu devaneio se adentrou de tal forma que ele vai, além da mais antiga memória, criar um mundo onírico de beleza formal, impregnado de valores absolutos de significados estéticos, onde a memória e a imaginação se associam. A casa passa da história presente do poeta, transporta-se para o tempo feliz da infância, para chegar à reconstrução do retrato idealizado da amada, num quarto, o lugar mais íntimo e secreto da casa.

Por que não o quarto?
Imagem longe e perto. (70)

NOTAS

[1] BERGSON, Henri. *Matéria e memória*; ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo N. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 179

[2] Ibid. p. 180.

[3] O imediato sucessor de Almada é a autora deste ensaio.

[4] ALMADA, R. Dissertação sobre o nu. Vitória: Prosa & Verso, 1990.

[5] ALMADA,R.O livro das coisas. São Paulo: MassaoOhno, 1993.

[6] BACHELAR. G. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1988

[7] Op cit. Introdução. P. 1

[8] Resumo e análise de obras. Para Vestibular , p. 46.

A autora é Doutora em Letras, Professora da UFES e sócia efetiva do IHGES.

"...Sob a égide da ordem e da legalidade": O MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

Robson L. M. Martins

As idéias abolicionistas começaram a ser disseminadas em fins do século XVIII e início do século XIX, na Europa, pautadas no ideário da Revolução Francesa. Isto abriu novas perspectivas para a contestação do domínio escravista, na América, assim como os movimentos de fuga e os planos de revolta dos escravos tomaram outro significado[1].

No Brasil, ha algumas décadas atrás, o movimento abolicionista era apresentado como o único responsável pela abolição do cativeiro, em 13 de maio de 1888. Com isto, não se levava em conta a participação dos escravos enquanto atores sociais que tiveram uma participação significativa neste processo. Entretanto, uma nova historiografia tentando captar a participação da gente comum, nos movimentos sociais da década de 80, do século passado, entre eles os próprios escravos renovou o debate[2]. A partir daí a participação escrava passou a ser vista como imprescindível no movimento que resultou em sua própria libertação.

Neste artigo, pretendemos inferir, a partir das informações disponíveis, as formas de intervenção dos abolicionistas, da Província do Espírito Santo, no processo de emancipação do trabalho escravo, nessa província, e

tentar verificar até que ponto a ação desses abolicionistas teria influenciado aos escravos, levando-os a articularem planos de revoltas e fugas coletivas, na última década do trabalho escravo.

Para Robert Conrad, o abolicionismo foi um fenômeno que refletia mudanças estruturais no escravismo brasileiro. Após analisar os aspectos que contribuíram para a sedimentação de tais idéias, concluiu que um ponto importante foi a agitação abolicionista ter se dado primeiro e com êxito nas Províncias do Norte e Nordeste, onde o sistema escravista já mostrava-se decadente em princípios da última década do trabalho escravo[3].

A partir dos debates na Câmara dos Deputados, nos anos 80 do século XIX, a campanha abolicionista ganhou as ruas dos centros urbanos, veiculadas pelos órgãos de imprensa, com argumentos condenando a escravidão. Por sua vez, esses argumentos incentivaram a criação de associações abolicionistas em várias Províncias e conseguiram o apoio dos setores menos favorecidos pela política imperial[4].

Com base nas observações acima referidas, Maria Helena Machado concluiu que a campanha abolicionista "não poderia ter prescindido do elemento decididamente popular" e contesta a visão de alguns autores que apenas dão crédito aos setores da elite, como advogados, intelectuais, engenheiros e militares na vitória deste movimento[5].

Jacob Gorender chega a considerar a campanha abolicionista como o movimento de concretização da verdadeira revolução burguesa brasileira[6]. A partir deste possível espírito revolucionário, se referindo aos abolicionistas paulistas, Emília Viotti da Costa chegou a argumentar que:

> (...) o abolicionismo deu força ao escravo e forneceu meios que jamais tivera. Graças à campanha abolicionista foi possível aos escravos encontrar juízes decididos a julgá-los com imparcialidade, advogados dispostos a defendê-los uma população inclinada a encará-los com simpatia e conferir-lhes proteção e apoio[7].

Para Keila Grimberg, a atitude dos juízes e advogados, nos casos de Ações de Liberdade dos escravos, na segunda metade do século XIX, não estavam necessariamente vinculados à campanha abolicionista, e sim a uma mudança ideológica em alguns segmentos da elite que compunham o aparelho de Estado, para além da figura do Imperador. A autora ainda acrescentou que, a partir do início dos anos 70, haveria mais facilidades de os escravos conseguirem curador para representá-los em tais ações[8]. E por outro lado, "...a questão do abolicionismo e sua penetração nas fazendas paulistas permanece em aberto", porém, que os escravos articulavam, independentemente de qualquer influência externa, movimentos orgânicos parece algo incontestável[9].

No mês de julho do ano de 1884, os escravos reunidos em um quilombo, liderados pelo escravo fugitivo de nome Benedito, planejaram pôr um fim ao trabalho escravo no Município de são Matheus, no Norte da Província do Espírito Santo. A data para eclosão da revolta era o dia 27 de julho porque, segundo o subdelegado de polícia daquela cidade: "...era o dia em que todos os negros livres e escravos dali, tradicionalmente se reuniam

para fazer comemorações ao dia de "Sant' Anna"[10]. Neste mesmo mês, as autoridades tomaram as devidas providências e o plano fracassou, tendo sido preso alguns dos escravos aquilombados, porém, tendo conseguido escapar outros, dentre eles o líder do quilombo Benedito[11].

Talvez tenha sido por esse incidente ou por conta dos debates parlamentares que resultaram na aprovação da Lei dos Sexagenários, em 28 de setembro de 1885[12], que nesse mesmo ano, o jornal *"A Província do Espírito Santo"*, com sede na capital da Província Vitória, dava início à publicação de uma série de artigos, nos quais se denunciavam, entre outros abusos, a venda de libertos e a existência de "africanos livres", escravizados na Província[13]. Tanto esse jornal quanto o "Cachoeirano", que circulava no sul da Província, procuravam, através de seus editoriais, alertar os proprietários de escravos quanto aos males da escravidão e às vantagens do trabalho livre, sem que, com isto, se mostrassem favoráveis a uma emancipação imediata.

A demonstração de mudança na imprensa na Província do Espírito Santo, quanto ao apoio dado ao movimento abolicionista, pode ser estabelecida, de acordo com Vilma Almada, ao comparar-se o seu total silêncio por ocasião dos debates que antecederam a Lei Rio Branco, Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, quando o silêncio sobre a questão da escravidão era equivalente à oposição, na década de 1880[14].

Em 16 de janeiro de 1881, "O Cachoeirano", que circulava no Sul da Província, iniciou a publicação de uma série de artigos sobre a abolição do "elemento servil", ressaltando que em toda parte se fundavam clubes abolicionistas e sociedades emancipadoras[15]. Estes artigos eram escritos pelo senhor João de Loiola e Silva, Antônio

Aguirre Novais Melo e Bernardo Horta, todos defensores das idéias abolicionistas. Estes mesmos homens também promoviam a disseminação de idéias republicanas, cujo resultado foi a criação do primeiro Clube Republicano do Espírito Santo, fundado em Cachoeiro de Itapemirim, em 23 de maio de 1887.

O primeiro Congresso Republicano da Província foi realizado no mesmo Município, em setembro de 1888, sob direção do Dr. Afonso Cláudio e de Bernardo Horta. Mas a vitória viria mesmo com a nomeação de Afonso Cláudio para governar a Província sob o regime republicano, em 1889.

Vilma Almada, após analisar a qualificação sócio-profissional da população livre do Espírito Santo, através dos censos gerais de 1872 e 1920, concluiu que

> (...) a inexistência de uma classe média atuante teria sido o fator que inibiu o surgimento de um movimento abolicionista, "capaz de, capitalizando a potencialidade de reação da massa escrava, liderar e organizar o seu protesto, como ocorreu em São Paulo e no Vale do Paraíba fluminense"[16].

A autora não se ateve ao fato de que foi a reação da massa escrava ao trabalho forçado, nessas mesmas regiões, que imprimiu força ao movimento abolicionista[17] e que, por outro lado, é evidente a influência dos paradigmas de Emília Viotti da Costa, cujo argumento baseia-se na idéia de que as mudanças ocorridas no nível econômico - social, nos centros administrativos das Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, teriam feito

emergir uma classe média atuante e desvinculada dos interesses senhoriais, capaz de liderar a reação escrava[18].

Entretanto, no Espírito Santo, assim como em outras Províncias do Sudeste, os abolicionistas tinham um projeto político que retirava dos cativos a condição de agente de sua própria liberdade[19] e os submetia a uma libertação ordenada e controlada.

> (...) Em 1869 fundou-se no Espírito Santo a "Sociedade Abolicionista do Espírito Santo", cujo objetivo era o de alforriar o maior número possível de escravos de qualquer idade e fazer deles cidadãos úteis, velando sobre a sua instrução religiosa, moral e literária, conforme as circunstâncias pecuniárias dessa mesma entidade social[20].

Este era o programa da entidade, porque, para seus membros e para a sociedade, o escravo era um ser embrutecido que deveria receber as mais variadas formas de educação, pois só assim ele poderia se transformar em um "cidadão útil". Compreendia-se que, se o escravo entrasse no mundo da liberdade sem o aprendizado daqueles ensinamentos, ele seria um cidadão inútil, à margem do processo social.

Em 7 de fevereiro de 1874, foram aprovados os estatutos da "Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro", formada por irmãos da Venerável e Episcopal Irmandade de São Francisco, cujo objetivo era "a reabilitação e a reunião dos irmãos e das irmãs, ou filhos destes escravos, por meio da alforria". Para participar da Associação era necessário pertencer à referida Irmandade

e ser livre ou liberto.

O lema desta associação era "Deus, Pátria e Liberdade". À festa de comemoração de sua criação compareceram o Dr. José Feliciano Horta Barbosa, Presidente da Província, e o Chefe de Polícia, Sr. Azevedo Corrêa. Em um discurso eloqüente, o orador, Dr. Godofredo Antrós, invocou as Sagradas Escrituras para condenar a escravidão e mostrar como a mesma deveria ser abolida.

> (...) Havia milhares de séculos que o Senhor escreveu, no alto do Sinai, o verbo que devia ser o fundamento dos códigos de todas as nações vindouras. Na Lei das Doze Tábuas, estava inscrito o princípio da igualdade fraterna, Moisés escrevera sobre a pedra, para que a mão do tempo não pudeste apagar suas letras. Deus criara o homem livre e, assim como a escravidão fora obra do homem, outro homem devia remir o castigo; este homem fora Jesus Cristo, que expirou em uma cruz, e cujos gemidos eram soltados do seu divino peito, em prol da salvação de seus filhos[21].

No mais nobre e puro espírito cristão, o abolicionismo no Espírito Santo restringiu-se, no nível ideológico, à fase da conscientização do público dos horrores da escravidão, através dos discursos inflamados dos porta-vozes da campanha abolicionista, veiculados nos jornais. Na prática, o movimento abolicionista no Espírito Santo não ultrapassou a fase filantrópica, na qual

e ser livre ou liberto.

O lema desta associação era "Deus, Pátria e Liberdade". À festa de comemoração de sua criação compareceram o Dr. José Feliciano Horta Barbosa, Presidente da Província, e o Chefe de Polícia, Sr. Azevedo Corrêa. Em um discurso eloqüente, o orador, Dr. Godofredo Antrós, invocou as Sagradas Escrituras para condenar a escravidão e mostrar como a mesma deveria ser abolida.

> (...) Havia milhares de séculos que o Senhor escreveu, no alto do Sinai, o verbo que devia ser o fundamento dos códigos de todas as nações vindouras. Na Lei das Doze Tábuas, estava inscrito o princípio da igualdade fraterna, Moisés escrevera sobre a pedra, para que a mão do tempo não pudeste apagar suas letras. Deus criara o homem livre e, assim como a escravidão fora obra do homem, outro homem devia remir o castigo; este homem fora Jesus Cristo, que expirou em uma cruz, e cujos gemidos eram soltados do seu divino peito, em prol da salvação de seus filhos[21].

No mais nobre e puro espírito cristão, o abolicionismo no Espírito Santo restringiu-se, no nível ideológico, à fase da conscientização do público dos horrores da escravidão, através dos discursos inflamados dos porta-vozes da campanha abolicionista, veiculados nos jornais. Na prática, o movimento abolicionista no Espírito Santo não ultrapassou a fase filantrópica, na qual

clubes, associações e sociedades abolicionistas promoviam festas para angariar fundos, com o fim de promoverem a alforria de alguns escravos.

Mesmo esse movimento abolicionista tímido levou alguns comerciantes de Vitória a levantar suas vozes em protesto. Em 7 de maio de 1884, os comerciantes Francisco Tagarro e José da Silva Cabral convidaram muitas pessoas para que se reunissem, a fim de tratarem dos meios que se deveriam opor à onda abolicionista que,"...sem razão de ser, levanta-se entre nós, em prejuízo da lavoura e do comércio, únicas fontes de receitas públicas". Em meio ao protesto dos comerciantes, o Sr. Maximino Maia ressaltou que os comerciantes não faziam oposição à "Sociedade Libertadora Domingues Martins", o principal grêmio abolicionista; achavam, porém, que:

> (...) a sua propaganda devia ter caráter menos festivo e seguir a marcha legal, organizada, de modo a prever o lado econômico - social. Dar apenas cartas de liberdade não resolvia o problema, porque os escravos deviam ser orientados para a luta da vida[22].

Ser orientado para a luta da vida era, para o pensamento das elites da época, não se entregar à vadiagem ou ao ócio, isto é, fugir da disciplina imposta pelo seu senhor ou feitor. Ora, escapar de tal disciplina pode ter sido o verdadeiro significado de liberdade para os ex-escravos, cujo o primeiro exercício de sua condição de homem livre seria ter sobre domínio o seu próprio tempo de trabalho[23].

Foi fundada, no edifício da câmara Municipal de

Vitória em 5 de agosto de 1883, a "Sociedade Libertadora Domingues Martins", o nome era uma homenagem a um espírito-santense, mártir da liberdade na revolução de Pernambuco de 1817. Dela fazia parte Afonso Cláudio, grande líder abolicionista da Província, considerado por seus contemporâneos o "Joaquim Nabuco do Espírito Santo"; que à época da fundação desta sociedade, era promotor público da comarca de Vitória[24].

Afonso Cláudio de Freitas Rosa nasceu em 2 de agosto de 1859, na Fazenda Mangaraí, em Cachoeiro de Santa Leopoldina, onde passou sua infância ao lado da numerosa escravaria de sua família. Estudou na Faculdade de Direito de Recife, onde teve como colegas de quarto Clóvis Bevilacqua e Martins Júnior. Foi discípulo de Tobias Barreto e contemporâneo de Silvo Romero, de cujos ideais abolicionistas e filantrópicos, haveria de sentir influências[25]. Foi historiador, folclorista, etnologista e jurista respeitado. Escreveu vários livros e, em meio à campanha abolicionista, escreveu um livro sobre a insurreição do Queimado; um levante que envolveu aproximadamente 200 escravos e foi sufocado pelas autoridades, no ano de 1849, cuja primeira impressão foi no ano de 1885.

Sua campanha abolicionista estava vinculada à propaganda republicana a qual lhe garantiu tanta projeção que foi o primeiro governante da antiga Província sob o novo regime, como já mencionamos.

Em 27 de abril de 1884, Afonso Cláudio proferiu uma conferência na Libertadora Domingues Martins, onde disse que não acreditava na imigração espontânea; que ao poder público competia legislar sobre a vagabundagem, "... de modo a impedí-la, e a tomar outras providências necessárias para que o trabalho, entre nós, se torne um

dever"[26]. Sua fala talvez tenha refletido a pressão daqueles comerciantes que criticavam o procedimento da associação da qual fazia parte e que por outro lado, revelava a forma pelo qual os abolicionistas no Espírito Santo pretendiam pôr um fim ao trabalho escravo, sem alteração da ordem.

Afonso Claudio conclui sua conferência ressaltando que, na lei de 28 de setembro de 1871, estavam os melhores elementos para extinguir-se a escravidão, e que todos os juízes deveriam ser rigorosos, cumpridores e executores da lei, que só ela resolveria o problema da emancipação[27].

Está explícita a forma de emancipação que reivindicava: controlada e sem atentar contra a propriedade dos senhores de escravos. Por outro lado, percebe-se a sua preocupação quanto ao controle da força de trabalho, porque, sem garantias da vinda de trabalhadores imigrantes, as rendas da Província dependeriam do trabalho do liberto. Por isso, sugeria que o "poder público legislasse sobre a vagabundagem". O vínculo com os interesses agrários em promover uma abolição, sem propiciar a desorganização do trabalho, era a tônica do programa da "Libertadora Domingos Martins", presente nos discursos de vários dos seus membros.

> (...) No dia 11 de maio de 1884, realizou-se a terceira conferência cujo orador Antônio Francisco Athayde - versou sobre a reorganização social, a locação dos serviços e a luta contra a vagabundagem. Foi ótimo! Secundava a idéia dos comerciantes: - " Deve-se pensar no

> futuro dos escravos quando libertos; prepará-los e civilizá-los, de modo que o trabalho, antes, penitência, castigo e vexame, passe a um dever. Acentuou que ao governo competia criar colônias, nas Províncias, para impedir a vagabundagem; ensinar o que é liberdade. Positivista convicto, externou seu pensamento *baseado na doutrina de Augusto Comte*[28].

Nesse sentido, o orador Antônio Athayde, em sua conferência, mostrou a conveniência de o ex-escravo, principalmente da lavoura, não dever ser incorporado imediatamente à sociedade brasileira, sem passar por um período de transição ou preparação, devido "à aviltada educação que recebeu nas senzalas" e ressaltou que a locação de serviços na lavoura resolveria o problema da falta de braços e evitaria a crise econômica, desde que fossem criadas colônias dirigidas por profissionais, com o fim de "impedir a vagabundagem nas cidades, vilas e povoados[29]".

Para Célia M. de Azevedo, os adeptos do positivismo que, nos anos 80 do século passado, assumiram a perspectiva da abolição, foram os abolicionistas, que discutiram em maior profundidade a proposta de incorporação social dos ex-escravos. Embora atribuíssem distintas características sociais aos povos brancos e negros, isto não os impediu de estarem entre os primeiros a defender a abolição sem prazo e sem indenização[30].

Os homens "ilustrados" da segunda metade do século do século XIX acreditavam que os escravos de origem africana se situavam na escala inferior do

desenvolvimento da humanidade e que o duro regime de escravidão teria acentuado o seu atraso mental. Por isto deveriam ser educados, para, então, se tornarem civilizados. Essa educação deveria ser em vários níveis: "moral" e "religioso". Tais idéias eram reforçadas pelas teorias racistas, elaboradas na Europa e que, no Brasil, encontravam um ambiente favorável a sua propagação, devido à convivência dos indivíduos das três "raças": índios, negros e brancos[31].

Da campanha abolicionista no sul da Província, onde havia mais de 50% da população escrava de toda a Província, segundo a matrícula encerrada em março de 1887, não ficaram grandes referências. Destaca-se, porém, o nome do mineiro João Paulo Ferreira Rios, que se estabeleceu aos dezessete anos em Cachoeiro de Itapemirim. Editor de "O Itabira" (junho de 1866), comerciante, tesoureiro da Câmara Municipal e advogado, foi um dos primeiros a alertar para a necessidade de se modificarem as estruturas escravistas, visando a transformação de sua comunidade[32]. Na prática, como no caso de vários outros abolicionistas capixabas, não foi ao extremo de proteger ou ajudar os escravos que abandonavam as senzalas nos últimos anos do regime de escravidão na Província. A sua ação limitou-se a atuar como curador de escravos e a concorrer com suas próprias economias para a alforria dos mesmos[33].

Nas ocorrências registradas pelos Delegados de polícia, da Capital e do interior da Província, entre os anos de 1885 e 1888, não encontramos a menor evidência de que alguns desses abolicionistas estivessem se envolvendo em conflitos com as autoridades, nos movimentos de fugas coletivas que os escravos estavam promovendo nesse período; nem, muito menos, isto foi

assunto digno de ser ressaltado nas comunicações reservadas que o Chefe de Polícia enviava ao Presidente da Província.

No entanto, reconhecemos que a campanha desenvolvida pelos abolicionistas na Província do Espírito Santo possivelmente exerceu uma influência significativa na comunidade cativa, porque os escravos compreendiam muito bem tudo o que acontecia à sua volta.

Um fato, porém, há de ser observado: no programa de atuação dos abolicionistas do Espírito Santo não estavam previstas atitudes, tais quais observadas em seus correligionários de Campos, que se congregavam na tipografia do periódico abolicionista, *"Vinte e Cinco de Março"*, expressas no primeiro número do periódico: "somos a consciência do século, mas seremos a guerra, se a isto formos compelidos"[34].

Afonso Cláudio, em conferência na abertura da "Sociedade Libertadora Domingos Martins", fez uma declaração muito diferente. Frisou que a Sociedade que lhe havia delegado poderes, para em seu nome promover a propaganda emancipadora, não vinha provocar ódio nem disputas, não vinha armar contra o direito, mas marchar com ele [grifo nosso][35]. Essas declarações e a prática observada dos abolicionistas capixabas fizeram com que Vilma Almada chegasse à conclusão de que,

> (...) conseqüentemente, os mecanismos abolicionistas de luta/ pressão/ concessão observados em outras regiões cafeeiras não determinaram, no Espírito Santo, o recurso desesperado como o utilizado em São Paulo após 1886, de libertar-se os escravos em massa, sob a condição de

> 'contratos de trabalho' por prazo determinado, limitando-se os cafeicultores capixabas - consciente do seu poder sobre uma população escrava sem liderança revolucionária - a 'prometer libertá-los' no final de 1890[36].

A autora não apresenta os dados que a levaram a tal conclusão. Robert Slenes (1976) observou que as alforrias em massa, na Província de São Paulo, só começaram a ocorrer nos últimos meses do ano de 1887, senão nos primeiros dois meses de 1888. Contudo, a taxa de alforrias em São Paulo, em 1885, já era bem maior do que a do Espírito Santo e Rio de Janeiro no mesmo ano[37].

Conclusão

Vários trabalhos já há muito demonstraram que o que realmente levou os fazendeiros da Província de São Paulo a libertarem seus escravos em massa, no segundo semestre de 1887, foram os movimentos de insubordinação dos escravos, frente a uma instituição que definhava. Para nós, no Espírito Santo, o que levou os fazendeiros a libertarem seus escravos em massa, nos meses de março e abril de 1888, não foi nada muito diferente.

Quanto às possíveis "lideranças revolucionárias" do movimento abolicionista paulista, Célia M. Azevedo mostrou que não eram tão revolucionárias como muitos tentaram enfatizar[38]. Quanto aos abolicionistas capixabas, eles próprios fizeram questão de nunca assumir o rótulo de revolucionários pois as escassas fontes por nós utilizadas

não revelam a menor evidência desse detalhe. Um dos seus líderes, Antonio Athayde, fez questão de frisar, anos depois após a abolição, que eles sempre trabalharam: *"... sob a égide da ordem e da legalidade"*.

Por conta disto, os "líderes revolucionários[39]" do processo de emancipação no Espírito Santo existiram sim, mas saíram do meio da própria massa escrava; agenciavam fugas de outros escravos, pegavam em armas e organizavam revoltas que, na maioria da vezes, nunca chegaram a se concretizar, por serem sufocadas pelo poder Imperial. Mas, essa é uma outra história.

O autor é Mestre em História Social do Trabalho pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas e aluno do terceiro ano do curso de Doutorado na mesma Universidade

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. "A cafeicultura capixaba pós-abolição 1888-1960". Vitória: UFES, s/d, mímeo.

_____. ESCRAVISMO E TRANSIÇÃO: o Espírito Santo 1850-1888. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ATHAYDE, Antônio Francisco. "Breve noticia sobre a escravidão e a propaganda abolicionista no Brasil e no Espírito Santo". In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: n°11, julho de 1938.

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. "Batismo da liberdade os abolicionistas e o destino do negro". In: HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, APAH. Curitiba, 1988.

_____. ONDA NEGRA MEDO BRANCO, o negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BEGSTRESSER, Rebecca B. THE MOVEMENTE FOR ABOLITION SLAVERY IN RIO DE JANEIRO, BRAZIL, 1880-1889. Stanford University, Ph.D, 1973.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "A abolição como problema histórico e historiográfico". In: ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO NO BRASIL. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CLEVELAND, Donald Jr. "Slave Resistence and Abolitionismo in Brazil: the Campista Case, 1879-1888". In: LUSO BRAZILIAN REVIEW, vol. 13, nº2, Winter, 1976.

CONRARD, Robert. OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVATURA NO BRASI*:* 1850 - 1888*.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Emília Viotti. A ABOLIÇÃO. São Paulo: Global, 1988.

_____. DA SENZALA À COLÔNIA. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1982.

DRESCHER, Seymour. CAPITALISM AND ANTISLAVERY: mobilization in comparative perspective. Londres: Lowe/Briydone Printers Limited, 1986.

FONER, Eric. NADA ALÉM DA LIBERDADE: a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília CNPq, 1988.

GENOVESE, Eugene. DA REBELIÃO A REVOLUÇÃO. São Paulo: Global, (temas;2) 1983.

GORENDER, Jacob. A ESCRAVIDÃO REABILITADA*.* São Paulo: Ática, 1990.

GRIMBERG, Keila. LIBERTA: A LEI DA AMBIGUIDADE: as ações de liberdade, da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, no século XIX. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

HOBSBAWM, Eric. Jones. REBELDES PRIMITIVOS: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

LARA, Silvia Hunold. "Trabalhadores escravos". In: TRABALHADORES. Campinas: publicação mensal do Fundo de Assistência a Cultura, 1989.

LIMA, Lana Lage da Gama. REBELDIA NEGRA E ABOLICIONISMO. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

MACHADO, Maria Helena. O PLANO E O PÂNICO: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-EDUSP, 1994.

MACIEL, Cleber da Silva. NEGROS NO ESPÍRITO SANTO. Vitória: Deptº. Estadual de Cultura / UFES, 1994.

MARTINS, Robson Luís Machado. OS CAMINHOS DA LIBERDADE: abolicionistas, escravos e senhores, na Província do Espírito Santo 1884-1888. Campinas, UNICAMP/IFCH,(Dissertação de Mestrado) história, 1997.

MENDONÇA, Joselí Maria Nunes. A LEI DE 1885 E OS CAMINHOS DA LIBERDADE. Campinas, SP: Dissertação de Mestrado, UNICAMP - IFCH, História, 1995.

NOVAES, Maria Stella de. A ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO NO ESPÍRITO SANTO. Vitória: Prêmio Literário e Científico da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1963.

QUEIROZ, Suely Robles Ribeiro de. A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO. São Paulo: Brasiliense: 1981.

ROCHA, Levy. DE VASCO COUTINHO AOS CONTEMPORÂNEOS. Vitória: Terra Capixaba (série didática), 1977.

S/A. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - Edição Histórica, 1976.

SANTOS, Ronaldo M. dos. RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO DO ESCRAVISMO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1885-1888). São Paulo: IPE/USP, (ENSAIOS ECONÔMICOS, 5), 1980.

SCHWARCZ, Lílian Moritz. "Uma história de 'diferenças e desigualdades' as doutrinas raciais do século XIX". In: O ESPETÁCULO DAS RAÇAS: cientistas, instituições e questão social no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SLENES, Robert. THE DEMOGRAPHY AND ECONOMICS OF BRASILIAN SLAVERY 1850-1888. Stanford University, PhD, 1976.

NOTAS

[1] - Sobre este assunto ver: GENOVESE, Eugene D. DA REBELIÃO A REVOLUÇÃO. São Paulo: Global, (temas nº-2), 1983 e DRESCHER, Seymour. CAPITALISM AND ANTISLAVERY: British mobilization in comparative perspective. Londres: Lowe / Briydone Printers Limited, 1986. É importante ressaltarmos que esses autores têm visões bastante distintas sobre este mesmo assunto. Para Genovese, os escravos incorporaram os ideais da Revolução Francesa e mudaram as estratégias e objetivos de suas revoltas; para Drescher, os escravos perceberam as mudanças políticas internas na metrópole e aproveitaram as brechas que estas mudanças propiciaram, modificando daí suas estratégias, mas não suas idéias e objetivos fundamentais.

[2] Sobre este assunto ver: SANTOS, Ronaldo M. dos. RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO DO ESCRAVISMO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1885-1888). São Paulo: IPE / USP, (ensaios econômicos, 5), 1980; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. ONDA NEGRA MEDO BRANCO, o negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; MACHADO, Maria Helena. O PLANO E O PÂNICO: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/EDUSP, 1994 e também MARTINS, Robson Luís Machado. OS CAMINHOS DA LIBERDADE... Op. cit., especificamente os capítulos I e II.

[3] - Cf. CONRARD, Robert. OS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVATURA NO BRASIL: 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 154.

[4] - Cf. MACHADO, Maria Helena. O PLANO E PÂNICO... Op. cit., p. 147

[5] - Nesta linha situam-se vários trabalhos. Remeto o leitor àqueles indicados por CARDOSO, Ciro Flamarion. "A Abolição como problema histórico e historiográfico". In: ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO NO BRASIL. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 74-110. Cabe-nos ressaltar aqui dois trabalhos clássicos sobre este tema cuja hipótese se baseia no argumento de que o abolicionismo se apoiou prioritariamente em grupos sociais urbanos emergentes, livres de vínculos diretos com os interesses dos senhores de escravos, e que, por tal razão, puderam lutar contra tais interesses. Cf. COSTA, Emília Viotti da. DA SENZALA À COLÔNIA. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1982, p. 373, e QUEIRÓS, Suely R. Reis de. A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO. São Paulo: Brasiliense: 1981, p. 87.

[6] - Cf. GORENDER, Jacob. A ESCRAVIDÃO REABILITADA. São Paulo: Ática, 1990, p. 188. Para Célia Maria Marinho de Azevedo, o destino proposto pelos abolicionistas paulistas para os ex-escravos - fazer contrato de trabalho com senhores das fazendas despovoadas com escravos retirados de outros donos - não deixa dúvidas quanto às finalidades almejadas por essa política de controle social, que anulou ou descaracterizou o seu aspecto revolucionário . A autora concluiu que "o caráter revolucionário que se atribui aos abolicionistas paulistas consistia em lutar por reformas, para que no final tudo continuasse como antes... .Cf. "Batismo da liberdade os abolicionistas e o destino do negro". In: HISTÓRIA: QUESTÕES E DEBATES, APAH, Curitiba, julho 1988, p. 52. A autora também analisa este ponto no livro ONDA NEGRA MEDO BRANCO, o negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 215 - 250.

[7] - Cf. COSTA, Emilia Viotti da. A ABOLIÇÃO. São Paulo: Global, 1988, (história popular, 10), p. 85.

[8] - Cf. GRIMBERG, Keila. LIBERATA: A LEI DA AMBIGÜIDADE: as ações de liberdade, da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. A autora, a partir das conclusões de José Murilo de Carvalho (1980), argumentou em seu trabalho que "...o Estado Brasileiro, no século XIX, mesmo dependendo do sistema agrário-escravista, não atuava sempre de acordo com a vontade do mesmo grupo. Ele não se apresentava como um bloco monolítico; ou melhor: nem todas as suas práticas podem ser reduzidas a relações de interesse. Por isso, era possível que libertasse escravos sem deixar de ser escravista"., pp. 49-50 e 63.

[9] - Cf. MACHADO, Maria Helena. O PLANO E O PÂNICO. Op. cit., pp. 146-156.

[10] - APEES. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória - Ofício do Subdelegado de Polícia de são Matheus ao Chefe de Polícia da Província, 9 de julho de 1884, F. G. / CX. 243, p. 221.

[11] - AN. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, em 17 de setembro de 1884. Relatórios: Ministério da Justiça, rolo 003, pp. 4-79.

[12] - Sobre este assunto ver a interessante análise feita por Joselí Maria Nunes Mendonça sobre esta Lei que criou mecanismos capazes de limitar a autoridade dos senhores sobre seus trabalhadores, além de conceder a liberdade aos escravos maiores de 65 anos. In, A LEI DE 1885 E OS CAMINHOS DA LIBERDADE. Campinas: IFCH/UNICAMP, Dissertação de

Mestrado, história, 1995.

[13] - Cf. ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. ESCRAVISMO E TRANSIÇÃO: o Espírito Santo 1850-1888. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 196.

[14] - Idem, Ib.

[15] - Idem, Ib.

[16] - Cf. ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. "*A Cafeicultura Capixaba Pós-Abolicionista*" 1888-1960. Vitória: UFES, s/d, mímeo, p. 3. Para Ciro Flamarion Santana Cardoso: "... este tipo de argumento não é convincente porque segundo o autor, a origem de classe não é necessariamente o fator predominante na posição de classe dos indivíduos". In, ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO... Op. cit., p. 77.

[17] - Sobre o abolicionismo na Província do Rio de Janeiro e sua relação com os movimentos de reação da massa escrava há os estudos de caso sobre Campos, no Norte Fluminense de LIMA, Lana Lage da Gama. REBELDIA NEGRA E ABOLICIONISMO. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981 e o texto já de longa data onde o autor demonstrou que no Município de Campos foi a reação escravo que influenciou a campanha abolicionista. Cf. CLEVELAND, Donald, Jr. "Slave Resistence and Abolitionismo in Brazil: the Campista Case, 1879-1888". In, Luso Brasilian Review, vol. 13, n° 2, Winter, 1976.

[18] - Já ressaltamos anteriormente que há uma série de autores que contestam esta hipótese.

[19] - Cf. LARA, Silvia Hunold. "Trabalhadores escravos". In, TRABALHADORES. Campinas: publicação mensal do Fundo de Assistência a Cultura, 1989, p.17.

[20] - Cf. NOVAES, Maria Stella de. A ESCRAVIDÃO E ABOLIÇÃO NO ESPÍRITO SANTO. Vitória: Prêmio Literário e Científico da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1963, p. 124.8.

[21] - Ib., p.112.

[22] - Ib., p. 124.

[23] - Cf. FONER, Eric. NADA ALÉM DA LIBERDADE - a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[24] - Cf. NOVAES, Maria Stella de. A ESCRAVIDÃO... Op. cit., p.118.

[25] - Cf. ROCHA, Levy. DE VASCO COUTINHO AOS CONTEMPORÂNEOS. Vitória: Terra Capixaba (série didática), 1977, pp. 178-179.

[26] - Cf. NOVAES, Maria Stella de. A ESCRAVIDÃO... Op. cit., p. 123.

[27] - Idem, Ib.

[28] - Ib., p.124.

[29] - Cf. ATAHYDE, Antônio Francisco. "Breve noticia sobre a escravidão e a propaganda abolicionista, no Brasil, e no Espírito santo". In: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: nº-11, julho de 1938, p. 13-14. Neste artigo, o autor destaca sua contribuição ao movimento abolicionista e reafirma as idéias que defendia à época da campanha.

[30] - Cf. AZEVEDO, Célia M. marinho de. "*O batismo da Liberdade...*". Op. cit., p. 59.

[31] - Sobre a influência das teorias racistas, da segunda metade do século XIX, no pensamento social brasileiro, VER: "Uma história de 'diferenças e desigualdades' as doutrinas raciais do século XIX". In, SCHWARCZ, Lílian Moritz. O ESPETÁCULO DAS RAÇAS: cientistas, instituições e questão social no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia. das Letras, 1993, pp.43-66.

[32] - S/A. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - Edição Histórica, 1976, p. 18.

[33] - Remeto ao CAPÍTULO III - "A Reação dos senhores: as alforrias e a abolição" da obra do próprio autor: OS CAMINHOS DA LIBERDADE... Op. cit.,

[34] - VINTE E CINCO DE MARÇO, 1º de maio de 1884. Apud, LIMA, Lana Lage da Gama. REBELDIA NEGRA... Op. cit., p. 100.

[35] - Cf. NOVAES, Maria Stella de. A ESCRAVIDÃO... Op. cit., p. 120.

[36] - Cf. ALMADA, Vilma Paraíso F. de. "*A cafeicultura capixaba...* Op. cit., p.4.

[37] - Cf. SLENES, Robert W. THE DEMOGRAFHY AND ECONOMICS OF BRAZILIAN SLAVERY: 1850-1888. Stanford: Stanford University, PhD, 1976, p. 500.

[38] - Cf. AZEVEDO, Célia M. Marinho de. ONDA NEGRA MEDO BRANCO. Op. cit.

[39] - Cf. HOBSBAWM, Eric. Jones. REBELDES PRIMITIVOS: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Nesse livro o autor faz análises interessantes sobre o que ele classificou como formas "primitivas" ou "arcaicas" de agitação social, no período pré-industrial, na Europa Ocidental e nos apresenta a alguns heróis que, em sua própria época, eram tidos como vilões ou mal feitores. Nada muito diferente do nosso personagem, o escravo fugitivo Benedito, citado anteriormente.

CONFERÊNCIA PROFERIDA EM 24 DE JUNHO DE 1999 NA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA NA INSTALAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA TERESA

Luiz Carlos Biasutti

Saudação às autoridades presentes
BONUM HIO ESSE". É BOM ESTARMOS AQUI!

Por que fundar um Instituto Histórico e Geográfico em Santa Teresa? Qual o interesse em se estudar a História e a Geografia de nossa terra natal? São perguntas que surgem naturalmente neste momento. Será mero saudosismo ou diletantismo? Podemos e devemos responder que não, porque a História de nossa comunidade tem um serviço fundamental a nos prestar: Trazer-nos a experiência do passado, para melhor enfrentarmos o futuro. O presente somente se compreende á luz do passado. O presente é a possibilidade real herdada do passado. Assim, o passado oferece as possibilidades do futuro, sem, no entanto, determinar sua evolução posterior, já que a característica do ser humano é a liberdade de escolha.

Demonstrada a importância do estudo histórico podemos fazer outra pergunta: Quem é sujeito da História? Quem faz a História? Os homens ou as estruturas?

"Não existe um sujeito coletivo da História, mas sim pessoas concretas que vão construindo e dando vida às instituições. É o homem em sociedade, com um fim comum, que faz a HISTÓRIA.

Neste sentido, a narração histórica é a narração de ações humanas, com personagens concretos que as realizam. Os modelos vividos, antes de mais nada, têm NOME E SOBRENOME, ainda que, muitas vezes, seja impossível detectar a atividade específica que cada grupo ou individuo exerceu" (História do Trabalho, do Direito do Trabalho e Justiça do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Fílho, LTR, págs. 167/168.

Nesta pequena conferência buscamos agora descrever as participações destacadas que tiveram alguns homens na conformação da estrutura da HISTÓRIA DE SANTA TERESA. E a verdade deve ser colocada logo para os ouvintes: talvez atores desconhecidos são, muitas vezes, os que mais contribuíram para os fatos históricos.

Muitos escrevem sobre a imigração italiana na Província e depois Estado do Espírito Santo, mas, para nosso interesse didático, principalmente, tendo Santa Teresa como centro, FREDERICO MULLER e RENZO MARIA GROCELLI apresentam uma visão global dos fatos.

FREDERICO MÜLLER tem o mérito de ser quase contemporâneo da imigração. Nasceu em 06 de outubro de 1892, apenas 18 anos após a Expedição Tabachi. Foi o primeiro filho de Santa Teresa que concluiu o curso

superior, sendo formado em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro. Publicou a primeira história sobre a fundação de Santa Teresa, no seu cinqüentenário, por solicitação dos Padres Capuchinhos. Antes disto, dirigiu o jornal O POVO, em 1920, que circulou, semanalmente, durante um ano e demonstra a situação da comunidade da época. Ninguém poderá escrever a História de Santa Teresa sem consultar o livrinho de 68 páginas de Frederico Müller. Ele, apenas ouvindo os velhinhos vivos, contemporâneos da epopéia imigratória, com pouca documentação escrita, escreveu uma obra exata que permanecerá para sempre Creio ser a primeira tarefa do nosso querido Instituto Histórico e Geográfico de Santa Teresa, com a colaboração do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, tão bem representado nesta solenidade: fazer uma nova edição, com ortografia atualizada e notas explicativas do livro de Frederico Müller.

RENZO MARIA GROCELLI, profissional de História, sob o patrocínio da Província Autônoma de Trento, escreveu uma obra densa, com documentos e jornais da Itália e ampla documentação dos arquivos do Espírito Santo, do arquivo nacional e dos jornais da época, além de fazer entrevistas com pessoas idosas.

Interessante para nós, é que Renzo Grocelli foi encarregado de fazer, primeiramente, a história dos Trentinos em Santa Catarina e lá descobriu a importância da colonização do Espírito Santo, a importância da Expedição Tabachi que era lembrada por fugitivos daqui. Está a merecer uma tradução para o português.

Já **EMILIO FRANZINA**, professor de História contemporânea na Universidade de Verona escreveu, um

livro de 644 páginas sobre OS ITALIANOS NO NOVO MUNDO, (a imigração italiana na América 1492 1942), edição Arnaldo Mandadon Editore, 1995. 0 livro para mim foi uma decepção Desconhece completamente a Expedição Tabachi, desconhece a obra de Renzo GRocelli e, como biografia sobre os italianos no Espírito Santo, cita somente o livrinho de D. João Batista Cavatti... Muito, muito pouco. E no entanto, cita a Expedição de Sabino Tripati do Paraná que saiu quase um ano depois de Tabachi da Itália. Todavia, a Expedição Tabachi é o fato mais importante da imigração italiana em nível empresarial, em quantidade de pessoas, na História do Espírito Santo, e provavelmente, na História do Brasil.

MARIA ISABEL PERINI MUNIZ, em seu livro "CULTURA E ARQUITETURA" diz: "Em Santa Cruz não existe vestígio da colônia Nova Trento, empreendimento de Pietro Tabachi, que não chegou a durar um ano. Para essa área vieram os colonos italianos que partiram do Porto de Gênova em 03 de janeiro de 1874, a bordo do veleiro "La Sofia". Eram originários do Trentino, com uma minoria que provinha do Vêneto. Os camponeses, em número de 388, vieram acompanhados pelo capelão Pe. Domenico Martinelli, o médico Pio Limana e o gerente da empresa Pietro Casagrande e sua Mulher". Em menos de dois meses, a decepção, a tristeza e o desespero se apoderaram destes pioneiros. As promessas eram rigorosamente falsas. O governo imperial estava preparando outro empreendimento estatal no município de Santa Leopoldina, muito mais vantajoso. A maior parte dos colonos abandonou Tabachi, transferindo-se para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, para a Colônia do Rio Novo que fora adquirida pelo governo. Desgostoso, Pietro

Tabachí falece em 2l de junho de 1874. Portanto, o fim da colônia, aconteceu há 125 anos! Oito pioneiros da Expedição Tabachi, verdadeiros bandeirantes, ainda em abril de 1874, chegaram pelo caminho do rio Timbuí (via Fundão) até aqui em Santa Teresa. Eram Paulo Comper, Giuseppe Paoli, Francisco Bassetti, Bernardo Comper, Lazaro Tonini, Anibale Lazaro, Daniele Paburo e Abramo Zurlo.

Ao mesmo tempo, via Santa Leopoldina, ainda no mês de maio de 1874, na serra do Alvarenga, eram preparados dois barracões cobertos de palha para a pousada dos futuros imigrantes. A abertura da estrada, simples trilha, era comandada pelo alemão João Simon, enquanto o Vice Diretor Franz Von Lippes, funcionário do Governo Imperial, chegava à confluência do Rio Timbuí com o córrego São Pedro, para a medição dos terrenos que deveriam ser entregues aos colonos. interessante é que, Antonio Machado Bittencourt Mello Júnior, tentou fazer uma trilha do Município de Santa Teresa até Barracão de São João de Petrópolis, ainda em 1874, mas os índios impediram tal intento (conforme Augusto Ruschi, Boletim do Museu Mello Leitão, N^0 Especial). Ainda na mesma época, Luigí Zamprogno conseguiu licença especial para ser ferreiro na futura colônia. Deu-se o nome da nova colônia: Santa Teresa, em homenagem a Imperatriz do Brasil, Dona Teresa Cristina. Há partes obscuras na história de Santa Teresa, porque, por exemplo, em 1873, Luigi Stelzer havia adquirido o terreno onde está localizado o Museu Mello Leitão. Por outro lado, vindos do Recreio, Santa Maria do Jetibá, outros colonos ítalos-germânicos entraram no município pela nascente do Rio Timbuí, Serra dos Pregos.

A demora na entrega dos lotes, foi acumulando o pessoal que chegava, sem parar, da Itália. Assim barracões e palhoças foram erguidas provisoriamente perto da atual Capela da Penha onde os colonos deram o nome de Valsugana Velha. Neste local provisório e de triste memória, os colonos sentiram as três grandes dificuldades de adaptação ao novo meio: a mata virgem, as doenças tropicais, a desorganização do governo imperial. Luiz Busatto, em "*Dilemas do imigrante italiano no Espírito Santo*", fez uma análise perfeita dessas tremendas dificuldades.

Mas, oficialmente, os felizardos que vieram no navio francês «Rivadávia», que saiu de Havre no dia 12 de abril de 1875, são considerados os fundadores oficiais de Santa Teresa. Eram 56 chefes de famílias numerosas e o sorteio dos lotes para eles foi feito no dia 26 de junho de 1875, dia de São Virgilio, padroeiro de Trento, cujos nomes se encontram no Monumento ao lado da Matriz.

Valsugana Velha, tão lembrada pelos antigos, foi uma espécie de pré história de nosso povo.

Era um compasso de espera, com seu horríveis barracos cobertos de folhas de palmeira ou palmito, com divisórias de bambu e pano, além da burocracia dos loteamentos e a difícil escolha de lotes. Daí partiram, os mais apressados, para Lombardia, Guaipaboçu, Santa Lúcia, Carneiros, Três Barras. Enfrentaram onças, cobras e insetos, derrubada de árvores; o machado, a enxada, a agricultura de subsistência, verdadeira adaptação ao mundo novo e desconhecido.

Da barraca de folha de palmeira partiram para a casa de barro (adobe) coberta de tabuinhas. Ainda nos anos 40, um terço das casas da Rua Cel. Bomfim eram

cobertas de tabuinhas.

Valsugana Velha foi uma espécie de passagem, triste passagem, como o caminho bíblico dos hebreus pelo deserto. Tanto assim que, como acontecera com a colônia de Pietro Tabachí, foi queimada, abandonada para sempre. Basta dizer que uma epidemia de varíola dizimou várias famílias. Uma quantidade de jovens colonos resolveu partir para o sul do Brasil. Houve muita revolta em Santa Leopoldina, Valsugana Velha e Lombardia quando os comerciantes de Santa Leopoldina cortaram o crédito dos pobres colonos que, por sua vez, não recebiam o auxilio governamental prometido. Com uma escolta de fuzileiros navais, os mais revoltados foram levados para o sul do país nos navios militares Purus e Madeira.

Mas, outros colonos iam chegando da Europa sem parar.

A vila de Santa Teresa, em 1877, já possuía dois grandes barracões para o recebimento de colonos, quatro casas de negócio, uma padaria e vinte residências. No principio, sua economia se baseava na agricultura e no comércio. Diante do mundo novo, os que ficaram entraram na luta pela sobrevivência. Trabalho, trabalho, trabalho.

Merece aqui lembrar um resumo muito bem feito por Frederico Müller, um verdadeiro Raio X de Santa Teresa, escrito por uma testemunha ocular da história:

> *"Enfim, atiraram-se todos, resolutos, à derrubada e queimada das matas e ao plantio do café e do milho. Erguiam-se, a cada volta de estrada, as humildes choupanas e, por entre as toras de árvores queimadas e chamuscadas, viam-se, já, as plantinhas de café e de milho balouçarem suas folhas novas ao sopro suave*

da brisa. Pela atual vila apareciam também as primeiras casas, quase todas de palha. Segundo nos afirmam, a primeira construção que aqui se fez foi um enorme barracão de palha para abrigo dos imigrantes, justamente onde está a Matriz, o qual, aliás, estava quase terminado quando chegaram.

Quanto ás casas de pau-a-pique, com paredes de entulho e cobertas de tabuinhas, a primeira foi um longo hospital, de que é uma reminiscência a casa da Rua do Comércio nº 11; a segunda foi a de Jerônimo Vervloet no atual nº 20 da Rua Cel. Avancini e a terceira a de Juca Quintais, nº 8, da mesma rua. É verdade que este veio para aqui antes e foi quem primeiro começou a negociar, mas fê-lo numa dependência do mesmo barracão. Há, entretanto, quem assegure que o primeiro negócio foi aberto por um tal de Felipe ou um tal André Pasmoser, no barracão que se vê abaixo da casa de Eugenio Zucolotte, na Penha.

Qual foi a primeira pessoa aqui nascida, o primeiro teresense? -Um filho de Juca Quintais. - E quem se casou primeiro? - José Pereira de Araújo com Augusta Dummer, servindo de padrinhos João Volkartt e sua mulher Marta Volkartt.

O primeiro hotel, propriamente dito, foi o de Giuseppe Tamanini, alguns anos mais tarde, justamente onde se acha o "Hotel do Comércio"; mas, desde os primeiros tempos, a mulher de Giuseppe Ravagni, irmã de Fortunato Broilo, fornecia refeições aos

viajantes. Entre os colonos, a primeira casa coberta de tabuinhas e que ainda existe foi a de Virgilio Lambert. Depois de terem se estabelecido os primeiros negociantes, as mercadorias começaram a ser transportadas em animais de carga, cabendo a iniciativa das tropas, ainda muito em uso, ao mesmo Vervloet e a seu irmão João Vervloet. Estava fundada Santa Teresa e com rapidez ia crescer materialmente".

De repente, na primeira década da República, o café atinge no mercado internacional preços inacreditáveis. Graças aos trabalhadores italianos uma grande prosperidade inunda as terras teresenses.

É o apogeu de Valsugana Nova. Concentram-se todos nos seus arredores em busca de novas terras e começa a descida para os lados do Vale Tonini, Santo Anselmo, Patrimônio dos Palacos, Barracão, São Bento e São Roque. Do outro lado, Tabocas, Caldeirão, Rio Perdido, São Paulo do Rio Perdido. É a lenta, mas definitiva ocupação do Vale do Canaã e das margens do Rio Santa Maria do Rio Doce e seus afluentes.

As tropas não paravam, levando café para o Porto de Cachoeiro Santa Leopoldina e regressavam abarrotados de víveres. Cargas e mais cargas de querosene desciam as serras para queimar toras de madeiras na pressa de plantar mais café.

90 por cento da economia capixaba era proveniente do café!

As festas de Valsugana tinham fama regional. A banda de música era composta de 40 músicos, nos bons tempos. Os moradores construíram bela igreja, com campanário e um cemitério amplo com inscrições em

italiano. Perdulários, em Santa Teresa, jogavam "bola de pau" com queijos do reino ou fumavam cigarro enrolado em nota de quinhentos mil reis. Em Valsugana, um Zamprogno mandou colocar dente de ouro no cavalo de estimação.

Foi uma época de concertinas, baladas e sonhos. Escreviam para os parentes e, conforme Derenzi, mais de dez mil italianos chegaram para a conquista das últimas terras á margem direita do Rio Doce.

Bei tempí quei!

Depois, a queda do café, as dificuldades de crédito, os anos sombrios de Getúlio Vargas...

O problema maior da colonização italiana foi a falta de escola. Nem o governo brasileiro, nem o governo italiano pensaram no problema. Os primeiros filhos de imigrantes não tinham instrução alguma. Esta foi a revolta de Maria Zanolo nas colônias do sul do Espírito Santo. Esta foi a visão de Frei Caetano de Cômiso quando criou a primeira escola particular da imigração italiana em 1901, que seria mais tarde o Colégio ítalo-brasileiro. Foi um longo caminho, mas, hoje os senhores podem ver que a terceira e quarta geração dos filhos de Santa Teresa já podem usufruir dias melhores.

A visão maravilhosa do futuro de nossa terra e nossa gente encontraremos em CANAÃ, de Graça Aranha. O juiz municipal de Santa Leopoldina, que tão pouco tempo ficou entre nós, deixou o principal testemunho da movimentação deste povo que invadia a mata virgem e tentava começar uma nova vida, um novo destino.

O romancista Josué Montello lembra muito bem:... "os autos que deram o argumento central de Canaã, Mílkau, Maria, Lentz, Franz Kaus, Roberto Schultz, Felicíssimo, que figuram na trama do romance, o

romancista não os tirou de seu tinteiro, por obra e graça da imaginação criadora - foram colhidos na vida local, com os documentos das testemunhas forenses".

E não é só. Quando Graça Aranha esteve em Santa Leopoldina, ainda aconteciam as últimas partidas de colonos para a região de Santa Júlia, Tancredo e Tancredinho, perto do Rio Doce, lugar onde ele colocou o lote de Milkau. Assim sendo, exato, histórico mesmo, é o nome de São Roque do Canaã dado ao mais jovem município do Espírito Santo, filho de Santa Teresa, com 80 por cento de netos ou bisnetos de italianos e 5 por cento de alemães

Canaã é urna leitura difícil para muitos porque exige certa formação filosófica. Mas, nenhum estudioso da nossa terra pode deixar de ler e reler as múltiplas mensagens de Graça Aranha Geograficamente, o romance se desenvolve em quatro municípios: Santa Leopoldina, Santa Maria do Jetibá (o baile na casa de Jacob Múller), Santa Teresa (as desventuras de Maria na pensão), São Roque (onde ficava o lote de Milkau). A mensagem final é um hino de otimismo! No ano 2002, será o centenário do romance!

É justo lembrar que durante muitos anos funcionou em Santa Teresa a «Associação Cultural Graça Aranha", e alguns de seus membros estão aqui presentes: Vítor Bíasutti e Belmíro Perini.

Mas, desde o começo tivemos notáveis homens no mundo das letras. O mais querido, na colônia, foi o Padre Marcelino Moroni. Escreveu a introdução do Livro 1 do Tombo da matriz. Conseguiu organizar urna cantoria religiosa muito boa, onde o organista era o primeiro Juiz da Comarca, Dr. Thiers Veloso, isto em 1899, há justamente cem anos!

As cartas do Padre Marcelino Moroni são uma fonte importantíssima para a história religiosa e civil de Santa Teresa e das colônias italianas do Espírito Santo central. Sua correspondência é enorme. Saiu do Espírito Santo levando para a Itália Luiz Tomazelli a fim de trazer mais padres. Lá na Itália resolveu embarcar para Nova York onde imediatamente brigou com a colônia siciliana e pegou o primeiro navio para o Espírito Santo. Foi capelão de várias colônias italianas, vigário de Barra do Itapemirim e retornou a Santa Teresa, como o primeiro vigário. Com a chegada dos Capuchinhos, após comovente festa de despedida, voltou para a cidade natal no Piemonte, onde morreu em 1909.

Com a chegada dos Capuchinhos, a preocupação com a instrução dos jovens foi a meta de Frei Gaetano. Em 1914, no mês de junho, surge o primeiro jornal "O SANTA TERESA", obra de Orlando Bomfim. Diz o jornal que "o novo prefeito, Sr. Orlando Bomfim, bebeu à saúde dos primeiros povoados de Santa Teresa brilhantemente representados na pessoa do Coronel Carlos Avanciní".

Orlando Bomfim soube promover sua querida Santa Teresa, seguindo a trilha de Carlos Avancini que exercera o cargo de Presidente (intendente) por sete vezes. Procurou dar educação esmerada a seus filhos Celso Bomfim e Orlando Bomfim Jr., homens que se destacaram na vida jornalística e literária em Belo Horizonte.

ANTÔNIO ARAÚJO AGUIRRE, que foi o nosso Prefeito (intendente) na virada do século (1898-1900), homem austero e organizado, iria escrever em 1934 uma interessante Monografia sobre a colonizaçao do Espírito Santo. Lembra o seguinte: "*Evoco os nomes femininos escolhidos de preferência para designar os lugares, simbolizando a mulher na doce expectativa de próspero*

futuro. Parece que houve acordo em assim proceder: SANTA LEOPOLDINA, SANTA TERESA, SANTA ISABEL, SANTA JÚLIA, SANTA LEOCÁDIA, SANTA LÚCIA, VIRGINIA, URÂNIA, COLATINA, GUIOMAR, MATILDE, ALEXANDRINA, CAROLINA E IRACEMA".

Aguirre termina seu livro pregando a confraternização e um futuro arrojado para as colônias (1934).

Os irmãos AUGUSTO E DÉQUI RUSCHI trouxeram sua contribuição importantíssima na historiografia Teresense. A obra do grande Prefeito, Déqui, publicada pelo IBGE, com fotografias saudosas, não pode ser esquecida.

Já Augusto Ruschi, em Boletim Especial do Museu Mello Leitão, trouxe contribuição muito especial ao centenário de Santa Teresa, 1975.

Quantos outros escreveram sobre Santa Teresa?

O trabalho incansável de Frei Jacinto de Palazzollo, através de artigos no jornal "O Commercio" de Santa Leopoldina e mais tarde no "Sino de São Sebastião", Rio de Janeiro, exaltando a nossa Santa Teresa.

O precioso manuscrito de Alexandre Broeto, com notas explicativas do Professor Luiz Buzzatto.

A obra monumental de Virginia Tamanini em seus dois romances «Karina" e "Estrada de um Homem", além de um livro de poesias que sumiu lá de casa, ainda em 1945.

Em 1946, chega a Santa Teresa Frei João Maria de Sortino que iria revolucionar o ensino, a própria história cultural da cidade, fundando um jornal "A VOZ DO SEMINÁRIO" que iria ser editado por 19 anos! O inicio da Campanha Nacional de Educandários gratuitos, a abertura e modernização do ensino do Seminário, obra

que seria continuada pelo saudoso Frei César Broeto.

Antes da "Voz do Seminário" circularam outros jornais efêmeros que são de grande importância para a nossa História. Através das páginas de A VOZ DO SEMINÁRIO escreveram o saudoso Orlando Nascimento, Luiz GasparInI, André GasparIni, Frei Estevão Cortelletti, Professor Guílherme Giesen e muitos outros O grande administrador e homem público, Dr. Lúcio Fernandes, Diretor da Escola Agrotécnica, manteve por vários anos o jornal agrícola, "O CULTIVADOR"

Hoje aqui estamos nós para resgatar este glorioso passado. Muita, muita coisa deve ser feita: Biblioteca, Museu, preservar o acervo histórico; manter e divulgar as tradições das artes plásticas, música, artesanato, culinária, transmitindo ás novas gerações o conhecimento e motivando-as a participar deste movimento. Estamos vivos e podemos saborear este fim de século. Quantas obras importantes têm aparecido sobre Santa Teresa só nestes últimos anos?

O espírito de dias melhores é o nosso lema!

Não foi, sem razão, que o Espírito Santo, tão esquecido aqui no Brasil, foi considerado pela UNESCO, o sétimo Estado em qualidade de vida, em bem estar social.

Tão pequenino e tão valente!

Temos tudo, tudo para crescer e vencer.

Como no final do filme "A VIDA É BELA", odemos dizer com muito mais razão do que aquele menino inocente:

ABBIAMO VINTO!

ABBIAMO FATO UN MILIARDO DI PUNTI!

MUITO OBRIGADO.

O autor é Magistrado em Minas Gerais, é escritor e sócio correspondente do IHGES e efetivo do IHG de Santa Teresa.

ANOTAÇÕES

JORNAIS PUBLICADOS:

1)0 Commércio (1925-1928) Família Bomfim;
2) Chanaan-Jornal 15 de Outubro de 1937 - Redator Orlando Nascirnento, Diretor Álvaro Cardoso:
3) Rei Momo (Carnaval de 1937-38-39) Diretor Alberto Perini
4) Canaã 1955 - Díretor Walfredo Zamprogno;
5) Pessanha Póvoa (Jornalzinho do Grupo Escolar), Diretor Prof. António
Bittencourt.

Impressos na Tip. de A VOZ DO SEMINÁRIO os livros Folhas Soltas, somente e Esparsas de Vítor Biasutti

ÚLTIMOS LIVROS SOBRE SANTA TERESA 1994-1999:

1) Brumas, Vítor Biasutti 1994;
2) No Coração Capixaba - 1994;
3) Estudos Espírito-Santenses de Renato Pacheco, 1994;
4) Espírito Santo, Encontro de Raças - de Rogério Medeiros, 1994;
5) Arquitetura da Imigração Italiana no Espírito Santo - de Júlio Posenato, 1997
6) Cultura e Arquitetura - de Maria Isabel Pereira Muniz, 1997
7) Memórias, Frei César Broeto - 1998
8) História dos Capuchinhos, de Frei Serafirn Pereira - 1998

9) Rosina: História de urna Imigrante, Irmãos Loss
10)Italianos no Novo Mundo (Trento, Renzo Maria Grocelli.
11)Imigração Italiana no Espírito Santo, O Banco de Dados, Aurélia H
Castiglione - 1997
12)Imigração Italiana no Espírito Santo: Urna aventura colonizadora, Grupo de Trabalho - UFES - 1998.

OS 125 ANOS DA EXPEDIÇÃO TABACHI

Luiz Carlos Biasutti

Há 125 anos, precisamente no dia 17 de fevereiro de 1874, chegava em Vitória a primeira expedição organizada comercialmente por Tabachi, com 388 (ou 386) imigrantes italianos destinados à então Província do Espírito Santo. O veleiro Sofia saíra do porto de Gênova no dia 03 de janeiro de 1874, às três horas da tarde. Duas crianças morreram na travessia do Oceano Atlântico. No dia 01 de março chegaram em Santa Cruz em um barco a vapor. Quase um ano depois, Sabino Trípoli, outro malogrado empresário chegava ao litoral paranaense. Somente a partir de 1875, inúmeros navios iniciaram o movimento imigratório constante para as Províncias do sul do Brasil (S. Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina). Hoje, nenhum historiador coloca dúvida a respeito do pioneirismo da expedição de Tabachi em termos de imigração italiana no Brasil Foi uma história de calamidades e desventuras. As terras de Tabachi ficavam distantes do mar, mais de oito horas a cavalo! As promessas mirabolantes propagadas na Itália e Europa Central eram um logro. O contrato leonino levou muitos colonos ao desespero. Um dado fundamental que muitos esquecem é que os imigrantes saíram de sua terra natal em meio a rigoroso inverno e foram obrigados a suportar o calor de beira mar, no verão tropical, sem nenhum conforto, sem alimentação adequada bebendo água do rio. Daí a fuga imediata para as montanhas. A fundação da futura Santa Teresa, que começa nas palhoças de Valsugana Velha, foi uma busca nostálgica do "modus vivendí" da pequena comunidade montanhosa, lembrança

do que havia ficado na Itália. A documentação existente no arquivo do Estado do Espírito Santo, a coleção de jornais das cidades do Trento, Beluno e outras, bem como os arquivos das congregações religiosas do norte da Itália, confirmam o "inferno dantesco" vivido por estes pioneiros.

Ainda em abril de 1874, somente vinte famílias aceitaram ficar na colônia de Pietro Tabachi, pois o próprio Consulado do Império Austro-Húngaro pressionou o Ministério da Agricultura do Brasil para que os colonos entrassem no serviço oficial da colonização da Província e abandonassem Pietro Tabachi. O governo provincial não sabia o que fazer com os colonos e muitos tomaram o caminho de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Mas, os que ficaram em terras capixabas lutaram muito e venceram. Aí estão seus filhos, netos e bisnetos que se multiplicaram e fizeram a prosperidade do interior do Espírito Santo.

Em 21 de junho de 1874, desgostoso, derrotado em seu empreendimento, falecia Pietro Tabachi. Na hora da morte estavam a seu lado o médico Pio Limana e o capelão Padre Domenico Martinelli que ainda procurava pacificar os ânimos exaltados. Na hora da morte, o Padre Martinelli fez o casamento de Tabachi com a mulata Anna Fontoura, com quem o empresário tinha dois filhos, Anna e Bartolomeo. Anna Fontoura Tabachi (filha) casar-se-ia com Alfredo Leão e este seria o tronco de notáveis homens públicos na região. A "miscigenação" capixaba começou, deste modo, com o próprio empreendedor da colonização.

O Autor é Magistrado, sócio efetivo do IHG de Sta. Teresa, sócio correspondente do IHGES.

REGISTRO SOBRE MIGUEL DEPES TALLON

Ivan Borgo

Confesso que ainda não consegui me livrar da perplexidade causada pela morte do Miguel. Uma sensação que certamente se generaliza entre seus amigos e dificulta muito a capacidade do falar dele na dimensão apropriada que sua figura ocupa no cenário cultural capixaba. Mas compreendo muito bem e aplaudo o propósito do Departamento de História, professores e alunos, ao dedicar esta sessão à memória do Miguel. Alem da justíssima homenagem, a necessidade que todos sentimos de falar do Miguel num exercício de consolo mútuo.

De minha parte, como fiz algumas vezes nesses últimos dias, procuro refazer o contorno das derradeiras vezes em que conversamos e que torna quase inverossímil um desfecho que a muito custo admitimos fazer parte de urna experiência real.

Na noite de 17 de agosto passado, portanto véspera de sua morte, estivemos em sua casa juntamente com o amigo comum Douglas Puppin onde fomos recebidos por ele e por Eliane no habitual clima de elegância e fraternidade.

Uma noite agradabilíssima uma festa do espírito onde conversamos sobre uma multidão de coisas, entre as quais os planos do Miguel para o Instituto Histórico, os livros que pretendia publicar e, em todo o tempo, sua verve peculiar, seu permanente ritual de celebração da vida como dom precioso e que afinal se revelou tão absurdamente frágil.

No dia seguinte, como era comum ás quartas-feiras, almoçamos com ele e com dois colegas do Instituto, o João Bonino e o Victor Biasutti. Mais tarde, fui à reunião do Instituto que ele presidiu normalmente e despedimo-nos mais ou menos às 17 horas. Miguel foi para a FAFI prestigiar um lançamento de livros.

As 23 horas desse mesmo dia ele morreu.

Não preciso enfatizar a surpresa e mesmo o estupor que isso me causou e mencionar todas a inevitáveis cogitações sobre a fragilidade da vida humana porque estamos sempre desprevenidos para enfrentar nossa finitude material.

Devo muito ao Miguel. Em primeiro lugar por uma amizade que se iniciou aqui neste Departamento há cerca de quinze anos. Depois porque ele foi um dos que me incentivaram a escrever e publicar o que, salvo algumas exceções, foi uma prática interrompida por cerca de vinte anos. Devo-lhe observações de muita agudeza sobre o que escrevi, em especial uma linha de idéias impressentidas nos esboços que fiz da imigração italiana no Espírito Santo. Devo-lhe ainda um generoso discurso de saudação pelo meu ingresso na Academia Espírito-santense de letras, um acontecimento ocorrido ainda outro dia e já agora pateticamente inscrito na categoria do "nunca mais".

Miguel Depes Tallon foi um estudioso do Espírito Santo e é autor de uma inédita História de nosso Estado. Além disso se valia do conhecimento histórico para criar com talento, enredos entrecruzados pela História e pela Literatura. Exemplo disso é o seu "Romanceiro do Rio Pardo" onde confronta a incipiente ordem institucional republicana com o poder originário das estruturas tradicionais baseadas na propriedade da terra ou em

"Memoralia coronelensis" onde trata de tema semelhante mas usando uma técnica em que mistura aos fatos uma dose de realismo fantástico.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo está para publicar alguns registros sobre Miguel. Na contribuição que fiz ressalto um ângulo de sua personalidade que, a par de uma visão generosa do mundo marca bem o significado mais amplo de sua trajetória de cidadão: sua capacidade de aglutinar de reunir pessoas em torno de um objetivo, o que acabou fazendo do Instituto um modelo impar de convergências.

Há uma certa noção de Instituto Histórico como de um agrupamento de anciãos dando conselhos para uma sociedade que, por desprestigia-los, por princípio, também, coloca seus eventuais conselhos no entulho das inocuidades. Não creio que tal atitude encontre respaldo na realidade mas se alguém dissesse tal coisa referindo-se à gestão do Miguel em nosso Instituto Histórico, certamente seria ridicularizado pelo absurdo da opinião já que, em seu tempo, a Casa do Espírito Santo foi transformada num ponto de encontro fundamental. Um encontro reunindo por exemplo, antigos mestres de um tempo anterior a criação da Universidade e jovens doutores e doutoras formados em centros avançados do país e do exterior que conseguiam dialogar. Miguel soube gerir esse diálogo que assume a forma de uma produção intelectual de vastas proporções no tempo em que foi nosso presidente e que se traduz por uma enorme quantidade de livros de edição própria ou em parceria com outras entidades.

Como é notório, as ações no campo da educação e da cultura não têm resposta imediata. Por isso é preciso esperar algum tempo para que a obra do Miguel assuma

a importância que lhe é devida, sua contribuição para que o Estado do Espírito Santo descubra a si mesmo. Estou certo que os capixabas do próximo século se lembrarão do Miguel como um dos artífices da construção de um espaço geográfico com personalidade própria e com uma contribuição a ser dada à nacionalidade e assim, dirimir a dúvida de um personagem de seu romance "Depois de abril" que temia encontrar o deserto depois de Vera Cruz. Miguel fez a sua parte para que ao invés do deserto se construa aqui um lugar decente, não sufocado pelas areias da mediocridade.

Descanse em paz amigo Miguel, cidadão do futuro.

Vitória, ES, 18 de setembro de 1 999.

O Autor é ex-Professor Universitário, escritor e sócio do IHGES.

TENTAÇÃO E VIRTUDE: OS COSTUMES DA TERRA NAS PALAVRAS DOS PRIMEIROS JESUÍTAS

Getulio Marcos Pereira Neves

À minha avó Doralice de Oliveira Neves, cujas "Lendas Capixabas", infelizmente inéditas, referem-se também a padres e índias. No ano do centenário de seu nascimento, e dos vinte anos de sua morte.

I) Delimitação do Tema:

Do primeiro século de colonização portuguesa no Brasil sabe-se, obviamente, por meio de documentos escritos que se conservaram e chegaram até nós. Mas se da organização administrativa implantada pela Coroa sabe-se sobretudo por meio da documentação hoje depositada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, os aspectos históricos, geográficos, etnográficos e mesmo do cotidiano das populações contemporâneas foram resgatados por meio de documentos a que Afrânio Peixoto chamou "nossos clássicos": a Carta de Pero Vaz de Caminha e as de Américo Vespúcio; os registros dos viajantes Staden, Léry, Thevet, Gândavo, Gabriel Soares; os Tratados de Fernão Cardim.

Entre ditos clássicos incluiu Peixoto as Cartas Jesuíticas, relatos dos primeiros homens que, deixando para trás além de posses, família, amores - de ordinário de seu ofício – deixaram também a terra natal para lançar-se em empresa talvez ainda hoje das mais colossais a que se dispôs a civilização ocidental: a expansão de suas fronteiras pelos quatro continentes então conhecidos.

Não se pretende emitir neste texto qualquer conceito de valor acerca da atuação, métodos, resultados do empreendimento da Companhia de Jesus neste canto do mundo. Nem qualquer menção ao fato de sua crescente influência e poder como bem sucedido empreendimento multinacional que por fim, poderosíssimo e ameaçador, teve destino semelhante àquele amargado séculos antes por outra Ordem, esta militar-religiosa, mas não menos lendária que a dos Inacianos, a dos Cavaleiros Pobres do Templo de Salomão. Estas são outras histórias... Pretende-se, isso sim, colocar em relevo o choque cultural havido entre aqueles padres estrangeiros - os que atuavam no terreno, imbuídos do propósito de conquistar o mais gentes possível para a fé religiosa que os movia (pela glória de Deus e da Companhia) - e os habitantes da terra, nativos ou também estrangeiros (que o mais das vezes assim se conservaram estes, sendo como era seu propósito regressar à Metrópole com a sorte melhorada ou a pena por possíveis delitos expiada).

O estudo das Cartas Jesuíticas sob este aspecto revela interessantes passagens de tentativa de imposição de conceitos sociais e religiosos pré-concebidos, dúvidas existenciais e sacrifícios pessoais para colocar em prática regras de conduta pessoal e corporativa que, ao chegarem ao Brasil os primeiros jesuítas, sequer estavam

consolidadas[1], e das quais só se inteiraram oficialmente cinco anos após sua promulgação[2]. Do Espírito Santo partiram também alguns relatos, que a capitania era, no início da ocupação, o que de melhor havia em toda a costa[3] e aqui a Companhia colhia deveras bons frutos de sua atuação ...

II) O Clero Secular e a Companhia de Jesus:

Inobstante terem sido os frades menores de São Francisco os primeiros a chegarem à terra do Brasil, acompanhando a esquadra de Cabral[4], aliás, a única Ordem religiosa a ter estado na terra até a chegada dos jesuítas em 1549[5], a responsabilidade maior pela atividade de conversão do gentio coube sem dúvida aos da Companhia, que granjearam à custa de seu trabalho o epíteto de Evangelizadores do Brasil. Após a fundação da Ordem por Santo Inácio de Loyola, a mesma espalhou-se pela Europa, e particularmente em Portugal, sendo como foi o padre Simão Rodrigues de Azevedo, depois Provincial de Portugal, um dos companheiros do fundador[6].

Cumulados desde o princípio pelos favores reais que à Província portuguesa dispensava o Rei D. João III, os jesuítas trataram de ocupar todos os cantos do império que a nação lusitana então cuidava de formar: do Brasil à Guiné e ao Congo, de Goa à Mongólia e ao Japão, missionários e mártires da Companhia de Jesus por lá trabalharam, viveram e morreram na missão que tomaram para si.

Obedientes ao Papa, a quem se obrigavam obedecer num dos votos que proferiam durante sua admissão, desde o início tiveram diferenças, no Brasil, com os do clero secular, obedientes ao Rei de Portugal pelo direito de padroado de que estavam investidos estes soberanos[7]. Nas cartas e comunicações para o reino faziam menção, vezes sem conta, a maus costumes dos clérigos seculares, acusando-os de incentivarem o apresamento de indígenas, tolerando os maus tratos que contra estes perpetravam os colonos e acusando-os de manterem também escravos para si - principalmente escravas, de quem se amancebavam, vivendo em escândalo público. Pediam urgentemente a presença de um bispo, que cuidasse de restaurar a ordem impondo um pouco de disciplina[8].

SERAFIM LEITE registra já anteriormente a 1549 a presença de alguns padres no Brasil, espalhados pelas capitanias de Pernambuco, São Vicente e Espírito Santo[9]. O Padre Manoel da Nóbrega faz destes primeiros padres juízo bastante ruim, em carta de 1551: "*os clérigos desta terra têm mais ofício de demônios que de clérigos*", porque permitiam aos homens amancebarem-se com suas escravas índias, inclusive permanecendo alguns deles neste mesmo estado de mancebia[10]. Em carta do mesmo ano ao próprio Rei D. João III, refere que "*Os eclesiásticos que achei, que são cinco ou seis, viviam a mesma vida e com mais escandalo e alguns apostatas, e por todos assim viverem não se estranha peccar*"[11]. Ainda em 1559, em carta aos padres e irmãos de Portugal, confessa ter feito pouco aos cristãos da terra, tendo cerrado a estes as portas da confissão por viverem amancebados com suas escravas, encontrando sempre "*outros padres liberaes da absolvição em que vivem da mesma maneira...*"[12]. Em

carta a Tomé de Souza, primeiro Governador Geral, que sempre distinguiu a Companhia com especial favor, ao comentar o martírio do Bispo D. Pero Fernandes Sardinha, recorda àquele que, antes da chegada do referido religioso, clérigos e demais dignidades estavam "*amancebadas, com suas escravas, que para este effeito escolhiam as melhores e de mais preço, que achavam, com achaque que haviam de ter quem os servisse*"; assim, "*logo começaram a fazer filhos...*"; prossegue, sentenciando: "*Melhor nos fora que não viessem cá.*"[13]

Mas as desavenças parece terem se cingido especificamente a questões de liberdade dos índios e de moralidade, não se verificando, por exemplo, na delicada questão da administração dos sacramentos, mister próprio dos párocos: houve recomendações expressas dos Superiores da Companhia no sentido de que, onde houvesse párocos, se abstivessem os jesuítas de administrar, caso dos batismos e casamentos. Exceção a tal recomendação eram as aldeias de índios[14], até porque os do clero secular não se ocupavam de aprender a língua do gentio. É de se notar que as desavenças foram diminuindo por conta do crescente prestígio granjeado pela Companhia, inclusive entre os Governadores Gerais. Mas foram muitas, e sérias, nos primeiros tempos.

III) Os Costumes da População:

Ao chegarem ao Brasil, os primeiros jesuítas quedaram-se escandalizados com os costumes dos da terra. Relataram com assombro o estado de pecado em que viviam os habitantes, amasiados com suas escravas índias, inclusive os que no reino tinham família

constituída. A este costume, já se viu, aderiram inclusive os religiosos, na palavra dos da Companhia. Estes relatos merecem crédito? E os da Companhia, não foram também acusados de viverem em pecado?

Com relação à primeira indagação, o estereótipo construído ao longo dos anos no que concerne aos tempos iniciais de colonização é o de terra sem lei e sem rei, o que, oficialmente, não era verdade. Pela época de que nos ocupamos estava já a ser instituído pela Coroa o Governo-Geral, com sede na Bahia, e os cargos de Provedor Geral da Fazenda e de Ouvidor Mor, posteriormente reunidos num só, que manteve a última denominação. Diminuía-se, assim, o poder de vida e morte dos donatários, que passaram a conhecer na própria colônia autoridade acima da sua.

Mas na prática a situação era mesmo a descrita pelos jesuítas, e a "liberalidade" de que eram acusados por aqueles os clérigos da terra pode-se debitar também à necessidade de conciliar os interesses espirituais com os da Coroa, da qual, afinal de contas, não deixavam de ser funcionários. Sendo a ordem o defender e povoar a terra, não se podia prescindir, por um ou outro motivo, de braços de colonos. LACERDA faz menção a carta do Ouvidor Geral, o Desembargador Pero Borges, datada de 1550, pedindo ao monarca instruções sobre como proceder com relação a reinóis, casados no Reino, aqui amancebados com "*um par ao menos cada de gentias*", levando "*vida pior que os mesmos gentios*". É que na capitania de Porto Seguro houvera o meirinho querelado contra alguns reinóis amasiados com índias, tendo-os o missivista condenado ao degredo em África e comutado a pena para degredo no território da própria capitania. Isto fizera, em desacordo com o texto das Ordenações

mas em conformidade com o Governador, porque "*a dita ordenação não se deve entender em lugares tão alongados donde V. A. está*" e havendo, como havia, tanta necessidade de braços para a defesa, numa época em que os franceses acossavam o litoral e "*em que nenhuma cousa aproveitam os homens presos*"[15].

Esta "flexibilidade" na aplicação da lei, por distância do reino, se se prestou a atender a necessidades administrativas prementes da época, é hoje condenada, debitando-se mesmo a práticas que tais uma série de referências na justificação da formação do que se convencionou chamar "cultura da impunidade". No que importa a este trabalho, e com relação à primeira indagação feita acima, vê-se que há documentos insuspeitos (dos quais se referiu apenas um exemplo), que comprovam a situação relatada nas cartas dos jesuítas.

Quanto à segunda indagação posta, da mesma forma faz-se referência a apenas um relato, insuspeito por sua origem, interna à Companhia: SERAFIM LEITE menciona carta de Nóbrega, de São Vicente, informando que dispôs sobre o serviço doméstico na casa da capitania, visando a cessar comentários maldosos da população acerca da presença de mulheres que ali se ocupavam de tais encargos:

> "*Quando cheguei a esta Capitania, achei umas índias, parte forras e livres, parte escravas, solteiras, e algumas casadas. As quais serviam a casa e traziam lenha e água e faziam mantimentos para os meninos, e ainda que estavam bem separadas da conversação dos Irmãos,*

todavia, por estarem na mesma rua, davam escândalo aos leigos em lhes parecer que estavam muito familiares; mas os da vizinhança, que sabiam e viam a verdade, não se escandalizavam. Eu, todavia, desde que cheguei, ordenei a Confraria do Menino Jesus e lhe entreguei todo o temporal para a sustentação e serviço desta casa. Há dois mordomos e um provedor. Ela tem toda a gente que serve a esta casa, para que fiquemos livres de inconvenientes e somente nos ocupemos no espiritual..."[16]

Esta providência de Nóbrega tornou-se posteriormente obrigatória por determinação do Visitador Padre Inácio de Azevedo, estabelecendo que as mulheres que se ocupassem de trabalhos caseiros para a Companhia fossem governadas por alguém de fora e não podiam morar em casa perto da dos padres[17], o que denota que ninguém, muito menos os da Companhia, estava livre da maledicência.

Tanto que outras providências se tomaram com relação a isso, e, logo se verá, não só para evitar fossem levantadas calúnias contra os padres... Para as aldeias, deixou recomendado o Visitador, Padre Inácio de Azevedo, deviam ir apenas "*os mais provados em virtude*", que lá era mais necessária que as letras. Estar acompanhado de outro, quando era preciso falar com mulheres, e parcimônia em falar com elas. Clausura nos colégios e casas. A partir de 1586, por determinação do Visitador Padre Gouveia, fechar à noite as portas da casa que dão para fora, recolhendo o Superior as chaves, não se servindo de índias para trazerem água nem permitindo

que venham pedir esmolas; se vierem, não vá um só recebê-las. Na visita do Padre Manuel de Lima, proibição de que os da Companhia fossem pescar com índios e suas famílias. Do cubículo do Superior deveria haver uma janela de onde se pudesse ver tudo que se passava na igreja. As visitas a mulheres, só o estritamente necessário. E os que falassem a sós com índias deveriam ser de confiança para estes ministérios[18].

Porque todas essas precauções? A castidade deve ter sido virtude difícil de cultivar naqueles tempos. Os naturais da terra eram de boa feição e bons corpos, no dizer de Caminha. No dizer de Nóbrega, os índios não tinham "*matrimonio verdadeiro, com animo de perseverarem toda a vida*", e assim "*tomam uma mulher e apartam-se quando querem*"[19]. José de Anchieta relatava em carta de Piratininga, de 1554, que na terra "*as mulheres andam nuas e não sabem se negar a ninguem, mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes porque têem por honra dormir com os Cristãos*"[20]. Relatos dando conta da virtude das índias (ou sua falta) nos chegam também de outros padres. Interessante é o relato que faz o Padre Antônio Blasquez, da Bahia, em 1556, de um fato que, "*por ser no Brasil, de muita admiração*", qual seja, uma índia que dispôs-se a não conhecer homem, tanto quanto lhe fosse possível, chegando mesmo a deixar de se lavar e enfeitar, para não parecer atraente, "*cousa muito desacostumada entre as índias desta terra*". E remata o Padre: "*O' vergonha e confusão da gente cristã! Que uma moça brasílica confunde seus atavios e galas, com que desejam parecer bem aos homens e não a Deus, o que não fazia esta...*" Tentou violá-la algumas vezes o seu amo, sem sucesso, que acabou por vendê-la a outro. A

pedido dela, os padres da Companhia reuniram esmolas suficientes para comprá-la e colocaram-na em casa de homem honrado, donde passou a assistir os pobres do hospital e das ruas[21].

IV) A Companhia a "administrar o problema":

Visando a combater o que deviam considerar um total estado de dissolução de costumes, vários foram os pedidos dirigidos pelo Padre Manoel da Nóbrega ao Provincial em Portugal, e mesmo ao Rei. A princípio, em 1549, logo nos primeiros contatos com a terra, que enviassem de Portugal pessoas casadas, porque "*é mal empregada esta terra em degredados, que cá fazem muito mal...*"; também, pessoas que teçam algodão, e roupas, "*para entretanto cobrirmos estes novos convertidos, ao menos uma camisa a cada mulher, pela honestidade da religião Christã, porque vêm todos a esta cidade a missa aos domingos e festas (...) e não parece honesto estarem nuas entre os Christãos na egreja, e quando as ensinamos*"[22].

Com o passar do tempo, passou a pedir o envio de órfãs e mulheres brancas, "*ainda que sejam erradas, porque tambem aqui há varias sortes de homens*"[23], isto em 1550; em 1551, para as outras capitanias, "*mande Vossa Alteza mulheres orphãs, porque todas casarão*", acrescentando, "*nesta* (Pernambuco) *não são necessarias por agora, por haverem muitas filhas de homens brancos e de Indias da terra...*"[24]; em 1552, novamente ao Rei, "*mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura dellas e*

quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem a terra, e elas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-ão do peccado"[25].

V) Resistir à Tentação...

Na Capitania do Espírito Santo não era diferente o estado de coisas. Destacada, como já se viu, nos registros contemporâneos, por suas riquezas naturais, ainda próspera (em 1551 o Padre Affonso Braz registra serem muitos os escravos, ele que estivera antes em Porto Seguro e Ilhéus, o que denota um nível de atividade econômica no mínimo semelhante ao daquelas regiões), mesmo assim por esta época o atraso e a desassistência religiosa à população grassavam por aqui.

Ao chegar a São Vicente, o Padre Leonardo Nunes escreve em 1550 narrando, entre outros acontecidos, de sua passagem pelo Espírito Santo. Diz que, à sua chegada, a terra não tinha hospital, e que a maior parte dos habitantes encontravam-se amasiados com as índias. Ficando por aqui um mês, pregou nove ou dez sermões, coisa que nunca se tinha ouvido por cá, e ouviu umas quarenta confissões. Obteve à partida a promessa do Vigário de que continuaria a ensinar à população[26]. Entretanto a Vila veio a ser palco de funesta epidemia em fins de 1558, que causou grande mortandade[27], e em 1562, faltando já Vigário, o Padre Braz Lourenço, então Superior do Colégio, ministrava à população todos os sacramentos[28]...

Foi desta Capitania que se relataram os casos mais graves de incômodo de um padre no exercício de sua função sacerdotal, naqueles primeiros tempos. SERAFIM LEITE relata que não só as Indias, mas as outras mulheres também "tentavam os Padres", e algumas vezes, ao pretexto de estarem doentes, requisitavam-nos para a confissão. Registrou fato assim, aqui ocorrido, com um padre chamado Pedro, que pode ser o Padre Pedro da Costa, a esta época aqui residente, que se teria livrado da situação "com um bom ardil" [29].

Afinal como reagiam os da Companhia a estas provações? É de se louvar a coragem do relato do Padre Antônio da Rocha, então Superior do Colégio na Vila de Vitória, que fizera os votos de Coadjutor espiritual cá mesmo, em janeiro de 1568, contando nesta data dez anos de Companhia, mandado há dois de Portugal, onde nascera, no têrmo do Porto, trinta anos antes[30]. Em carta de junho de 1569, diz que se não der conta inteiramente de suas obrigações, atribui o fato às suas limitações e limitada capacidade (de conhecimento) da terra

> "*...que sou um pobre e idiota sacerdote, que vim com o Padre Inácio, mais por vergonha que por vontade(...). A qual repugnância sentia, à uma, por nem ainda ter ouvido casos de consciência, à outra, e principal, por ter ouvido que a gente desta terra andava nua, por minha má inclinação contra a castidade, por nela ser fraco, em terra onde o vício da carne anda embuçado, quanto mais onde anda desavergonhado como nesta terra. Ó Padre da minha alma! Que combates lhe*

parece sentirá um seu filho, que por fugir a este vício entrou na Companhia, que muitas vezes de dia e de noite se acha em público e em secreto, assim na vila como entre matos e lugares muito longe do povoado e às vezes com encontros na portaria (...) se acha com mulheres de muito bom parecer e nuas e limpas, para serem desejadas, e se prezam de os homens lhes falarem; imo, elas comumente os buscam sem nenhuma vergonha e disto se gabam sem ter nenhum segredo! (...) Porque mais facilmente sofre um uma repreensão que duas ou muitas e uma tentação que mil, porque se todos temos nesta parte um sentir, mil sente um ao dia nesta terra, e a experiência que eu tenho coligido, é que alguns cumpriram sua tentação, uma vez, por sempre não viverem tentados, ainda que buscaram mau remédio."[31]

O final do relato justifica plenamente as providências referidas anteriormente, que, como se frisou, não se ficaram à conta somente de evitar a maledicência contra os da Companhia. Visavam também a restringir, o máximo possível, e por via das dúvidas, as ocasiões em que pudesse um achar-se em tentação.

Em junho de 1571 o Padre Antônio da Rocha, ainda Superior do Colégio na Vila da Vitória, escrevia outra carta, onde, entre notícias da terra, aproveitava para tocar mais uma vez no assunto que o afligia:

"...E quando em Portugal me disseram que viesse para o Brasil, com ter entendido que as mulheres cá andam nuas, logo propus ao padre Provincial Leão Henriques a minha fraqueza e má inclinação contra a castidade, e ele disse que confiasse em Deus (...) e vai em cinco anos que me encarregou que tivesse cargo desta casa...

Eu ao menos confesso a V.P.[32] *que não sei se passou uma hora desde que estou na Província sem sentir estímulos gravíssimos, porque às vezes os tinha em Portugal, onde as mulheres andam ao menos embuçadas, mas aqui desfaçadas e buscam aos homens, e muitas delas têm melhor parecer que as brancas espanholas. Por onde, os que cá residimos temos maior necessidade de ajudas espirituais que em Espanha, porque sempre as temos ao menos duas vezes ao dia diante dos olhos.*

E a causa porque fui tão longe em tão suja matéria é porque dormindo ou velando e fazendo seja o que for sempre me encontro nela, e ela é a que milita nesta terra, contra a qual peço, pelas chagas de Nosso Senhor, ajuda a V.P. e a todos os Irmãos da Companhia..."[33]

VI) Conclusão:

Ao contrário de outros, a que faz menção na última carta, que largaram a Companhia tentando mudar

"*o estado e a religião*", o Padre Antônio da Rocha perseverou, e posteriormente foi Superior em Ilhéus. Faleceu em Porto Seguro, por ocasião de uma grave epidemia, em agosto de 1593, aos cinquenta e cinco anos.[34] Se resistiu ou não às tentações que o assaltavam não se pode saber.

No entanto o seu corajoso relato, em que sem pudor abre o coração aos seus superiores pedindo conselho e ajuda, dá-nos hoje idéia dramática das reações ao tremendo choque de culturas que então se começava a verificar nas terras do Brasil. Se por um lado as dificuldades de se lidar com os costumes àquela altura praticados pela população, seja de brancos,
seja de negros e índios, o início da decantada miscigenação racial, o esforço na tentativa de impor as práticas da civilização cristã, tudo isso, ocupavam a Companhia de Jesus como corporação, por outro lado dificuldades diversas (e pessoais) afligiam também ao sacerdote no terreno, ao homem para quem tudo era novo e para quem as provações porque deveria passar eram em tudo maiores e mais profundas que as dos companheiros que ficaram na Europa.

O propósito de se resgatar o relato pessoal do Padre Antônio da Rocha prende-se a que, de fato, procede ele a verdadeira síntese da situação exposta ao longo do presente texto, com a qual era obrigado a interagir diuturnamente. Em última análise, sua reação a ela, colocando em relevo este assombroso choque de culturas – e numa dimensão transcendente, o assombro de cada homem diante deste choque - é, na verdade, com que vem o país tentando lidar ainda hoje, mais de quatrocentos anos passados. Mas também, nas palavras do padre, o elogio mais do que sincero, porque

desesperado, das primeiras mulheres capixabas, cujos encantos, já naqueles tempos, devem ter servido para fortalecer ainda mais a fé que sentia em si mesmo.

Praia da Costa, agosto de 2000

O autor é Magistrado e sócio efetivo do IHGES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, José de, SJ – Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões – Cartas Jesuíticas, vol. III, ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1988.

HOONAERT, Eduardo e Outros- História da Igreja no Brasil – Primeira Época – Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.

LABORIE, Jean-Claude- La Mission Jésuite de Brésil – Lettres e autres documents (1549-1570) Editions Chandeigne, Paris, 1998

LACERDA, Arthur Virmond – As Ouvidorias do Brasil Colônia, ed. Juruá, Curitiba, 2000.

LEITE, Serafim, SJ – História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1938.

Aspectos do Brasil em 1571 numa Carta Inédita do Pe. Antônio da Rocha, Superior do Espírito Santo, separata do vol. V das Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, Lisboa, 1961.

NAVARRO, Azpilcueta, SJ, e Outros – Cartas Avulsas – Cartas Jesuíticas, vol II, ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1988.

NÓBREGA, Manoel da, SJ – Cartas do Brasil – Cartas Jesuíticas, vol. I, ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1988.

RODRIGUES, Francisco, SJ – História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal, vol. I, ed. Apostolado da Imprensa, Porto, 1931

ROWER, Frei Basílio, OFM – A Ordem Franciscana no Brasil – ed. Vozes, Petrópolis, 1947

Páginas de História Franciscana no Brasil, ed. Vozes, Petrópolis, 1957

NOTAS

[1] A redação das Constituições da Companhia de Jesus foi encerrada por Santo Inácio de Loyola em 1550, e aprovada pela Congregação em fins de 1551 (Francisco Rodrigues, SJ, História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal, vol. I, tomo I, págs. 129/130).

[2] As Constituições chegaram ao Brasil, enviadas de Portugal, em 1556 (Serafim Leite, SJ, História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 416). Antes disso, regiam-se os da Companhia por fórmulas vindas de Roma, as mesmas que se aplicavam nos Colégios portugueses (idem).

[3] Afonso Braz, SJ, em carta do Espírito Santo, 1551 (Cartas Jesuíticas II, pág. 114); Antônio Pires, SJ, em carta de Pernambuco, em 1551 (idem, pág. 107).

[4] Com a esquadra vieram oito frades franciscanos, cujo superior era Frei Henrique Soares, de Coimbra. Por franciscanos entenda-se aqui os primeiros da Ordem fundada por São Francisco de Assis, hoje repartida em três famílias.

[5] Há registros de dois frades em Porto Seguro, de 1503 a 1505, entretanto martirizados pelos índios. Em 1532 vieram com Martim Afonso de Souza para São Vicente mais dois frades da Ordem. Ao chegar Nóbrega em 1549 à Bahia, dá conta de dois frades franciscanos que já se tinham ocupado de missionar os carijó da região (conforme Frei Basílio Rower, O.F.M., A Ordem Franciscana no Brasil, págs. 27/40; idem, Páginas de História Franciscana no Brasil, págs. 19/20).

[6] Francisco Rodrigues, SJ, op. Cit., pág. 34)

[7] O direito de padroado, que tem origem na Idade Média e se fundamenta no

exercício do título de grão-mestre das ordens religiosas fundadas em Portugal, a de Santiago da Espada, a de São Bento (depois de Aviz) e a Ordem de Cristo, faz na prática do Rei de Portugal o governante da Igreja no reino e nos domínios ultramarinos, tendo o direito de prover cargos e arrecadar/administrar dízimos.

[8] O Provincial Simão Rodrigues toma o pedido em consideração e intervém junto a D. João III, que solicita ao Papa em 1550 e obtém em 1551 o desmembramento do Brasil do Funchal, erigindo a diocese com Sé em Salvador, pela Bula *Super specula militantis Ecclesiae.*

[9] História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 509.

[10] Serafim Leite, idem, ibidem.

[11] Cartas Jesuíticas I – Cartas do Brasil – Manoel de Nóbrega, pág. 123.

[12] Op. Cit., pág. 190.

[13] Op. Cit., pág. 194.

[14] Serafim Leite, SJ, op. Cit., págs. 511/512; acrescenta terem sido as aldeias "o grande escolho que tiveram de defrontar os Padres do Brasil" (idem, pág. 407), pelas condições de provação por que tiveram de passar.

[15] As Ouvidorias do Brasil Colônia, pág. 19.

[16] Serafim Leite, SJ, op. Cit., págs. 408/409.

[17] idem

[18] Serafim Leite, SJ, op. Cit., pág. 407/408.

[19] Cartas Jesuíticas I – Cartas do Brasil – Manoel de Nóbrega, pág. 148.

[20] Cartas Jesuíticas III –Informações... pág. 78.

[21] Cartas Jesuíticas II – Cartas Avulsas, págs. 216/217.

[22] Cartas Jesuíticas I, cartas do Brasil – Manoel da Nóbrega, pág. 85

[23] Cartas Jesuíticas I, pág. 109.

[24] Cartas Jesuíticas I, pág. 126.

[25] Cartas Jesuíticas I, pág. 133.

[26] Cartas Jesuíticas II – Cartas Avulsas, págs. 84/85.

[27] Cartas Jesuíticas II, pág. 236.

[28] Cartas Jesuíticas II, pág. 364.

[29] História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, pág. 411.

[30] Catálogo da Província do Brasil, Bahia, 1568, *in* La Mission Jésuite du Brésil -Lettres e autres documents (1549-1570).

[31] *In* História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, págs. 405/406.

[32] Vossa Paternidade

[33] Aspectos do Brasil em 1571 numa Carta Inédita do Padre Antônio da Rocha, Superior do Espírito Santo, págs. 4/6.

[34] História da Companhia de Jesus no Brasil, tomo II, nota às págs. 406/407.

COISAS DA VIDA
A PRESENÇA DE MIGUEL

Xerxes Gusmão Neto

Outro dia um amigo me disse que já faz um ano que o Miguel Tallon mudou de endereço espiritual. Não imaginava tanto tempo. De tal forma a imagem espaçosa está presente. Tão forte é a lembrança de seu jeito, de seus costumes, de suas coisas. Fica inevitável uma reflexão sobre a grandeza e (ao mesmo tempo) pequenez de nossa passagem pela terra.

Primeiramente, não mandamos em nosso destino, não conseguimos controlar a hora da partida. Depois, por mais que acreditemos no livre arbítrio, na independência individual, sempre devemos esperar surpresas, muitas surpresas nesse caminho. Fatos que chegam sem a nossa prévia escolha, interferências que não selecionamos, acasos e coincidências.

Mesmo com toda essa incerteza do viver (e quando partir), há maravilhas em nossa jornada. Me lembro tanto dos almoços das quartas-feiras comandados pelo Miguel, uma inevitável vocação de liderança.

Queria sempre a presença dos mesmos amigos e colegas do Instituto Histórico e Geográfico: Ivan Borgo, João Bonino, Renato Pacheco, Léa Brígida, Berredo de Menezes, muitos outros. Mas sempre convidava outras pessoas, tinha prazer na mesa grande, na mesa cheia.

E tínhamos todos especial alegria quando aparecia o poeta Carlos Nejar, outra alma feita de bonomia e generosidade, distribuindo a sabedoria simples dos sábios, mostrando a humildade dos que estão em sintonia com o evangelho.

Miguel era um homem dos livros. Professor de livros, advogado de profissão, seu cotidiano era entre as livrarias, o escritório, a Universidade, as conversas sobre Literatura, as discussões acadêmicas, as teses sobre a intertextualidade, seus poemas, suas crônicas, seus contos, seus escritos.

Não era, em outra via, aquela pessoa que só pensava e falava sobre o tema principal de sua existência. Ao contrário, gostava de parolar sobre política, sobre futebol, sobre viagens, boa comida, cerveja e vinhos.

Topava qualquer conversa na mesa, tinha bom humor, deixava todo mundo falar e não perdia a sua vez de defender suas opiniões, muitas vezes controvertidas.

Gostava de dar livros. Se apreciava uma edição, comprava mais exemplares e presenteava seus amigos. Na última vez em que estive com ele, por exemplo, num encontro marcado na Livraria Logos, correu em casa para buscar as novas edições do Instituto, repetindo o que sempre fazia comigo e com os outros.

Essa era uma saudável prática, comum aos amantes da boa leitura, que querem compartilhar com os outros o que lêem de bom e interessante.

Saímos dali para um almoço no Ferrinho, aqueles espetáculos de culinária apresentados pelo Ovídio na mesa da cozinha. Miguel estava magrinho, em função de uma dieta após problemas cardíacos.

A dieta continuava e ele optou por um filé magro com salada verde. Mas, isso não diminuiu seu entusiasmo, não limitou seu prazer de conversar. Tampouco se incomodou com o exagero de temperos e gorduras que enfrentamos.

Tomou seu refrigerante diet, mas não criticou nossa cachacinha da fazenda nem nossa cerveja gelada. Tudo

como faz um bom companheiro. E ele sempre soube ser isso, um bom companheiro.

Fizemos planos para uma excursão de saudade a Cachoeiro de Itapemirim, sua terra querida, cenário de sua ficção. Ninguém imaginava a despedida, muito ao contrário planejávamos a volta aos tempos dos almoços semanais. Prometia a mim mesmo ajudá-lo um pouco no seu trabalho no Instituto. Falávamos de futuro.

Ele viajou e nos deixou nesta estação de trem. Não a estação vazia do velho faroeste, nem a estação da lágrima da despedida de pais e filhos na cidade pequena, nem a estação cinematográfica da partida dos soldados para uma inútil guerra, talvez sem retorno.

Ele nos deixou numa animada estação metropolitana, onde todos continuam suas missões, suas tarefas, suas desventuras. Onde devemos continuar juntando os amigos para animados encontros. Onde precisamos seguir com a luminosa tarefa de divulgar os bons livros. Onde talvez ainda seja possível imaginar um mundo mais justo, uma civilização menos bárbara. Onde possamos manter a natureza com suas riquezas para nosso próprio desfrute.

O trem da eternidade levou o Miguel, levará a todos nós um dia. O importante é saber ficar, saber continuar, saber sonhar.

Transcrição de "A Tribuna" 14/10/2000

O autor é jornalista e sócio efetivo do IHGES

"O MACACO LOUCO"

(Apreciação ao livro de Renato Pacheco, em palestra no IHGES)

"La personne de l'auteur masque l'oeuvre plus qu'elle n'aide à la degager"

Peguy

Aylton Rocha Bermudes

Partindo de Renato Pacheco, este livro – O MACACO LOUCO – que traz como subtítulo "Novum Moriae Encomium" – à primeira vista surpreende, causa impacto. Não é ele o homem sereno, de aparência tranqüila, ilimitadamente afável, plantado nas certezas (?) que norteiam as pessoas bem estruturadas na vida? No panorama cultural de Vitória, e pode-se alargar a todo o Espírito Santo, Renato Pacheco tem sido uma espécie de oráculo, uma porta a que se bate confiadamente, para ouvir-lhe os pontos de vista sensatos, a enorme e luzidia gama de conhecimentos, exímio escafandrista de nosso tantas vezes descurado passado histórico e orientador para as brumas e perplexidades do presente.

Ao longo de sete décadas tão frutuosas, que ele ostenta saudáveis, bem humorado, sempre modesto, nunca se impôs como luzeiro ou mentor, mas é reconhecido, sem o pretender, como ponto de referência, certamente sem buscar a oportunidade de aparecer ou de impingir as "suas verdades". Nas reuniões da Academia Espírito-santense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nas palestras, nas aulas, nas entrevistas para a mídia, sua voz, sua opinião fundamentada e ponderada é quase sempre aplaudida e esclarecedora. Coerente e firme, não expõe ou afirma, entretanto, com arrogância ou empáfia.

Temo-lo visto, lido e admirado ao longo destas últimas quatro décadas. Historiador, folclorista, sociólogo, sólido humanista, é no romance que se tem espargido o seu talento. "**Fuga de Canaã**, **Reino Não Conquistado**, **A Oferta e o Altar**, **Vilão Farto**, **Pedra Menina**, **O Centauro Enlouquecido**" e um sem-número de estudos, ensaios, artigos de jornal e revistas, apreciações e prefácios de livros de autores capixabas atestam a sua inexcedível e luminosa produção intelectual. O seu grito, melhor, a sua voz (porque Renato não é homem de gritar) ecoaria em tons alacres e nítidos, ressoaria em muitas plagas outras.

Desde os seus vinte e poucos anos, o seu valor intelectual, a pujança e acuidade da sua mente se impuseram em nosso ambiente, naturalmente, reconhecidos e aplaudidos com simpatia e carinho.

O ritmo de atividades, as condições e as limitações de nosso meio não lhe permitiram, talvez, uma formação acadêmica sistemática, compelindo-o a enveredar pelos caminhos cheios de surpresa, mas não desprovidos de encanto, da autodidaxia, caminhos fecundos trilhados por grande parte dos talentos da humanidade. É que para essa classe privilegiada basta um impulso inicial para que atinja os páramos etéreos das concepções e dos sistemas que aperfeiçoam a existência humana.

O vigor intelectual de Renato Pacheco, a inesgotável curiosidade de sua mente, a sua admirável capacidade de investigar levaram-no a outros campos insuspeitados, talvez, pondo-o naquele estado de espírito dos primeiros descobridores que, fascinados pelo espetáculo imprevisto e maravilhoso das plagas e terras descobertas, exclamavam atônitos: "Graças vos dou,

senhor Deus, porque permitistes a meus olhos contemplar tamanha beleza! "

Só que o longo e estonteante périplo de Renato Pacheco pelos infindáveis gerais das elucubrações, dos sistemas e das investigações dos sábios, dos filósofos e dos polígrafos nos mostra um singular fascínio urdido de admiração, de incerteza e mesmo de angústia. O autor condensou o extraordinário acervo de suas intermináveis e meditadas leituras, mais, de suas reflexões, num volume de apenas cem páginas, com o título instigante e seu tanto satírico: "**O Macaco Louco**", ligando-o de alguma forma ao famoso **O Elogio da Loucura** de Erasmo de Rotterdam. Nascido em 1469 e morto em 1536, Erasmo viveu num período de agudíssima intolerância religiosa. Grande humanista, esse holandês escreveu num latim admirável e seu espírito enciclopédico vazou numa sátira temperada com uma nota de humor sua reprovação aos costumes da época, sua repulsa a toda espécie de fanatismo e tentou definir um humanismo cristão desligado de polêmica religiosa.

Renato Pacheco percorre a trajetória de uma corrente cultural da humanidade, surpreendendo o surgimento de organismos unicelulares dotados de moléculas auto-replicadoras, o DNA, ao longo de milhões de anos. Situa, há cinco milhões de anos, o surgimento do macaco louco, quando inicia sua saga de transformações e avanços, culminando invariavelmente na morte que, no dizer do filósofo Kant, por ele citado, é a um só tempo, "majestosa e ridícula".

Surge, então, nessa misteriosa corrida evolucionista, o macaco louco e, diante de "suas ignóbeis peripécias" enfatizadas por escritores de gênio, indaga o autor: - "Afinal, que bicho é este?" Está naturalmente

montado o cenário em que se desenvolve, com habilidade de mestre, a tese do ensaio que arrasta e empolga a nossa curiosidade: - "... se o homem abandona a natureza (o que é contestado por muitos) com a criação da cultura, tornou-se um ser a-natural, em outros termos para fins práticos, o macaco louco." (pg.10)

Apesar de descendentes de um tronco comum, impelidos pela ambição, são vorazes e excêntricos e despendem as energias físicas e intelectuais em preparar e fazer a guerra, "a maior das loucuras" (pg.61) ou, como diz Einstein, na preciosa obra "Como Vejo o Mundo", "a guerra é a coisa mais desprezível que existe." Daí a triste conclusão em que talvez haja mais realidade do que pessimismo de Oliver Saks, citado garbosamente pelo nosso laureado autor: "Nenhum animal se comporta tão mal como nós." (pg.20).

Os macacos loucos concentraram riquezas, criaram a "força do capital, uma notória loucura", multiplicando os párias de todas as sociedades, sobretudo nos países emergentes, numa injusta e clamorosa distribuição de rendas.

Os clássicos três poderes de Montesquieu, executivo, legislativo e judiciário – "risíveis poderes"- se mancomunaram e surgem como o do governo, do plutocrata e do chefe religioso (pg.45).

O sentimento religioso, originário do medo geral, do temor do desconhecido, ao invés de humanizar o macaco louco, tornando-o ameno, compassivo e companheiro, armou-o de um conjunto de rituais e crenças infundadas para mais facilmente dominar a ignara turba multa de seus semelhantes.

A religiosidade, porém, tão arraigada em todas as comunidades humanas, sob formas as mais diversas e

até estranhas, há de responder a uma íntima necessidade do homem, embora a razão cultivada, uma porção considerável de pensadores identifique um conflito inarredável entre a ciência e fé, as exigências da razão e a atitude submissa da crença.

"Os analistas da crença, filósofos ou psicanalistas, anota o nosso autor citando Rossett, chocam-se, desde sempre, com seu caráter irredutível, irrefutável. A crença resiste aos esforços da psicanálise e da filosofia para compreendê-la." (pg. 54)

Os evolucionistas mais convictos, porém, esbarram na misteriosa dificuldade, senão empecilho de explicar o surgimento da razão, essa luz e força imaterial, responsável pelas maravilhas da arte e pelos assombros da ciência. Os criacionistas excluem a hipótese de ela ter surgido por um concurso de causas fortuitas, saltando num passe de mágica, o fosso até hoje intransponível que separa a matéria, o irracional da prodigiosa luz da razão.

Espíritos de escol, cérebros poderosíssimos se deslumbram diante do misterioso espetáculo do cosmos em surpreendente gestação inconcebível para a mente mais poderosa.

Jean Guitton, que a tradição filosófica européia considera o último grande pensador cristão do nosso século, produziu com Igor e Guichka Bogdanov, doutores em Astrofísica e em Física Teórica da Escola Prática de Altos Estudos de Paris, em 1991, um livro singularíssimo, profundo e denso sob a forma de diálogo, discutindo as novas relações do Espírito com a Matéria. "Dieu et la science – vers le Métaréalisme", Edit Bernard Grasset, Paris, 1991. Denominam sua teoria de metarealismo, uma nova visão do mundo que lhe parece dever impor-se sem demora aos homens do século XXI.

Pena que uma obra de tanto valor e que versa matéria de tão grande interesse, lançada na França pela prestigiosa editora Bernard Grasset, não tenha sido traduzida no Brasil. No início do livro magnífico escreve o sábio filósofo Jean Guitton: "Ao longo de toda a minha vida, meu pensamento se ocupou sempre com um problema que a todos se apresenta: o sentido da vida e da morte. E para iluminar o seu caminho nas trevas, para adaptar-se à morte, esse animal tão bem adaptado à vida só tem duas luzes: uma se chama a religião, a outra se denomina ciência. O que desejo demonstrar, com o apoio científico dos irmãos Bogdanov, é que neste fim de milênio os novos progressos das ciências permitem entrever uma aliança possível, uma convergência ainda obscura entre os saberes físicos e o conhecimento teológico, entre a ciência e o mistério supremo." (Pgs. 29/30).

Impossível, pelo objetivo e naturais limitações desta apreciação, (na qual, se louvamos e admiramos a rica "experiência cultural" de Renato Pacheco) , estender-nos sobre o pensamento de Guitton e de seus talentosos parceiros, mas acreditamos ser nosso dever ao menos acenar e referir, mesmo de passagem, a outra concepção que enfatiza a vertente espiritual.

Alguns de seus pensamentos: "Com efeito, os físicos não têm a menor idéia do que poderia explicar o aparecimento do universo."(Pg. 48) "O oceano de energia ilimitada é o Criador." (Pg.52) "O universo é um vasto pensamento." (Pg.68) "E uma vez que o cosmos remete à imagem de uma ordem, essa ordem nos conduz, por sua vez, à existência de uma causa e de um fim que lhes são anteriores." (Pg. 195) "Faz meio século que morreu Henri Bergson. Obsedado, como todos os filósofos pela

última indagação, ele murmurara essa coisa estranha: "O universo é uma máquina de fazer deuses." Foi seu último suspiro filosófico." (Pg. 196)

Não deveríamos acusar-nos de egoísmo cultural, se não proporcionássemos a quem nos dá a honra de ouvir e, possivelmente, de ler, a oportunidade de deliciar-se com duas páginas grandiosas em que Jean Guitton descerra o cenário inédito e majestoso da formação do planeta:

> *" Sobre a terra das primeiras idades, o sol brilha há um bilhão de anos. A perder de vista, só se distinguem imensos desertos de lava em fusão que vomitam continuamente colunas de vapores e de gás com vários quilômetros de altura. Pouco a pouco essas nuvens escuras se acumulam para formar a primeira atmosfera da Terra. Gás carbônico, amoníaco, óxido de carbono, azoto e hidrogênio: essa mistura opaca, mortal obstruem então o horizonte ainda vazio.*
>
> *Passam milhões de anos. Lentamente, o calor começa a diminuir. A lava forma agora uma pasta ainda morna, mas sobre a qual já se poderia andar. Acaba de nascer o primeiro continente.*
>
> *É então que um acontecimento mais importante vai romper a monotonia dessa idade recuada: as imensas nuvens que giram pelo céu se condensam e a primeira chuva do mundo começa a cair. Ela vai durar séculos. A água invade quase todo o planeta, precipitando-se nas depressões, até formar o oceano primitivo. Durante centenas de milhares de anos, vagas gigantes vêm chocar-se contra a rocha negra.*
>
> *A Terra, o céu e as águas estão ainda vazias.*

Entretanto, as moléculas primitivas são constantemente revolvidas pelas tempestades monstruosas que se desencadeiam incessantemente rompidas pela formidável irradiação ultravioleta do sol. É nessa fase que surge o que, retrospectivamente, parece um milagre: no âmago desse caos, moléculas se juntam, se combinam para formar progressivamente estruturas estáveis, reflexo de uma ordem. Uma vintena de aminoácidos existem agora nos oceanos: são os primeiros elementos da matéria viva.

Hoje, encontramos em cada um de nós os remotos descendentes desses primeiros habitantes da Terra.

Assim, depois de longuíssima e misteriosa ascensão para a complexidade, a primeiríssima célula viva emerge finalmente: a história da consciência vai poder começar.

Mas quão perturbadora continua essa indagação feita um dia por um físico: "Como um fluxo de energia que se desprende sem meta pode propagar a vida e a consciência no mundo?" (Traduzido por Aylton Rocha Bermudes do livro "Dieu et la Science.", de Jean Guitton, pgs. 57/58).

A agudíssima sensibilidade do imenso poeta Charles Péguy se extasia diante da luminosidade ofuscante, quase concreta da fé:

"La foi, dit Dieu,
la foi ça ne m'étonne pas.
Ça n'est pas étonnant.
J'eclate tellement dans ma création,
Dans le soleil et dans la lune

et dans les étoiles
Dans toutes mes créatures
Dans la lumière et dans les ténèbres
Et dans le coeur de l'homme,
qui est ce qu'il y a de plus profond dans le monde
Créé
Si profond qu'il est impénétrable à tout regard.
Excepté à mon regard."

(Anthologie de la poésie française du XX^{e} siècle)

Tradução:

"A fé, disse Deus,
a fé não me espanta.
Isso não é espantoso.
De tal modo eu brilho na minha criação.
No sol, na lua e nas estrelas.
Em todas as minhas criaturas
na luz e nas trevas
e no coração do homem,
que é o que há de mais profundo no mundo
criado
tão profundo que ele é impenetrável a todo
olhar
exceto a meu olhar."

Toda religião visa a aproximar (**religio** vem de religare) o ser humano de Deus, a criatura do Criador, e prega a compreensão, a harmonia, a paz. "Amai-vos uns aos outros" é o mandamento sublime. Na prática, porém, o que se vê, dia a dia, para escândalo das pessoas racionais, é a luta entre irmãos, é a guerra, é a guerra, a coisa mais desprezível, mais irracional que existe na candente palavra de Einstein, causada pela ambição, pela

procura do poder, pelo fanatismo, como esse vergonhoso e deplorável espetáculo da intérmina luta entre palestinos e israelenses, encharcando de sangue as terras calcinadas onde ainda se vislumbram as pegadas de Jesus e em cujos montes ecoam as suas palavras de amor e paz.

Mais do que uma triste ironia e incongruência é uma cruel negação e um repúdio cruento da mensagem evangélica.

Entrementes, bem ali, ao lado, os macacos loucos se enriquecem, exibem uma opulência afrontosa com a riqueza do óleo negro que jorra superabundante daqueles areais que viram os patriarcas bíblicos. "O labor do cientista, impelido pela força do capital, não é mais a busca desinteressada da ciência, para proveito da humanidade, mas um pacto do diabo com o macaco louco para conseguir poder e mais poder, cevado "na fraude, na corrupção e na violência que fazem do dirigente político um êmulo dos assaltantes de rua."(Pg.50).

O quadro assim desenhado, quadro autêntico, em que pompeia o macaco louco, o macaco-homem, terá sido traçado com linhas e cores de pessimismo, ironia, sátira e mordacidade. Impõe-se a indagação: "Que é o homem? Há conserto para o macaco louco?" E a afirmação: "O certo é que dentro da escala cósmica nada valemos."

Quem pinta o quadro, quem carrega em suas tintas, quem o impregna de um ceticismo desencantado, de tons satíricos, amargos e, às vezes, até humorísticos, é um autor, um homem, Renato Pacheco, de vida bem estruturada, um vitorioso na escala social, larga e justamente admirado e benquisto, magistrado, professor e intelectual de alto mérito.

Mas sua cultura, sua generosidade, sua visão

do mundo, a análise das estruturas sociais, os desacertos, os desmandos, a ambição, o egoísmo dos que deviam administrar bem e não administram, porque não querem e só promovem o que lhes interessa de perto, suscitaram no cidadão, no intelectual, no humanista, no escritor, no poeta Renato Pacheco o propósito – bendito e louvável propósito – de registrar a sua visão do mundo atual, onde tripudia o macaco louco, engolfado em riquezas, em opulência, sexo e vaidade. Ele declara, não sei com quanta verdade, "que não tem estofo para descobrir o sentido da vida." (Prefácio) Sugere três possíveis saídas para a cura do macaco louco: a) lazer e humor; b) música; e c) a negação da lógica.

Provavelmente, com o hábito de andar ereto, já agora um mamífero-bípede, viu seu cérebro crescer, donde surgiu a cultura e com ela o amor ao poder, à cobiça, à avareza, à vaidade, formas fundamentais de loucura.

Contraditoriamente, numa fase anterior, socorre-se da perene sabedoria do Oriente e pinça na Índia esta lição: "O sábio contenta-se com a ciência e com o conhecimento da Humanidade Divina... É afável para com todos, com igual amor e fraternidade a todos trata, sejam amigos ou inimigos, parentes ou não, compatriotas ou estrangeiros, santos ou pecadores, bons ou maus."(Pg. 78) Mas o macaco louco, arrastado pelo apelo diabólico esquece as regras da convivência pacífica e se lança à destruição das montanhas, das florestas e dos rios e infecta a terra, o mar e os cursos d'água com substâncias tóxicas, ignorando que está destruindo a si mesmo.

O espetáculo do mundo que, diariamente, choca e horripila a nossa sensibilidade com a pobreza, a indigência, a miséria que vergastam dois bilhões de habitantes dos seis que superpovoam o planeta, não é propício a deixar tranqüilas e fazer felizes as consciências retas. Mesmo que não se queira regozijar com o Candide de Voltaire, que ridiculariza o otimismo de Leibnitz, há de se compreender e aplaudir, por vezes, a fisionomia carrancuda e meio fúnebre dos que contestam a evidente falsidade da insana proposição de que "Tudo está da melhor maneira no melhor dos mundos."

A.Farges e D.Barbedette, autores renomados, assim resumem em seu "Cours de Philosophie Scholastique – Tome second"- a questão do torpe desequilíbrio e da injustiça social, que levam ao pessimismo, que, se é uma forma de ironia e cautela, é, às vezes, também de protesto satírico:

"Os pessimistas, desde Lucrécio e Marco Aurélio, além dos neo-budistas, Leopardi, Goethe, Schopenhauer e Hartmann, sustentam que o mundo é o fruto da evolução de uma vontade cega e perversa, que põe todas as coisas em movimento, mas sem nenhuma ordem. De acordo com esses pessimistas, esta vida repleta de sofrimentos não vale a pena ser vivida e o homem só pode encontrar a felicidade mergulhando no nirvana, isto é, no nada absoluto, termo da evolução universal.

"Contra essa concepção, a filosofia escolástica ou tomista afirma a Providência Divina que ordena e governa as criaturas, respeitando, embora, a liberdade humana. Existem as leis que regem o movimento dos astros, que presidem a evolução dos animais, a organização da sociedade. No mundo todo, apesar de muitos retrocessos, evidencia-se um progresso lento mas

seguro; o mundo elevou-se do caos à ordem, à vida vegetativa e sensitiva, enfim, à vida racional: há também progresso nas artes, na indústria e nas ciências ou, como se diz, na civilização; progresso, enfim, na ordem moral e religiosa.

"Deve-se atribuir essa ordem constante e progressiva a uma vontade superior aos indivíduos: sem isso, haveria no efeito alguma coisa que não procederia da primeira causa. A vontade de Deus indica, pois, uma ordem preconcebida, ela governa e, aí está o segundo atributo da Divina Providência." (Op.cit., pg. 414/415).

O pensamento a seguir enumerado aponta a lenta e sofrida evolução da sociedade: "O homem nasce para a liberdade, mas não nasce livre", ensina o monge educador, Dom Lourenço de Almeida Prado. E Kant, o filósofo, completa: "O homem só se torna homem, livre, pela educação."

O livro de Renato Pacheco é fascinante, discute e numera um sem-número de questões que inquietam, que angustiam quem analisa a corrida alucinada de nosso planeta.

Creio que a preocupação, o amor que ele devota aos seus, aos amigos, à humanidade, engendraram este livro singular, singular e valioso.

O cenário dantesco que expôs aos olhos e à inteligência do leitor não reserva espaço à condescendência, não faz concessões à piedade, desfila com marcha fúnebre e aumenta de quatro para dez os cavaleiros do Apocalipse. O *gran finale* é trágico, é de cataclismo, "pois antevê que a espécie humana desaparecerá da face da Terra." O egoísmo, a ambição e a tecnologia criaram o macaco louco e puseram-lhe ao alcance uma máquina de fazer diabruras, indiferente aos apelos das consciências retas.

Vem-me à lembrança, de uma leitura da primeira mocidade, a paradoxal observação de Olavo Bilac tentando justificar a crítica mordaz de Cervantes, no Dom Quixote, destruindo com a sátira genial o que restava da cavalaria andante cuja vulgaridade a levava ao descrédito e à chacota, o que tanto o amofinava a ele que a amava tanto: "Por vezes, o nosso maior prazer é magoar e matar aquilo que mais amamos."

Evoca a simbologia da atitude do personagem Antoine Roquentim do belo e denso romance "La Nauséé" de Jean-Paul Sartre. O personagem termina suas pesquisas históricas na cidade imaginária de Bouville, às quais se dedicou com paixão e empenho, mas que, ao fim, lhe parecem inúteis e, por isso, as abandona. Anota em seu diário as reflexões desabusadas, porque ele não enxerga mais do que o lado grotesco e convencional das coisas. Em seus momentos de crise, experimenta uma espécie de náusea, de impotência diante dos objetos, dos homens, da sociedade e de si mesmo, tanto a existência lhe parece vã. "Nós somos um montão de pessoas insatisfeitas, tolhidas em nós mesmos." Requentim se apressa a sair da cidade de Bouville, quando um disco de jaz familiar, que ele ouve na hora da partida, lhe faz sentir uma espécie de alegria. É talvez essa espécie de alegria que o faz entrever a sua salvação na literatura.

É oportuno lembrar que Sartre é o autor de uma obra monumental que ilustra um pensamento filosófico (o existencialismo), animado pelas idéias de liberdade e de compromisso. Sua filosofia, seus ensaios, seus romances, seu teatro e suas intervenções nas grandes questões políticas e sociais do mundo, fizeram dele, com certeza, o escrito francês mais influente do seu tempo.

"O Macaco Louco" é a denúncia que Renato entendeu fazer, exorcizando, talvez, o possível duende da omissão. Ele não será uma voz clamante no deserto. A obra não é para ser resumida e eu nunca poderia fazê-lo. Minha sugestão, meu impulso, meu desejo é como a da voz mística que Santo Agostinho teria ouvido e repercute nas *Confissões*: "Tolle et lege" (Toma e lê).

O autor escreve no fecho do seu livro premonitório: "A evolução tem sido uma série de desafios e respostas. Saberá o macaco louco responder satisfatoriamente sempre? É o mesmo que responder à pergunta: "amanhã o sol nascerá?"

Montesquieu pôs no frontispício do "L'Esprit des lois": *"C'est en cherchant à instruire les hommes que l'on peut pratiquer cette vertu générale qui compreend l'amour de tous."* (É procurando instruir os homens que se pode praticar essa virtude geral que compreende o amor de todos).

Numa espécie de visão panorâmica de suas conclusões finais sobre como vê o mundo, Einstein deixou este depoimento:

"*O Bem e o Mal*

"*Em teoria, creio dever testemunhar o mais vivo interesse por alguns seres por terem melhorado o homem e a vida humana. Mas interrogo-me sobre a natureza exata de tais seres e vacilo. Quando analiso mais atentamente os mestres da política e da religião começo a duvidar intensamente do sentido profundo de sua atividade. Será o Bem? Será o Mal? Em compensação, não sinto a menor hesitação diante de alguns espíritos que só procuram atos nobres e sublimes. Por isto apaixonam os homens e os exaltam sem mesmo o perceberem. Descubro esta lei prática nos grandes artistas e depois nos grandes sábios. Os resultados das pesquisas*

não exaltam nem apaixonam. Mas o esforço tenaz para compreender e o trabalho intelectual para receber e para traduzir transformam o homem". (Albert Einstein, Como Vejo o Mundo, Pg. 18 – Ed. Nova Fronteira.)

A educação e o amor, sob as suas infinitas formas, hão de contribuir para chamar à sensatez pelo menos alguns dos macacos loucos.

Sim, amanhã o sol haverá de nascer!

Vitória, 16 de outubro de 2000

O autor foi Professor Universitário, é escritor e sócio efetivo do IHGES.

A PLENITUDE VITAL DA AMAZÔNIA

Yvon de Araújo Yung-Tay

May God permit that this summary will help human beings to better comprehend the importance of the "Ecological Arteries" to the spontaneous perpetuity of the ecosystems. It is essential that they won't let themselves be misleaded by cunning wolves disguised with lamb skins which by means of ecological speculations try to deceive people with generalized, empty and/or false interpretations. This is a warning to the ones with good-will who either have no time to research this subject and/or are victims of education's self-destruction practiced since the beginning of the 20th century by the most retrograde sectors of the European an American bourgeoisie; done to deny the common people the right to access the outline of the universal scholarly culture.

Esta síntese preliminar do conhecimento ambiental da Amazônia se destina a todos os humanos, sobretudo aos que são vítimas da autofagia educacional, que setores mais retrógrados da burguesia européia e americana praticaram, no início do século passado.

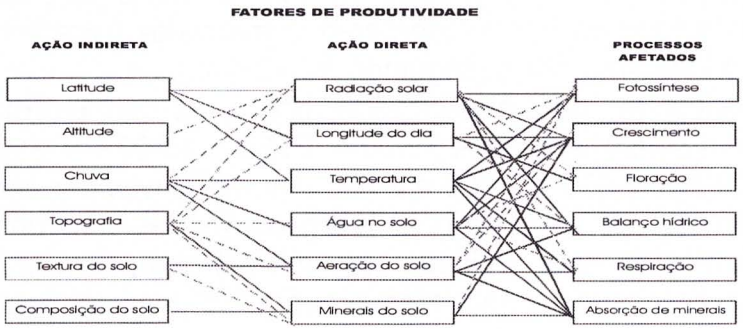
Destruíram a teoria e a cientificidade da Pedagogia Moderna de Herbart, para não vê-la nas mãos da classe trabalhadora. E, em substituição à mesma, criaram a Pedagogia Literal-Burguesa, que restringe a intercomplementaridade curricular com o "escolanovismo", para não divulgar o resumo da cultura erudita universal às classes populares.

Queira Deus que esta síntese elementar do conhecimento universal da Natureza facilite e ajude as pessoas menos informadas e/ou que não dispõem de tempo, para que possam pesquisar melhor as possibilidades da Amazônia. E não sejam enganadas por lobos roubadores disfarçados com pele de cordeiro, que se utilizam de fantasias e especulações ecológicas, para gerar interpretações generalizadoras, vazias e/ou falsas. Pois mesmo a pessoa bem intencionada, desconhecendo as condições mais favoráveis às interações entre plantas, animais e os fatores da produtividade, pode minimizar a importância da vida em todas as suas manifestações.

Conforme já opinei, na palestra (Um Aspecto Amazônico da Transamazônica) que fiz em agosto de 1970, em Vitória, na FAFI (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFES), reafirmo novamente que a Amazônia Legal – ocupando cerca de 56% do território brasileiro, e sem falar na Amazônia periférica dos demais países vizinhos – alcança a maior produtividade na elaboração da complexa massa fotossintetizada, no globo terráqueo. Os seiscentos milhões de hectares de nossa Hiléia, que recebem por cada metro quadrado/dia cerca de mil grandes calorias, atingem, através da fotossíntese, a maior produtividade na elaboração da massa biológica em nosso planeta.

Na Bacia Amazônica, a luz solar, fotoquimicamente disciplinada, vai alcançando maior produtividade na elaboração da massa biológica na medida em que a latitude diminui. Ou seja, na Amazônia equatorial, a proporcionalidade fotossintética entre a energia solar e a produção biológica atinge o clímax planetário. A magnitude da produção fotossintética do campo cultivado, em relação ao I A F (índice de área foliar), corresponde exatamente às condições luminosas da Hiléia, sendo diretamente proporcional à energia solar ou à intensidade de radiação solar que incide sobre a superfície foliar da vegetação. As folhas chegam a extrair do ar uns mil quilos de CO_2 por hectare/dia, correspondendo o conteúdo de gás carbônico ao contido numa camada da biosfera de mais ou menos cinqüenta metros de altura. Os vegetais chegam a absorver, através do fenômeno da fotossíntese, cerca de 90% da composição química da matéria seca da planta.

Toda essa harmônica plenitude vital da Bacia Amazônica foi propiciada, fundamentalmente, pelas forças gliptogenéticas, que originaram, há milhões e milhões de anos, a maior cordilheira do mundo, com, conseqüentemente, chuvas torrenciais, imensas riquezas minerais, os maiores rio e florestas equatorio-tropical úmida da Terra, etc. A potencialidade dessa fantástica harmonia ambiental – com a incidência da maior irradiação solar do mundo sobre os fatores da produtividade –



indica a possibilidade de se poder produzir matérias-primas biológicas, para, quando forem transformadas em gêneros alimentícios de primeira necessidade, ajudar as extinguir o fantasma da fome na face da Terra. Além da possibilidade de suprir ainda os colonizadores que se vão estabelecer, no futuro, nos demais planetas do nosso sistema solar.

Por quê, então, diante de tamanha harmonia de riqueza ambiental renovável, não descruzamos os braços, e, agora, identificando-nos com esse meio telúrico – intensamente iluminado pelo sol do Novo Mundo – começamos a construir a Civilização Amazônica, que será pródiga e imperecível, como a própria imagem do Aconcágua sobre os Andes!?! É preciso começar a despertar o gigante adormecido, para, no Berço Esplêndido de descomunais riquezas ambientais, começar a construir a base da civilização paradisíaca. Basta uma decisão política e a coragem, para, com a ajuda dos conhecimentos científicos e tecnológicos já disponíveis, partir para a imediata racionalização da exploração dos recursos Amazônicos.

Por ordem de prioridade, e em linhas gerais, há que se proibir qualquer derrubada de vegetação, dentro de oito Artérias Ecológicas, ou seja, nas oito faixas florísticas de vinte e cinco quilômetros de largura cada uma (que devem ser de-per-si demarcadas fisicamente no Vale Amazônico, seguindo as oito linhas que unem os pontos de igual pluviosidade, isto é, as oito **isoietas** com seus respectivos 1.000 – 1.250 – 1.500 – 1.750 – 2.000 – 2.250 – 2.500 e 2.750 mm de chuvas por ano); determinar as principais **isoígras** (linhas que unem pontos de igual umidade atmosférica) para, com ajuda de aeronaves e foguetes provocar chuvas artificiais,

controlando e disciplinando os períodos secos e de enchentes; construir embaciamentos superior e lateral nas artérias ecológicas que necessitarem, com carreadores e terraços de decantação, bem como plantar essências florestais e frutíferas; reformular a política agrária, agrícola, pecuária e aqüícola, pra que não haja **exploração absenteísta**, e todos os assentados vivam e trabalhem diretamente em cima de sua propriedade; estabelecer uma política de zoneamento exploratório, fora das faixas florísticas das **artérias ecológicas**, demarcando as aptidões microclimáticas, edáficas e aqüícolas das áreas terrestres e aquáticas, para o cultivo racional de plantas e animais; desenvolver, modularmente, um sistema de eclusas, barragens e adutoras com diques submersos, para o controle e manejo das águas superficiais e subterrâneas, nos períodos de cheia e seca, inclusive no aproveitamento de pequenas hidrelétricas, assim no aproveitamento de águas do complexo orgânico-mineral que começam a descer da vertente oriental da Cordilheiras dos Andes, refertilizando os solos dos cerrados e dos cocais através dessa colmatagem; aproveitar a luz solar através de células fotoelétricas, clorofilas ativadas, baterias solares; industrializar a produção biológica, transformando-a em gêneros alimentícios finais, como, por exemplo, a fabricação de manteiga artificial de cacau a partir do óleo de dendê hidrogenado; proporcionar todo tipo de fomento e assistência global: transporte (aeroviário, aquaviário, rodoviário, ferroviário), crédito, comercialização, cooperativismo, saúde e educação, comunicação, etc.

Vamos, finalmente, fazer uma profunda e conseqüente reflexão, porque, como já expliquei na **ECO-92** que se realizou em Vitória/ES, a implantação de

Artérias Ecológicas proporciona a perenidade espontânea do vigor e da macro e micro biodiversidade. Só depende de decisão política, da vontade e dos esforços conjugados de todo mundo – nacional e estrangeiro – dos indígenas, caboclos, pescadores, madeireiros, camponeses, pecuaristas, agricultores, enfim, de toda a sociedade civil e militar, até dos governos bem intencionados, do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento / OEA), do BID (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial), da FAO (Organização de Alimentação e Agricultura / Organização da ONU), ONGs (organizações não governamentais), etc. Pois não é possível conviver **pacificamente,** com a explosão paradoxal de tanta riqueza de pouquíssimos privilegiados e de tanta fome e miséria dos desempregados, dos favelados, dos sem-terra, etc., etc.

Vamos, pois, racionalizar, agora, a ocupação científica, tecnológica e humana da harmônica exuberância do nosso Berço Esplêndido do planeta Terra, para se começar a criar a estrutura germinal, que simbolizará o nascimento duma civilização equatório-tropical de proporções interplanetárias. É a busca incessante da universalização de Deus, que, segundo Nosso Senhor Jesus Cristo, é Espírito, Justiça, Amor e Perfeição.

O autor é Pós-graduado em Ecologia Agrícola pelo Inter-American Institute of Agricultural Sciences, Turialba, Costa Rica e autor do livro JESUÍSMO.

ALGUMAS LINHAS DA HISTÓRIA DA ECONOMIA

(Palestra proferida no IHGES)

Ivan Borgo

Estou ciente que será em extremo temerário fazer uma nota sobre a História da Economia numa simples comunicação como esta. Hesitei em fazê-la por muitos motivos. Assunto de grande complexidade repele explanações simplistas. No entanto, apesar dos obstáculos e desde logo pedindo indulgência a quem me ouve, vou correndo o risco de procurar falar sobre o tema nesta pequena dissertação que, entre outras limitações, terá a maior delas no próprio limite do "engenho e arte" de quem a expõe.

Em primeiro lugar, há um leque de possibilidades para atacar o assunto que se excluem porque pressupõe "visões de mundo" diversas quando não opostas. Por exemplo, enquanto alguns teóricos proclamavam a descoberta de princípios fundamentais da Ciência Econômica na reformulação da teoria clássica do valor, a partir do final do século dezenove, outros definiam essa reformulação como simples tentativa ideológica de escamoteação do próprio objeto da Ciência Econômica. (1) Mas é preciso adiar um comentário que ao menos possa margear uma avaliação de campos tão distintos. Admito não violar suas premissas ao procurar compreender as condições que alicerçam seus fundamentos. É o que passo a fazer.

Quando se fala em início da Ciência Econômica estamos sobretudo nos referindo aos fisiocratas franceses de meados do século dezoito. (2) Por que são eles considerados os fundadores? A razão é que somente a

partir do Dr.Quesnay e seus discípulos estabeleceu-se uma idéia do "circuito econômico" , da interdependência dos agentes econômicos.

Neste ponto permito-me um parêntese para uma referência ao já distante ano de 1963 quando cursei uma especialização em economia, na Fundação Getúlio Vargas, com o prof. Isaac Kerstenetzky, chefe da equipe que elaborou a versão moderna das contas nacionais do Brasil e grande conhecedor da História da Economia. Nessa época o prof. Isaac me chamava a atenção exatamente para este ponto, isto é, o da contribuição original dos fisiocratas para a compreensão do sistema econômico como um todo e que afinal estava na base de trabalhos como o dele na Fundação.

Até os fisiocratas, ou melhor na Idade Moderna, a noção de sistema econômico vinculava-se a um viés essencialmente dinâmico. Sabia-se, ou se pretendia saber, como a economia podia crescer mas não se tinha a idéia de um sistema em equilíbrio. Este é o período do mercantilismo que se inicia no século quinze embora nos três séculos seguintes em que o mercantilismo predominou tenha havido mudanças operacionais profundas, ou seja, desde a fase metalista até a forma comercial. Esta última lançando as bases materiais da acumulação capitalista, que alavancaria o liberalismo inglês.

O próprio Adam Smith, o grande fundador da Escola Clássica inglesa, foi beber na fonte fisiocrática. Biógrafos mencionam seus contactos em Paris com figuras como Turgot que exerceu sobre ele uma influência "facilmente perceptível". (3)

A esta altura convêm registrar a observação de um importante historiador da Economia, Eduard

Heimann,(4) que fala de uma divergência metodológica entre os fisiocratas e Smith com repercussões no curso posterior de nossa História e, quem sabe, no próprio curso dos fatos econômicos. Embora partindo da mesma premissa do "laissez-faire", Heimann vincula o método fisiocrático à biologia e o de Smith à mecânica. A aparente insignificância de tal divergência na abordagem dos fenômenos econômicos adquire outro matiz quando se percebe que, para os fisiocratas, o organismo econômico pode "adoecer" enquanto para Smith a panacéia universal está representada pelo "mecanismo do preço" que age de forma infalível, conduzindo sempre para níveis de pleno emprego. Quaisquer distúrbios seriam resolvidos quando se possibilitasse maior liberdade para que o mecanismo de preços atuasse.

A verdade histórica é que a idéia de Smith predominou e somente nos anos trinta do século vinte, com Lord Keynes, o círculo acadêmico aceitou a teoria das "flutuações" que admite a possibilidade de o sistema permanecer em nível de subemprego, mesmo atendendo às premissas do "laissez faire".

A depressão americana de 29 que ainda desperta muitas discussões quanto a sua natureza, expressa no entanto de modo incontroverso, a idéia não-intervencionista que declinou apenas com o New Dial de Roosevelt a partir de l933.

Antes de prosseguir no desenvolvimento desta exposição, creio necessário enfatizar um momento do pensamento econômico, de vital significado para sua História e onde não há ironia no mundo capaz de lhe diminuir a importância. Refiro-me ao conceito de "mão invisível" de Adam Smith que tem sido alvo de tantas incompreensões e até mesmo de chacotas grosseiras. O

fato é que tanto no contexto histórico em que foi produzido e que representou uma resistência ao arbítrio, como em nossos dias, o conceito tem uma surpreendente solidez. Mais: foi uma conquista fundamental do espírito humano.

Neste particular não resisto à tentação de citar um conceituado pensador marxista da estirpe de Maurice Dobb e, portanto, alguém que não pode ser acusado de posição ideológica suspeita. Citação de Dobb: "...um mecanismo (mão invisível) dentro das ações dos homens, com o qual é incompatível a ingerência do soberano ou do estadista, foi a inovação crucial no pensamento humano a propósito da sociedade e, em forma especial, a substituição do pensamento antigo . " (5) Dobb chega mesmo a afirmar que o princípio de "liberdade natural" de Smith era algo "assombrosamente novo." (6)

Feita a observação, resta lembrar que a Economia é uma ciência submetida ao tempo, à História. Esta circunstância marca a alteração de conceitos estabelecidos em diferentes momentos em que o Homem muda a compreensão que tem de si mesmo. No caso particular dos fatos econômicos, verifica-se que o crescimento econômico proporcionado pela predominância do sistema liberal, não consegue irradiar de modo proporcional os benefícios desse crescimento para todos os segmentos sociais. Enfim, ao processo de acumulação capitalista se agrega o fenômeno que alguém classificou como o da pauperização relativa de camadas sociais não proprietárias.

Desde Sismondi (1773-1842) a crítica estabelece que o sistema liberal pode resolver o problema da produção mas não o da distribuição.

É possível dizer-se "grosso modo" que até a metade do século dezenove as contribuições ao pensamento econômico foram cumulativas. As contribuições clássicas sucedem-se as dos neoclássicos que culminam com a idéia de que "A Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos". (7)

A diáspora no campo do pensamento econômico pode se caracterizar pela vertente materializada no conceito não de Economia mas no de Economia Política em que o objeto da ciência é o das relações sociais de produção e distribuição de bens materiais, definindo as leis que regem tais relações. (8)

Não se tem aqui a menor pretensão de aprofundar uma abordagem dessas vertentes. Limito-me a sublinhar o caráter restritivo a que chegou o pensamento econômico cumulativo onde a reflexão sobre os aspectos materiais da vida estaria preso ao exame de como recursos escassos devem ter a melhor destinação possível tendo em conta resultados estritamente vinculados a aspectos de produtividade e onde não há malabarismo técnico que possa esconder a modéstia dos objetivos.

Historicamente, se ligam à primeira posição os herdeiros ortodoxos de Smith (e aqui sublinho a palavra ortodoxos) e à idéia de uma economia plantada no mecanismo do preço ainda que se deva ressalvar que, por exemplo, o preço de monopólio está fora do esquema smitheano. A segunda posição se filia ao pensamento controverso que tradicionalmente se liga a Sismondi, de início, e encontra seu formulador definitivo em Karl Marx que não se limitou a uma crítica ao sistema liberal de que também é herdeiro, mas formulou uma visão filosófica

através do materialismo histórico, onde a economia é apenas uma parte dessa visão.

A despeito do componente ético que tem enorme peso na Economia ligada a uma preocupação social, não será necessário nos estendermos muito sobre certos prolongamentos práticos dessa visão como foi o caso da aplicação do marxismo-leninismo na União Soviética. Afora os aspectos carregados com o atavismo de procedimentos relacionados com a velha tradição humana de violência e crueldade, o fracasso da experiência soviética, de um ângulo estritamente econômico, foi também muito frustrante. Pretendeu-se estabelecer que a "mão visível", através do planejamento central, produziria resultados socialmente melhores do que através da famigerada "mão invisível". Não foi o que aconteceu. Limito-me a registrar o fato histórico, não entrando em aspectos de saber até que ponto tratou-se de uma experiência vinculada ou não à ortodoxia do pensamento controverso. A resultante visível é que a vontade humana acionada globalmente para estabelecer padrões de produção, consumo e distribuição, segundo padrões determinados experimentou o fracasso. Impossível não experimentarmos também frustração aos nos sentirmos vencidos por esse mecanismo com um componente misterioso como é o caso da "mão invisível" que, afinal, convoca sentimentos não muito nobres instalados na natureza humana como é o caso da lei do interesse pessoal, trabalhando em benefício de todos seus pertinentes corolários. No entanto, essa é apenas uma parte da História, queiram ou não os adeptos das "leis econômicas eternas e imutáveis" na esteira do pensamento de Stuart Mill, codificador da Escola Clássica, em 1848.

Para não recuarmos no tempo, basta ler o noticiário de qualquer jornal para verificarmos que a lei da livre concorrência, um dos pilares da "mão invisível", vem sendo solapada pelas fusões empresariais e, a revolucionária idéia dos "preços naturais", inovação profunda inserida na cultura humana pelos economistas ingleses dos séculos dezoito e dezenove, vem sendo substituída, em grande parte, nas economias avançadas, pelos preços artificialmente fixados pelos cartéis, monopólios e grandes corporações. A propósito, transcrevo um trecho do artigo de Rubens Ricupero , publicado na Folha de São Paulo no último dia 15 do corrente: "Um arrepio efetivamente nos assalta ao ler, no último relatório da Unctad, a assustadora descrição de algumas megafusões e aquisições entre os tiranossauros do capitalismo contemporâneo. A maior dessas operações, por exemplo, a compra da Mannesman (Alemanha) pela Vodafone Air Touch (Reino Unido) se fez por quase US$ 200 bilhões, perto de 6% da soma do PIB desses dois riquíssimos países. " Não é o caso, aqui, de entrarmos em aspectos de economia de escala e das possibilidades de inovação tecnológica proporcionadas pela concentração de capitais. Aqui estamos procurando desenvolver uma outra linha de idéias. De certo modo, estamos voltando às condições similares às da Inglaterra ao tempo em que era dominada pelos grandes conglomerados subjugados ao poder político e minados pela corrupção , enfrentados pela "maravilhosamente nova" idéia smitheana. Permitam-me ainda citar um oportuno artigo do prof. Avram Noam Chomsky, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), também publicado na "Folha" de 10 de setembro passado: "O sistema emergente pode ser classificado como "mercantilismo das corporações", onde

decisões sobre relações sociais, econômicas e políticas são cada vez mais centradas em instituições privadas, sem nenhum mecanismo de controle social". Diga-se, aliás, que os rastros liberais puros têm hoje importância fundamental na sociedade econômica. Lembro-me, a propósito, de uma conversa que tive com meu amigo Renato Pacheco, ao sairmos aqui do Instituto após uma de nossas sessões. Comentávamos a respeito dos preços das verduras e legumes que, em Vitória, se mantêm em níveis mais ou menos estáveis há bastante tempo, o que é exemplo típico da ação do livre mercado e onde, no caso, a oferta é formada por pequenos produtores situados em nosso interior, em especial nos municípios de Santa Maria de Jetibá, Marechal Floriano e Venda Nova.

Incluo agora nesta palestra uma palavra de combate: neoliberalismo. Pelo menos uma conotação original da palavra induzia à idéia de que o seu objetivo (o do neoliberalismo) era o de promover " intervenções liberais" na expressão de Guitton, a fim de dar novamente ao mundo econômico o seu estado atômico, ou seja, da predominância das pequenas unidades e, conseqüentemente, do mercado. "Já que o mundo econômico se coagulou em unidades maciças, é preciso pulverizá-lo para restaurar as condições da luta concorrencial. Ao Estado compete restituir ao meio esta liberdade real sem a qual não pode haver verdadeiros mecanismos econômicos"(9). Enfim, algo bem diferente das referências a que estamos acostumados a ouvir quando se fala em neoliberalismo ainda que as diferentes versões correntes, ao que me consta, não conseguiram estabelecer bem do que se trata.

Heimann vai no mesmo sentido dessa versão do neoliberalismo, dizendo que a descentralização

econômica, em qualquer ordem econômica do futuro, limitará a arbitrariedade autoritária e representará o elemento de liberdade naquela ordem. (10)

Conclusão:

Procurando extrair um "esqueleto" do que foi dito até aqui e como término desta palestra, acredito possível esboçar um desenho como o que segue: a Ciência Econômica iniciou-se com os fisiocratas que estabeleceram a noção de uma economia com setores interagindo de modo a possibilitar o equilíbrio econômico, tendo como condição preliminar o "laissez-faire".

Adam Smith , na mesma trilha da "liberdade natural", estabelece como condição do equilíbrio com pleno emprego, o "mecanismo do preço" liberto de quaisquer amarras.

Entre uma e outra posição assinalou-se uma importante divergência de métodos que consistiria, no caso dos fisiocratas, num ponto de partida biológico e, no caso de Smith, com seu mecanismo do preço, numa analogia com a mecânica. Tal discrepância à primeira vista destituída de maior significado repercutiu na inspiração de políticas econômicas alternativas. Somente no século vinte a ortodoxia liberal aceitou a possibilidade de uma "doença" no interior do sistema econômico através da contribuição de Keynes. Até então, não se admitia "doença" no organismo econômico mas apenas "defeito mecânico" de funcionamento em virtude de algum empecilho para que o mecanismo de preços atuasse livremente.

Na explanação ficou dito que até meados do século XIX o pensamento econômico, em suas linhas principais,

foi cumulativo e a controvérsia tomou seu formato radical com Karl Marx que pretendeu englobar a economia num espectro filosófico mais amplo.

Essas posições conflitantes estão na raiz das conceituações de Economia e Economia Política que induzem a práticas inconciliáveis em suas formulações radicais.

A coagulação dos agentes econômicos em grandes unidades como monopólios, oligopólios ou monopsônios, levam a solução do problema econômico para uma área política. (11)

Será útil recordar advertência de Heimann (12) ao dizer que a despeito de toda complexidade o nível de descentralização econômica marcará o grau de liberdade do sistema e limitará a arbitrariedade autoritária. Como diz ele: " Deve haver ordem e deve haver liberdade. Liberdade sem ordem é fisicamente impossível; ordem sem liberdade é moralmente intolerável. Conseguir um justo equilíbrio entre esses princípios opostos é tarefa de qualquer organização humana. " Este é um propósito que todos gostaríamos de ver acoplada a uma idéia generosa expressa por Galbraith (13) em sua esperança de unir política e economia política.

Desculpem-me por uma incursão tão esquemática nesse campo onde às vezes é impossível evitar a aridez mas que é também muito importante para a possibilidade da construção de um futuro efetivamente humano.

Muito obrigado pela atenção de todos.

Vitória, 25 de outubro de 2000

O Autor foi Professor da UFES, é escritor e sócio efetivo do IHGES.

REFERÊNCIAS

1. BORGO, Ivan A. L. "História do Pensamento Econômico – aspectos metodológicos" – Vitória -ES, UFES- Departamento de História, 1987, p. 26n.

2. GIDE, Charles & RIST, Charles "Historia de las doctrinas econômicas" –Buenos Aires, Arayú, vol.1, 1949, p.5.

3. BELL, John F. – "História do Pensamento Econômico" – Rio de Janeiro, Zahar, 1961, p.52.

4. HEIMANN, Eduard "História das doutrinas econômicas" – Rio de Janeiro, Zahar,3ª edição,1975, p.54.

5. DOBB, Maurice "Teoria del valor y distribución desde Adam Smith – Ideologia y teoria econômica" Buenos Aires, Siglo veinteuno Argentina editores, 1975, p.54.

6. DOBB, Maurice –op. cit p.54.

7. SELDON & PENNANCE "Dicionário de Economia" – Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1968, p.206.

8. SANDRONI, Paulo (consultoria) –"Dicionário de Economia"- São Paulo, Abril S. A . Cultural, 1985, p.130.

9. GUITTON, Henri "Economia Política", vol. I, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1959,p.85.

10.HEIMANN,Eduard-op. cit. p. 20.

11.BERLE, Adolf & MEANS, Gardiner, C. – "A moderna sociedade anônima e a propriedade privada" – São Paulo, Abril S. A . Cultural, 1984, pgs. 17/8 e 261 e segs.

12.HEIMANN,Eduard – op. cit. p. 22.

13.GALBRAITH, John K. – " O pensamento econômico em perspectiva" – São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 269.

PERSONALIDADE E HISTÓRIA

"Todos os Calmons são parentes e inacabáveis", sentenciou o emérito historiador Pedro Calmon. Referindo-se também aos Calmons, o escritor, professor e historiador Afrânio Peixoto diz: "Poucos baianos têm sido como eles; poucos brasileiros se comparam a eles."

Inúmeros Calmons se destacaram no passado, e continuam se destacando no cenário nacional e local; cito alguns: Roberto Calmon, primeiro prefeito de Linhares, Humberto Neves Calmon Fernandes, meu avô, que foi o segundo prefeito de Linhares, homem íntegro, honesto e leal. Em sua administração foi aberta a estrada para Rio Bananal, hoje município emancipado de Linhares.

Nasceu em 1902, em São Mateus, e foi sepultado numa tarde melancólica do dia 3 de janeiro de 1981, no bairro do Rio Doce que tanto amou, conforme seu desejo. Joaquim Calmon, o "Quincas", também prefeito de Linhares, de 1951 a 1954, homem dedicado ao desenvolvimento de Linhares, tendo doado vários terrenos à municipalidade para a cidade progredir. Em sua administração foi inaugurada a Ponte Getúlio Vargas, com a presença do grande estadista; Pedro Calmon, grande historiador, de fama internacional; Waldir Calmon, músico de fama internacional; senador João Calmon, grande defensor da causa da educação nacional. A educação brasileira está de luto, pois não terá mais este grande guerreiro da educação no Congresso Nacional.

Márcio Calmon, ex-vereador de Vitória, autor do projeto de lei municipal que concede 40% do orçamento municipal de Vitória, para a educação. Como o senador, não foi reeleito, pois saúde e educação não são considerados prioridades no País, e, por isto, somos um país com 30 milhões de analfabetos (uma Argentina) e um povo doente, desnutrido, com índices campeões de mortalidade infantil.

José Tristão Calmon Fernandes, professor, jornalista e escritor, presidente do PSC (Partido Social Cristão) no Estado, ex-diretor dos Correios e Telégrafos; Alziro Calmon, destacado comerciante local, homem de profunda sabedoria e sensatez; Wilson Calmon Alves, presidente da Codesa. Poderia citar muitos outros Calmons, que se destacam por este País, como o Dr. Ângelo Calmon de Sá, que foi ministro da Indústria e Comércio.

Oriundos do reino de França, os Calmons viveram no Castelo Du Pin, antigo solar da família na cidade francesa de Cahors. É família de nobreza e distinção, tendo seu mausoléu no piso do altar-mor da igreja de São Julião, em Cahors.

Desta casa é oriundo Beltrão Calmon, que, transferindo-se para Portugal, em Lisboa, casa-se com Dona Maria de Tovar, nascendo-lhe vários filhos, dentre eles, João Calmon Du Pin e Almeida, o qual, abraçando a carreira das armas, integra a expedição do Conde da Torre ao nosso país, sendo o primeiro Calmon a chegar ao Brasil, em 1654 e, após ter enfrentado os holandeses, que invadiram nossa costa, fixa-se na Bahia e no Espírito Santo.

Os Calmons de Linhares descendem destes pioneiros destemidos, e que em seguida, enraizaram-se no Vale do Rio Doce. Em 1860, o imperador D. Pedro II, em visita

ao Estado, ficou hospedado na residência de Anselmo Calmon, e muito elogiado pelo seu caráter e hospitalidade.

Pioneiros, desbravadores, valentes, os Calmons destacam-se como políticos, médicos, economistas, magistrados, professores, espalhados por este imenso Brasil.

Joaquim do Nascimento Calmon nasceu em Linhares, no dia 29 de abril de 1895. Era filho de Joaquim Francisco da Silva Calmon e de Filomena Nascimento e neto de Alexandre Francisco da Silva Calmon e de Lília Josephine Du Pin Calmon. Foi casado com Olinda Carvalho Calmon, sendo pai de nove filhos.

Por sua bondade para com aqueles que o procuravam pedindo ajuda, foi chamado "Pai do povo". Era um trabalhador incansável e, além de seus inúmeros afazeres, achava tempo para ajudar boiadeiros nas travessia do Rio Rio Doce. Muitos deles receberam cavalos, vacas, burros, porcos, galinhas, patos e outros animais.

Perdeu o pai aos 12 anos, tendo ido morar na fazenda dos primos Mário e César Calmon, pegando no trabalho "duro" logo cedo.

Notabilizou-se pelo seu lado humano, mostrando simpatia e carinho pelos menos favorecidos; daí o apelido "Pai do povo". Político, não divisou cores partidárias ou adversários na hora de atender alguém ou de fazer alguma obra, embora fossem empreendimentos que eram verdadeiras aventuras em seu tempo, pela sua dimensão, vencendo em todas as batalhas, para ver seus sonhos realizados.

Joaquim Calmon, por herança, era quase dono da metade da cidade de Linhares, já que esta fora uma

fazenda de seu bisavô. João Felipe Du Calmon é nome de uma das principais avenidas da cidade. Doava terrenos para a população e para a construção da Igreja Católica, no centro da cidade; doou também o terreno onde está localizado o colégio das Irmãs; doou o terreno onde hoje é o Estádio do América Futebol Clube, sendo hoje denominado Estádio Joaquim Calmon; doou inúmeros lotes para a população pobre, exemplo de desprendimento e amor ao próximo e despreocupação com bens materiais e riqueza.

Foi prefeito da cidade de Linhares no período de 1951 a 1954 e, durante sua administração foi inaugurada a Ponte Getúlio Vargas, pela qual lutou tanto, e é um dos marcos de sua administração. Muitas vezes pagou do próprio bolso os professores e outros funcionários da prefeitura, face à escassez de recursos. Linhares deve a Joaquim Calmon sua estrutura e desenvolvimento de hoje. Era um homem sem ambição mas em seu trabalho demonstrava muita garra, sendo que, a maior herança que deixou para seus filhos foi seu exemplo de vida honesta e trabalhadora.

Foi dela a frase "O Rio Doce será, dentro de 50 anos, um pequeno córrego". Hoje vemos sua profética frase se concretizar, pois o Rio Doce, em muitos trechos tornou-se inavegável até para pequenos barcos.

Exemplo de austeridade, o ex-prefeito declarou há alguns anos atrás: "Eu acho que fui um prefeito bobo, nunca tirei um centavo dos cofres públicos. Hoje a roubalheira é desenfreada e envergonha a todos os homens sérios." Na sua administração abriu a estrada de rodagem para Povoação do Rio Doce e construiu a ponte sobre o Rio Juparanã (Rio Pequeno), com a ajuda do Governador Jones dos Santos Neves.

Faleceu aos 92 anos de idade, de parada cardíaca, às 16:30 horas do dia 31 de agosto de 1987, sendo sepultado no Cemitério Nossa Senhora Conceição, juntamente com a esposa, Olinda Carvalho Calmon, falecida 9 de novembro de 1982. Joaquim Calmon é o Patrono do Instituto Histórico e Geográfico de Linhares.

O velho "Quincas", como era conhecido pelo povo linharense, foi um símbolo de bondade, honestidade na administração pública, durante toda sua vida. Foi um marco na história de Linhares e a cidade deve a ele sua estrutura e desenvolvimento de hoje. Deixou uma grande saudade e um grande exemplo de vida para seus contemporâneos linharenses. Foi o grande impulsionador do progresso de Linhares.

Que não seja esquecido pela atual e futura gerações.

Sinto-me honrado em ser parente de um homem desta envergadura.

Transcrição de "O Pioneiro" - Linhares - pg. 9 de 13/09/2000 (Personalidade e história) e pg. 9 de 16/07/2000 (Joaquim Calmon""O pai do povo Linharense").

O autor é médico, sócio efetivo e relações públicas do IHGES.

A DIVERSIDADE CULTURAL DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS BRASILEIRAS – COMO PASSAR DO "ÍNDIO GENÉRICO" AO "ÍNDIO REAL E CONCRETO"

Fernando Achiamé

> Falar de um povo por meio de uma categoria como a de "índio", termo que junta, pela névoa do preconceito e até mesmo da discriminação mais abominável, muitas realidades diferenciadas é o que fazemos habitualmente pela força de inércia cultural e ideológica que ainda nos move, mesmo nestes tempos de esperanças.
>
> **Roberto Da Matta**

1. O "ÍNDIO GENÉRICO" NO ANTIGO SISTEMA COLONIAL

A construção do conceito de índio e, por extensão, de "índio genérico", foi realizada em circunstâncias históricas específicas. Dentre elas podem ser destacadas a expansão dos países europeus em direção à América – em certo período liderados por Portugal e Espanha –, a montagem do Antigo Sistema Colonial da época mercantilista, e a descoberta de um "outro" (bem diverso do ser humano europeu) que precisava ser compreendido, assimilado, "domado", enfim, colocado a serviço dos interesses colonialistas. A existência do "outro", sempre presente na história humana (vide gregos x "bárbaros", romanos x "bárbaros", judeus x "gentios"), estava inserida, agora, dentro daquele Antigo Sistema Colonial, fato que confere, mas não de maneira exclusiva, sua especificidade.

É fundamental a colocação de tais enunciados como pano de fundo desta análise, porque muito das atitudes, ainda hoje tomadas por autoridades brasileiras ou mesmo por diversos segmentos da população e relacionadas ao indígena, têm origem neste período de edificação do colonialismo na América portuguesa. Como, por exemplo, falar-se na "pacificação" e "integração" dos índios, o que ainda é voz corrente em certos meios nacionais. É muito forte a persistência de enfoques e abordagens ideológicas sobre os índios e que são efeitos indiretos de decisões políticas tomadas há séculos. Ao lado das conhecidas polêmicas sobre autoctonia ou aloctonia dos indígenas, dos

questionamentos acerca da natureza humana das populações encontradas na América (depois resolvida, esta última, pelo menos do ponto de vista teológico, por meio de uma bula papal) vão existir diversas "políticas indigenistas" adotadas nas colônias americanas pelas metrópoles – espanhola e portuguesa – de que o *Diretório dos Índios* se constitui em cristalização reveladora.

No caso específico do Brasil, devemos considerar a presença maciça e fundamental de padres missionários – sobretudo jesuítas e franciscanos –, que propugnaram pelo que se poderia chamar de "políticas indigenistas" privadas em nosso território. Não cabe aqui detalhar tais políticas, sua variação no espaço e no tempo coloniais, em quê e porquê elas se opuseram ou concordaram com as "políticas indigenistas" da metrópole. Convém lembrar os inúmeros casos de indígenas que, não se submetendo aos missionários ou combatendo os portugueses, eram dizimados com o beneplácito dos padres. José de Anchieta (1958, p.59) em sua obra "Dos Feitos de Mem de Sá" escreveu:

> Deu à terra seu próprio nome o Espírito Santo. Habitam-na os portugueses. Guerras horrendas desfecha sobre ela o Tamoio feroz. [...] Inúmeros danos causa por toda a parte, talando as culturas em fruto e arrebatando os homens. Afastam-se altivos com a presa e fartam de sangue humano os ávidos ventres. [...] Se o braço de Deus não impede esses aprestos ferozes com o socorro celeste, se não dispersa essas tribos altivas que vibram ao incêndio da guerra e ao faro do sangue, em breve a ímpia guerra tudo terá conspurcado e encharcada se verá a terra no sangue dos justos.

Deve-se registrar o fato de que aconteceram por parte dos missionários muitas ações deliberadas de isolamento, aldeamento, segregação e neutralização dos indígenas, ações que iam ao encontro dos interesses de certas camadas de mercadores da metrópole e dos senhores da colônia: o índio possui alma, que precisa ser salva antes que o protestante a domine, mas este índio pode ser utilizado (e o era em muitas ocasiões) na defesa de vilas portuguesas, em diversas gradações de trabalho compulsório, especialmente na modalidade em que ele é levado ao seu limite: a escravidão pura e simples.

Aos missionários interessava espalhar a crença da "inadaptação" do indígena para o trabalho escravo: assim o seu

"rebanho" – que cumpria ser missionado – ficava deles cativo e por eles mais controlável. Aos mercadores da metrópole era interessante, sobretudo, que o indígena fosse desconsiderado como trabalhador escravo: se ocorresse um importante comércio intracolonial de escravos indígenas os lucros destas transações não iriam beneficiar diretamente a classe mercantil metropolitana. E está bem estabelecido que no Antigo Sistema Colonial os sobre-lucros eram gerados principalmente na circulação dos produtos entre as colônias e as metrópoles respectivas (Novaes, 1975, *passim*). Desta forma, o tráfico negreiro, interessando aos mercadores da metrópole, é que explica em grande parte a presença de escravos negros no Brasil, e não o inverso.

Foi necessário traçar estes parâmetros para enfocar uma questão pouco abordada e quase nunca aprofundada quando se estuda o índio no mundo colonial português: por que os contingentes populacionais de origem africana vão receber por parte dos portugueses um tratamento diferenciado em relação ao que eles dispensavam aos indígenas brasileiros? Esta questão parece tanto mais pertinente quando sabemos que o contato intenso e regular do português com os africanos precedeu de poucos anos o contato deste povo europeu com os indígenas americanos. Por que os africanos não tiveram construído um conceito semelhante ao de "índio" por parte da Igreja e da Coroa portuguesas? Por que não houve necessidade de se fazer uma bula papal declarando os negros seres humanos e, portanto, detentores de almas que precisariam ser salvas?

Na colônia brasileira são conhecidas as persistentes ações de bandeirantes na preação, escravização e venda de populações indígenas inteiras. Mas esta prática foi reprimida e abandonada, em certas épocas e locais, em benefício da escravidão negra para atender aos interesses mercantis da metrópole, como acima ficou demonstrado. A lógica do Antigo Sistema Colonial da época mercantilista é que explica, em grande parte, a distinção dos conceitos de "índio genérico" e de "escravo africano".

A diferença de conceitos relacionados a dois povos autóctones, ambos pertencentes ao mesmo império colonial português, enfatiza a historicidade da construção desta noção de "índio genérico" que, inclusive, nossa historiografia ainda está longe de dar conta. Os fundamentos, as raízes deste conceito estão lá na colônia, na edificação do colonialismo em território brasileiro. Mesmo os aspectos contraditórios ou antagônicos daquela "política indigenista" colonial podem ser considerados como causas mediatas e correlacionados com

certas políticas indigenistas mais recentes. Como exemplo destes aspectos contraditórios podem ser citados o paternalismo, o assistencialismo, o confinamento e isolamento contrapondo-se à destruição de culturas indígenas, à dizimação de populações, à "guerra justa". Sem contar que em uma característica, pelo menos, a "política indigenista" colonial teve pleno êxito: o conceito de "índio genérico" foi largamente difundido e a tal ponto que muitos indígenas (que hoje se auto-identificam como guaranis ou pataxós, por exemplo) ainda são julgados como "índios genéricos" pela maioria da população brasileira.

2. O IMPÉRIO BRASILEIRO E A QUESTÃO DO "GENTIO"

No século XIX toma impulso no Brasil a concepção do índio como mito, como herói nacional, como nosso ancestral maior. A circulação corrente destes conceitos se dá entre as elites, num primeiro momento, e depois envolve as camadas subalternas da população – pequenos comerciantes, funcionários, profissionais liberais, etc. Neste período, as elites nacionais – sempre voltadas para o estrangeiro onde estavam seus interesses principais – vão adotar o romantismo europeu em suas manifestações artísticas. O conceito de "índio genérico" sofre uma adaptação promovida por estas elites: já que não possuímos um passado "nobre", "cortesão", "heróico" e "medieval" devemos recorrer ao índio, agora tornado mito, e nele ressaltar as qualidades então valorizadas. É o romantismo nas artes, em especial na literatura e na música, que reforça este conceito de "índio genérico" confundindo e homogeneizando povos diferentes. Estas práticas estão presentes, com variações, até os nossos dias. Estão carregadas daquela conotação de "índio genérico" muitas manifestações artísticas do século XIX brasileiro, a exemplo da protofonia de *O Guarani* de Carlos Gomes, considerada como um segundo hino nacional, e do poema *I-Juca-Pirama* (*o que vai morrer* em tupi), com a confusão de culturas e etnias feita por Gonçalves Dias, ainda hoje motivo de decoreba tipo "índios guerreiros da tribo tupi".

Pode-se mesmo considerar que a política oficial indigenista no Império foi eficaz, no sentido de manter concentrados em determinadas áreas remanescentes indígenas, de forma a liberar as matas e terras devolutas para ocupação pelo imigrante europeu. Um exemplo típico ocorreu na província do Espírito Santo com a criação em 1845 do Aldeamento Imperial Afonsino, cuja sede situava-se no atual município

de Conceição do Castelo. Processo semelhante aconteceu nas primeiras décadas do século XX com a concentração de indígenas, agora sob a égide do extinto Serviço de Proteção ao Índio – SPI, no Aldeamento de Pancas ao norte do Rio Doce, de forma a deixar livres vastas extensões de terra para serem ocupadas por mineiros e por descendentes daqueles imigrantes europeus, num sistema de recolonização. Por sinal, a "pacificação" dos botocudos do Rio Doce (de Minas Gerais e do Espírito Santo) se dá logo em 1911 (Marconi e Presotto, 1987, p. 244), como uma das primeiras ações concretas do antigo SPI. Como observação à parte, deve-se enfatizar que a documentação respeitante ao Espírito Santo produzida pelo extinto SPI (ora custodiada no Museu do Índio no Rio de Janeiro) se constitui em fonte fundamental para futuros trabalhos sobre os mais variados temas que abordarem a realidade espírito-santense.

Releva notar que muitos autores (Schaden, 1976) valorizam o relato de expedições científicas nacionais ou estrangeiras em exploração antropológica, esquecendo-se de analisar a política indigenista oficial do Império. Tal política, pouco estudada e conhecida, existia e era exercida por meio de instituições oficiais, como o Museu Nacional ou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, posteriormente, irão assumir outras posturas no que se relaciona a esta questão. Para corroborar esta afirmativa reproduzimos trecho de uma notícia publicada no jornal *A Província do Espírito Santo* de 13/8/1882 por um certo Francisco Peçanha do Rio de Janeiro, nos dando conta da grande Exposição Antropológica que estava ocorrendo naquela cidade:

> A primeira vez que vi anunciada a Exposição Antropológica fiz a mim mesmo esta interrogação: Que utilidade trará uma Exposição Antropológica? Eu já sabia que a antropologia – a mais nova das ciências naturais – tinha por objeto o estudo do homem nas suas diversas manifestações, mas não pude imediatamente apanhar todo o alcance do resultado de uma tal Exposição. Depois lembrando-me que "desde o Amazonas ao Prata, do Rio Grande ao Pará" existe um povo ou antes uma pequena parte da Humanidade que nos é quase desconhecida. Recordando-me que é a Antropologia a ciência que elucidará a respeito dos hábitos, dos instintos, das paixões, enfim de todas as condições de existência de cada uma das tribos que compõem a grande família brasileira indígena. Pensando nestes diversos problemas cujas

> soluções ainda não estão positivamente estabelecidas, foi que melhor pude avaliar o grande concurso que a Exposição vai prestar ao mundo científico, principal e especialmente a nossa pátria.

O articulista divulga o conceito corrente da época: a "grande família brasileira indígena" dividida em tribos, postura hoje considerada uma contrafação científica.

Desta mesma notícia acima referida deve-se transcrever outro trecho muito elucidativo da crença, então corrente, sobre a utilidade da Antropologia (ou do que mais tarde vai ser denominado de Antropologia Aplicada) e dos experimentos levados a efeito no Museu Nacional, onde os índios (sejam Xerentes ou Botocudos) eram considerados de forma genérica:

> Quando os antropologistas brasileiros tiverem feito um estudo sintético da raça indígena, depois que tornarem bem salientes seu gênio e suas aptidões, o governo, ou antes o país, aproveitando o resultado desse estudo procurará adaptar esses novos elementos do progresso. Esse estudo está iniciado no Museu. O Dr. J. B. de Lacerda (Revista da exposição antropológica) estudando a força muscular dos nossos indígenas achou que ela não está na razão direta do desenvolvimento dos músculos. No entretanto todos os escritores são acordes em considerar esses índios como dotados de grande força. Ele empregando o dinamômetro de Mathieu para fazer o estudo comparativo da força muscular entre a raça indígena (1 da tribo dos Xerentes e 2 Botocudos) e indivíduos civilizados achou que "a diferença foi sempre para mais nestes últimos". Enquanto que o maior esforço empregado pelos indígenas levava a agulha até o algarismo 120 ou 130 da escala dinamométrica, com o indivíduo civilizado ela atingia a 140 e 160. Notando-se que este tinha o braço menos musculoso que aqueles. Depois de algumas considerações fisiológicas o Dr. Lacerda chega a admitir que o músculo indígena fatiga-se mais depressa que o músculo da raça branca civilizada. Esta opinião "parece estar de acordo com o fato reconhecido da inaptidão dos nossos selvagens para os trabalhos penosos e prolongados. Trazidos para o meio civilizado eles continuam a revelar a mesma inaptidão". Qual a conseqüência desse estudo? "É que o nosso indígena,

> mesmo civilizado, não poderia produzir a mesma quantidade de trabalho útil, no mesmo tempo, que o indivíduo de outras raças, especialmente da raça negra. Assim pois o índio não poderia substituir o negro como instrumento de trabalho; a sua produção seria descontínua, necessitando de maiores intervalos de repouso". Pelo que acabamos de ver não é a antropologia uma ciência de luxo; e se, como penso, a opinião acima referida é verdadeira, foi devido à ignorância dela que os primeiros colonizadores fizeram desaparecer tantos indígenas, sujeitando-os a trabalhos superiores as suas forças.

Esta longa citação foi necessária:

a) para mostrar, em exemplo da época, como os preconceitos contra o índio eram mantidos e reafirmados, em especial num período em que um dos elementos remanescentes do Antigo Sistema Colonial (o escravismo moderno) estava acabando;
b) para verificar como que tais afirmativas preconceituosas soam familiares para nós, atestando o seu uso comum nos dias atuais, e
c) porque quanto mais conhecermos das práticas, preconceitos e mentalidades em relação ao aborígene vigentes no século passado melhor poderemos entender ações ainda hoje presentes no cotidiano brasileiro.

É muito comum considerar-se a criação do SPI em 1910 como o começo da política indigenista no Brasil. Se este Serviço vai modificar de forma substancial a qualidade e quantidade do tratamento dispensado aos indígenas pelo poder público, esta instância burocrática não foi organizada a partir do nada e nem sua atuação revestiu-se de isenção. Alguns autores citam mesmo as idéias de José Bonifácio de Andrade e Silva que em 1823

> defende princípios de justiça e brandura propondo o comércio com os indígenas e incentivando a miscigenação entre os índios, brancos e mulatos. Esses princípios serviram de base para a inauguração de uma política indigenista eminentemente humanitária, com pretensões de atender aos interesses das sociedades indígenas, ideal que nem sempre foi atingido (Marconi e Presotto, 1987, p. 242).

Referidas idéias foram adotadas por Rondon quando de sua atuação frente ao antigo SPI.

3. O INDIGENISMO REPUBLICANO

Toda a história da atuação governamental no Império e nas primeiras décadas da República está ainda para ser pesquisada de forma científica. Alguns estudiosos referem-se à contribuição de pesquisadores estrangeiros e nacionais, mas estudos sistemáticos só agora começam a ser empreendidos, como a *História da Antropologia no Brasil – 1930-1960* de Mariza Correa.

A postura positivista de Rondon foi plasmadora do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, depois somente SPI (Rondon foi seu primeiro diretor), e deixou grande influência na ação do órgão durante muitos anos, especialmente até 1930, quando o insigne brasileiro se afasta da chefia daquela instituição. A criação deste Serviço e sua atuação inicial nasceram no contexto de se conciliar os interesses da expansão das frentes de ocupação territorial brasileira com a persistência na salvaguarda dos índios, evitando-se conflitos constantes. Devido ao seu pioneirismo é conveniente citar alguns postulados preconizados por Rondon, já no início do século XX, e que depois foram adotados pela XXXIX Conferência Internacional do Trabalho (Genebra, 1956):

> Sua adoção foi recomendada a todos os países nos quais se tornasse necessário disciplinar as relações advindas do contato com populações tribais. O respeito à autodeterminação indígena no que tange às expectativas de desenvolvimento espontâneo a partir de seus próprios padrões culturais, a proibição de desmembramento da família e a proteção do patrimônio territorial indígena, garantida através de posse permanente, de caráter coletivo e inalienável, foram alguns de seus tópicos principais (Schaden, 1976, p. 5).

Tais postulados foram adotados como política, mas tiveram sua execução entravada ou obstaculizada por diversos interesses (econômicos, sociais e políticos), fato que contribuiu para que muitas ações do antigo SPI não tivessem continuidade.

A legislação que criou a FUNAI (1967) e o próprio Estatuto do

Índio (1973) também incorporam idéias progressistas e estabelecem uma política indigenista avançada... no papel. As práticas nesta área, em especial nos anos de autoritarismo, têm demonstrado, tanto nas primeiras décadas do século XX quanto hoje em dia, que as questões fundamentais para a sobrevivência dos indígenas (demarcação de terras, garantia da posse destas terras pelos indígenas, respeito às etnias, etc) não vêm sendo enfrentadas adequadamente. Alguns fatos mencionados na obra "Antropologia – Uma Introdução" como referentes às ações mantidas pelo extinto SPI continuam acontecendo hoje em dia:

> "Os contatos prosseguiam e os fatos repetiam-se com a mesma freqüência do passado: a) redução do território tribal, onde os índios se achavam cada vez mais pressionados; b) depopulação progressiva e acelerada face às doenças, aos ataques armados, envenenamento das águas e dos alimentos, etc; c) perda do 'ethos' tribal e, conseqüentemente, da autonomia e dos padrões tradicionais; d) destribalização, depauperamento, desilusão" (Marconi e Presotto, 1987, p. 243).

Desta forma, se o lema adotado por Rondon ("Morrer, se preciso for; matar, nunca") impediu muitas mortes de indivíduos pertencentes às populações autóctones, retardou a destruição de culturas indígenas e atenuou conflitos entre índios e "civilizados" através de ações humanitárias, por outro lado somente adiou os problemas enfrentados pelos aborígenes, prolongando sua agonia. Referida política vai, entre outros aspectos, reforçar este conceito de "índio genérico" ao promover a "pacificação" de diversas tribos, de permeio com a adulteração de suas culturas, contribuindo para o incremento do número de índios destribalizados. Os avanços para o reconhecimento do indígena na plenitude de sua especificidade se darão em outro campo, no meio acadêmico, cujos trabalhos teóricos vão contribuir para esclarecer o que seja o "índio real e concreto".

4. AVANÇOS DA INVESTIGAÇÃO ETNOLÓGICA NO BRASIL

Datam dos anos 40 do século XX os primeiros estudos que visaram sistematizar os conhecimentos etnográficos até então disponíveis em grandes panoramas abrangendo a América do Sul e considerando a presença de elementos da cultura material e aspectos sócio-culturais.

Um texto de Julian H. Steward e Louis C. Faro (1959) é considerado como referência obrigatória, já que tenta de forma pioneira traçar um apanhado geral da cultura sul-americana. Nesta obra, quando se trata da América do Sul na época da conquista européia, já estão registradas as diferenças que os espanhóis encontram entre os povos autóctones do novo continente:

> The Spaniards also subjugates the Indians of most of Central America, Colombia, northern Venezuela, and the Antilles early in the sixteenth century, but they encoutered great local differences in native wealth, population, settlement stability, and aboriginal culture (Steward, 1959, p. 6).

As descrições realizadas a seguir por aqueles dois pesquisadores incluem referências a dados extraídos das primeiras crônicas, com enumerações sobre a vida material e produção econômica, sobre atividades artesanais, ritos e práticas religiosas e acerca dos sistemas de governo (p. ex. as "cheferias") e a existência de "classes sociais".

Quando os autores fazem um completo relato das populações aborígenes existentes na América do Sul e descrevem em linhas gerais as características destas "regiões culturais" incorrem em erros e julgamentos a partir de perspectivas distorcidas (agora considerados mesmo preconceituosos), mas que eram de curso corrente na época da publicação do texto. Como exemplo, pode ser citado este trecho:

> These tropical-rain-forest Indians lacked most of the technological skills and sociopolitical complexities characteristic of the Central Andean empire and the Circum-Caribbean chiefdoms. They were a simple village people whose lives were primarily devoted to exacting bare subsistence from their dense, humid forest habitat (Steward, 1959, p. 9).

Os autores propõem os seguintes tipos de sociedade aborígene, encontrados pelos primeiros exploradores ou conquistadores europeus na América do Sul: "These types are the Central Andean irrigation civilization, the chiefdoms, the tropical-forest farm villages, and the several types of nomadic hunters and gatherers" (Steward, 1959, p. 9). Em seguida detalham cada um destes tipos, inserindo suas características culturais em determinados meios geográficos. Misturam critérios de desenvolvimento material e cultural (caçadores e coletores) com sistemas políticos de governo ("cheferias"), o que nos dias atuais seria inadmissível na ciência antropológica.

Vale notar como os autores acima referidos justificam o não-uso do termo "tribe" no seu trabalho, fazendo uma completa resenha dos vários contextos em que tal emprego (por eles considerado sem um significado claro) é utilizado. Outro aspecto do texto acima referido que interessa destacar é o Mapa Lingüístico apresentado com uma série de ressalvas e que foi preparado por Mason e Steward para o *Handbook of South American Indians* e baseado em classificação lingüística proposta por Joseph Greenberg. Todos os dados referidos no texto agora analisado vão servir de referência (ora para serem adotados, ora para serem contestados) a pesquisadores de antropologia, devido ao fato de um de seus autores (Julian H. Steward) ser co-autor do *Handbook*, obra que só recentemente teve outra a sua altura na *Suma Etnológica Brasileira*.

A avaliação geral que se pode fazer deste texto é, a par sua seriedade, a falta de embasamento teórico, a má utilização de dados empíricos obtidos por meio de diferentes metodologias e, principalmente, um grande impressionismo no emprego de categorias para definir as áreas culturais que aparecem simplificadas em demasia. Podemos mesmo considerar que, na parte relacionada ao Brasil, os dados apresentados pelos autores pouco se diferenciam (a não ser no aspecto de maior detalhamento e refinamento) do conceito mais corrente entre os leigos de "índio genérico". Contudo, o pioneirismo deste trabalho deve ser considerado, porque serviu de ponto de partida para ulteriores desenvolvimentos e aprofundamentos empreendidos por outros autores.

O estudo de Eduardo Galvão *Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959*, também considerado como referência na investigação etnológica brasileira, avança na delimitação de áreas culturais. Aliás, é utilizado como marco insuperável até hoje, sendo adotado nos diversos cursos de graduação e pós-graduação em Antropologia em nosso país:

"Sua [de Galvão] principal contribuição à etnologia talvez seja a classificação das áreas culturais indígenas do Brasil" (Ribeiro, 1978, p. 15).

No corpo do seu trabalho Galvão faz uma apreciação sobre os procedimentos adotados por ocasião da produção do texto referido (1959) em dois aspectos:

a) estava acontecendo um deslocamento da ênfase monográfica sobre grupos tribais indígenas para problemas de ordem comparativa, daí a necessidade de "classificações culturais em perspectivas mais amplas e mais exatas que as atualmente usadas";
b) ainda era utilizada (texto escrito em 1959) a classificação de tribos indígenas em grupos lingüísticos (tupis, caribes, aruaques, jês e isolados) "como significando também tipos de cultura diversos".

O autor considera que esta classificação trazia um vício de origem (identificação entre língua e cultura) e "não poderia funcionar como instrumental na taxonomia etnológica" (Galvão, 1978, p. 193-194). Apesar disto os etnólogos brasileiros persistiam no seu uso, pois não buscavam encontrar uma base sistemática comparativa, mas realizavam estudo individualizado de tribos indígenas. Também o conceito de área cultural adotado pelos antropólogos americanos não satisfazia Galvão por oferecer certas dificuldades em sua aplicação às culturas indígenas do território brasileiro.

Ao repassar as contribuições americanas Galvão (1978, p. 194) cita Wissler que, em 1922, identifica uma única área cultural em território brasileiro, a amazônica, definido-a como "área da mandioca", com apoio no conceito de áreas de alimentação. Prossegue afirmando que Kroeber revisa no ano seguinte o esquema geral de Wissler, mas mantém a área amazônica, somente modificando sua denominação para área da floresta tropical para concluir: "A pouca utilidade desse esquema, aplicado a problemas de etnografia brasileira, era flagrante e nenhum interesse despertou".

Galvão (1978, p. 205), ao resenhar as diversas classificações de base cultural, se detém na análise de três – de Cooper (1942), de Steward (1948) e de Murdock (1951) –, assinalando que "o esquema desenvolvido neste trabalho preliminar não representa uma nova classificação, mas sim uma adaptação das divisões elaboradas por

Steward e Murdock".

A importante contribuição que Eduardo Galvão trouxe à etnologia brasileira com este seu trabalho, aqui rapidamente analisado, consiste em:

a) estabelecer uma "base temporal definida", no caso 1900-1959, para proceder ao levantamento das tribos remanescentes, o que evitou dificuldades quase insuperáveis em classificações abrangendo grandes períodos de tempo;
b) procurar definir a "situação de contato das tribos selecionadas como representativas da área", fato que valorizou o estudo de contatos internos (que inclui o processo geral de difusão, aculturação, integração e "compressão cultural") operados nos grupos indígenas e privilegiou a análise dos contatos externos. Para esta última situação de contato, que inclui as relações entre as sociedades tribais e a sociedade nacional, Galvão procura esclarecer a natureza de tais contatos adotando as categorias estabelecidas por Darcy Ribeiro em 1957 de "grupos isolados, grupos de contato intermitente, de contato permanente, integrado e extintos";
c) chamar a atenção para a importância de se definir o contexto cultural das frentes pioneiras nacionais (extrativista, pastoril, agrícola) em contato com os aborígenes, e
d) julgar possível, a partir do quadro proposto, tentarem-se conexões e interferências históricas para "aprofundar a perspectiva temporal e espacial" (Galvão, 1978, p. 205).

A resenha, ainda que precária, deste estudo de Eduardo Galvão é importante para a presente análise, já que o consideramos um texto básico para o estudo da etnologia indígena brasileira e por ter promovido significativos avanços na compreensão do "índio real e concreto", contribuindo de forma decisiva para superar, a nível teórico, o conceito de "índio genérico".

Também devemos assinalar outros textos que são utilizados como marcos nos estudos de etnologia brasileira: *Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil* de Florestan Fernandes (1956), *O estudo atual das culturas indígenas* de Egon Schaden (1974) e *A etnologia das populações indígenas do Brasil nas duas últimas décadas* de Júlio Cezar Melatti (1982).

No seu trabalho Florestan Fernandes realiza um balanço das principais linhas teóricas existentes até os anos 50 na produção etnológica brasileira. Constata a renovação destes estudos que, a partir do início do século atual, fez a etnologia tornar-se disciplina universitária, e objeto de pesquisas em instituições públicas ou privadas. Pode-se deduzir com facilidade que a renovação assinalada pelo autor processou-se, sobretudo, no aparecimento de condições favoráveis à difusão e à prática dos ideais e das técnicas (denominadas pelo autor de "positivas") de investigação etnológica. Isto realmente representa um avanço, considerando que antes deste período os pesquisadores nacionais prescindiam "da análise sistemática em benefício da explicação baseada em evidências empíricas circunstanciais".

De qualquer forma, ainda existia naquele período a predominância de trabalhos, em termos de quantidade e de variedade temática, com "padrão de explanação descritiva da realidade", em detrimento das "tentativas que se caracterizam pelo recurso rigoroso a alguma das modalidades de explanação interpretativa" (Fernandes, 1975, p. 188-189). O que decorre de tal situação é a separação entre as investigações empíricas e as posturas teóricas mais gerais. Evitar tal situação e mudar o padrão dominante do trabalho etnológico no Brasil depende, segundo Florestan Fernandes, de iniciativas renovadoras em três setores:

a) "intervir no setor universitário, de modo a completar a formação científica do etnólogo e adestrá-lo realmente como pesquisador";
b) o etnólogo brasileiro enfrenta a necessidade de definir, conjuntamente, com igual clareza, todos os alvos e implicações das pesquisas a serem empreendidas: "Os fins empíricos específicos, os alvos teóricos mais gerais e as possibilidades práticas de cada investigação precisam ser postos em relevo, examinados pacificamente e ponderados como objetivos igualmente essenciais";
c) é necessário assumir uma atitude crítica a respeito da tendência a encarar a etnologia como uma disciplina plenamente constituída.

As conclusões aduzidas por Florestan Fernandes há mais de trinta anos permanecem atuais, em sua maioria. O período de governo autoritário em grande parte impediu a progressão "normal" destas tendências explicitadas pelo autor. Carreiras truncadas, cursos amesquinhados ou fechados, falta de condições materiais de pesquisa

(verbas, bibliotecas, bolsas, etc.), tudo isto contribuiu para que a etnologia brasileira avançasse nas últimas décadas aos trancos e barrancos, apesar de progressos registrados em alguns setores. Daí a atualidade das conclusões deste trabalho de Florestan Fernandes, em especial no que se relaciona com a melhoria das condições de formação do etnólogo e com a compatibilização das pesquisas empíricas com as posturas teóricas.

O Estudo atual das culturas indígenas, elaborado em 1974 por Egon Schaden, realiza outro balanço das pesquisas etnológicas no Brasil. Constata que ocorreram modificações no quadro da produção teórica relativa às tribos indígenas do Brasil a partir do ensaio de Florestan Fernandes, que é considerado como referência. Schaden recua até os anos 30 para empreender as suas análises dos trabalhos etnológicos. O autor afirma que até aquela data ninguém tinha se aventurado a empreender a difícil tarefa de analisar em profundidade o papel do indígena e de seus descendentes mestiços na formação da sociedade e da cultura nacionais.

As três grandes áreas preferenciais de estudo mencionadas por Florestan Fernandes no seu trabalho de 1956 (a mudança cultural, em primeiro lugar, o xamanismo, a magia, a religião e a mitologia em segundo lugar e, em terceiro lugar, a organização social) continuam a ser presentes na investigação de fenômenos etnológicos nos anos 70, embora Schaden (1976, p. 9-10) não deixe de reconhecer a existência de indícios de que o quadro tende a ampliar-se, "pelo menos em algumas universidades e institutos de pesquisa". Ele assevera que sem boa Etnografia não pode haver boa Etnologia, sendo a recíproca também verdadeira:

> A Etnologia há de ser meticulosa, mas deve, ao mesmo tempo, ser orientada com referência a problemas etnológicos formulados com precisão; e, se bem que a descrição dos fatos preceda logicamente a análise interpretativa, ambas se integrarão por fim numa só unidade. A distinção entre uma e outra se reduz, antes de tudo, a um recurso de método.

Esta postura guardava correspondência com outra situação também registrada por Schaden e que afirma ter a geração de etnólogos brasileiros do período concentrado seus interesses em temas de organização e estrutura sociais.

Outros registros feitos por ele merecem ser citados:

a) os pesquisadores estão em bom caminho pra apreender o alcance mais geral, que tem para a teoria científica, a análise das situações interétnicas no mundo indígena;
b) aumenta o interesse pelos problemas teóricos e práticos decorrentes da presença do branco no horizonte indígena. Aqui convém assinalar o pioneirismo de Herbert Baldus como iniciador da Antropologia Aplicada no Brasil, "pois que não se contentava com a análise da mudança cultural como tarefa científica, mas insistia, ao contrário, na necessidade de com ela fundamentar a ação indigenista". Egon Schaden (1976, p. 14-15) registra também que Eduardo Galvão foi um dos primeiros a afirmar com a necessária clareza "a verdade elementar de que o conhecimento da aculturação do índio requer também a do caboclo e de outros representantes da sociedade nacional que com eles estão em contato";
c) as contribuições sobre o estudo das mútuas influências do mundo dos brancos e dos índios são ressaltadas, em especial a tipologia das situações de contato interétnico, com um quadro geral dos grupos aborígenes, apresentada em 1957 por Darcy Ribeiro e a teoria da "fricção interétnica" proposta por Roberto Cardoso de Oliveira através de sucessivos ensaios de 1967/68. São trabalhos que podem ser considerados como de Antropologia aplicada à política indigenista.

Na conclusão do seu ensaio Egon Schaden (1976, p. 19-20) propõe como tarefa para aquele momento encarar como configurações totais, na medida do possível, as sociedades e culturas em conjunção. Registra com satisfação o fato de que a Etnologia brasileira daqueles dias não ser marcada pela exclusividade de uma orientação teórica: "Entre os especialistas há representantes de todas as correntes contemporâneas e alguns que procuram conjugar, de forma original, princípios explicativos oriundos de diversas teorias". Termina seu trabalho com a seguinte constatação: "A Etnologia brasileira está, assim, em vias de atingir a sua maioridade. E não há dúvida de que de ano em ano, ela se vem afirmando mais vigorosamente na consciência do papel que lhe cabe desempenhar".

Um outro estudo que procura dar conta da produção etnológica brasileira foi realizado em 1982 por Júlio Cezar Melatti e denomina-se

A etnologia das populações indígenas do Brasil nas duas últimas décadas. O autor constata, logo no início, que o desenvolvimento da Etnologia no Brasil está intimamente relacionado com a evolução do ensino universitário. Faz referência ao ensaio antes examinado de Florestan Fernandes, onde se coloca a distinção entre o primeiro quartel do século atual ("caracterizado pelas realizações de pesquisadores estrangeiros") e um período seguinte, "quando surgem certas possibilidades de desenvolvimento autônomo do ensino e da pesquisa da Etnologia no Brasil". Melatti (1982, p. 253) afirma que em 1956-57 "começava a se delinear um terceiro período na história da Etnologia no Brasil" com a realização de cursos de especialização que seriam os precursores dos modernos cursos de pós-graduação em Antropologia, ou seja, começam a se conjugar pesquisa e ensino.

O desenvolvimento da Etnologia das populações indígenas é muito diferente na época da elaboração do ensaio de Melatti (1982, p. 255) do que vinte anos antes. Segundo afirmativa do autor, saiu-se de uma situação de pequeno grupo de antropólogos iniciados, onde todos se conheciam, para a existência de vários grupos de pesquisadores, "que se reúnem em torno de determinada linha temática, orientação teórica ou de ação em determinada área, mas raramente em torno de determinada instituição".

O autor faz, em seguida, a distribuição das pesquisas etnológicas dos anos 60 e 70 nas seguintes linhas temáticas:

a) Organização social e política – em que predomina a figura de David Maybury-Lewis que coordena a realização de amplo projeto sobre os índios do Brasil Central, especialmente sobre os Jê, através de convênio celebrado entre a Universidade de Harvard e o Museu Nacional, originando diversas teses e trabalhos.

b) Mitologia e ritual – linha estreitamente ligada à anterior "uma vez que, dificilmente, um etnólogo se dirige ao campo com o fim exclusivo de observar ritos ou colecionar mitos", estes últimos utilizados geralmente como "janelas por onde pode obter novos ângulos de observa
ção do sistema social". Ressalta o trabalho *Mythologiques* (os três primeiros volumes) de Lévi-Strauss.

c) Relações com o meio ambiente – onde o trabalho mais conhecido é o de Betty Meggers sobre a Amazônia (1977). Após citar diversas pesquisas sobre este tema, Melatti considera que, se tivesse mais informações sobre os

trabalhos (que estão em andamento, na sua maioria) talvez pudesse classificá-los em dois grupos: num deles estariam englobadas "aquelas pesquisas em que se considera o estado atual de cada sociedade indígena como resultante de modificações sócio-culturais ocorridas ao acaso"; e no outro se incluiriam os "estudos que levam em conta a classificação dos elementos ambientais e uma reflexão sobre eles pelos membros da sociedade".

d) Arte, artesanato e tecnologia – nesta linha são listados por Melatti diversos trabalhos e projetos em andamento englobando temas diferentes como habitações e aldeias, cestaria, cerâmica, cozinha indígena, uso do arco e flecha, plumária, pintura corporal e música indígena. O autor registra que a "maioria dos trabalhos dessa temática se desenvolve nos cerrados da região Centro-Oeste, prolongando-se pelo Alto Xingu e Rondônia".

e) Contato interétnico – a classificação adotada por Melatti, para melhor entender os trabalhos relacionados com a noção de fricção interétnica, compreende dois tipos de que ele chamou de "deslocamento": deslocamento espacial, assim entendida a difusão de alunos dos cursos de especialização em Antropologia do Museu Nacional para outras instituições;e deslocamento teórico, explicado assim por Melatti: "[...] esses trabalhos foram, de certo modo, facilitados pela existência de disciplinas ligadas à Antropologia Cognitiva, então oferecidas pela UnB, pois, sem dúvida, as distinções étnicas não deixam de estar relacionadas a sistemas de classificação". É conveniente mencionar os subtemas listados por Melatti e abordados por pesquisadores desta linha temática: trabalhos que privilegiam uma abordagem econômica; pesquisas a respeito dos índios que vivem em cidades; a escola entre os índios; a atividade missionária; a política indigenista; relações entre diferentes grupos tribais; etno-história. Melatti assevera que nos trabalhos sobre contato interétnico se nota "uma nítida predominância dos pesquisadores brasileiros ou radicados no Brasil, sobre os estrangeiros, que mostram uma visível preferência pelo estudo das sociedades tribais menos afetadas nas suas tradições".

f) Antropologia da ação – é a grande novidade apresentada no estudo de Melatti, já que se constituía uma nova atividade dos antropólogos na época, não se limitando a pesquisas de caráter acadêmico, mas oferecendo sua atividade aos índios. Fala o autor:

> Os etnólogos não se limitam a oferecer soluções aos índios, mas procuram formulá-las por intermédio da discussão direta com eles e se esforçam por sua realização com ajuda deles. Esses projetos, de um modo geral, visam à demarcação das terras tribais, bem como à reconquista da autonomia tribal, quanto ao planejamento, o gerenciamento e utilização da produção da reserva indígena (Melatti, 1982, p. 259-268).

Repassando os trabalhos citados por este estudo de Melatti somos levados a reconhecer o grande avanço ocorrido nas décadas de 60 e 70 na investigação etnológica exercida no Brasil nos aspectos de:

a) aumento na quantidade das pesquisas;
b) refinamento teórico dos trabalhos, com o aporte de diversas tendências teóricas, em certos casos com contribuições bem originais;
c) abertura de novos campos em que a pesquisa etnológica foi exercitada.

Toda esta nova situação contribuiu de forma decisiva para incrementar a circulação, pelo menos nos meios intelectualizados e entre antropólogos, do conceito de "índio real e concreto", que veio substituir o de "índio genérico". Mas esta substituição não se deu de maneira uniforme e ampla devido a fatores que examinaremos a seguir.

5. A PRESENÇA DE ETNOCENTRISMOS

A questão dos etnocentrismos está sempre presente em todos os momentos históricos antes referidos como expressão simbólica de uma realidade concreta. Consideramos que os conceitos de etnocentrismo, apresentados de forma restrita, não são partes componentes da natureza humana, ou seja, os etnocentrismos possuem grandes variações no tempo e no ambiente sócio-cultural de determinado povo e sua presença, em muitos casos, é bastante tênue. Daí o perigo de se extrapolar o egocentrismo para o etnocentrismo

como faz Edmund Leach (1974, p. 149): "O etnocentrismo não é inato e, contudo, representa algo de muito essencial na medida em que é apenas uma extensão do egocentrismo, que radica no mais profundo da natureza humana".

Mesmo não se aceitando a existência de um etnocentrismo permanente e inato no ser humano, constata-se que eram exercidas diversas modalidades de etnocentrismo nos períodos pré-colombiano, colonial e nacional em terras do que hoje é o Brasil. As primeiras modalidades podem ser creditadas aos próprios povos indígenas: a rivalidade entre os temiminós e os tamoios foi explorada pelos portugueses para melhor combater os seus adversários franceses. Depois surgem os etnocentrismos oriundos dos interesses do colonizador português. Deve-se considerar também que a construção do conceito de "índio genérico" não excluiu certos matizes colocados pelos portugueses no seu relacionamento com os aborígenes.

Tais matizes foram se acentuando com o passar do tempo: à medida que os conhecimentos empíricos foram se desenvolvendo e que os índios entravam em contato (amistoso ou não) com os ocupantes das suas terras, as próprias autoridades (agora brasileiras) tratavam de nuançar estes povos e de denominá-los de forma diversa. Mas até os anos 60 do século XX, e sem querer realizar um mero jogo de palavras, os conceitos de "índio genérico" e "índio real e concreto" se confundiam porque as populações "não-índias" e os próprios indígenas ao se relacionarem com a comunidade nacional envolvente não os distinguiam com nitidez.

Viu-se antes como o conceito de "diversidade cultural das populações indígenas brasileiras" foi construído, sendo historicamente datado. A compreensão das circunstâncias históricas desta construção (por quem, para servir a quem) é que possibilita aos pesquisadores dar conta desta questão teórica.

conceito de índio, criado pelo europeu, já traz embutido o sentido da generalidade. A muito custo esta generalidade foi dando lugar a uma nova realidade, como nos afirma Roberto Da Matta em texto publicado em 1984 de que se perdeu a referência bibliográfica:

> Todos conhecem os "índios Xavante", mas poucos sabem de uma ordem social Xavante. Falar de um povo por meio de uma categoria como a de "índio", termo que junta, pela névoa do preconceito e até mesmo da discriminação mais abominável, muitas realidades diferenciadas, é o que

> fazemos habitualmente pela força de inércia cultural e ideológica que ainda nos move, mesmo nestes tempos de esperanças. Uma outra coisa, porém, é abandonar as generalizações para estudar sociedades e culturas diferentes. Já não se diz mais "o índio", mas se fala em Tupinambá, Tapirapé, Karajá, Krahó e Xavante. Descreve-se uma realidade diferente da nossa em língua, moralidade, sistema legal e cosmologia não mais como um apêndice do nosso sistema, mas como um universo em si mesmo, algo que tem sua própria dignidade, riqueza e especificidade histórica e sociológica.

Já Darcy Ribeiro (1978, p. 14) no prefácio do livro *Encontro de Sociedades: Índios e Brancos no Brasil* de Eduardo Galvão afirma:

> Outro tema de interesse supremo para Galvão, que ele versou ao longo de sua vida inteira, foi a análise do duplo trânsito da condição de índio tribal a de índio genérico, destribalizado, e deste a tapuia acaboclado, como os que ele encontrou, perplexos, por toda a Amazônia.

Pode-se, então, concluir o seguinte: se, no plano teórico, o conceito de "índio genérico" foi superado, a situação concreta de se considerar o índio de maneira reducionista e genérica vem sendo reforçada no Brasil pelo avanço das fronteiras de expansão agrícola e pelos contatos forçados dos índios com populações envolventes. Em outras palavras: a teoria contesta o conceito de "índio genérico", mas a realidade se encarrega de "produzir" mais "índios genéricos".

A superação no plano da realidade deste conceito retrógrado é muito mais demorada e trabalhosa que a nível teórico e está inserida num contexto maior de transformação da sociedade brasileira. O caminho, talvez, seja o apontado pelo ilustre antropólogo inglês Sir Edmund Leach (1974, p. 150):

> A exploração econômica e política sucede por toda parte, e em toda a parte se verifica que a exploração encontra expressão simbólica em sintomas que foram aqui apresentados como marcas de etnocentrismo. O resultado é muitas vezes, ou antes, quase sempre, deplorável, mas somente numa Utopia poderá tal desvario encontrar o seu fim.

O Autor é Arquivista, Historiador, escritor e sócio efetivo do IHGES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, Joseph de. *De gestis Mendi de Saa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1958.

FERNANDES, Florestan. Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil. In: _____. *Investigação etnológica em Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 119-190.

GALVÃO, Eduardo. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959. In: _____. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio: Paz e Terra, 1979, p. 193-228.

LEACH, Edmund. *Repensando a antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARCONI, Marina de Andrade e PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia – uma introdução*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MELATTI, Júlio Cezar. *A Etnologia das Populações Indígenas do Brasil nas Duas Últimas Décadas*. 1982, (texto impresso fotocopiado sem a referência bibliográfica completa).

NOVAES, Fernando Antônio. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. 2. ed., Caderno n.º 17. São Paulo: CEBRAP: Brasiliense, 1975.

PEÇANHA, Francisco. Exposição antropológica. *A Província do Espírito Santo*. Vitória, 13 ago. 1882.

RIBEIRO, Darcy. Prefácio. In: GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio: Paz e Terra, 1979, p. 11-15.

SCHADEN, Egon. O estudo atual das culturas indígenas. In: _____ (org.). *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 3-20.

STEWARD, Julian H. e FARO, Louis C. *Native peoples of South America*. Nova York: McGraw Hill, 1959.

* Texto elaborado em 1989, aqui apresentado com pequenas modificações.